

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VÂNIA DO CARMO ROCHA

DA LENTIDÃO QUE NOS AFETA:

Historiografia e Temporalidade em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*

Niterói

2022

VÂNIA DO CARMO ROCHA

DA LENTIDÃO QUE NOS AFETA:

Historiografia e Temporalidade em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora:

Profa. Dra. Francine Iegeslki

Niterói

2022

VÂNIA DO CARMO ROCHA

DA LENTIDÃO QUE NOS AFETA:

Historiografia e Temporalidade em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francine Iegeslki – UFF
(Orientadora)

Prof. Dr. Tâmis Peixoto Parron – UFF
(Arguidor)

Prof. Dr. Francisco Gouvea de Sousa – UERJ
(Arguidor)

Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – UERJ
(Arguidora)

Profa. Dra. Rebeca Gontijo – UFRRJ
(Arguidora)

Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro – UFF
(Suplente)

Profa. Dra. Renata Torres Schittino – UFF
(Suplente)

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada com
informações fornecidas pelo autor

R6721 Rocha, Vânia do Carmo
Da lentidão que nos afeta : Historiografia e temporalidade
em A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e em O Tempo
Saquarema / Vânia do Carmo Rocha. - 2022.
283 f.

Orientador: Francine Iegelski.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
de História, Niterói, 2022.

1. História da historiografia. 2. História do Brasil
Império. 3. A Construção da Ordem. Teatro de Sombras. 4. O
Tempo Saquarema. 5. Produção intelectual. I. Iegelski,
Francine, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

*À minha Maria Luísa, meu amor, o melhor
presente que a vida me deu.*

AGRADECIMENTOS

Presentes e afetos,

Era 2005, eu estudava no curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, até então, não sabia ao certo que fazia ali. Escolhi o curso para ser professora antes de tudo. Mas o encontro com a disciplina de Brasil Império, hoje mais chamada de História do Brasil II, encantou-me e deu sentido àquele meu presente. A disciplina foi ministrada pelo professor Estilaque Ferreira dos Santos, e mal sei dizer o que me afetou mais, a dinâmica das aulas, a didática do professor, os textos ou os temas. Logo depois, fui sua orientanda de Iniciação Científica, com uma pesquisa voltada à Literatura Capixaba do século XIX. Além dele, houve outros afetos durante a faculdade, como as maravilhosas aulas de professores como André Pereira, Adriana Campos, Antonio Gil e Geraldo Soares. A todos esses professores e aos demais do Departamento de História da UFES, que me fizeram professora, deixo minha gratidão pela inspiração e ensinamentos. Terminei o curso em 2007, comecei a atuar no ensino básico da rede privada e pública e, na sala de aula, outras experiências afetaram-me. Desde então, prossegui no Ensino Básico e, a certeza de ter acertado na escolha feita aos 11 anos, quando disse aos meus pais que queria ser professora de História, confirmou-se, e valida-se a cada aula, a cada turma e escola, há 15 anos. Agradeço a cada aluno e colega de trabalho que me fizeram e continuam a me fazer professora.

A tentativa frustrada em fazer o Mestrado em História na UFES, em 2008, por conta de escolhas equivocadas minhas, adiou o andamento dos meus estudos. Retomei em 2013, quando me mudei para o Rio de Janeiro e ingressei no Mestrado da UNIRIO, sob a orientação do professor Pedro Caldas, concluindo-o em 2015. Agradeço muito ao professor Pedro Caldas por tudo que me ensinou, pela atenção, paciência e gentileza, suas marcas indeléveis. O senhor tem meu afeto, e faz parte do meu presente.

A boa experiência do Mestrado conduziu-me para Doutorado em 2018. Por indicação do Pedro Caldas, conheci a professora Francine Iegelski. A partir daí ela não só me orienta, mas motiva, aconselha e acolhe. O fato de ser uma grande intelectual não faz com que isso sobressaia à professora e pessoa que é. Sou grata a Francine pela paciência, pois quantas vezes quis seguir um caminho, mesmo contraindicado por ela e, de maneira muito suspeita, ela sempre tinha razão... sou grata, também, prezada professora, pela firmeza e doçura que a tornam tão singular. Obrigada por tanto me afetar e por estar sempre presente ao longo desses quase cinco anos.

Agradeço aos professores Francisco Gouvea de Sousa e Tâmis Parron pelas grandes contribuições na ocasião da minha qualificação. Agradeço, mais ainda, por fazerem parte desse

momento final de defesa. Agradeço às professoras Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Rebeca Gontijo, por aceitarem o convite para integrar esta banca. Agradeço aos professores suplentes pela disponibilidade, professora Gladys Sabina e professora Renata Schittino.

Por serem meus maiores afetos e meus amores presentes, agradeço à minha família pelo apoio, suporte e consolo, vocês dão sentido à minha vida. Amo vocês, Roberto, Leda e, a minha doce e espoleta, Maria Luísa. Há dez anos, casei-me com a melhor pessoa que eu conheço, e o seu abraço, Roberto, continua sendo o melhor lugar do mundo. Agradeço aos meus pais, meus irmãos, meus sogros e cunhados por todo carinho e apoio sempre a mim dispensados. Obrigada família, por vocês, vale a pena todo esforço, compensa melhorar e aprender sempre.

Aos meus amigos que estão comigo desde quando “isso aqui era tudo mato”, e acompanham-me nessa linda e difícil jornada que é a vida, obrigada Virgínia, Marcinho, Andrea, Patrick e Miriam, mesmo longe, vocês se fazem presentes. Às amigas que o Rio de Janeiro me deu, e que tornam o Méier “o meu lugar”, obrigada por tudo, Renata, Verônica, Fernanda, Michele, Beth e Maria.

Agradeço aos professores José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos pelas conversas e esclarecimentos. Agradeço porque, desde 2005, seus textos levaram-me ao encanto pela História. E após todos esses anos, seus textos continuam afetando-me e sendo, para mim, tanto dádivas, como presentes. Parabéns pelas suas lindas trajetórias, recebam sempre minha gratidão e respeito.

Agradeço a CAPES cujo financiamento tornou possível este trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Condomínio Vila Primavera,

10 de outubro de 2022.

RESUMO

Este trabalho dedica-se a analisar duas obras fundamentais para o estudo das relações políticas no século XIX brasileiro, trata-se de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, de José Murilo de Carvalho, e de *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Rohloff de Mattos. No caso da primeira, o percurso que deu origem ao texto que hoje interessa se inicia em 1975, seguindo até a versão que é aqui analisada, a edição de 2003. A tese de doutoramento defendida por José Murilo de Carvalho, em 1975, na Stanford University, de título *Elite and state – Building in imperial Brazil*, foi produto de um longo período de estudos naquela instituição, desde 1966, agregando mestrado e doutorado, a obra de Carvalho analisada é produto dessa tese. A obra de Mattos foi originalmente apresentada como tese de doutoramento, em 1985, ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sendo, em seguida, publicada. *O Tempo Saquarema* recebeu o Prêmio Literário Nacional-Gênero História, em 1986. A versão analisada aqui é a sexta edição, publicada em 2011. As décadas que marcam os percursos dessas obras até a atualidade deixam ver mudanças políticas emergentes a partir da redemocratização, e acabam por apontar para uma ressignificação do papel do Estado e seus dirigentes. Estes livros são considerados com base em algumas questões: do problema da representatividade; do mote dos monopólios hoje travestidos em privilégios; a natureza e o alcance do Estado; da narrativa e das circunscrições teóricas dos dois textos. Sendo assim, esse embasamento permitiu pensar como a construção do Estado imperial ainda levanta indagações, e o que, tanto a elite política imperial, como os Saquaremas, revelam sobre seu tempo, acerca do tempo em que foram analisados e a respeito do tempo atual.

Palavras-chave: Estado imperial. Elite política imperial. Saquaremas. José Murilo de Carvalho. Ilmar Rohloff de Mattos.

ABSTRACT

In this research we dedicate to analyze two fundamental pieces of work for the study of political relations in the Brazilian 19th century: *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, by José Murilo de Carvalho, and *O Tempo Saquarema*, by Ilmar Rohloff de Mattos. In the first one, the journey that led to the text we are interested in today begins in 1975, and continues up to the version analyzed here, the 2003 edition. The doctoral thesis defended by José Murilo de Carvalho in 1975 at Stanford University, entitled *Elite and state - Building in imperial Brazil*, was a product of a long period of studies at that institution since 1966, combining master's and doctoral degrees. Mattos' work was originally presented as a doctoral thesis in 1985 to the Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, and was immediately published, *O Tempo Saquarema* received the Prêmio Literário Nacional-Gênero História in 1986. The version analyzed here is the 6th edition, published in 2011. The decades that marked the trajectories of these works until the present day let us see political changes emerging from the redemocratization, and ends up pointing to a resignification of the State' role and their leaders. We consider these books from a few questions: the problem of representativity; the issue of monopolies now transformed into privileges; the nature and scope of the State; the narrative and theoretical constituencies of both texts. In order that we can think how the construction of the imperial State still raises questions, and how both the imperial political elite and Saquaremas reveal about their time, about the time in which they were analyzed, and about our time.

Keywords: Imperial state. Imperial political elite. Saquaremas. José Murilo de Carvalho. Ilmar Rohloff de Mattos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do livro <i>A Construção da Ordem</i> , 1981.....	21
Figura 2 – <i>Empregado do governo saindo a passeio</i> , 1839, de Jean-Baptiste Debret.....	21
Figura 3 – Capa do livro <i>Teatro de sombras: a elite política imperial</i> , de 1988.....	22
Figura 4 – Retrato de Dom Pedro II usando a farda de almirante da Marinha imperial brasileira, atribuída a Ferdinand Krumholz.....	23
Figura 5 – Capa de <i>Um théâtre d’ombres. La politique impériale au Brésil</i> , de 1990.....	24
Figura 6 – <i>A planter and his wife on Journey</i> , de Henry Koster, 1816.....	24
Figura 7 – Capa do livro <i>A Construção da Ordem. Teatro de Sombras</i> , de 1996.....	25
Figura 8 – Capa de <i>A Construção da Ordem. Teatro de Sombras</i> , de 2003.....	26
Figura 9 – <i>Vista do interior da praça do comércio</i> , de Auguste-Henri Victor Grandjean de Montigny, 1820.....	27
Figura 10 – Quadro 11: Ocupação dos Ministros, por Períodos, 1822-1889.....	64
Figura 11 – Capa da Quarta Edição de <i>O Tempo Saquarema</i> , de 1999.....	74
Figura 12 – Capa da sexta edição de <i>O Tempo Saquarema</i>	75
Figura 13 – Capa da sétima edição de <i>O Tempo Saquarema</i>	75
Figura 14 – <i>Vista tomada do morro do Castelo para a Rua Direita</i> , 1854, Louis Aubrun.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	20
DA ORDEM, REPRESENTAÇÕES E SOMBRAS: pensar <i>A Construção da Ordem. Teatro de Sombras</i>	20
1.1 Da tese aos livros, e ao livro.....	20
1.2 Dos sorites ao problema da representação.....	30
1.3 O Estado, a sociedade e a ruptura do sistema monárquico.....	65
CAPÍTULO 2	72
DE SAQUAREMAS E MONOPÓLIOS: uma análise d<i>O Tempo Saquarema</i>	72
2.1 A trajetória do livro	73
2.2 Da reação, da classe senhorial e dos monopólios.....	77
2.3 Da transação, a influência da grande propriedade e os Saquaremas	117
CAPÍTULO 3	121
ESTRUTURAS ANTIGAS E FACHADAS NOVAS: o problema do Estado Imperial e o liberalismo	121
3.1 O problema do Estado Liberal em <i>A Construção da Ordem. Teatro de Sombras</i> e em <i>O Tempo Saquarema</i>	123
3.2 Entre fachadas modernas e estruturas antigas: o liberalismo e o seu (não) lugar	146
3.3 Passados não superados: democracia e liberalismo <i>ainda</i> como questões.....	167
CAPÍTULO 4	185
HERÓIS E ANTI-HERÓIS: do fato à fonte e às narrativas	185
4.1 Governo abolicionista, classe dirigente escravista: a narrativa em questão	187
4.2 “Tem a palavra o senhor Eusébio Queirós”: da fonte ao fato, em releituras.....	208
CAPÍTULO 5	227
AFINAL, OS SAQUAREMAS NÃO SÃO A ELITE POLÍTICA: teoria das elites e questões de classe	227
5.1 A elite política imperial no espelho: circunscrições em diálogo com Mosca e Pareto ...	227
5.2 A face iluminada da classe senhorial: os Saquaremas, questões de classe, e o partido da Coroa	242
5.3 De elites e classes sociais	257
CONCLUSÃO	264
REFERÊNCIAS	272

INTRODUÇÃO

Sobre o que nos afeta

[...] Vamos lá; façamo-nos governo, é tempo. Eu não havia intervindo até então nos grandes debates. Cortejava a pasta por meio de rapapés, chás, comissões e votos; e a pasta não vinha. Urgia apoderar-me da tribuna.

Comecei devagar. Três dias depois, discutindo-se o orçamento da Justiça, aproveitei o ensejo para perguntar modestamente ao ministro se não julgava útil diminuir a barretina da Guarda Nacional. [...] O tamanho das nossas barretinas estava pedindo um corte profundo, não só por serem deselegantes, mas também por serem anti-higiênicas. [...]. A Câmara e o governo deviam lembrar-se que a Guarda Nacional era o anteparo da liberdade e da independência. [...] Acrescia que a barretina, por seu peso, abatia a cabeça dos cidadãos, e a pátria precisa de cidadãos cuja frente pudesse levantar-se ativa e serena diante do poder; [...]¹

E por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza. [...]

Havia muitas coisas. Ele não podia explicá-las, mas havia. [...] Ele, Fabiano, um bruto, não contava nada. Só queria voltar junto de sinhá Vitória, deitar-se na cama de varas. Por que vinham bulir com um homem que só queria descansar? Deviam bulir com outros.²

O trabalho que aqui se apresenta tem por objetivo analisar duas obras: *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, de José Murilo de Carvalho e *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Rohloff de Mattos. Dois trabalhos resultantes de teses de doutoramento, cujas publicações, haja vista serem livros das décadas de 1980 e 1990, foram fundamentais à ampliação dos estudos acerca do Estado e da sociedade no século XIX brasileiro. A proposta de fazer um estudo que coloque as duas obras em paralelo não tem por intenção dissolvê-las de suas individualidades enquanto textos, mas, ao contrário, pretende fazer com que uma obra confira a outra sua especificidade interpretativa a respeito do Império e seus dirigentes, ao mesmo tempo que possibilitem uma compreensão sobre questões e perspectivas próprias ao contexto em que foram publicadas, e os sentidos que ainda produzem concernente ao Brasil.

Os dois fragmentos colocados logo no início desta introdução mostram duas realidades, problemas absolutamente distintos. Angústias que não se confundem. O primeiro fragmento é o trecho de uma de suas mais brilhantes obras, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*,

¹ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. p. 317; 318.

² RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 129. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 33.

lançado em 1881, por Machado de Assis. O segundo é o início do livro *Vidas Secas*, belíssimo livro de Graciliano Ramos, publicado em 1928.

O primeiro trata-se de um relato do defunto autor Brás Cubas contando a história de sua vida e de sua morte, como parte de uma família que podemos inserir na “boa sociedade”, portadora de propriedade e de escravos. Cubas estudou em Coimbra, vivia na Corte, e almejava integrar a elite política imperial. No fragmento acima, Brás Cubas ambicionava entrar no governo, desejava ser ministro – era, então, deputado – e, para conseguir projeção na tribuna, aventurava-se em um discurso sobre a redução do tamanho da barretina, chapéu usado pela Guarda Nacional, citou Filopêmen e Hipócrates, para concluir seu empenhado discurso, dizendo: “o chorão, que inclina os seus galhos para a terra, é árvore de cemitério; a palmeira, ereta e firme, é árvore do deserto, das praças e dos jardins”, tudo isso para alegar que era preciso reduzir o tamanho da barretina. O fato é Cubas não estava preocupado com a barretina, e tampouco com a altivez e a saúde da Guarda Nacional. A ironia e o deboche machadiano colocaram Brás Cubas discursando sobre o tamanho da barretina para apoderar-se da tribuna e conseguir a projeção política que fariam dele ministro. O resultado político para Cubas foi catastrófico, sendo acusado de opositorista, refez a argumentação, até abandonar sua proposição. Ele não foi reeleito deputado, muito menos se fez ministro.

O segundo fragmento alude à ocasião em que Fabiano encontrava-se num embate com o soldado amarelo que o levou a cadeia, após uma série de agressões. Fabiano ficou inconformado com a postura do soldado, não concebia ser ele parte do governo, “coisa distante perfeita”, não podia consentir com “tão grande safadeza”. Porém, Fabiano não sabia explicar as coisas, a razão de sentir-se tão mal, tão angustiado. Somente queria descansar. O livro de Graciliano Ramos narra as desventuras de Fabiano, sinhá Vitória, seus filhos e a cachorra Baleia, atravessando a seca do sertão, atrás de sobrevivência, até que a caatinga se tornasse verde. Num cenário em que a violência e as injustiças, a brutalidade do sertão é naturalizada, a sutileza e a leveza dos afetos irrompem, dando vida a um sertão mortificado pela seca.

Mais de 50 anos separam a publicação de um livro para o outro. Não parecem tratar de um mesmo país, e de fato não o fazem. A obra de Machado de Assis é circunscrita à realidade da Corte, próxima às esferas de poder, na dinâmica urbana. A obra de Graciliano Ramos se passa nos longínquos sertões, onde o governo é distante e, por ser distante, é perfeito. A preocupação de Brás Cubas é a de tornar-se ministro, a de Fabiano é de sair da cadeia após uma gritante situação de humilhação e injustiça deflagrada pelo soldado amarelo, e voltar para casa.

Os trabalhos de Carvalho e de Mattos colocados como objeto de estudo, certamente dizem mais do mundo de Brás Cubas do que do mundo de Fabiano. Carvalho se dedica a estudar

a elite e a política imperial para entender o processo de construção e desconstrução da ordem imperial; Mattos, aos Saquaremas e sua relação com os processos de conformação da classe senhorial e de construção do Estado imperial. Seja a elite imperial, sejam os dirigentes saquaremas, as obras, inevitavelmente, pensam o Brasil a partir da Corte e do Rio de Janeiro. São obras que dão muito mais sentido à ambição de Brás Cubas por ser ministro, do que a Fabiano, por querer ir para casa e não compreender o tão distante e perfeito governo.

O estudo da construção do Estado brasileiro tem sido, segundo Julio Bentivoglio, “um dos maiores fetiches da historiografia brasileira sobre o Império”, se considerarmos boa parte das publicações, desde os anos 1970³. Ao propor linhas de fuga para a política imperial, Bentivoglio apresenta algumas possibilidades e questões que promovem investigações para além do Rio de Janeiro e da Corte, visto que, “em um ponto distante do Rio de Janeiro, eram mais reconhecidos (e temidos) os *poderosos* e as altas *expressões* do lugar que um longínquo Imperador e seu governo”⁴. A proposta é um deslocamento do protagonismo do Rio de Janeiro como harmônico centro decisório, pois o Império, consolidado em um vasto território, é resultado, também, de uma confluência de forças políticas dispersas. Uma das proposições de Bentivoglio é ampliar o entendimento relativo ao Estado imperial para além de seus dirigentes cerceados na Corte. A sugestiva propositura leva-nos a questionar por que o processo de construção do Estado imperial em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema* revela um conjunto de indagações que expressa mais a realidade de Brás Cubas que a de Fabiano, expandindo o questionamento: de que Brasil Carvalho e Mattos falam enquanto analisam os dirigentes imperiais e a formação do Estado?

Esse questionamento pode ser aprofundado a partir das reflexões desenvolvidas por Rebeca Gontijo, quando avalia a construção de Capistrano de Abreu como símbolo de brasilidade. A cultura histórica é marcada por um amalgama de lembranças e esquecimentos que resultam na atribuição de significados positivos ou negativos a períodos, personagens, acontecimentos, e obras⁵. A considerar o estabelecimento do binômio litoral/sertão no cenário nacional, alguns intelectuais são colocados como símbolos nacionais, é o caso de Capistrano de Abreu, visto como um intelectual que transita entre os mundos da civilização da barbárie, é o que Gontijo percebe nos discursos proferidos na ocasião de sua morte. O homem erudito, culto

³ BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 330.

⁴ Ibidem. p. 339.

⁵ GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 311.

e civilizado é, então, associado ao “homem do interior, caracterizado como inculto, rústico e/ou selvagem e identificado pelas figuras do caboclo, do sertanejo e até do indígena”⁶. Dessa maneira, “tais discursos construíram a imagem de Capistrano como símbolo de uma nacionalidade que se quer culta e civilizada e, ao mesmo tempo, próxima do sertão não civilizado, lugar onde, acreditava-se, o Brasil seria mais autêntico e verdadeiro”⁷. Capistrano de Abreu é apontado como historiador sertanejo não somente por suas origens, mas por ter “contribuído a seu modo para a compreensão da própria brasilidade”⁸. Quando a revista *Veja* divulga, em 1994, o resultado de uma pesquisa de opinião direcionada a 15 intelectuais brasileiros para determinar as “vinte obras mais representativas da cultura brasileira, em todos os setores e em todas as épocas”, a obra campeã é *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, seguida por *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, dentre outras. Gontijo considera essa pesquisa para deixar claro que Capistrano de Abreu não está incluído nesta listagem de livros lembrados e consagrados pelos intelectuais selecionados pela revista *Veja*, contudo, traz a relevante constatação de que “o Brasil representado por tais obras era muito mais rural do que urbano”⁹. Esse dado não deixa de ser o reconhecimento da consagração, de uma certa forma, de apreender o país e o seu passado, de algum modo, muito vinculada ao legado historiográfico deixado por Capistrano de Abreu.

Da proposição de Bentivoglio à constatação de Gontijo, estendemos para a crítica de serem os trabalhos de Carvalho e de Mattos sobre a construção do Estado imperial centrados nas instâncias da Corte, preocupados com quem governa a nação, seus focos de análise acabam restringindo-se ao Rio de Janeiro. A proposição de Bentivoglio e a constatação de Gontijo assinalam para uma expansão da análise mais adiante do mundo de Brás Cubas, uma expansão que considere o Brasil de Fabiano e sinhá Vitória, onde o governo é tão distante.

Um trabalho que caminha nesse viés foi o realizado por Mirian Dolhnikoff, em *O Pacto Imperial*, quando pondera que, como resultado do embate entre unidade e autonomia, o projeto federalista não se esvaiu em 1824, tampouco em 1840. O projeto federalista saiu vencedor, embora fosse operado em meio a negociações e concessões políticas. De acordo com Dolhnikoff,

A unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela

⁶ GONTIJO, 2007. p. 319-320.

⁷ Ibidem, p. 320.

⁸ Ibidem, p. 322.

⁹ Ibidem, p. 321.

centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com autonomia significativa para administrar suas províncias, e ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos deputados. Desse modo as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza. Participaram ativamente das decisões políticas, fosse na sua província, fosse no governo central. E ao fazê-las constituíram-se como elites políticas.¹⁰

A importância de considerar efetiva a participação das elites provinciais na construção do Estado está no fato de o governo central não conseguir alcançar as localidades na extensão do território do Império, essas elites provinciais atuaram na efetivação da integração do Estado nacional. O trabalho de Dolhnikoff apresenta uma possibilidade de análise acerca da construção do Estado, no século XIX, que limita sua atenção à Corte e ao Rio de Janeiro, e caminha num sentido mais abrangente em termos territoriais que as análises de Carvalho e de Mattos, elaborando uma ideia de vitória de projetos de descentralização que se chocam com o Estado centralizado articulado por esses autores nas suas respectivas obras.

Há que se considerar, no entanto, que tal abordagem da história do Brasil a partir da Corte se sustenta tanto pela centralidade administrativa e decisória da cidade do Rio de Janeiro frente às demais províncias, como também se sustenta pela acessibilidade às informações e documentações que Carvalho e Mattos tinham no contexto de suas respectivas pesquisas. A abordagem a partir da Corte era o que lhes era possível.

Brás Cubas/Fabiano, cidade/sertão, civilização/barbárie, Corte/províncias, não são disjunções combinadas nas narrativas, nem de Carvalho, nem na de Mattos. Estão atentas às ações dos dirigentes imperiais que possibilitaram a unidade territorial e a construção de um Estado com governo estável, e essas ações partiram do centro de decisões em que operava a política nacional, isto é, da Corte. Não se tratam, estas duas obras, de repertórios superados, *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e *O Tempo Saquarema*, no entanto, enquanto discursos sobre o passado, ainda levantam questões que nos cabem, são textos que nos afetam.

Entre o que afeta e as afeições descortinadas, o século XIX brasileiro se ampliou como campo de pesquisa, e questões em torno da representatividade, privilégios, natureza e alcance do Estado são demandas que ainda nos dizem respeito. Não são questões superadas, de problemas de outros tempos e outros momentos. Nós, aqui, falamos dessas obras, e elas prosseguem falando de nós. Nessa perspectiva, as reflexões referentes à história do tempo

¹⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: as origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005. p. 14.

presente abrem oportunidades analíticas que nos interessam por expandir essa dimensão em relação ao que nos afeta.

Conforme François Dosse, a história do tempo presente está “na intersecção do presente e da longa duração”, o que indica para o problema de “se saber como o presente é construído no tempo”¹¹. Dosse defende a noção de contemporaneidade do não contemporâneo, pois a principal definição de uma história do tempo presente é ser a história de um passado que não está morto, “de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos”¹². Nessa linha, diante da atual crise da noção de futuro, é colocada em xeque a postura clássica do historiador como intermediário entre o passado e o devir. As incertezas quanto ao futuro alteram nosso elo com o passado, deixando um presente exposto. Se antes buscávamos sentido no futuro, hoje essa busca se deslocou para o presente. Ocorre, desde então, uma mudança no que entendíamos sobre o “tempo presente”, não sendo considerado o período mais próximo simplesmente, todavia, o conceito

[...] remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de tempo presente se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também possíveis incertezas.¹³

Sendo assim, a distância que nos separa do passado deixou de ser uma desvantagem para se configurar em uma “sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem o seu alcance graças à maior profundidade”, sobretudo por conta da constatação de que a escrita da história é resultado de uma tensão entre o desejo de saber o que aconteceu e os questionamentos que emanam do presente do historiador. Por esta razão, o historiador deve explicitar de onde fala, para tornar transparente o seu ofício. Do mesmo modo, e com igual destreza, é fundamental que, ao partir do presente para questionar o passado, é preciso fazê-lo de qualquer projeção do presente sobre o passado, uma vez que a história não é um jogo de espelhos, mas “um jogo de lacunas em um entre-dois não estabilizado”¹⁴, isto é, a escrita da história está localizada no presente, entre o passado e o futuro, numa relação tensa carregada de lacunas entre esses tempos. A história do tempo presente está sempre sob vigilância, dado

¹¹ DOSSÉ, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05-22, 2012. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>>. Acesso em: 05 set. 2022. p. 6.

¹² *Ibidem*, p. 16.

¹³ *Ibidem*, p. 11.

¹⁴ *Ibidem*, p. 13.

que, para ela, é importante a presença de testemunhas em sua edificação, testemunhas que podem contestar a sua escrita, os seus argumentos, a sua interpretação. Dossé entende que o presente, hoje, figura-se como uma lacuna entre o passado e o futuro, o tempo não é um *continuum*, pois ele se interrompeu no momento em que o ser humano encontra-se, de onde ele deve tomar posição concernente ao passado e ao futuro, num único processo¹⁵.

Nessa ótica, Angélica Müller e Francine Iegelski colocam que “o interesse pelo tempo presente tem aumentado na medida em que sentimos, cada vez mais, que ele se dilata, se acelera e transforma a ideia que outrora tivemos sobre o que foi o passado e o que poderá ser o futuro”¹⁶. Na mesma proporção, uma história do tempo presente realiza-se quando o historiador estabelece uma associação dialética entre distintas temporalidades, articulando encontros e desencontros entre “acontecimentos de durações mais curtas e recentes” com acontecimentos de “durações mais longas e afastadas temporalmente”¹⁷. Em meio a um cenário de negacionismos, “as ciências em geral, e as ciências humanas em particular, têm sido atacadas por governos autoritários e por grupos obscurantistas”¹⁸, os problemas e questões que permeiam nosso presente se ampliam mais.

Problemas colocados também por Eduardo Wright Cardoso, quando atenta ao crescimento de *fake news*, e de uma epidemia de notícias falsas. Mesmo mencionando o quanto não se trata de algo novo, Cardoso empenha-se em organizar um mapeamento de reflexões contemporâneas no tocante à como lidar com essas disseminações de mentiras, como combatê-las e identificá-las. Para isso, trabalha com a ideia de negacionismo como fraude na constituição de uma historiografia falsificada e a construção de um passado falsificado¹⁹. Cardoso relata dois embates ocorridos em tribunais, um contra a historiadora Deborah Lipstadt, e outro envolvendo o francês Pierre Vidal-Naquet, ambos historiadores entraram nesses confrontos porque seus opositores sustentaram a negação do holocausto. Nos dois casos, houve uma busca pela mentira, e especialistas de outras áreas do conhecimento foram essenciais para a identificação da mentira. Essa busca pela mentira deve ser, à vista disso, de caráter coletivo e colaborativos entre as ciências humanas e jurídicas. Porém, o panorama de fragilização das universidades e da justiça, principalmente no Brasil, vem pendendo a balança para o polo da falsificação, tornando

¹⁵ DOSSÉ, 2012, p. 20.

¹⁶ MÜLLER, Angélica; IEGESLKI, Francine. História do tempo presente: mutações e reflexões. In: MÜLLER, Angélica; IEGESLKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. cap. 1. p. 11.

¹⁷ Ibidem, p. 13.

¹⁸ Ibidem, p. 18.

¹⁹ CARDOSO, Eduardo Wright. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do holocausto. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 89-110, 2021. DOI: 10.1590/1806-93472021v42n87-06

a questão mais sensível ainda. Cardoso indaga se estamos mais capacitados para fazer *anatomia da mentira* ou uma *autópsia da verdade*²⁰.

É desse lugar, é desse momento, com suas incertezas, obscurantismos, negacionismos, que despontam questionamentos tangentes à validade do passado, e o futuro se apresenta sob dúvidas, é desse instante e lugar que emerge o estudo aqui realizado. Como textos que afetam leituras e concepções a respeito do Estado brasileiro do século XIX, conceber *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e *O Tempo Saquarema* como objetos de estudo, alinha-se não somente como um trabalho de análise da escrita da história, isto é, de História da historiografia, entretanto, de história do tempo presente na medida em que não sejam textos outrora usados para refletir sobre a história do Brasil, contudo, de textos que *ainda* oferecem explicações, que *ainda* nos afetam.

Carvalho e Mattos partem do problema do Estado brasileiro no século XIX, e nesse percurso adentram questões referentes à natureza da sociedade, e desta forma os autores acabam apresentando diferentes concepções do político. Carvalho o entende como construção da ordem, Mattos o entende como dominação.

No primeiro capítulo, o livro de Carvalho, *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, é analisado em sua trajetória da tese até chegar às edições mais recentes do livro a partir das capas. E, em seguida, o conteúdo da obra é sondado com base no problema da representação colocado na análise da elite e da política imperial. No segundo capítulo, o livro de Mattos, *O Tempo Saquarema*, é estudado também, levando em conta suas capas e, depois, a questão dos monopólios é levantada a partir dos processos de conformação da classe senhorial e da construção do Estado imperial segundo a ação dos Saquaremas. No terceiro capítulo, o problema do Estado e do liberalismo nas obras de Carvalho e de Mattos são trabalhados em prisma comparativo, evidenciando as aproximações e o distanciamentos entre as abordagens presentes nos textos que são objeto de análise. No quarto capítulo, a questão da narrativa é retratada com fundamento na construção feita por Carvalho e por Mattos relativamente à política da Abolição. No quinto capítulo, a elite política de Carvalho e os Saquaremas de Mattos são colocados em perspectiva teórica.

Sem qualquer intenção de esvaziar os debates que tais obras suscitam, os textos de Carvalho e de Mattos são examinados enquanto produtos de um tempo específico, datado, e que não pode ser totalmente recuperado. São textos que contextualizam e oferecem conjunturas textualizadas. As angústias e as esperanças de nosso tempo afetam a nossa leitura sobre esses

²⁰ Ibidem, p. 107.

textos. De igual forma, eles também são abalados por elas, posto que fazem emergir deles questões e dilemas que aproximam três tempos: o passado estudado por essas obras, o passado que é chão da construção dessas obras, e o nosso presente – século XIX, décadas de 1970 e 1980, e início do século XXI. Desse exercício de aproximação e de afetos, podemos, talvez, conseguir entender como o Brasil de Brás Cubas e do de Fabiano se influenciam mutuamente.

CAPÍTULO 1

DA ORDEM, REPRESENTAÇÕES E SOMBRAS: pensar *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*

Neste capítulo, vamos analisar a obra *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* apoiados em dois enfoques, um considerando a própria trajetória da obra com base nas capas que, entre 1981 e 2003, estamparam suas edições, para fazer um exercício interpretativo que relacione o texto à imagem, na medida em que serve de recurso para ampliar as reflexões sobre o texto. Essas ponderações serão aprofundadas na segunda parte, quando, a partir da leitura dos sorites de Nabuco, sua desconstrução e reconstrução, a obra de Carvalho será prescrutada para pensarmos desde os agentes que construíram a ordem imperial até a derrocada da Monarquia, processo que, ao estudar a elite política imperial, levanta o problema da representatividade, algo que permeia todo texto acerca do qual enfoca nossa análise.

O objeto do capítulo é a análise da citada obra de Carvalho, mas, para fins de ampliação do debate, serão usados outros textos do autor, tal qual nos valeremos da bibliografia de apoio para acentuar ou esclarecer algumas informações.

1.1 Da tese aos livros, e ao livro

Em termos de publicação, o percurso que deu origem ao texto que hoje nos interessa iniciou em 1975, seguindo até a versão que é aqui analisada, a edição de 2003. Os 28 anos que marcam este caminho vislumbram mudanças políticas emergentes a partir da redemocratização, e acabam por apontar a uma ressignificação do papel do Estado com sua(s) elite(s) política(s). A tese de doutoramento defendida por Carvalho, em 1975, na Stanford University, de título *Elite and state – Building in imperial Brazil*, foi produto de um longo período de estudos naquela instituição, desde 1966, agregando mestrado e doutorado. A primeira edição da primeira parte deste esforço foi publicada em 1980 pela Editora Campus. A segunda versão em português de parte desse esforço foi publicada em 1981, pela Editora Universidade de Brasília (Figura 1).

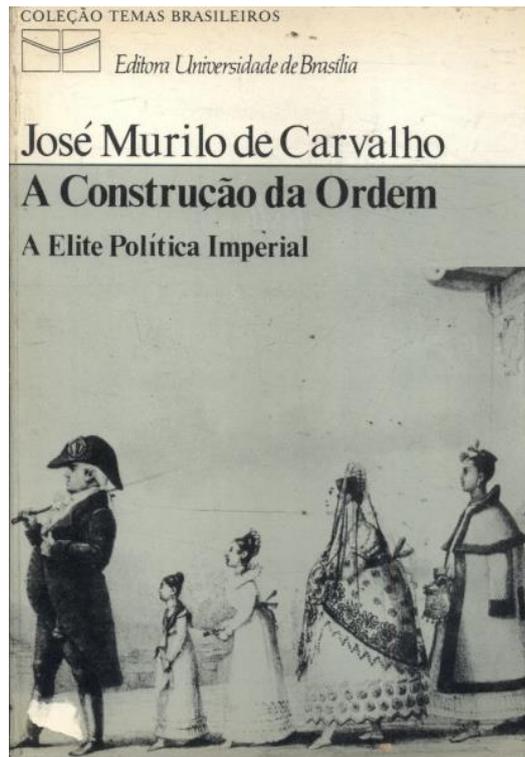


Figura 1 – Capa do livro *A Construção da Ordem*, 1981.

Este exemplar traz, em primeiro plano, uma reprodução da pintura de Jean-Baptiste Debret, de título *Empregado do governo saindo a passeio*, de 1839²¹, conforme a Figura 2.



Figura 2 – *Empregado do governo saindo a passeio*, 1839, de Jean-Baptiste Debret.

²¹ ARAÚJO, Marli Gomes de; MARCICANO, João Paulo Pereira; HELD, Maria Sílvia Barros de. A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 74, p. 270-301, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742019000300270&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 nov. 2020, 15:00:00.

Vemos, acima, a imagem de um funcionário público conduzindo sua família a um passeio, ordenando e dando direção aos outros elementos, ambos seguidos por seus escravos – cena que marca a hierarquia característica de uma sociedade patriarcal e escravista. Esse quadro remete à própria articulação construída em *A Construção da Ordem*: da burocracia como vetor social determinante para a construção do Estado imperial; do funcionalismo público como fator decisório à manutenção da ordem social. O exercício avoluma-se se considerarmos o funcionário como aquele que direciona a fila, como uma alegoria à direção da própria sociedade. Na argumentação de Carvalho, isso é particularmente pertinente, pois aquele que encabeça a fila (o funcionário público, ou empregado do governo) é, a um só tempo, quem dá sentido e sustentação àquela ordem e é o único capaz de desfazê-la.

A outra parte do que seria a tese de 1975, foi publicada em 1988, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com a capa (Figura 3) em azul, e uma espécie de relógio de bolso com uma ilustração monocromática. Na contracapa, a descrição da ilustração indica: “Relógio de bolso pertencente a D. Pedro II. Coleção da IBM do Brasil. In *História do Brasil*, vol. III, rio, Bloch Editores, 1972”. No entanto, as pesquisas aqui empreendidas não encontraram nada similar a este artefato. Todavia, vale dizermos que o retrato que integra o relógio de bolso é, de fato, do Imperador Dom Pedro II, usando farda de almirante da Marinha Imperial, como a pintura a óleo atribuída ao pintor austríaco Ferdinand Krumholz, do ano 1850 (Figura 4).

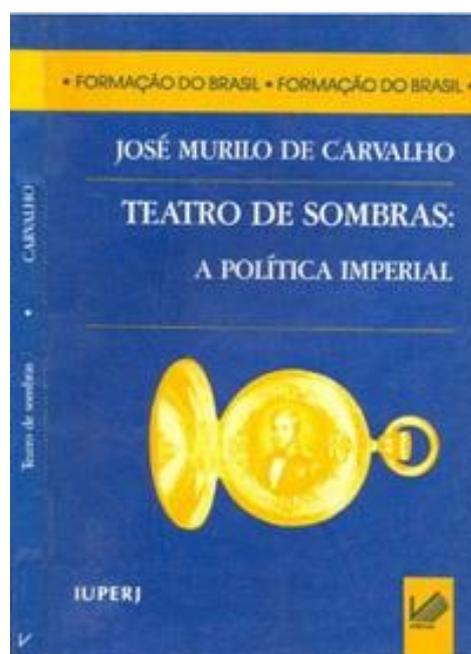


Figura 3 – Capa do livro *Teatro de sombras: a elite política imperial*, de 1988.



Figura 4 – Retrato de Dom Pedro II usando a farda de almirante da Marinha imperial brasileira, atribuída a Ferdinand Krumholz.²²

A ilustração do segundo e último Imperador do Brasil estampando o interior de um possível relógio de bolso não deixa de ser uma alusão ao conteúdo, à proporção em que o Imperador, enquanto chefe do Poder Moderador, acabava figurando-se como elemento condicionante à política imperial por articular o executivo e intervir nos demais poderes a partir do uso do quarto poder. Certamente, sua figura não sintetiza a política imperial que é objeto do *Teatro de sombras*, mas é da articulação entre a atuação do Imperador e a da elite política que as relações de poder no Império sofreram em suas nuances, até padecer frente à sua incapacidade em lidar com as mudanças sociais que tentara promover – como a própria Abolição. Uma capa que traz em si uma abordagem bastante distinta da versão francesa da mesma obra.

A versão em francês do *Teatro de sombras* foi publicada em 1990, sob o título *Um Théâtre D'Ombres: la politique impériale au Bresil* (Figura 5).

²² Disponível no site do Museu Imperial, pelo link: <<https://g.co/arts/3EWXmjgMS6tvTWUV7>>, consulta em agosto de 2021.

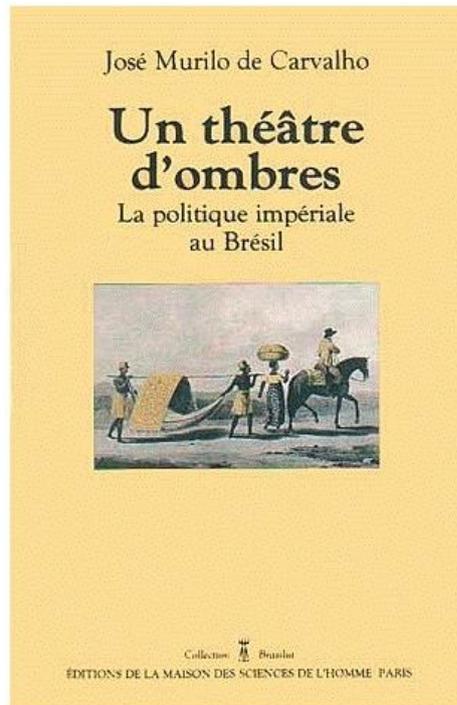


Figura 5 – Capa de *Um théâtre d'ombres. La politique impériale au Brésil*, de 1990.

A imagem que ilustra essa versão em francês é de Henry Koster (Figura 6), de 1816²³:



Figura 6 – *A planter and his wife on Journey*, de Henry Koster, 1816.

Koster foi um viajante inglês que se refugiou em Pernambuco por motivos de saúde. Durante sua estadia, entre os anos 1809 e 1815, fez anotações a respeito das capitânicas do Norte,

²³ A ilustração integra o livro: KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, 1816. Está disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>, acesso em setembro de 2021.

nas quais refletiu sobre a sociedade colonial²⁴. Suas anotações resultaram no livro *Travels in Brazil*, publicado em 1816, em Londres. Esse livro obteve uma boa aceitação do público europeu e norte-americano, chegando a ter seis edições, dado o interesse que esse público tinha acerca da colônia portuguesa que enfim se abria aos estrangeiros. Consoante Izabel Marson, o livro de Koster apresentava uma apurada observação ao que concerne aos impactos do Antigo Regime sobre a sociedade colonial, oferecendo argumentos para a questão da Abolição do tráfico de escravos, assunto que, naquele tempo, já adquiria projeção na política internacional.

Diferente da perspectiva política da capa em português, mostrada na Figura 6, os aspectos sociais da realidade brasileira do século XIX sobressaem – o trabalho escravo como base de uma sociedade conduzida por uma elite branca. A pertinência desta ilustração se dá quando, na argumentação de Carvalho, evidenciamos a necessidade de manter a ordem social que levou à adoção do sistema monárquico, e na ocasião em que a própria Monarquia se levantou contra essa ordem social – a saber, a escravidão –, a partir da implementação de políticas antiescravistas, ela perdeu o seu pilar de sustentação social, o sistema monárquico caiu um pouco depois do fim da escravidão.

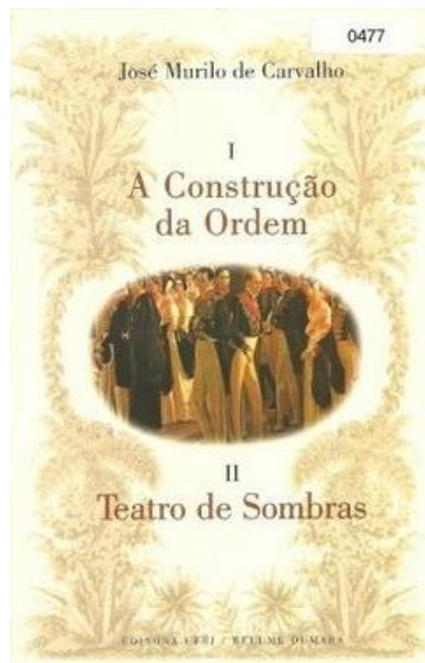


Figura 7 – Capa do livro *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, de 1996.

²⁴ MARSON, Izabel Andrade. Imagens da condição feminina em “Travels in Brazil” de Henry Koster. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 4, p. 219-242, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50925>>. Acesso em: 14 set. 2021.

A primeira versão identificada que unifica a obra em suas duas partes, outrora publicadas primeiro n’*A Construção da Ordem*, e depois em *Teatro de Sombras*, foi essa publicação de 1996, da Editora da UFRJ e da Relume-Dumará (Figura 7). Não foi possível distinguir a ilustração cujo recorte compõe esta capa. Ao que parece, a cena em foco ressalta uma reunião da elite oitocentista, provavelmente os elementos que incluem o objeto de análise, principalmente da primeira parte do livro, a elite política brasileira do Império. “Restaura-se a unidade original do trabalho, quebrada por razões editoriais da época das primeiras edições”²⁵, a unidade do trabalho de 1975 se restabeleceu.

A versão que é objeto desta pesquisa é a terceira edição (Figura 8), publicada em 2003, pela Editora Civilização Brasileira, que segue quase integralmente a edição anterior. A capa expõe uma configuração diferente das anteriores, com apego à pouca variação de cores. A ilustração que estampa esta capa é um recorte da *Vista do interior da praça do comércio*, de Auguste-Henri Victor Grandjean de Montigny, pintura de 1820 (Figura 9).

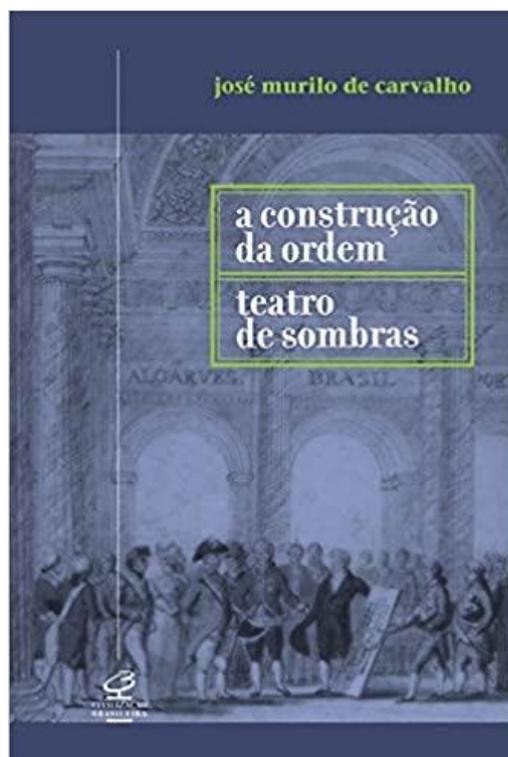


Figura 8 – Capa de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, de 2003.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. Nota à 2ª edição. In: _____. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



Figura 9 – *Vista do interior da praça do comércio*, de Auguste-Henri Victor Grandjean de Montigny, 1820.²⁶

A pintura de Grandjean de Montigny é uma ilustração do seu próprio projeto arquitetônico, já que ele mesmo projetou a Praça do Comércio que, mais tarde, tornar-se-ia a Alfândega, e hoje é a Casa França-Brasil, localizada no centro da outrora Corte, hoje, cidade do Rio de Janeiro. Na imagem, Grandjean retratou a si mesmo, mostrando o projeto da Praça do Comércio a Dom João VI. Após a queda de Napoleão, o então arquiteto oficial da Corte de Jerônimo Bonaparte decidiu pelo exílio, em 1816, e chegou ao Brasil com o grupo conhecido como Missão Artística Francesa. No ano da chegada, Grandjean foi nomeado professor de arquitetura da escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Após a independência, o estabelecimento passou a ser chamado de Academia Imperial de Belas-Artes, onde atuou como professor de arquitetura até sua morte, em 1850²⁷.

O recorte da obra de Grandjean traz, para o primeiro plano, o que aparenta ser D. João VI e as pessoas ao seu entorno, deixando de dar ênfase aos aspectos arquitetônicos, contudo,

²⁶ Imagem disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Grandjean_de_Montigny_-_Vista_do_interior_da_Pra%C3%A7a_do_Com%C3%A9rcio.jpg>, acesso em setembro de 2021.

²⁷ SANTOS, Ana Maria Pessoa dos; PEREIRA, Margareth da Silva; PEIXOTO, Priscilla. Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850). Inventário e questões de método. In: CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sônia Gomes (orgs.). *Histórias da Escola de Belas Artes: revisão crítica de sua trajetória*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2016. p. 69.

destacando o aspecto social da ilustração. Mais do que isso, quando Grandjean planejou a Praça do Comércio, e depois fez esse desenho, colocando-se nele, ocorre um espelhamento de si na sua criação – o criador coloca-se na sua criação, apresentando-a, oferecendo-a ao rei. Essa projeção de si, interlocução entre criador e criatura, caracterizou também os debates que atravessaram os elos políticos no Império do Brasil – nos discursos que compõem os acalorados debates que marcaram a política imperial, em especial quanto às políticas da Abolição, à política de terras e mesmo às atas do Conselho de Estado; o que se vê são integrantes/componentes do próprio Estado, muitos deles seus construtores, seus criadores, ora projetando a si mesmos na estrutura que criaram, ora denunciando ausência de si nessa estrutura. O que aponta bem para tese de Carvalho, sustentada em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, que o Estado brasileiro não foi mero porta-voz dos interesses de um determinado grupo social, ao contrário, muitos agentes estatais (isto é, parte da elite política) agiram com relativa autonomia em relação a setores econômicos proeminentes, como o da lavoura de exportação, levantando a pauta das políticas da Abolição, que não refletia os interesses do citado setor. Os proprietários de terras e escravos queriam se ver representados no Estado imperial e, ao perceberem que as políticas conduzidas por ele não atendiam aos seus interesses, optaram por uma outra estrutura política pela qual, almejavam, enfim, serem representados – caiu a Monarquia.

Se um livro não pode ser julgado pela capa, a análise proposta aqui inverte a disjunção ao começar a entender a capa pelo livro. A ideia é buscar estratégias de compreensão para a relação entre o conteúdo do texto que compõe o livro e sua capa. Procurar técnicas para apreender a interlocução entre o textual e o visual, ao articular uma ligação entre eles, mas, já impondo para o que nos interessa uma hierarquia, visto que a imagética da capa nos cabe na medida em que ajuda a assimilar aspectos do texto. Trata-se de um exercício válido, pois, se a capa de um livro traz em si a dimensão verbo-visual de um enunciado, como proposto por Beth Brait, ela expressa uma dimensão em que, tanto a linguagem verbal, como a visual, produzem, conjuntamente, sentidos, e não podem ser separadas, sob o risco de lesionarmos uma parte do plano de expressão, comprometendo, ou mesmo mutilando, a compreensão das formas de produção de significação desse enunciado, dado que o visual e o textual devem ser lidos/vistos simultaneamente ²⁸.

A história do livro *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, considerada, aqui, sob o aspecto ilustrativo de suas capas, é assinalada por uma passagem do uso de tipos diferentes de imagens em primeiro plano, dando significação visual ao livro. Como vimos, as Imagens 1

²⁸ BRAIT, Beth. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 43-66, jul./dez. 2013. p. 44.

e 5 mostram uma realidade social marcada pela escravidão, através das quais é possível definir um marco temporal sobre o qual se assenta a obra. Por seu turno, na Figura 4, bem como na Figura 7, não havia mais a necessidade dessa localização no espaço e no tempo a partir da referência à sociedade escravista, a projeção feita é de estadistas, no caso, o segundo Imperador, e elementos que o circundavam na política imperial, o que demonstra uma ampliação do campo de estudos por realçar uma realidade social e política, que, para além de ter como seu traço distintivo a escravidão, pôde, no final da década de 1980 e início da década de 1990, carregar outras referências imagéticas. Já que

[...] Enquanto conjunto e sob a perspectiva dialógica, o enunciado/texto verbo-visual caracteriza-se como dimensão enunciado discursiva reveladora de autoria de diferentes tipos de interlocuções de discursos, evidenciando relações mais ou menos tensas, entretecidas pelo face a face promovido entre o verbal e o visual, os quais apresentam como alteridades que, ao se defrontarem, convocam memórias de sujeitos e de objetos, promovendo novas identidades.²⁹

Na Figura 2 e na Figura 9, notamos o uso de obras dos membros da chamada Missão Artística Francesa, começando com Debret e finalizando com Grandjean de Montigny, o que nos leva a pensar o quanto o olhar estrangeiro à nossa conjuntura passada ainda se figura como parâmetro ilustrativo para nossa própria história. Eles, de alguma maneira, seguem falando sobre nós, ou os historiadores, temo-los como ilustradores do nosso passado, enquanto experiência e, também, objeto.

As capas de *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras* até se tornaram uma obra só, denotam esse percurso de referências assentadas em sujeitos e objetos que identificavam o século XIX brasileiro, chegando à Figura 8, com a configuração atual do livro. O uso do recorte de uma ilustração de 1820 aduz que as referências imagéticas sobre o período analisado por Carvalho amplificaram-se para as vestimentas e traços arquitetônicos, todavia, retratam, também, que a capa do livro não tem mais a obrigação de ser autoexplicativa como os primeiros exemplares, pois afiançam-se sob um campo de pesquisa ampliado e fundado. Não só o campo, mas o autor e a obra. Livros de História são, na sua maioria, vendidos a historiadores. Havia-se a necessidade inicial de localizar pela capa a obra no tempo e no espaço; o reconhecimento da relevância do texto de Carvalho permite o uso ilustrativo sem se prender a um único ângulo da sociedade brasileira do século XIX, como a escravidão, por mais que esse traço tenha sido condicionante das relações sociais e políticas do período em questão – algo bem explorado na

²⁹ BRAIT, 2013, p. 62.

argumentação de Carvalho –, porém, deixa ver que o espectro de compreensão e análise do Oitocentos, no Brasil, ampliou-se. A capa de um livro é um recurso por meio do qual podemos dar forma à experiência do texto³⁰, quer dizer, dar formato ao próprio conteúdo do livro. Ao passo que o conhecimento sobre o Dezenove aumentou, a experiência adquiriu novas estratégias ilustrativas também.

1.2 Dos sorites ao problema da representação

O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!³¹

O famoso “Discurso do sorites”, de Nabuco de Araújo, exala sofismas para denunciar, num primeiro olhar, o que ele, naquele ano de 1868, mais via de problemático no sistema político imperial: a intromissão do Imperador nas eleições. A Constituição de 1824 instituiu o Poder Moderador, exercido pelo Imperador, e, nessa condição, acumulava, em torno de si, o Poder Moderador e, também, o Poder Executivo, competência dos ministérios formados por esse mesmo Imperador. A repetição da palavra Imperador aqui é voluntária e indica diretamente para a denúncia intencionada por Nabuco: a grande interferência da Coroa sobre o sistema político, a ponto de anular os partidos.

A primeira oração da citação remonta ao dever do Imperador (organizar ministérios), esse dever repercute em uma ação (faz a eleição), e essa ação constrói uma situação (faz a maioria). Em uma associação de lamento e denúncia, Nabuco apresenta alguns aspectos do sistema representativo vigente ao longo do Império. Nesses termos, o sistema representativo mencionado na última oração focaliza o sujeito da primeira oração, o Poder Moderador. A crítica de Nabuco referia-se ao fato de o resultado do sistema eleitoral ser direcionado pelo Imperador – ele fazia os ministérios e estes faziam a maioria das eleições, portanto, o Imperador instituía a maioria nas eleições –, sendo assim, acabava sendo o maior representado entre eleitos. Logo, além de ter o controle sobre o Poder Moderador e o Poder Executivo, o Imperador, na denúncia de Nabuco de Araújo, controlava também o Poder Legislativo.

³⁰ BRAIT, 2013, p. 48.

³¹ NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 663 apud CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 406.

Este fragmento foi retirado de um discurso feito por Nabuco no Senado, na ocasião da queda do ministério de Zacarias de Góes, na época vinculado à Liga Progressista, uma coalisão formada por antigos liberais e conservadores dissidentes, dentre os quais Nabuco de Araújo. Com a queda de Zacarias, o conservador Cotegipe foi escolhido para o seu lugar, justo quando os conservadores eram minoria na Câmara, como consequência, esta instância legislativa foi dissolvida. Por isso, a ação do Imperador acabava intencionando recolocar os conservadores no poder, na leitura de Nabuco³². Na parte que antecede o trecho citado por Carvalho, Nabuco de Araújo já alarmava a denúncia: “Não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no Estado em que se acham as eleições do nosso país. Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo”³³. Resta-nos indagar os termos e as condições da queixa de Nabuco à luz do sistema político imperial aferido por Carvalho em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*.

Entre os anos 1897 e 1899, Joaquim Nabuco publicou, em três volumes, o livro *Um Estadista do Império*, narrando a trajetória política e intelectual do seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878). Os volumes do livro foram escritos nos anos posteriores à Proclamação da República, período em que o rompimento com as estruturas coloniais não era mais um problema para o ideário liberal, e sim à necessidade de unificar as elites conservadoras, adaptando-as diante da nova ordem que se estabelecia e, por esse motivo, Joaquim Nabuco fazia parte de um conjunto de intelectuais avessos ao fascínio que a cultura norte-americana exercia sobre o restante dos americanos, porquanto entendiam que o progresso dos Estados Unidos e sua contrapartida democrática não eram compatíveis com a realidade latino-americana, já demandando uma educação de qualidade e eficiente³⁴. A narrativa de Joaquim Nabuco expressava o tom elogioso à Monarquia enquanto contava a trajetória de Nabuco, sempre colocando-a como responsável pela unidade do país, pela superação dos problemas herdados da colonização portuguesa, pela resolução do problema da escravidão, garantindo a unidade territorial na mesma medida em que estabeleceu um regime estável e com a liberdade que lhe era possível no momento³⁵. A escrita de Joaquim Nabuco em *Um Estadista* acabou por suavizar, silenciar, ou mesmo tentar explicar as ações políticas um tanto questionáveis de seu pai.

³² CARVALHO, 2003, p. 404.

³³ ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discurso de Nabuco de Araújo em 17 de julho de 1868*. Discurso do sorites. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp>. Acesso em: 15 ago. 2021, 18:10:10.

³⁴ SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco (1849-1910). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Volume 4. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018. cap. 4, p. 83-107. p. 86.

³⁵ *Ibidem*, p. 88.

José Thomaz Nabuco de Araújo formou-se em Direito pela faculdade de Recife, iniciou sua carreira como juiz em Pernambuco, depois foi Deputado Geral também por Pernambuco, presidente da Província de São Paulo, Ministro da Justiça, Senador, por fim, Conselheiro do Estado Imperial. Começou sua carreira política como integrante do Partido Conservador, foi atuante e exerceu forte liderança. A partir da década de 1860, do século XIX, Nabuco de Araújo se afastou politicamente dos conservadores e mudou o tom de suas críticas a ponto de culminar com as críticas colocadas no “discurso do sorites”, uma fala acusatória, de oposição política, bem distinta do seu posicionamento até os fins da década de 1850. Exemplo disso se deu na circunstância da implementação da Conciliação, pelo gabinete do Marquês de Paraná, em 1853, quando proferiu outro famoso discurso intitulado “Ponte de Ouro”, através do qual defendeu a causa do então gabinete:

[...] A missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a Monarquia e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-las e neutralizar as suas exagerações. Se representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade?³⁶

No fragmento acima, amplamente difundido em estudos atinentes ao citado contexto histórico³⁷, houve um exercício de Nabuco de caracterização de um tipo de governo, uma caracterização que começou por intermédio de negativas – o que esse tipo de governo não faz – e depois seguiu para as afirmativas – o que esse tipo de governo faz. Segundo Nabuco, um governo que “representa o princípio conservador” não pode ter como missão hostilizar famílias

³⁶ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975. p. 145.

³⁷ Exemplos disso são teses e dissertações recentes: NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *Elites políticas e projetos de integração em Goiás (1822-1855)*. Goiânia, 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/NASCIMENTO_Patr_cia_Emanuelle_2003.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021, 11:15:05; RODRIGUES, Pedro Pargo. *As frações da classe senhorial e a lei hipotecária de 1864*. Niterói, 2014. 210 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2014. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1754.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021, 15:20:15; ARGOLLO VALDETARO, Zina Maria de Teive. *Lições da ciência do belo: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros*. Rio de Janeiro, 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-112/e034licoos-da-ciencia-do-belo034--os-Saquaremas-e-a-conformacao-dos-brasileiros>>. Acesso em: 13 fev. 2021, 10:20:05; SIMÕES, Rafael Cláudio. *O papel da sociedade civil organizada no combate à corrupção: o caso da organização não governamental (ONG) Amigos Associados de Ribeirão Bonito (AMARRIBO) (1999- 2010)*. Vitória, 2014. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3526/1/tese_7553_dissertacao_completa_final%20%283%29.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021, 14:05:35.

e nomes, não pode ter como missão acabar com as influências da grande propriedade, e das riquezas e prestígios que dela decorrem. Um governo conservador não pode se levantar contra a grande propriedade, ao contrário disso, deve aproveitar de sua influência no interesse público, num esforço de promover sua identificação com a Monarquia e conquistar sua confiança, para neutralizar as exagerações dessa mesma grande propriedade.

Na leitura de Nabuco, existia um movimento que atentava, naquele momento, contra a influência da grande propriedade e, ao mesmo tempo, que reconhecia a necessidade de controlar as exagerações dessa grande propriedade. O sujeito, o ente que exercia, aqui, a ação, o protagonismo na construção de Nabuco era o “governo conservador”, um governo que devia atuar numa dupla função: se beneficiar da grande propriedade e neutralizar seus exageros. Nabuco voltou-se aos conservadores em sua fala, contudo, seu esforço foi de marcar o papel da grande propriedade no governo. Um papel que não pode ser anulado, não pode ser ignorado.

Do “Ponte de Ouro”, de 1853, ao “discurso do sorites”, de 1868, existe uma distinção na postura de Nabuco de Araújo. De uma jornada marcada pela circulação entre os altos figurões do Partido Conservador e pela defesa entusiasmada da Conciliação como caminho para o fortalecimento do sistema representativo do Império, anos depois, vemos, nos sorites, uma denúncia, ao primeiro olhar, voltada à interferência do Poder Moderador como fator de falseamento do sistema representativo, denotando dissabor e frustração. Ampliamos o debate com a análise de Beatriz Piva Momesso a respeito das ideias e atos de Nabuco de Araújo quanto aos grandes acontecimentos do século XIX³⁸, reflexão essa que oportuniza estender a percepção sobre suas diversas posturas ao considerar a sua trajetória pessoal.

Para o então senador, por mais que presasse pela existência da oposição e pela diversidade dos partidos políticos como propulsores do sistema representativo, a defesa da Conciliação aparecia como estratégia para neutralizar os opositores ao inserir nomes do Partido Liberal no governo, mas sendo esse liderado pelo Partido Conservador³⁹. Já, em 1859, mostrava-se desiludido, para ele, os partidos perderam identidade como consequência da soberba dos conservadores mediante ao seu exclusivismo. No entendimento de Nabuco, a Conciliação tornou-se a imposição dos conservadores sobre os liberais, ao invés haver a cooptação de ideias, houve a cooptação de pessoas, e a oposição acabou sendo anulada⁴⁰. Tanto que, em março desse ano, deixou o cargo de Ministro da Justiça desiludido, no entanto,

³⁸ MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. Rio de Janeiro, 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/13027>>. Acesso em: 12 set. 2021, 17:20:15.

³⁹ Ibidem, p. 264-265.

⁴⁰ Ibidem, p. 279.

sobretudo por chateações e desilusões pessoais com seus colegas conservadores – dadas pelo não reconhecimento de seus serviços, falta de apoio diante de acusações e traições – e não tanto por questões ideológicas⁴¹. Por sua vez, como parte da Liga Progressista, de 1862 a 1868, e a partir daí como integrante do Movimento Centro Liberal (tido, por muitos, como o novo Partido Liberal), seus discursos e ações políticas mudaram, salientando a denúncia do exclusivismo conservador e como seus antigos aliados assumiam posturas retrógradas que impediam o Brasil de desenvolver-se. Nesse viés, pensar os sorites de Nabuco assume um sentido mais amplo, é certo que há crítica à atuação do Poder Moderador naquela situação pontual que envolveu a queda de Zacarias, todavia, maiormente à proeminência dos conservadores, seu exclusivismo, fator a falsear o sistema representativo.

Nabuco de Araújo assentia, de acordo com Joaquim Nabuco, que, após a Maioridade, posições políticas carregadas de interesses locais e pessoais perderam importância diante da fixação dos partidos⁴². Nesse processo, a Monarquia centralizada justificava-se por conta da incapacidade de exercer o *self-government* pelo povo brasileiro, tal tutela se desenvolvia através de uma administração centralizada necessária para dar estabilidade ao regime parlamentar e, ao mesmo tempo, garantir as liberdades civis.⁴³

Conforme Joaquim Nabuco, a grande preocupação de seu pai era o aperfeiçoamento do sistema representativo. A questão maior para Nabuco era a seguridade, isto é, a estabilidade de um sistema político e de uma ordem futura, uma ordem capaz de ser conciliada com a liberdade⁴⁴. Por isso, uma das grandes bandeiras de Nabuco era a indispensabilidade de se deixar de lado o espírito das facções, dos interesses partidários, deveriam prevalecer os interesses da Nação⁴⁵. Os princípios precisariam ser postos em prática face a situações concretas, sem subordiná-los aos pleitos particulares, individuais, partidários. Os princípios careciam ser identificados com os interesses maiores do país.⁴⁶

⁴¹ Segundo Beatriz Momesso, uma série de fatores explicam a frustração de Nabuco. Em fevereiro de 1859, foi divulgada a reforma da Secretaria dos Negócios e da Justiça, o periódico *Correio da Tarde* condenou com veemência os gastos com tais reformas e expôs os nomes de Nabuco de Araújo, e de Sérgio Teixeira de Macedo, que presidia a secretaria de Estado do Império. Macedo, em curto prazo, voltou atrás em relação aos custos com a reforma, o que deixou o nome de Nabuco ainda mais exposto. Esse mesmo Macedo havia prometido um cargo ao irmão de Nabuco e não o fez. Para piorar a situação, em março daquele ano, o mesmo periódico denunciou o favorecimento de Nabuco a jornais e publicistas que fossem benevolentes com o governo – nova exposição do nome de Nabuco, e novamente ninguém saiu em sua defesa. Frustrado com os interesses não atendidos, traições e humilhações públicas, Nabuco se afastou, aos poucos, do Partido Conservador, e, em 1862, filiou-se à Liga Progressista. Quando ocorreu a queda de Zacarias, em 1868, Nabuco integrava o Movimento Centro Liberal (MOMESSO, 2015, p. 281-301).

⁴² NABUCO, 1975. Tomo I, p. 50.

⁴³ SALLES, 2018, p. 90.

⁴⁴ NABUCO, 1975. Tomo IV, p. 121.

⁴⁵ SALLES, opus citatum, p. 99.

⁴⁶ NABUCO, 1975, Tomo I, p. 64; 76.

Voltemos ao sorites. Para além da denúncia/lamento de Nabuco, num esforço de compreensão, Carvalho, em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, adentra ao sistema político do Império do Brasil. Um sistema construído desde a Independência, consolidado em meados do século XIX, e que findou às vésperas da década final deste século. Dividida em duas partes, a obra empreita analisar a elite política imperial, num primeiro momento, e a política imperial em seguida. Com um escopo documental amplo e diversificado, manuseio de dados e tabelas, trata-se de um texto fundamental para quem intenta conhecer a história do Brasil no Oitocentos, mormente seu governo e governantes. O grau de abrangência dos temas estudados por Carvalho divisa um texto denso em termos analíticos e com grande variedade de temas abordados. A questão levantada, aqui, é por quê, para Carvalho, a leitura de Nabuco expressada nos sorites é equivocada. Destarte, a reflexão feita neste capítulo ater-se-á às duas questões que permeiam todo o texto de Carvalho, e que são entendidas como chaves de leitura para sua obra, especificamente, a questão da representatividade da elite política e o papel do Imperador nesse processo, ambos inseridos num processo de construção e de desconstrução da ordem. Num exercício de erudição, com leitura e releituras do sorites de Nabuco, Carvalho detalha as relações de poder no Império, apresenta como era (e porque era), como poderia ser, e como tornou-se o sistema político brasileiro após a queda da Monarquia.

Os agentes da ordem: da construção à consolidação

O processo de independência da América Portuguesa foi realizado em condições específicas, sem ruptura abrupta, e fez emergir um país centralizado sob o governo do regime monárquico. A especificidade das condições deu o tom de distinção do Brasil diante das demais nações da América Hispânica – uma Monarquia centralizada, com governo civil estável, em meio a dezenas de Repúblicas com governos instáveis. E, justamente, a indagação sobre essas condições específicas é que direcionou Carvalho a buscar respostas mais satisfatórias que as até então (década de 1970) encontradas na historiografia, que fossem capazes de explicar a particularidade brasileira no contexto americano. A argumentação do autor se dá em torno da tese de existir, no Brasil, na ocasião da Independência, uma elite política homogênea em termos ideológicos e de treinamento⁴⁷, e essa homogeneidade deu à elite uma coesão maior no processo de escolha do sistema político a ser implantado.

⁴⁷ CARVALHO, 2003, p. 21.

A peculiaridade da elite não estava em sua origem social, e sim em sua socialização e treinamento⁴⁸. Esses fatores confeririam à elite política brasileira uma unidade capaz de garantir a execução de determinada concepção de Estado e capacidade de governo. Permitiu a articulação de considerável consenso quanto à defesa da manutenção da unidade do país, à repulsa por governos militares, à defesa do sistema representativo, à manutenção da Monarquia e à necessidade de preservar a escravidão⁴⁹. Existiam divergências quanto ao tipo de Estado liberal a ser adotado, o que deu a tônica, mesmo que (por vezes) retórica do debate a respeito da centralização/descentralização dentro do bipartidarismo, no qual o Partido Conservador e o Partido Liberal antagonizaram. Entretanto, as alternativas de ruptura radical estavam afastadas, se não existia, no Brasil, uma elite revolucionária, existia uma capaz de evitar uma revolução⁵⁰.

A construção desse consenso se consolidou a partir de 1834. A situação de disputas políticas, por exemplo, na década de 1830, era tão acentuada que foi o período de maior circulação de periódicos de toda a primeira metade do Oitocentos. Marcello Basile informa que a maioria dos jornais era de cunho político doutrinário. Todas as facções políticas e lideranças estavam representadas direta ou indiretamente por periódicos. Qualquer um que almejasse ser eleito precisava do jornal como instrumento chave. Os jornais eram como uma arena pública de debates, de exposição e conflito de ideias. O alargamento e a dinamização da esfera pública na qual se inseriam os periódicos resultou da crise consequente da cisão e disputas violentas entre elites e intelectuais durante o Primeiro Reinado e Regências, o que favoreceu o surgimento de novos atores políticos. A partir de 1834, ocorreu o esvaziamento do espaço público fluminense, pois as antigas facções foram desestruturadas e houve a rearticulação de forças políticas, operada pelo Regresso. Somente a contar de 1860, frente ao fim da proeminência dos Saquaremas, aconteceu um outro vigoroso movimento de expansão da esfera pública⁵¹. Dedicada também aos jornais da década de 1830, Gladys Sabina Ribeiro entende que esse período é marcado por grande fluidez, os personagens não se filiavam a uma única associação, tampouco se obrigavam a pertencer a ela por coerência ideológica e fidelidade aos seus princípios⁵². Outra perspectiva sobre a construção desse consenso é dada por Júlio Bentivoglio

⁴⁸ CARVALHO, 2003, p. 138.

⁴⁹ Ibidem, p. 138.

⁵⁰ Ibidem, p. 139. Isso se dava, sobretudo, ao fato de as ideias radicais que fomentaram a Revolução Francesa terem sido afastadas da Universidade de Coimbra. Mesmo as faculdades brasileiras não foram espaços abertos para ideários iluministas.

⁵¹ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 61.

⁵² RIBEIRO, Gladys Sabina. “A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro”: o Caramuru e a conservação. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectivas da cidadania no Brasil império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 227-262. p. 231.

– especificamente para o período posterior à Maioridade –, ao dizer que, nesse processo, houve uma disputa entre palacianos e partidários, e os últimos saíram vitoriosos. Porém, nem todas as forças políticas se integraram às forças então legitimadas pela existência do Partido Conservador e do Partido Liberal⁵³.

Carvalho reitera que a homogeneidade da elite política brasileira se deu por conta de três fatores: formação, ocupação e treinamento. A educação foi basilar para a unificação ideológica da elite, fomentou considerável consenso quanto aos prisms políticos, à ocupação e ao treinamento, possibilitando uma ação mais coesa. A elite política brasileira era altamente educada. A homogeneidade gerada pelo nível educacional era reforçada pelo local comum de formação.

Foram duas gerações distintas de políticos que governaram o Brasil no século XIX: a primeira geração formou-se em Coimbra e dominou o Primeiro Reinado e o Período Regencial, e foi fundamental à Consolidação da Monarquia, mas desapareceu após 1853; a segunda geração constituiu-se nas faculdades de direito existentes no Brasil após a independência, e dominou a partir de 1853⁵⁴.

A primeira geração foi a que construiu a ordem imperial, que concebeu a Monarquia representativa, assegurou a centralização e o estabelecimento de um governo civil estável, em um cenário em que o problema da unidade política surgia mediante às rebeliões regenciais – foram os construtores da ordem. O intervalo que vai da Independência até 1850 é chamado de “período de acumulação primitiva de poder” por Carvalho⁵⁵. A segunda geração emergiu num panorama em que a unidade territorial não se figurava ameaçada, contudo, despontou o problema da representatividade, demandas por representação levantaram-se dos setores urbanos movimentados por bacharéis, intelectuais, jornalistas e advogados defendendo a expansão da cidadania. E, também, dos setores rurais, dado que os proprietários rurais da grande lavoura de exportação viram na proposição de reformas sociais uma afronta aos seus interesses. Setores urbanos e rurais juntos ao Exército foram os que deram base para a desconstrução do sistema monárquico.

Até 1850, a maior parte da elite política brasileira formou-se na Universidade de Coimbra, já que as colônias portuguesas não podiam ter estabelecimentos de ensino superior. A formação coimbrã foi marcada pelo privilegiamento da formação jurídica, com restrições de acessibilidade às ideias iluministas; direcionada aos interesses do Estado Português, carregada

⁵³ BENTIVOGLIO, 2014, p. 350-351.

⁵⁴ CARVALHO, 2003, p. 80.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 154.

de um mercantilismo voltado ao fortalecimento do poder real⁵⁶. A concentração dos estudos em Coimbra levou a uma distribuição muito mais elitista da educação – esse foi o preço da homogeneidade da elite brasileira.

Após a Independência, a formação da elite ficou concentrada em escolas de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, e nos cursos de direito em São Paulo e em Olinda. O custo era muito alto para se fazer uma faculdade, o que restringia mais ainda o acesso e elitizava o processo. Os cursos de direito seguiram o modelo de Coimbra, com algumas adaptações, com vistas a formar juristas, advogados, deputados, senadores, diplomatas e a mais alta burocracia do Estado brasileiro⁵⁷. A concentração da formação nas quatro instituições de ensino superior garantiu certa continuidade da homogeneidade coimbrã, e assegurou relativa unidade ideológica da elite política. Precipuamente porque existia um controle do governo sobre esses cursos, principalmente os de direito, dos quais saíram o grosso da elite política que articulou as relações de poder no Império. O governo centralizado no Rio de Janeiro regulou os cursos de direito, isso favoreceu a homogeneização, que, por conseguinte, beneficia a centralização⁵⁸.

A ocupação foi outro fator de unidade para a elite política brasileira. A maior parte veio da administração pública e de profissões liberais, uma parte vinha das atividades capitalistas e da grande lavoura. De 85% a 100% dos políticos brasileiros vieram de um grupo restrito da população do país, que abrangia 0,1% da população ativa, eram: juízes, procuradores, advogados, padres, médicos, professores, homens de letras, oficiais militares, altos funcionários públicos⁵⁹. Pesa, ainda, o fato de ser o Estado o maior empregador dos letrados que ele formava, assim, os elementos com maior possibilidade de acesso às posições na elite política estavam vinculados à máquina estatal. A elite política, especialmente a que predominou até 1853, tendia a fundir-se com a burocracia.

O mundo escravista impunha limitações ao leque ocupacional no Brasil, e o funcionalismo público surgia como uma das poucas alternativas para os elementos marginais daquele mundo. Recorriam à burocracia os que estavam em mobilidade descendente e os que estavam em mobilidade ascendente; os primeiros eram excedentes do mundo escravista, os segundos os que nele não puderam entrar⁶⁰. Isso conferia à burocracia razoável autonomia em

⁵⁶ CARVALHO, 2003, p. 66; 68.

⁵⁷ Ibidem, p. 76.

⁵⁸ Vale dizermos que a homogeneidade ideológica da elite formada nas faculdades brasileiras acabou sendo menor que a de formação coimbrã, e esse foi um dos fatores, na argumentação de Carvalho, que fomentou a adesão às ideias republicanas. Ibidem, p. 83.

⁵⁹ Ibidem, p. 98.

⁶⁰ O argumento de ser a burocracia *locus* dos marginalizados do sistema escravista sustenta a tese de ser, essa burocracia, não representativa da sociedade, o que, por um lado, garantiu a estabilidade política quando não

relação ao pleito da grande lavoura de exportação, todavia, de todo modo, sabia ela que dali saía a maior parte das rendas públicas, não podia “matar a galinha dos ovos de ouro”⁶¹.

Dentro da burocracia, os magistrados foram os que mais combinaram elementos intelectuais, ideológicos e práticos, foram “os mais completos construtores do Estado no Império, especialmente os da geração coimbrã”⁶². Eles predominaram no cenário político até a década de 1850, quando se iniciou a ascensão dos profissionais liberais formados nas faculdades brasileiras, dos quais se destacaram os advogados. Além do local de formação, os advogados se distinguiram dos magistrados por serem instrumentos da representação individual ou coletiva, podendo ser tanto favoráveis quanto contrários ao Estado, já o magistrado era um funcionário público, zelador da lei, defensor da ordem⁶³. Os magistrados foram cruciais no momento de concentração do poder que consolidou a ordem, enquanto os advogados o foram quando as demandas por participação política se acentuaram⁶⁴ – verifica-se uma passagem do domínio dos funcionários públicos para o domínio dos profissionais liberais, do início para o final do Império.

Os outros elementos da burocracia eram o clero e os militares. Em diferentes períodos, esses setores atuaram como “contraelites”. A burocracia eclesiástica, haja vista o padroado, estava vinculada ao Estado e à Igreja, por essa razão, o liame do clero com o Estado tendeu a ser ambíguo e, inclusive, conflituoso. Os padres envolveram-se em praticamente todos os movimentos de rebelião até 1842⁶⁵, chegaram a ter importante atuação política no Primeiro Reinado e nas Regências, no entanto, a partir da década de 40 do Oitocentos, desaparecem da vida política do país com o Regresso. Somente na época da Questão Religiosa apareceram novamente no cenário político⁶⁶.

Os militares do Exército atuaram durante o Primeiro Reinado, mas, ao longo das Regências, sob a atuação do Liberais, o Exército foi enfraquecido. Desde então, passou por uma série de reformas internas que permitiram a ascensão de famílias modestas ao oficialato, a organização cresceu, aperfeiçoou-se, elevou seu nível educacional. Após a Guerra do Paraguai, o envolvimento político do exército aumentou no mesmo nível de suas queixas e

havia estabilidade social, mas levou a esta burocracia, quando, no governo, a tomar medidas distantes da realidade social. CARVALHO, 2003, p. 165.

⁶¹ CARVALHO, 2003, p. 166.

⁶² Ibidem p. 99.

⁶³ Ibidem, p. 101; 115.

⁶⁴ Ibidem, p. 102; 115. A emergência dos advogados ocorreu quando o setor público não deu conta de acolher a todos os profissionais produzidos pelas faculdades brasileiras, e assim a outrora homogeneidade não se concretizou, dada a falta de treinamento nas esferas do Estado.

⁶⁵ Ibidem, p. 183.

⁶⁶ Ibidem, p. 187. Mas sem a mesma proporção com a qual se envolveram nas chamadas Inconfidências, e nas revoltas regenciais.

reinvidicações, agora direcionados pela ideologia do positivismo⁶⁷. Desde a Questão Militar, foi desenhando-se para ser o principal elemento da destruição do sistema imperial.

De acordo com José Murilo, a carreira política foi fator de unificação, pois deu treinamento à elite política. O Império brasileiro manteve a prática portuguesa de fazer seus administradores circular, verticalmente ou horizontalmente, por cargos ou por lugares. A carreira começava pela formação superior, geralmente direito. Para os que não possuíam influência familiar para ir à Câmara dos Deputados, a magistratura surgia como caminho para o ingresso na vida política, com nomeação para localidade diferente da origem do magistrado. Uma vez dentro da Câmara, o político estaria a um passo do círculo interno da elite, caso conciliasse capacidade e patronato somados ao favor do Imperador, poderia assumir a presidência de uma província de menor relevância, transitando para uma de maior importância. A partir daí, sucedia intensa circulação e acumulação de cargos, podendo chegar a ser ministro. O auge da carreira política seria o Conselho. Carvalho constata que a maioria dos políticos que chegavam ao topo da carreira passavam por intensa circulação geográfica, favorecendo a aquisição de experiência política e administrativa, e isso repercutia em suas visões e comportamentos diante dos interesses nacionais⁶⁸.

O resultado de tais visões e comportamentos foi, como já dito, a consolidação de uma Monarquia Representativa, com centralização política que assegurava a unidade territorial, um governo civil estável, e com a manutenção da escravidão. Até a década de 1840, essa ordem estava definida enquanto escolha de uma parte da elite política nacional, porém, ainda não gerava consenso sobre as forças econômicas e sociais espalhadas pelo território, originando as rebeliões regenciais de cunho separatista. Ao fim do Primeiro Reinado, a experiência da descentralização mostrou que o processo de construção e consolidação da ordem estava longe de se concretizar. A homogeneidade ideológica da elite política era, portanto, restrita em sua ação efetiva, não certificava por si só a manutenção da Monarquia e da unidade nacional. As revoltas que eclodiram de Norte a Sul do país tiveram como protagonistas os proprietários de terras, comerciantes, trabalhadores livres, e até escravos⁶⁹. Alguns movimentos iniciaram com propostas de reformas políticas, e acabaram desencadeando em propostas de reformas sociais – e este é o ponto que sensibilizou o proprietário rural, o voltado para a grande lavoura de exportação, ou para o mercado interno; por reformas sociais, aqui, lê-se o fim da escravidão.

⁶⁷ CARVALHO, 2003, p. 190.

⁶⁸ Destacamos, aqui, o fato de que, segundo Carvalho, tornavam-se magistrados aqueles que não possuíam influência familiar, logo, o funcionalismo estaria afastado da elite social. *Ibidem*, p. 121; 123; 125-127; 133.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 250.

Se não havia consenso entre esses proprietários quanto à escolha da Monarquia, ou à centralização política, havia conformidade relativamente à manutenção da escravidão⁷⁰. É aí que surgiu o elemento capaz de sustentar a ordem que mais interessava às forças econômicas, a ordem social assentada na escravidão. Talvez começasse a ficar claro, para essas camadas dominantes, a relação entre a edificação da ordem política e a manutenção da ordem social. A Maioridade não foi suficiente para estabelecer essa vinculação e neutralizar as forças de dissipação.

[...] O lento processo de convencimento dos proprietários de que a Monarquia lhes convinha foi resultado do Regresso conservador, levado a efeito por burocratas e por políticos ligados à grande cafeicultura fluminense. Ajudou no convencimento a atuação da Coroa ao mostrar, logo em 1844, que os revoltosos de véspera podiam chegar ao governo e que havia, portanto, lugar para a divergência oligárquica dentro do sistema. Estes foram os dois pontos cruciais: a demonstração de que a Monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que poderia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes [...]⁷¹

Estipulava-se o pacto entre o rei e os grupos dominantes, entre o rei e os barões. Ele fora configurado por burocratas, especialmente magistrados, e setores ligados à grande lavoura de exportação em processo de expansão sobre o Vale do Paraíba. Por esse pacto, a Coroa assumiu papel de intervenção e equilíbrio entre distintas facções políticas, empenhou-se em arbitrar conflitos entre as forças econômicas capazes de se articularem como forças políticas. A Coroa, na efetivação do Poder Moderador, sintetizado na figura do rei, surgia como o componente que afiança e efetiva a construção da ordem⁷².

No texto de Carvalho, a existência do Poder Moderador dava ao rei poder de interferência no arranjo político, afetando a formação e a composição da elite política, posto que ensejava a competição de facções dos grupos dominantes por meio da alternância de partidos no governo, mobilizava, inclusive, elementos que escapavam ao controle desses grupos dominantes. Contra essa interferência, levantava-se a fúria de liberais como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góes, que entendiam esse arbítrio como manipulação, e até flagelação, do sistema representativo – o poder do rei sobrepunha-se ao da sociedade, poderiam pensar. E esse era o

⁷⁰ CARVALHO, 2003, p. 130.

⁷¹ Ibidem, p. 255.

⁷² Gladys Sabina Ribeiro, ao analisar o folheto de Justiniano José da Rocha, “Ação, reação, transação”, entende que, para o autor, o período de 1836 a 1840, foi o reafirmar a Monarquia diante do cenário de anarquia. O panfleto foi escrito para defender mudanças que evitariam o retorno à anarquia, mudanças que deveriam ser encabeçadas pelo judiciário. (RIBEIRO, Gladys Sabina. Pena de aluguel? Justiniano José da Rocha e o Poder Judiciário. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 63-91. p. 90).

tom que o “discurso do sorites” do mesmo Nabuco dava à sua crítica. O “enxerto absolutista” na Constituição atribuía ao Poder Moderador liberdade total para fazer e desfazer ministérios, e, também, dissolver a Câmara. A execução do Poder Moderador deu estabilidade ao sistema, mas, no correr dos anos, estando visível esta estabilidade, começou a ser percebido como incompatível com o sistema parlamentar.

Essa situação era transpassada pelo que Carvalho chama de “todo o problema político do Império”, tratava-se de solucionar a questão de “como entregar ao país o governo de si mesmo”⁷³. Outra maneira de abordar a questão “como dispensar a intervenção do rei corporificada no Poder Moderador” para a resolução dos conflitos entre os proprietários rurais? Na especulação de Carvalho, sem essa interferência, o sorites de Nabuco seria refeito desta forma:

O Poder Moderador, como é seu dever, chama para organizar o Ministério o chefe da maioria; o chefe faz as eleições porque tem que fazê-las; a eleição reproduz a maioria anterior. Eis aí o sistema representativo do nosso país!⁷⁴

Na análise de Carvalho, a intervenção do rei, sobretudo nas polêmicas dissoluções da Câmara, garantia a alternância dos partidos no poder. Sem ela, o que se veria era “a perpetuação de um grupo, ou partido, no poder, entremeada de revoltas e golpes de Estado”⁷⁵, bem ao padrão do panorama de instabilidade existente na América Latina. Na articulação de José Murilo, o rei – seja referenciado na menção à Monarquia, à Coroa, ou ao Poder Moderador – foi o fator de consolidação da ordem. Se os magistrados construíram a ordem, a Coroa a consolidou.

Entretanto, a importância e atuação do Poder Moderador para o sistema político imperial gerou a discussão sobre a representatividade desse sistema. A questão da representatividade aparece em todo o texto de José Murilo, e pesa como fator de instabilidade, visto que aponta para as incongruências entre o sistema político e a realidade social.

Dessa maneira, a leitura do sistema representativo expressa no sorites de Nabuco era equivocada para Carvalho, pois a interferência do Poder Moderador oportunizava uma maior representatividade do sistema ao dar condições ao revezamento no governo entre as facções políticas. Se, por um lado, o alarme feito pelo então liberal Nabuco justificava-se pela conjuntura da queda de Zacarias e pelas suas frustrações pessoais com os conservadores, por outro, não era justo sintetizar a interpretação de Nabuco a respeito do sistema representativo do

⁷³ CARVALHO, 2003, p. 403.

⁷⁴ Ibidem, p. 406.

⁷⁵ Ibidem, p. 403.

Império, somente pelo discurso do sorites, vide sua postura monarquista a partir de fins da década de 1860.

A questão da representatividade

As questões referentes à representatividade no Brasil, não apenas no caminhar do século XIX, mas também do século XX, são recorrentes a Carvalho. De certo que tal questão se traveste nos escritos mais recentes do autor, diretamente no que alude a nuances da cidadania brasileira ao longo do tempo. Em um dos trabalhos mais recentes, ele discorre acerca da trajetória da cidadania no país. Nesse trabalho, considera que houve a persistência dos fatores que limitavam a cidadania no país, mesmo após o fim do período da ditadura, tais como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada de serviços de saúde e saneamento, as grandes desigualdades sociais e econômicas. Por conseguinte, vemos o desgaste e a perda da confiança dos cidadãos nos mecanismos e agentes do sistema democráticos, como eleições, partidos, Congresso, políticos⁷⁶. À época da Independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. Ao final do período colonial, existia uma grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos, afastados da vida pública, presos em seu mundo privado. Contudo, no percurso do século XIX, existiu uma série de esforços do Estado central a fim de trazer para dentro de sua esfera de atuação a população, tais esforços provocaram uma grande mudança no campo da cidadania no Oitocentos, e acabaram estimulando boa parte da população a relacionar-se com o Estado. Dentre esses esforços, Carvalho cita: eleições, o serviço na Guarda Nacional, atuação no júri, no Exército e na Armada e, também, quando foram contados no censo. “No mínimo, pode-se dizer que muitos se tornaram conscientes da presença do Estado”⁷⁷.

Em harmonia com Carvalho, a Constituição de 1824

regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem uma renda mínima de 100 mil-réis. [...] Libertos poderiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. [...] A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. [...] O critério da renda não excluía a população pobre do direito ao voto. [...] A

⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a. p. 13-14.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996. p. 34.

legislação brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem. Talvez nenhum país europeu tivesse legislação tão liberal.⁷⁸

Num artigo em que faz um exercício de caracterização sociológica de frações da população consoante sua ligação com o Estado, José Murilo frisa, novamente, a grande presença de pobres nas várias modalidades de cidadania ativa, como as citadas anteriormente⁷⁹.

No entanto, os membros mais esclarecidos da elite política e da burocracia destilavam queixas aos constantes obstáculos à operação de instituições, falavam dos costumes, Estado moral, falta de luzes e ilustração, baixo nível de educação e civilização – queixas que podem ser facilmente questionadas quando se cogita que o Estado imperial não era “mero instrumento de poder dos latifundiários”⁸⁰. Sendo assim, “as elites ilustradas, agentes da modernização de cima para baixo, se mostraram muito mais eficientes em cooptar setores dominantes do que em atrair a população para dentro do sistema”, e o resultado foi uma gradativa redução no direito ao voto, maiormente a partir de 1881⁸¹.

Essa redução na participação eleitoral ao fim do Dezenove é tratada de diferentes situações por Carvalho. Todavia, em um texto, ele se dedica singularmente ao assunto, conjecturando tal involução desde 1821 a 1930, havendo retrocesso na participação eleitoral por 64 anos – para o autor, a participação eleitoral no Brasil do século XIX foi decrescente, caiu muito em 1881, cresceu em 1891, com o fim do censo, e estagnou até 1930⁸². No Império, os que defendiam a redução da quantidade de votantes, ou mesmo o fim dos votantes, alegavam que as fraudes comprometiam a qualificação dos votantes. Tumultos e fraudes pareciam ser o retrato da desmoralização do sistema representativo, porém, essa realidade era corriqueira nos países que adotaram o sistema de votos, e, no caso do Brasil, tal como na América Hispânica, se agravava, frente à pouca experiência da população, a estrutura social e os baixos índices de escolaridade. Carvalho vai além, e argumenta que esses tumultos indicavam um intenso envolvimento dos votantes no processo eleitoral, e uma competição política⁸³. A lei de 1881 acabou com as eleições em dois turnos, extinguindo os votantes, entretanto, as fraudes continuaram. Os que denunciavam a influência do governo – ao modelo do sorites de Nabuco

⁷⁸ CARVALHO, 1996, p. 35-36.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. Povos e Estado no século XIX: um exercício quantitativo. In: CARVALHO, José M. de; NEVES, Lucia Maria B. N. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 36.

⁸⁰ Idem, 2003, p. 356.

⁸¹ Ibidem.

⁸² CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectiva da cidadania no Brasil império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 39.

⁸³ Ibidem, p. 49.

– defendiam que o grande número de votantes não tinha como resistir às pressões, arguíam, ainda, que o voto indireto falsificava o sistema representativo, e que a razão da falsificação era o votante, de sorte que,

A justificativa principal da reforma era, então, tanto para liberais como para conservadores, a presença de um eleitorado incapaz de resistir às pressões que os ministérios exerciam por meio dos seus agentes, presidentes de província, chefes de polícia, delegados, subdelegados, oficiais da Guarda Nacional e mesmo juízes de direito e municipais.⁸⁴

Percebemos uma diferença entre cidadania e representatividade em Carvalho. A cidadania, entendida como acesso ao Estado, nas mais diversas esferas, num conluio de direitos e deveres, por isso um conceito amplo, mas dado muito mais num nível de oficialidade que de implicações de cima para baixo – do Estado sobre a população – e respostas dessa última concernente àquele, num movimento inverso, reação de baixo para cima. A representatividade já carregava um sentido de espelhamento, de ver o governo Estado, isto é, os que governam o Estado, atender a determinadas demandas da sociedade. A cidadania, como acesso ao Estado, gerou uma expectativa de representatividade, sem embargo, não era condição para tal, pois os cidadãos esperavam serem representados, contudo, não o eram obrigatoriamente. Sob outro ponto de vista, a exigência por representatividade indicava para a cidadania e para o direito ao voto, mas não se encerrava nela.

Carvalho, em *Os Bestializados*, tomando a cidade do Rio de Janeiro como objeto, nos anos iniciais da República, analisa a concepção e prática da cidadania entre o povo, procurando compreender “o problema do relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política”⁸⁵, num esforço reflexivo sobre uma suposta passividade da população da então capital da recém-proclamada República, a ponto de ser taxada de “bestializada” – o momento da passagem do Império para a República é adequado para estudar essa relação entre o cidadão e o Estado, sobretudo se considerarmos que era aspiração da República trazer o povo para o cerne da atividade política ao expor a Monarquia como incompatível com a soberania popular. Carvalho pontua que essa caracterização aduz a um viés elitista, mas, em especial, maniqueísta, pois, ao bestializar o povo, o relega ao papel de vítima do poder e da ação do Estado. Nesse enfoque, torna-se mais fecundo ver as ligações

⁸⁴ CARVALHO; CAMPOS, 2011, p. 52.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b. p. 10.

entre o cidadão e o Estado como uma via de mão de dupla, mesmo que não de forma equilibrada, dado que todo sistema de dominação precisa de uma base qualquer de legitimação.

Nos primeiros anos da República, não houve adesão da população pobre da cidade ao republicanismo, o que provocara instabilidade, à vista disso, medidas foram tomadas para neutralizar a influência da capital na política nacional. No entanto, esse não era o único problema para o regime nascente. “Militares e setores populares não representavam interesses compatíveis com os do grande comércio e da grande agricultura”⁸⁶, a maneira de enfrentar isso indiretamente foi, por um ângulo, fortalecendo os Estados ao reunir as oligarquias, como a política empregada por Campos Salles, por outro, governar por cima do tumulto das multidões agitadas da capital. Nesse processo, o número de eleitores foi mantido em nível muito baixo, e o processo eleitoral totalmente falseado pela violência e pela fraude. Empregou-se considerável esforço para dissociar o governo municipal da representação dos cidadãos – a administração municipal ficou solta, sem ter de prestar contas a um eleitorado autêntico – e o resultado foi o surgimento de arranjos particularistas, com barganhas pessoais; a ordem aliou-se à desordem, “o marginal virava cidadão, e o cidadão era marginalizado”⁸⁷. Outra consequência dessa dissociação foi o surgimento de amplo mundo de participação popular à margem do mundo oficial da política, no qual existiam repúblicas distintas, marcadas pela associação e participação de natureza religiosa e social. Eram as repúblicas vindas do Império, agora se renovando ao forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e brasileiras, era o mundo das repúblicas renegadas pela República, no imaginário político do Rio de Janeiro, “o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobretterrâneo das elites”⁸⁸.

Estas repúblicas revelavam um espírito associativo evidente nas sociedades religiosas e de auxílio mútuo, ao passo que a apatia dos trabalhadores frustrava um modelo de cidadão comum consciente dos seus direitos e deveres, com capacidade de organização frente aos seus interesses⁸⁹. Entretanto, esse modelo de cidadão não existia no Rio de Janeiro, pondera Carvalho. A ação política popular dava-se fora dos mecanismos dispostos pela legislação e do escopo institucional da República. O Estado surgiu como algo a que se recorria, como necessário e útil, mas fora do controle do cidadão, externo a ele. Disso resultou, não somente uma apatia, também um cinismo e carnavalização em relação ao poder institucionalizado. Nesse espaço irrompeu o tribofe ou o bilontra, como o espertalhão, o velhaco como autoimagem do

⁸⁶ CARVALHO, 2019b, p. 31.

⁸⁷ Ibidem, p. 36.

⁸⁸ Ibidem, p. 39.

⁸⁹ Ibidem, p. 132-133.

fluminense e quem gosta de festas e mulheres, que sabem lidar com a realidade em benefício próprio⁹⁰. Forças contraditórias de ordem e de desordem se aglomeravam no Rio de Janeiro, cenário que desmoralizava as normas legais e as hierarquias sociais. Havia, de acordo com Carvalho,

Consciência clara de que o real se escondia sob o formal. Nesse caso, os que se guiavam pelas aparências do formal, estavam fora da realidade, eram ingênuos. Só podiam ser objeto de ironia e gozação. [...] O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminho de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação.⁹¹

Em *Os Bestializados*, ocorre uma inversão à proposta analítica de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, as relações de poder são pensadas sob a ótica dos governados e não dos governantes. A questão central disposta no segundo, a questão da representatividade, está presente no primeiro. Diante de uma República incapaz de representar os interesses da população da cidade do Rio de Janeiro, uma incapacidade que alimentou e foi alimentada por uma suposta apatia face às questões de governo, sobrechegaram distintas frentes associativas, e até uma identidade política e cultural característica aos fluminenses, aconteceu a carnavalização do poder. Se o Estado estava fora do alcance da população; e, por seu turno, a população não se via nele representada pelos mecanismos formais, o caminho encontrado foi o do cinismo, da ridicularização do formal para, a partir daí, o real ser posto em relevo.

Nesse debate sobre a questão da representatividade no Brasil do século XIX, Miriam Dolhnikoff adentra à construção da associação entre representantes e representados. Os modelos inglês e francês serviram de referência para a criação de uma Monarquia Constitucional, “no qual a inclusão de participação não impedia que se constituísse um regime de natureza excludente, uma vez que eram preservados a iniciativa política e o poder decisório nas mãos de determinados grupos”⁹², assim, a própria escolha pela eleição era um caminho para garantir que apenas uma elite selecionada pudesse ocupar os cargos políticos. A noção liberal de que era fundamental assegurar as qualidades dos representantes prevaleceu, conduzindo à ideia de que somente homens qualificados poderiam atender aos verdadeiros interesses nacionais quando estivessem no Parlamento. Essa percepção implicava, também, em eleitores

⁹⁰ CARVALHO, 2019b, p. 149.

⁹¹ Ibidem, p. 150.

⁹² DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na Monarquia brasileira. *Almanack brasiliense*, n. 9, p. 41-53, maio 2009. p. 42.

qualificados, por esse motivo, a limitação de setores da população no jogo político era entendida como virtuosa, diferente da concepção prevalente do século XX, consoante a qual a expansão do eleitorado foi vista como virtuosa. Nessa busca por eleitores qualificados, os critérios de limitação à cidadania, tais como exigências censitárias ou alfabetização, eram recurso para salvaguardar que unicamente os que tivessem melhor discernimento pudessem votar e serem votados⁹³. Dolhnikoff concorda com Carvalho no tocante à aceção de que o exercício da cidadania foi particularmente difícil nos países de passado colonial, dada sua profunda estratificação social, mas discorda quando sopesa que a média de votantes do Brasil no Dezenove era maior que a média de muitos outros países. A autora ressalva que é basilar atentar às realidades distintas, já que, no caso do Brasil, a eleição dava-se em dois graus – o primeiro grau tinha por função legitimar o processo eleitoral, enquanto o segundo grau, de fato, constituía em decisão política. Nesse sentido, referente ao número de eleitores em segundo grau, o Brasil não se diferencia muitos dos outros países. Dolhnikoff endossa, por outro lado, a argumentação de José Murilo de que o modelo de eleição em dois graus era uma forma de “incluir setores mais amplos no jogo político”⁹⁴.

Nesse sistema, as eleições favoreciam as notabilidades locais, pois os elementos que interferiam na seleção dos candidatos eram sua rede de conexões e sua importância social, por isso a eleição selecionava um tipo específico de elite, os notáveis – sendo a propriedade da terra e de escravos característica substancial para se estabelecer conexões locais e engajar o indivíduo como candidato. O governo representativo, no Brasil, iniciou-se como um governo de notáveis. Construiu-se, desde então, uma ideia de cidadania política que era “direito de todo brasileiro, que ele poderia ou não gozar dependendo exclusivamente de suas virtudes individuais”⁹⁵, em um prisma tipicamente liberal, sustentando uma lógica de que o não acesso à cidadania política era um mal creditado exclusivamente ao próprio indivíduo. De todo modo, a discussão sobre quem era o representante e quem tinha o direito de ser o representado foi constante entre os parlamentares brasileiros no correr do Oitocentos. Essas discussões procuravam normatizar para determinar a qualidade dos representantes. O resultado foram os frequentes debates acerca das normas e critérios eleitorais. Um desses debates resultou na Lei dos Círculos de 1855, norma que estabeleceu o voto distrital, o qual instituiu, ao detentor do poder local, a eleição, diferente do voto provincial, que elegia o candidato melhor articulado politicamente – na discussão a respeito do voto distrital ou do voto provincial, seus defensores apontavam para

⁹³ DOLHNIKOFF, 2009, p. 42.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 44.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 46.

duas concepções de representação: os defensores do último o relacionavam às virtudes capazes de assegurar o bem comum; os adeptos do primeiro o conectavam à noção de representação por semelhança, garantindo o real interesse nacional. Em 1860, a Lei dos Círculos foi revisada, chegando-se a uma proposta intermediária entre o voto distrital e o voto provincial, salientando o quanto a questão da representação das minorias era relevante para os políticos brasileiros, posto que viam as câmaras unânimes como um problema para o sistema representativo.

Em outro texto, Dolhnikoff questiona a percepção pessimista da historiografia sobre essa primeira experiência liberal que foi a Monarquia representativa, tal pessimismo se devia à atuação do Poder Moderador nas dissoluções da Câmara, às acusações de fraudes, à escravidão e às restrições ao voto. No entanto, a existência do Poder Moderador era condizente com o governo representativo, dado que era entendido como elemento de equilíbrio, para evitar abusos. A dissolução era coerente com a representação, pois, obrigatoriamente, eram convocadas novas eleições. As fraudes não eram exclusivas do Brasil, mas vale pensar que não chegavam a comprometer inteiramente o processo eleitoral, visto que a eleição periódica de deputados foi um dos sustentáculos que afiançaram a existência da Monarquia por quase um século, sem grandes abalos institucionais. Para a autora, o Poder Moderador, a fraude eleitoral, a escravidão e o voto censitário não eram incompatíveis com o modelo de representação política do século XIX, e, nesse viés, a Câmara dos Deputados, no processo de construção do Estado brasileiro, “viabilizou a relação de legitimidade entre população e governo”⁹⁶.

Em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, o debate sobre a questão da representatividade se dá também na perspectiva da cidadania política, todavia, sobretudo, no sentido da ação política, da prática efetiva dos políticos na lógica de representar demandas da sociedade. No decorrer do Império, a legislação que tratava da cidadania tendia a uma crescente restrição. As restrições tangentes a quem poderia votar e ser votado aumentaram com as reformas ocorridas a partir da segunda metade do século XIX⁹⁷. A elite política atuante para tal processo tinha como preocupações: garantir a representação de minorias para evitar a ditadura de um partido ou facção; e eliminar as influências ilegítimas no processo eleitoral. Em 1846, a renda mínima para votantes foi dobrada no intento de evitar a expansão do eleitorado. Mas foi em 1881 que as restrições mais altas aconteceram, uma vez que o voto analfabeto foi proibido e os critérios para a comprovação da renda mínima foram ampliados. A alegação dos defensores desse baixo nível de participação popular assentava-se na qualidade do voto e na lisura das

⁹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, 2008. p. 22.

⁹⁷ CARVALHO, 2003, p. 393.

eleições. Boa parte dos políticos do império entendiam que a participação ampliada, principalmente a do analfabeto, era a causa da corrupção eleitoral, já que lhes faltava “entendimento e independência”⁹⁸. Existia uma preocupação com a autenticidade da representação política. Sem embargo, essa preocupação excedia ao debate de quem podia ou não votar, dizia a respeito de quais forças sociais eram verdadeiramente representadas pelo sistema político vigente.

O predomínio da burocracia até meados do século XIX evidenciava o problema da representatividade. Não existia, no Brasil, uma classe burguesa com condições de regular as relações sociais, nesse caso, a importância do Estado em forjar a própria nação era maior, ele agiria por meio da sua burocracia. O predomínio do Estado e de sua burocracia deixavam ver as debilidades das classes, e, por extensão, a fraqueza dos órgãos de representação política. Sendo, ainda, que, pelo fato dessa burocracia ser recrutada entre os setores marginais do sistema escravista, o problema se ampliava.

A debilidade das classes fazia com que a burocracia se confundisse com a elite política, e o Estado acabava sendo, ele próprio, representante de si mesmo. Treinada dentro do mercantilismo e absolutismo português – com a educação em Coimbra, a influência do direito romano, a ocupação burocrática, os mecanismos de treinamento –, a elite política que atuou na formação do Estado imperial possuía razoável consenso em torno de algumas opções políticas. Porém, “por sua educação, pela ocupação, pelo treinamento, a elite brasileira era totalmente não representativa do país”⁹⁹. Não representava os setores dominantes da economia, nem interesses dos proprietários de terras, nem dos comerciantes; tampouco os interesses dos setores urbanos, e menos ainda a classe trabalhadora. Carvalho frisa, em diversas situações, o quanto estão equivocadas as análises que colocam a elite política imperial como mera porta-voz dos interesses da grande lavoura de exportação¹⁰⁰.

Quando, em 1855, houve um debate sobre um projeto de lei restritivo à presença dos magistrados na política, a questão foi trazida a relevo. A predominância dos magistrados na política foi debatida, por mais que fosse exagerada pela oposição, a denúncia de sua sobreposição não era negada nem mesmo pelos magistrados. Os defensores de tal primazia alegavam que a educação e a experiência tornavam os magistrados plenamente competentes

⁹⁸ CARVALHO, 2003, p. 395.

⁹⁹ Ibidem, p. 231.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 107; 166; 179; 230; 421. Carvalho discorda do posicionamento de dois autores: de Nestor Duarte, pois via, na elite imperial, simples representantes do poder dos proprietários rurais e, no Estado, simples executor dos interesses dessa classe; difere também de Raymundo Faoro, porque este via “na burocracia e na elite um estamento polidamente estabelecido que se tronava, por via do Estado, árbitro da nação e proprietário da Soberania Nacional” (Ibidem, p. 41).

para as funções no Legislativo¹⁰¹. Os proprietários de terras (fazendeiros) reagiram arguindo a excessiva relevância da educação em detrimento das influências locais. De modo geral, a capacidade de governar dos magistrados não foi questionada, as críticas se direcionavam mais à questão da representatividade, posto que os proprietários não se sentiam neles representados. Tanto os críticos quanto os defensores concordavam com a notoriedade dos magistrados para a manutenção da Monarquia e da ordem, a discordância estava no peso da influência exercidas por eles¹⁰².

A formação e a experiência dos magistrados davam-lhes unidade ideológica e de treinamento, contudo, levantavam a denúncia de seus adversários de não serem eles legítimos representantes da nação, não representavam os proprietários rurais, os comerciantes ou os capitalistas. Acabavam representando o próprio Estado, fazendo o Poder Executivo adentrar no Poder Legislativo.

A burocracia, e a elite política com ela fundida, bem como a Coroa, sabiam de onde vinha a sustentação para manutenção da estrutura e despesas do Estado imperial. A galinha dos ovos de ouro era a grande lavoura de exportação escravista. Concentrada inicialmente em solo fluminense, estendendo-se ao longo do Vale do Paraíba, até, em seguida, atingir a Zona da Mata mineira e o Oeste do território paulista. A cafeicultura forneceu as condições materiais para a construção e centralização do Estado, e esses proprietários, muitos deles barões do café, carregavam consigo essa consciência. Longe dali, proprietários mais ao Norte ou ao Sul do país, dedicados à exportação de outros gêneros, ou mesmo ao abastecimento do mercado interno, sabiam também de sua primordialidade para a manutenção da ordem.

A agricultura era a base de sustentação do país e isso era sabido pela elite política, as fontes analisadas por José Murilo deixam isso claro. Em virtude disso, argumenta o autor em diversas situações ao longo de sua obra, seria fácil seguir uma interpretação classista¹⁰³, com deduções simplistas, sem embasamento documental, e dizer que a elite econômica se confundia com a elite política. Dito de outra forma: por mais que a relevância do setor agroexportador seja notória para a receita do Império, as fontes não atestam que os governantes do país eram tão somente representantes deste setor. Para a compreensão de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, essa constatação é essencial, precipuamente porque direciona para, talvez, o grande debate promovido pela obra, e é sobre o que estamos tratando aqui: o problema da representatividade (isto é, quem governa o faz em nome de quem, atendendo aos interesses de

¹⁰¹ CARVALHO, 2003, p. 179.

¹⁰² Ibidem, p. 180.

¹⁰³ Ibidem, p. 111-112; 138; 212; 230.

quem), e como isso subsidiou um conjunto de ambiguidades que tanto marcaram a política imperial como a sentenciaram ao seu fim.

A análise dos partidos políticos do Império é um dos caminhos possíveis para pensar esse problema da representatividade. É viável falar de quatro partidos que surgiram no Império, mas foi a dinâmica entre dois deles, o Conservador e o Liberal, que deu a tônica à conformação da elite política e às nuances da política imperial. Os outros dois, o Progressista e o Republicano, são essenciais para entender o desgaste e a limitação do sistema vigente.

As experiências da descentralização política propiciadas pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834, e as consequentes rebeliões provinciais da Regência levaram à formação de dois grandes partidos políticos que dominaram a vida política do Império¹⁰⁴. O partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, propondo o Regresso, entendido como a revisão das leis descentralizadoras. Os defensores das leis descentralizadoras passaram a se colocar como Partido Liberal.

O Partido Conservador era composto, grosso modo, de uma coalizão de burocratas e proprietários rurais. Os primeiros eram defensores constantes do fortalecimento do poder central, ao seu lado estavam donos de terras cujos interesses podiam coincidir com a centralização. Os proprietários vinculados ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola para a exportação e de colonização mais antiga – logo, abrangiam os proprietários de regiões como Pernambuco, Bahia e, especialmente do Rio de Janeiro, também por comerciantes de grandes cidades¹⁰⁵. Dessa coalizão emergiu a construção da ordem imperial, reunia um grupo de pessoas mais interessadas na política nacional e na estabilidade do sistema.

Embora reunindo elementos de outras províncias, foi no Rio de Janeiro que “a combinação de burocratas, comerciantes e proprietários se realizou plenamente”¹⁰⁶, fato resultante da junção do desenvolvimento da economia cafeeira com a proximidade física à sede do governo. Os conservadores acabaram aliando capacidade e interesse na formação do Estado. Foram essas as razões que permitiram aos conservadores maior capacidade de governo, à proporção que os tornavam menos representativos da nação como um todo.

Os conservadores possuíam uma distinção interna que impactou sobremaneira a postura do partido ao longo do Império. Mesmo sendo seus integrantes defensores da

¹⁰⁴ CARVALHO, 2003, p. 204.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 213; 219.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 220.

centralização, a burocracia emergia como grupo mais propenso ao reformismo, enquanto os donos de terras se colocavam contra mudanças na ordem social e política. Essa distinção provocou polêmicas e divisões dentro do partido. Foi o elemento burocrático do Partido Conservador, por exemplo, a aprovar as leis direcionadas à Abolição, suscitando a ira dos cafeicultores. A burocracia aliava-se à grande lavoura de exportação quando interessava, mas não se prendia a ela como condicionante para a sua atuação política.

Em geral, o Partido Liberal reunia profissionais liberais e proprietários de terras. Os primeiros poderiam ser advogados, médicos, jornalistas, professores – elementos que, a partir da segunda metade do século XIX, começaram a ocupar mais espaço no cenário político nacional. A maior parte dos donos de terras filiados ao Partido Liberal provinham de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul¹⁰⁷. Os liberais reuniam um grupo de pessoas com menor interesse na centralização e na ordem nacional. Portanto, Carvalho discorda da vasta historiografia¹⁰⁸ que diz terem os proprietários de terras se filiado predominantemente em um ou outro partido monárquico. Para o autor, houve uma distribuição equilibrada entre as duas facções dos donos de terras.

A maior parte dos integrantes do Partido Liberal vinha de áreas menos ligadas ao comércio externo e com menos formação superior. Com o desenvolvimento do café em Minas Gerais e São Paulo, e do charque no Rio Grande do Sul, essas províncias passaram a ter uma postura mais complexa em relação ao poder do Estado. Era preciso fortalecer o poder provincial para melhor proteger os interesses dos grupos econômicos que surgiam ou ascendiam¹⁰⁹. A bandeira do liberalismo hasteada pelos proprietários de terras foi muito em sentido prático, carregada de um pragmatismo que propunha reformas políticas descentralizadoras, entretanto, que se opunha à ampliação das liberdades individuais¹¹⁰. Entre os liberais, os setores mais reformistas foram, no primeiro momento, os padres, e num segundo, os profissionais liberais.

¹⁰⁷ CARVALHO, 2003, p. 213.

¹⁰⁸ Carvalho articula um debate historiográfico em que desconstrói as análises anteriores sobre a composição dos partidos políticos do Império por entender que se fizeram afirmações contraditórias, sem sustentação em dados sólidos. Dentre as teses acerca dos partidos, três posições se destacam: a primeira, nega a diferença entre os partidos (formulação defendida por Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte); a segunda admite alguma diferença social entre os membros dos partidos (Raymundo Faoro, Azevedo Amaral); a terceira coloca o Partido Conservador como representante dos grupos rurais, e o Partido Liberal como representante dos grupos urbanos (Ibidem, p. 202). Citando Azevedo Amaral, Raimundo Faoro, João Camilo e Fernando Azevedo, Carvalho diz que não houve predominância de proprietários de terras em um ou outro partido, eles se distribuíram quase igualmente. Enfatiza que não existia uma burguesia progressista concentrada no Partido Liberal, como colocou Caio Prado Jr. (Ibidem, p. 212).

¹⁰⁹ Ibidem, p. 221.

¹¹⁰ Segundo Carvalho, o liberalismo clássico predominou em Minas Gerais enquanto a província permanecia estagnada e seus líderes políticos provinham de regiões auríferas decadentes. Com o desenvolvimento da economia cafeeira nas zonas Sul e da Mata, surgiu outro tipo de liberalismo, no qual a reivindicação de

Nessa direção, “frequentemente os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam”¹¹¹. A ala ideológica do Partido Liberal (os profissionais liberais) divergia dos proprietários de terras, enfraquecendo o partido, impedindo-o de aprovar medidas reformistas. Os conservadores, cuja ala ideológica possuía mais força política (a burocracia), conseguia implementá-las, todavia, com o custo da unidade do partido. Demonstrem esse contexto as discussões que levaram à aprovação da Lei do Ventre Livre¹¹², da Lei de Terras¹¹³ e da Lei de Abolição¹¹⁴.

O surgimento do Partido Progressista, a princípio Liga Progressista, deu-se após Conciliação (1853), reunindo conservadores dissidentes e liberais históricos, a publicação de seu programa ocorreu em 1864¹¹⁵. Reunia um grupo de pessoas debandadas dos partidos já estabelecidos. Após a queda de Zacarias, em 1868, o partido se dissolveu, indo uma parte para o novo Partido Centro Liberal, outra parte para o Partido Republicano. Os progressistas tiveram seu partido minado por dentro, haja vista a divisão entre os liberais históricos e conservadores dissidentes. Até o fim do Império coexistiram três partidos, dois monárquicos e um republicano¹¹⁶. As divergências entre os liberais e os conservadores, até a publicação do programa do Partido Progressista, limitaram-se às orientações mais descentralizadoras ou centralizadoras.

O Partido Republicano quase não contava com a presença de funcionários públicos, quiçá pela lógica de que ser republicano significava ser subversivo em relação à ordem monárquica. Os republicanos do Rio de Janeiro, organizados a partir 1870, tinham composição distinta dos republicanos de São Paulo¹¹⁷. Em terras fluminenses, predominavam profissionais liberais e homens de negócios, sendo os advogados e jornalistas o núcleo mais radical. Os paulistas do Partido Republicano reuniam menos profissionais liberais que os do Rio de Janeiro, no entanto, contavam com grande número de proprietários rurais. Com isso, os republicanos

autonomia estadual passou a predominar “com efeitos negativos sobre a participação política” (CARVALHO, 2003, p. 222-223).

¹¹¹ CARVALHO, 2003, p. 224.

¹¹² Ibidem, p. 314.

¹¹³ Ibidem, p. 351.

¹¹⁴ Ibidem, p. 321.

¹¹⁵ Em estudo recente, Carvalho analisa os jornais radicais da década de 1860, se propondo a pensar nos esforços políticos e intelectuais de desconstrução da ordem. Consoante Carvalho, as reformas feitas pelo Marquês de Paraná levaram à quebra de unanimidade partidária, perceptível no crescente número de liberais na Câmara. Após 1860, os jornais da época davam conta de que começou a se falar em uma Liga entre conservadores dissidentes e liberais históricos insatisfeitos com a Conciliação de Paraná. Em 1864, a Liga transformou-se em Partido Progressista. Defendiam um parlamentarismo a inglesa, descentralização administrativa nos termos do Ato Adicional de 1834. (CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre*. Os radicais da década de 1860. Rio de Janeiro: Topbookks, 2018. p. 24-26).

¹¹⁶ Idem, 2003, p. 205.

¹¹⁷ Ibidem, p. 214.

fluminenses acabavam se orientando por um radicalismo liberal, propondo a cidadania ampliada, enquanto os paulistas tiveram uma postura mais afastada do radicalismo, assumindo um pragmatismo que requeria um Estado menos interventor e mais autonomia provincial.

A associação entre republicanismo e espaço urbano só se aplicou ao Rio de Janeiro. Os republicanos paulistas estavam “vinculados às transformações socioeconômicas por que passava sua província e sabiam muito bem o que queriam”¹¹⁸, tiveram suas bases na expansão cafeeira pelo Oeste Paulista, e viam na Monarquia seus interesses sendo preteridos. Nas palavras de Carvalho: “[...] de um lado o liberalismo democratizante urbano, e de outro o liberalismo pré-democrático dos cafeicultores paulistas”¹¹⁹.

O panorama dado por Carvalho sobre a realidade dos partidos que atuaram na política imperial mostrou divergências entre os partidos, e divergências dentro dos partidos. Os setores reformistas assumiam bandeiras contrárias aos interesses dos proprietários de terras, porém, era a aliança com esses proprietários que lhes dava força política de atuação. Os partidos que assumiam uma postura de oposição argumentavam assentados no liberalismo, todavia, este possuía sentido distinto para os diferentes grupos que formavam os partidos. Para parte dos liberais, assim como para parte dos republicanos, o liberalismo era usado como argumento à redução da atuação do Estado centralizado, em prol da descentralização. Para outra parte dos liberais e para a outra parte dos republicanos, as ideias liberais serviam de alicerce à defesa das liberdades individuais e expansão da cidadania. O interessante é percebermos que essa *duplicidade do liberalismo* dominou o interior do partido que mais tempo ficou no poder no Império, o próprio Partido Conservador, também dividido internamente entre elementos pró-reformas e elementos contrários a elas.

Se havia consenso sobre o estabelecimento de um Estado Liberal com sistema representativo, outras questões permaneciam em aberto e direcionaram os agrupamentos partidários. O consenso referente à Monarquia como forma perdeu-se a datar da década de 1870. O consenso acerca de quem deveria representar e ser representado no sistema político também terminou a partir da década de 1850 – quando a homogeneidade ideológica e de treinamento da elite política começou a se perder no mesmo contexto em que a cafeicultura de exportação fluminense iniciou a decair e as cafeiculturas mineira e paulista principiaram sua expansão, ocasião em que os profissionais liberais passaram a ocupar maior proeminência política, substituindo os magistrados. A tendência utilitária das ideias liberais diante da realidade do país

¹¹⁸ CARVALHO, 2003, p. 215.

¹¹⁹ Ibidem, p. 225.

se configura, na obra de Carvalho, em sua tese da *duplicidade do liberalismo*¹²⁰, segundo a qual a elite política brasileira ora se apegava ao idealismo da representatividade restrita, capaz de assegurar interesses, oportunizando mudanças políticas, mas não aceitando mudanças na ordem social; ora se apegava ao idealismo da representatividade ampla, movida pela dinâmica social, propondo reformas atreladas às liberdades individuais, como a ampliação da cidadania.

Vale considerarmos este fragmento:

Houve divergências, e algumas importantes, mas em geral referentes a concepções distintas sobre que modelo de organização do Estado liberal deveria ser adotado no Brasil. Dividiram-se os conservadores, mais favoráveis à centralização do tipo francês, dos liberais entusiasmados com os modelos inglês e americano, mas sem se arriscarem ao salto republicano. Essas divergências não eram acadêmicas, pois continham elementos concretos de interesses econômicos divergentes, assim como, sem dúvida, parte do consenso da elite como um todo se devia a condicionamentos de classe. O ponto não é negar a base classista da elite brasileira, ou de qualquer elite. O núcleo da questão é afirmar exatamente que origem de classe, mesmo quando razoavelmente homogênea, pode deixar em aberto uma série de cursos alternativos de ação sobre os quais a elite como um todo, e, portanto, o Estado, tem poder de decisão [...] ¹²¹

O modelo de liberalismo a ser seguido provocou divergências, fracionou a elite política. Contudo, sublinhamos, na asseveração do autor: mesmo ao considerar que as classes sociais na conjuntura do Império eram debilitadas¹²², que apresentavam dificuldades em se perceberem e se identificarem coletivamente¹²³, e que os elementos constituintes da elite política responsável pela construção da ordem fossem marginalizados do sistema escravista¹²⁴, enfim, embora frente a uma exposição que relegava a segundo plano o peso das classes sociais no cenário político brasileiro do Dezenove, a análise das configurações dos partidos foi entremeada por sujeitos coletivos que podem ser performados em classes sociais (“proprietários de terras”, “burocracia”, “profissionais liberais”). Por certo que tais sujeitos coletivos são colocados de maneira intencionalmente generalizante, aberta, sem que Carvalho dê as eles uma uniformização que talvez não tivessem. Porém, não deixam de mostrar que, mesmo se esquivando do “inevitável conceito de Gramsci”¹²⁵, quando Carvalho refere-se aos conselheiros, eles não são representantes do escravismo monocultor e, por isso, não são intelectuais orgânicos, não obstante, a abordagem classista aparece em seu texto. Conquanto o

¹²⁰ CARVALHO, 2003, p. 212.

¹²¹ Ibidem, p. 138.

¹²² Ibidem, p. 230.

¹²³ Ibidem, p. 178.

¹²⁴ Ibidem, p. 146; 165.

¹²⁵ Ibidem, p. 383.

autor tenha reconhecido a dificuldade em encontrar na documentação a origem social da elite política¹²⁶.

A tese de Carvalho concernente à *duplicidade do liberalismo* carrega em si disputas no plano político por representação, disputas resultantes de mudanças socioeconômicas, de ascensão e decadência de sujeitos sociais. Traz em si, também, as limitações de um sistema político que regia todo o conjunto de uma nação, com pleitos e realidades distintas, que iam desde quem governava e para quem governava, até o alcance efetivo desse governo sobre as localidades. Se setores urbanos, sobretudo profissionais liberais, possuíam uma bandeira liberal reformista era porque entendiam que a ordem, tal qual estava estabelecida, não atendia às suas aspirações, não os representavam. Se proprietários de terras se sustentavam no liberalismo para defender a redução do poder central, a ponto de defenderem uma ruptura com a Monarquia, era em razão de não se verem nela representados.

De fato, na argumentação de José Murilo, a elite política, fundida a burocracia, por sua formação educacional e sua ocupação, não era representativa da população brasileira¹²⁷. Aqueles que governavam o Brasil estavam afastados da realidade nacional, separados por seu grau de instrução, por sua ideologia e sua atuação. Estavam tão distanciados que puderam não somente se resguardar no período das conturbações, como puderam as superar, em especial, no momento do Regresso. Desde então, a unidade territorial foi uma construção política¹²⁸, marcada por exagerada concentração política e administrativa, que dava visibilidade ao Estado, mas carregava a incapacidade de estender sua ação às localidades, às periferias do sistema¹²⁹. O preço da estabilidade foi a representatividade¹³⁰.

As reformas no sistema eleitoral empreendidas pelo Marquês de Paraná (1853) foram responsáveis pela redução gradativa no número de burocratas, maiormente dos magistrados, no quadro político. Essa redução ocorreu ao mesmo passo que o número de profissionais liberais aumentava. Todavia, foram os proprietários de terras os maiores beneficiados, uma vez que aumentaram consideravelmente sua capacidade de representação¹³¹. No entanto, a condução e resultado de algumas reformas sociais acabaram levando-os a se notarem marginalizados do sistema monárquico.

¹²⁶ CARVALHO, 2003, p. 96; 105; 121.

¹²⁷ Ibidem, p. 80; 382.

¹²⁸ Ibidem, p. 133.

¹²⁹ Ibidem, p. 156.

¹³⁰ Ibidem, p. 116.

¹³¹ Ibidem, p. 411.

O estudo que Carvalho faz a respeito do orçamento do Império também sobreleva o debate com referência à representatividade, visto que revela as limitações do governo e a percepção dos donos de terras sobre ele. As receitas do Estado mostravam o quanto se dependia dos impostos diretos advindos da exportação agrícola, principalmente do café¹³². As receitas demonstravam a dificuldade do governo em extrair recursos, sua máquina burocrática era incapaz de arrecadar mais impostos, o que aumentava seu grau de dependência em relação aos setores aos quais essa extração era possível. As despesas indicavam uma tentativa de favorecer investimentos na exportação e atender aos interesses agrários¹³³, entretanto, ainda assim, os proprietários sentiam-se desassistido pelo governo. O Norte queixava-se de somente o Sul era atendido; no Sul, a queixa era de que exclusivamente quem tinha padrinhos fortes na praça do Rio conseguia empréstimos¹³⁴.

Os debates em torno de duas questões descortinam o embate entre o governo e os proprietários de terras, levantam aspectos do seu distanciamento. O primeiro no tocante às medidas antiescravistas, todas propostas pela Coroa e conduzidas pelo Ministério, a aceitação da Lei de Extinção do Tráfico foi razoável, pois existia a pressão inglesa, porém, a votação da Lei de Libertação do Ventre e da Lei de Libertação dos Sexagenários ocasionou não só grandes protestos¹³⁵ no Congresso, como fora dele¹³⁶. Essas leis afastaram a Monarquia da grande lavoura de exportação. Do embate entre o rei e os barões, o resultado foi o rompimento e, com a lei de 1888, tornou-se inevitável.

Diante da iminência do fim da escravidão, o governo encaminhou um projeto que previa captação de recursos para subsidiar a vinda de imigrantes em substituição da mão de obra escrava. O projeto propunha demarcação, taxações, impostos sobre a posse de terras, e até sua expropriação¹³⁷. A proposta foi considerada um atentado à ordem privada, e um perigo à ordem pública¹³⁸. Todavia, o projeto era basicamente de interesse dos cafeicultores do Rio de Janeiro, e recebeu forte oposição dos deputados de Minas Gerais e São Paulo. Foi aprovado a duras penas, em 1850, e ficou conhecido como a Lei de Terras. Não obstante, os relatórios de ministros explanam as grandes dificuldades na aplicação dessa lei, não havia gente e nem recursos suficientes para fazer as medições, taxar e fiscalizar nas mais longínquas regiões do

¹³² CARVALHO, 2003, p. 271.

¹³³ *Ibidem*, p. 283.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 284.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 308; 319.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 313.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 335.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 336.

país¹³⁹. Além disso, as resistências locais à aplicação da lei ficaram evidentes¹⁴⁰, o veto dos barões se deu em nível local, onde o poder do Estado não alcançava.

O Poder Moderador dava ao rei poder de interferência no governo, inclusive no Poder Legislativo. Essa interferência afetava a formação e a composição da elite política quando ocorria a dissolução da Câmara, por exemplo, mas foi ela a permitir a competição entre facções dos grupos dominantes por meio da alternância de partidos no governo, “o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!”, falou Nabuco de Araújo em tom de denúncia. As mesmas palavras podem ser usadas por Carvalho, contudo, em tom de elogio, dado que a Monarquia “fracassou, então, não pela ineficácia, mas pelo contrário, por ter promovido ou facilitado ação contrária a grupos dominantes, sem ao mesmo tempo construir uma base de poder que substituísse ou equilibrasse a dos donos de terra”¹⁴¹. O pacto entre o rei e os barões, construído durante o Regresso, rompeu-se perante a Abolição. A Coroa representou, num primeiro momento, os interesses dos proprietários, e se fez legítima frente à necessidade de construir e consolidar a ordem, perdendo essa legitimidade face aos mesmos, quando agiu de forma contrária aos interesses desse grupo – foi nessa circunstância que se buscou outra maneira de fazer-se representar para além da Monarquia.

Dessas nuances entre representantes e representados, as relações políticas no Império eram marcadas por ambiguidades salientadas por Carvalho. Primeiro, o Estado dependia, para sua manutenção, do apoio e das rendas oriundas da agricultura escravista de exportação, entretanto, tornava-se refúgio para os elementos dinâmicos que não encontravam espaço dentro dessa agricultura¹⁴², de modo que

[...] O emprego público constituía a principal alternativa para os enjeitados do latifúndio escravista, mas uma vez no governo, os funcionários e a elite em geral não podiam matar as galinhas dos ovos de ouro que era a própria agricultura de exportação baseada no trabalho escravo, fonte da maior parte das rendas públicas.¹⁴³

O elo entre o Estado imperial e a agricultura de exportação era marcado pelo que Carvalho, tomando de Guerreiro Ramos, chama de dialética da ambiguidade¹⁴⁴. O Estado não

¹³⁹ CARVALHO, 2003, p. 242

¹⁴⁰ Ibidem, p. 243.

¹⁴¹ Ibidem, p. 323.

¹⁴² Ibidem, p. 40; 41.

¹⁴³ Ibidem, p. 166.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 232.

podia se sustentar sem a agricultura de exportação, e a ordem, no interior, carecia do apoio dos senhores de terra. Por conseguinte, magistrados tiveram que compactuar com os proprietários, a fim de possibilitar, ao menos, uma ordem aparente. O Estado brasileiro, feito à imagem e semelhança do Estado português, constituía “fonte de poder em si mesmo”¹⁴⁵, era o empregador de letrados e proletários, regulava a sociedade e a economia. Este Estado não tinha como renunciar ao apoio político e às rendas da grande agricultura de exportação, mas, por outro lado, via-se livre para contrariar esse setor quando conseguia uma coalisão com outros setores agrários. Ergueu-se, então, a ambiguidade, reconhecida e colocada por Joaquim Nabuco, o governo era a sombra da escravidão – a única força capaz de acabar com ela¹⁴⁶.

O sentido duplo, ou a duplicidade de sentido, colocado por José Murilo, do governo enquanto agente de construção e de desconstrução da ordem era congruente com a lógica da duplicidade do liberalismo: usado por algumas forças sociais com um significado pragmático, por almejam a conservação do sistema; usado por outras forças sociais em um viés de revitalização do sistema, propondo sua alteração. A dialética imposta pelas relações de poder, pelo embate relativo à representatividade da elite política, revelava um governo mais dependente da escravidão do que a própria lavoura de exportação – a escravidão acabou, o governo, junto com a Monarquia, acabou em seguida; em compensação, o fim da escravidão não comprometeu a existência, ou mesmo a prosperidade, dos cafeicultores.

O Regresso teve forte apoio dos interesses econômicos do comércio urbano e da grande agricultura de exportação, mas a execução das reformas pela centralização e estabilização ficou a cargo dos magistrados. Aliás, estes sempre estavam em maior número nas legislaturas dominadas pelo Partido Conservador¹⁴⁷ – o Estado, através de sua elite política, trazia para si as tarefas de manutenção e de transformação do sistema. Essa, porventura, tenha sido a maior ambiguidade, posto que a mesma elite política que assegurou a estabilidade do sistema não reunia em si a representação de nenhum setor da sociedade. A elite política não representava as classes dominadas e nem as classes dominantes, “sintomaticamente, seriam as pressões por representação mais autêntica e direta de interesses que iriam tornar cada vez mais difícil a reprodução da elite imperial”¹⁴⁸. Dessa forma, Carvalho é bem direto: a artificialidade da elite, como do sistema, ficou clara, e ambos caíram.

¹⁴⁵ CARVALHO, 2003, p. 233.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 234.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 107.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 235.

Na primeira parte da obra, *A Construção da Ordem*, a elite política do Império brasileiro é definida e caracterizada, os governantes do sistema político imperial reunidos na Câmara dos Deputados, no Senado, nos ministérios e no Conselho Pleno são identificados e analisados. Desse esforço, observamos evidências de não ser a elite política representativa da sociedade e, por isso, não possuir uma base socioeconômica sólida em que pudesse se apoiar. A elite política acabava sendo sombra da escravidão, isto é, sua ação efetiva carecia dos movimentos da grande lavoura de exportação assentada na mão de obra escrava. Era também a única força capaz de a destruir. Foi capaz e assim o fez. O governo contou com amplo suporte da opinião pública para terminar com a escravidão, sua ação, portanto, foi representativa dos interesses sociais. Se, no início do Segundo Reinado, a estabilidade veio ao preço da representatividade, o fim do Império se deu pela inversão da proposição, a tentativa de representatividade custou estabilidade.

Na segunda parte, *Teatro de Sombras*, a política imperial é tratada, a atuação daqueles governantes circunscritos na primeira parte é analisada. O resultado desse esforço aponta para um sistema cujas ambiguidades permitiriam tanto sua estabilização quanto levaram à sua destruição. Se a elite política era sombra da escravidão, a política imperial figurava como um jogo de sombras. Mais do que um jogo, um teatro. Uma encenação que se desenrolava sem que seus atores pudessem percebê-la. Um teatro de sombras cujo palco era a Corte, os espectadores equivaliam à nação, o enredo havia sido dado pela Constituição de 1824. O desenrolar da trama correspondia a um jogo de representações, em que o representante (governo) parecia ser muito maior que o representado (governados). Contudo, os limites de ação do governo eram dados pelos governados. Fundamental à delimitação de algumas distinções: o governo precisava saber sobre quem recaia seu poder de governo (sobre quem ele governava) e para quem ele governava (a quem ele devia assegurar interesses). O teatro desenrolou-se por quase meio século, e o representante perdeu a dimensão do seu real tamanho. A escravidão acabou, e o governo, junto com a Monarquia, acabou em seguida. Mas, nem por isso, as cortinas do teatro se fecharam.

A pesquisa da elite política imperial e da política imperial feita por Carvalho inicia com a argumentação de ser, essa elite, homogênea em termos ideológicos e de treinamento, isso porque o grupo que esteve à frente da política nacional desde o Regresso até o entorno da década de 1870 foi educado em Coimbra, tratava-se de uma burocracia altamente educada que atuou, principalmente, na magistratura brasileira. São esses magistrados os construtores da ordem, e essa construção só foi possível por sua homogeneidade e associação aos cafeicultores fluminenses. Essa elite política, confundida com a burocracia, dominada pelos magistrados, não era representativa da sociedade, é daí que surgem ambiguidades no sistema e se constrói um

jogo de representações cuja articulação dada pelo autor sinaliza, desde o início, para a sua insuficiência. A Monarquia era explicada com justificativas para o seu fim. Decerto que os traços teleológicos da abordagem merecem ser considerados, porém, não comprometem a riqueza da obra, situando no tempo quem a fez. O sistema monárquico acabou; todos que viveram o fatídico 15 de novembro em diante sabiam/sabem, Carvalho sabia, e não conseguiu se furtar ao conhecimento do resultado da equação para pensar a construção da equação em si. Destarte, o debate acerca da questão da representatividade no sistema político imperial na obra corrobora para a derrocada da Monarquia, para a desconstrução da ordem.

Uma elite ilustrada, com tendências antiescravistas, reformista. É assim que Carvalho apresenta a elite política do Império, sobretudo a que construiu a ordem e foi o alicerce a assegurar a estabilidade e sobrevivência do Segundo Reinado. A formação em Coimbra, ou mesmo a formação nas faculdades brasileiras, o treinamento, a socialização, todos foram ingredientes que propiciaram não só relevante unidade ideológica, como também um grau de esclarecimento que lhe imputara uma racionalidade sobre os destinos do país capaz de se sobrepor aos interesses de parcialidades, de classes ou segmentos de classes. Consistia em uma elite política não condicionada pelas demandas dos grandes proprietários de terras e escravos, incluída aí a grande lavoura de exportação. Justiça seja feita, Carvalho reconhece que os interesses desse setor estavam no governo, exemplo disso foi o debate em torno da aprovação da chamada Lei de Terras¹⁴⁹, mas não chegava a condicionar o governo. Fator imprescindível à percepção do autor a respeito dessa elite foi o controle da política da Abolição¹⁵⁰, conduzido de modo a descolar as iniciativas do governo dos interesses agroexportadores do Sul do país.

Na arguição de Carvalho, a escravidão é entendida como caminho, como meio para a elite política, e não como fim em si. Se, na ocasião da Emancipação, segundo autor, a escravidão era o preço a se pagar para garantir a unidade territorial¹⁵¹, nos debates acerca da política da Abolição, a visão que a elite política tinha sobre a escravidão era pragmática, visto que era malvista, porém, sustentava o Estado imperial¹⁵². Carvalho constata que não havia defesa da escravidão no governo, sendo ela compreendida como não civilizada¹⁵³.

Isso tudo ratifica a percepção do autor de que a elite política, com presença dominante da burocracia e não dos proprietários de terras e escravos, mesmo sendo dependente das rendas geradas pela exploração do trabalho escravo, era mais do que a única força capaz de destruí-la,

¹⁴⁹ CARVALHO, 2003, p. 337.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 322.

¹⁵¹ Ibidem, p. 19.

¹⁵² Ibidem, p. 293.

¹⁵³ Ibidem, p. 395.

e sim força contrária a ela. Em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, a elite não só pôde acabar com a escravidão, ela o quiz, pois as tendências reformistas e antiescravistas eram inerentes a ela.

Em relação à política de terras e à política da escravidão, Carvalho diz:

[...] Em ambos os casos, a ação do governo central e de sua burocracia apontava na direção da implantação de uma economia de mercado, liberando a força de trabalho e a terra. Mas no Império esta ação não encontrou apoio sólido em nenhuma classe ou setor de classe. [...] Como consequência, atrasou-se também a constituição da sociedade de mercado e permaneceram frágeis as bases as bases do Estado liberal [...].¹⁵⁴

No entendimento dele, a burocracia e o governo central estavam repletos de um reformismo liberalizante destoado da realidade social brasileira. Avistamos, aqui, um Estado que não é fruto dos interesses da sociedade. Também uma sociedade que oscila entre a condescendência e a resistência às ações deste Estado. No empenho por fazer uma abordagem não classista da elite política imperial, Carvalho articulou o binômio Estado/sociedade como elementos que existiam de maneira quase autônomo. De um lado o governo central e sua burocracia reformista, antiescravista, tão sensíveis aos valores liberais, flertando com a realidade europeia. Do outro lado, os grandes proprietários, a grande lavoura de exportação, o sustentáculo material do governo central e sua burocracia, retrógrados, escravistas, tão limitados por sua realidade quanto insensíveis às ideias e projetos capazes de conduzir a nação ao progresso. O Estado focalizava para o futuro, a sociedade prendia-se ao passado; o Estado era o progresso, a sociedade o atraso.

Essa inferência com leitura maniqueísta proposta nesta tese é uma exageração intencional, com vistas a acentuar as implicações do tipo de análise feita por Carvalho. Duas ponderações precisam ser feitas nesse sentido, para elucidar o problema que aqui se coloca. Primeiramente, quando o autor chega ao final do *Teatro de Sombras* com a argumentação do reformismo do governo frente a uma sociedade incapaz de concebê-lo, o caminho para essa distinção entre sociedade e governo começava a ser traçado em *A construção da ordem* à medida em que, na caracterização da elite política, ele avalia a ocupação dos ministros, senadores e deputados gerais, valendo-se da organização dos dados de sua pesquisa em quadros para cada um desses cargos, como o da Figura 10 abaixo.

¹⁵⁴ CARVALHO, 2003, p. 351.

A CONSTRUÇÃO DA ORDEM

QUADRO 11
Ocupação dos Ministros, por Períodos, 1822-1889 (%)

Ocupação	Períodos					Total
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	
Magistrados	33,33	45,73	47,83	30,00	12,13	26,69
Militares	46,66	31,41	13,05	20,00	6,06	22,38
Func. Públicos	6,67	5,72	-	2,00	1,52	0,46
Diplomatas	-	-	-	2,00	-	0,46
"Políticos"	6,67	-	8,69	4,00	3,03	4,10
<i>Total Governo</i>	93,33	82,86	69,57	58,00	22,74	59,83
Professores	4,44	5,72	8,69	14,00	7,57	8,21
Advogados	2,23	2,85	17,39	20,00	46,96	21,46
Jornalistas	-	-	-	4,00	3,03	1,82
Médicos	-	5,72	-	-	4,55	2,28
Engenheiros	-	-	-	2,00	3,03	1,37
<i>Total Profissões</i>	6,67	14,29	26,08	40,00	65,09	35,14
Fazendeiros	-	-	4,35	-	9,09	3,20
Comerciantes	-	-	-	2,00	3,03	1,37
<i>Total Economia</i>	-	-	4,35	2,00	12,12	4,57
Padres	-	2,85	-	-	-	0,46
<i>Total</i>	100,00 (N = 45)	100,00 (N = 35)	100,00 (N = 23)	100,00 (N = 50)	100,00 (N = 66)	100,00 (N = 219)

Fonte: Como no quadro 4.

Figura 10 – Quadro 11: Ocupação dos Ministros, por Períodos, 1822-1889¹⁵⁵.

Nos dados colocados por Carvalho, a presença de setores econômicos – encarados por ele como “Economia”, o que inclui fazendeiros e comerciantes – era mínimo entre os ministros e deputados gerais, enquanto entre os senadores era um pouco maior, mas nada majoritário. Não foi possível acessar as fontes usadas como base para essa análise. No entanto, ele já deixa claro uma diretriz para sua averiguação: como a maioria dos ministros, senadores e deputados possuíam mais de uma ocupação, a escolhida para compor o quadro foi a ocupação que mais os aproximasse do Estado¹⁵⁶. Nessa linha, caso o elemento fosse, por exemplo, fazendeiro, comerciante ou jornalista, entretanto, tivesse algum cargo público, como magistrado, delegado ou militar, a função que mais o aproxima do Estado é o cargo público, logo, seria colocado como parte da burocracia, e se enquadraria no grupo chamado de “Governo”.

Tal escolha do autor manifesta que o foco de análise acaba privilegiando o pertencimento da elite política imperial à burocracia, e silenciando sua relação/vínculo com os setores econômicos. É viável que a escolha de Carvalho seja coerente com a ocupação a qual

¹⁵⁵ CARVALHO, 2003, p. 103. A fonte das informações que compõem esse Quadro 11 é dada similarmente ao Quadro 4. De acordo com a descrição de Fonte do Quadro 4: “A lista por ordem alfabética e por períodos, de todos os ministros, senadores e conselheiros, com as informações sobre lugar de nascimento, ocupação, local e tipo de educação superior e origem social pode ser encontrada em Carvalho, ‘A Elite Política Imperial’, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, texto mimeografado. Sempre que não indicado, esta lista será referência básica para cálculos das tabelas referentes à elite política” (Ibidem, p. 78).

¹⁵⁶ Ibidem, p. 100.

os integrantes dessa elite gostariam, em primeiro plano, de serem reconhecidos, tendo em vista a análise feita a respeito do debate das incompatibilidades quando pareceu existir constrangimento entre os fazendeiros a se reconhecerem como tal¹⁵⁷.

Reformista, liberal, empenhados no progresso do país para além das parcialidades de setores restritos da nação, esclarecidos, viam a escravidão como um mal necessário, todavia, antes de tudo, a viam como um mal. Essa é a visão que Carvalho constrói da elite política imperial, e essas, para ele, são as razões de seu êxito e do seu fracasso com a derrocada da Monarquia. E, compete-nos dizer, é exatamente a ótica que um saquarema gostaria que tivessem sobre si¹⁵⁸. Expandimos o argumento para dizer que o problema da representatividade da elite política imperial colocado por Carvalho aponta, aqui, para a questão da autorrepresentação dessa elite. A leitura de que essa elite era tão ilustrada e reformista, destoante da sociedade e, nessa perspectiva, não a representava, é conveniente, mormente, a essa elite. A imagem construída da elite política é a imagem que ela própria projeta de si. E, quiçá, essa seja a maior contribuição do estudo feito por Carvalho: elucidar as estratégias de autorrepresentação da elite em questão. Uma considerável contribuição, pois parte de uma análise mais literal das fontes, principalmente discursos que integravam os Anais e as Atas da Câmara, do Senado e Conselho de Estado. Aliás, um lastro documental bem vasto.

1.3 O Estado, a sociedade e a ruptura do sistema monárquico

O sistema monárquico chegou ao seu fim, de acordo com Carvalho, pela falta de sustentação socioeconômica. Essa é a asseveração central encontrada no conjunto da obra. Porém, outros fatores endossam essa razão central e contribuem para entender a complexidade do argumento a partir de uma perspectiva capaz de mostrar a fragilidade da estabilidade de um sistema construído por um grupo não representativo e, em virtude disso, afastado das dinâmicas socioeconômicas. O sistema monárquico representativo constituído no Brasil não se provou eficaz em acompanhar a dinâmica social e econômica no correr de mais de meio século. Entre os fatores assinalados por Carvalho como condicionantes para o fim da Monarquia, podemos destacar o fim da homogeneidade da elite política, as transformações econômicas ocorridas a

¹⁵⁷ CARVALHO, 2003, p. 403.

¹⁵⁸ Valendo-nos da análise de Mattos, foco do capítulo seguinte desta tese, os Saquaremas conseguiram colocar-se como detentores do *monopólio do discurso*, a partir do qual puseram-se como os únicos capazes de assegurar a Ordem e a Civilização, assim como o progresso. Igualmente, como capazes de pôr os interesses da nação acima dos interesses das parcialidades. Quando, na verdade, impunham uma direção moral e intelectual que beneficiava, sobretudo, a grande lavoura de exportação do Sul do país.

contar da metade do Dezenove, as políticas abolicionistas encabeçadas pela Coroa, e a ascensão do Exército como “contraelite”.

A homogeneidade da elite política perdeu-se gradativamente a partir da década de 1860, por uma confluência de fatores. Primeiro, a Lei das Incompatibilidades, aprovada em 1855, impedia que os magistrados e demais setores da burocracia ocupassem cargos eletivos¹⁵⁹. Segundo, a geração burocrática coimbrã foi cedendo espaço para a geração formada nas faculdades brasileiras, o que implicou em uma redução da homogeneidade ideológica¹⁶⁰. Terceiro, solucionado o problema da unidade territorial, o início da segunda metade do século XIX foi marcada pela demanda por maior representação por parte dos proprietários de terras e dos profissionais liberais. Nesse contexto, o Marquês do Paraná alvitrou uma reforma no sistema eleitoral, em 1853, com o objetivo de ampliar a representatividade; com isso, proprietários de terras, notabilidades locais (e não mais, somente, as notabilidades nacionais) e profissionais liberais passaram a ocupar mais os cargos eletivos¹⁶¹. Enfim, a unidade ideológica e de treinamento da elite dissolveu-se na medida em que a burocracia, especialmente magistrados, deixou de compor essa elite. Elementos mais representativos da sociedade compuseram o quadro de governantes, o aumento da representatividade fragilizou a coesão dessa elite em transformação de tal maneira que, diante do crescimento do republicanismo, a Monarquia não contava com uma elite política capaz de lhe dar sustentação no poder.

O descompasso entre economia e política levou ao crescimento do movimento republicano e federalista¹⁶². O sistema político do Império consolidou-se assentado nas bases construídas com a coalizão entre a burocracia estatal e a elite cafeeira fluminense, numa ocasião em que o Vale do Paraíba reunia os mais proeminentes nomes da grande lavoura de exportação. A partir da década de 1870, foram os cafezais da Zona da Mata mineira e do Oeste Paulista que viveram sua expansão e crescente importância na economia imperial. Não obstante, o cenário político continuava com maior projeção dos cafeicultores decadentes da província do Rio de Janeiro em detrimento dos de outras regiões. Em São Paulo, o movimento republicano crescia como seus cafezais, o Partido Republicano Paulista criou uma sólida estrutura com sedes em municípios, mas seu pleito era a autonomia provincial¹⁶³, compreendida, naquele momento, como uma aspiração contrária ao Estado monárquico; o republicanismo paulista vinculava-se às transformações socioeconômicas pelas quais passava a província, o alicerce do partido eram

¹⁵⁹ CARVALHO, 2003, p. 401.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 101.

¹⁶¹ Ibidem, p. 411.

¹⁶² Ibidem, p. 136.

¹⁶³ Ibidem, p. 209.

os proprietários de terras cafeicultores. Paralelo a isso, profissionais liberais, intelectuais, e outros setores ligados ao modo de vida urbano ergueram-se sob o pensamento liberal clássico, defendendo a liberdade individual e a participação política, surgindo como novas forças sociopolíticas contrárias à Monarquia¹⁶⁴.

As políticas abolicionistas, todas de iniciativa da Coroa, culminaram no divórcio entre donos de terras e a Monarquia. A escravidão era importante para o mercado interno e para os espaços urbanos, contudo, particularmente à grande lavoura de exportação. Durante o processo pela Abolição, apreendido por Carvalho como o conjunto de políticas públicas que levou ao fim da escravidão, ficou clara a divisão entre o setor burocrático do poder e o setor social e econômico. Defronte às pressões inglesas, da ciência e das limitações do Brasil para enfrentá-las, em 1850, foi aprovada a lei que extinguiu o tráfico de escravos, mesmo com muitas oposições. Na oportunidade, o governo sabia da pertinência do trabalho escravo à economia agrária e que assim o seria por muito tempo, sabia também que a Inglaterra estaria disposta a aumentar as pressões¹⁶⁵.

O segundo momento crucial à Abolição se deu 20 anos depois, com um projeto de iniciativa da Coroa pela libertação do ventre. O ciclo decisório começou em 1866, conselheiros e ministros mostraram-se preocupados com a possibilidade de agitação escrava, mas alertavam para o perigo da inação¹⁶⁶. Do período de proposição do projeto até a sua árdua aprovação, em 1871, três gabinetes caíram (Zacarias, Rodrigues Torres, São Vicente), somente com Rio Branco que o projeto foi levado à votação. Enfrentou muita oposição conservadora fluminense, de paulistas e de mineiros, as manifestações na Câmara foram violentas contra o projeto, todavia, depois de muito esforço, o projeto foi aprovado – pesaram na votação os deputados do Norte do país e também os funcionários públicos –, porém, sob a acusação de ser de “inspiração imperial e não nacional”¹⁶⁷; fora do Congresso, o debate foi intenso, a elite cafeicultora deixou claro o quanto se opunha ao projeto e o quanto os desautorizava perante os escravos, pois entendiam que a lei era uma intromissão do Estado nas relações senhor/escravo¹⁶⁸; a lei foi aprovada a custo do deslocamento do governo de suas bases socioeconômicas. As outras leis antiescravistas, a dos Sexagenários e a Áurea, também provocaram a fúria dos cafeicultores, sem embargo, antes disso, já estavam certos de que o fim da escravidão era iminente.

¹⁶⁴ CARVALHO, 2003, p. 208.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 293; 298; 303; 323.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 306.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 311.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 313.

A grande lavoura de exportação se opôs às medidas abolicionistas em todas as fases do processo; na última fase, ocorreu algo próximo a um movimento popular autêntico pela causa antiescravistas, evidenciando que as iniciativas da Coroa pela Abolição contavam com o apoio da opinião pública. No entanto, nesse processo, o embate travado entre Coroa, governo e proprietários desgastou sobremaneira a Monarquia – em épocas de deliberações antiescravistas, a adesão ao Partido Republicano crescia consideravelmente. Da lei de Libertação do Ventre até a Lei de Extinção Definitiva da Escravidão, a Monarquia perdeu progressivamente o apoio da elite agrária, que, ao se frustrar com a Coroa, aliou-se a outra força contrária à Monarquia, o Exército¹⁶⁹.

O surgimento do Exército como uma “contraelite”, cooperando com a República, também é visto por Carvalho como um dos motivos do fim da Monarquia. Até 1880, o Exército teve reduzida influência nas decisões políticas nacionais, o governo imperial era civil e se orgulhava disso¹⁷⁰. O Exército era parte da burocracia, mas assumiu feições distintas do restante da máquina estatal. Ao final do Império, a Escola Militar se transformara em um centro de oposição intelectual e política ao regime, tanto por sua educação, quanto pelo tipo de aluno que recebia¹⁷¹. A educação militar teve um cunho mais técnico, e foi marcada pela influência do positivismo, afastando-se, desde 1850, da elite política. Após algumas reformas, a composição do oficialato, em termos de origem social, mudou drasticamente, de sorte que, ao final do Império, os oficiais vinham de famílias de militares e de famílias com rendas mais modestas. Dessa maneira, transformaram-se no principal elemento de destruição do sistema imperial, substituindo os magistrados no papel de construção da nova ordem¹⁷².

Sob os olhos da cafeicultura fluminense em decadência, enjeitada pela agroexportação paulista, sem uma elite política homogênea para lhe dar sustentação, a Monarquia caiu como a escravidão caíra – na verdade, praticamente, caiu com a escravidão. Falhou por se fazer representativa dos que não se podiam representar¹⁷³, como os setores urbanos antiescravistas e os escravos. Falhou com o sistema político por se alinhar à opinião pública, e não aos setores econômicos em expansão. O resultado foi a implantação de um regime menos representativo.

Em outro texto, *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, Carvalho discute a respeito da batalha pelo imaginário popular republicano, afirmando que o governo imperial contava com as simpatias populares, antes de tudo, por conta da figura

¹⁶⁹ CARVALHO, 2003, p. 321-322.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 55.

¹⁷¹ Ibidem, p. 75.

¹⁷² Ibidem, p. 188; 190; 194.

¹⁷³ Ibidem, p. 323.

paternal do rei e não em razão da participação real na vida política do país¹⁷⁴. No ano subsequente à Abolição, o governo imperial permaneceu resistindo aos ataques dos expropriários de escravos. Quando houve a opção republicana, setores distintos carregaram expectativas que divergiam. Os proprietários rurais paulistas vislumbravam o modelo americano como o de república ideal, nesse formato, o liberalismo consagrava a desigualdade e a sanção da lei do mais forte¹⁷⁵. Já os pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes – estes viam a Monarquia como limitadora de oportunidade de trabalho, porquanto consideravam a lentidão do sistema imperial em promover a Abolição, a excessiva centralização, a longevidade dos senadores – devotavam à Monarquia brasileira os mesmos vícios do Antigo Regime francês, e propunham uma República regida pelos princípios de liberdade, igualdade e participação de inspiração jacobinista¹⁷⁶. Para os militares, a contraelite erguida na segunda metade do Dezenove, a saída aceitável era a versão positivista da República. Nela a Monarquia era condenada em nome do progresso, e este pela ditadura, trazia em si o apelo de um despotismo ilustrado¹⁷⁷. Foi sobre os pilares positivistas que a Monarquia sucumbiu à República, eixos que marcaram, precipuamente, os primeiros anos do novo regime.

A partir da crítica de Alberto Salles ao regime republicano, para voltarmos ao livro *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, em que Carvalho faz, então, sua segunda releitura do “sorites de Nabuco”: “O presidente da República faz os governadores, os governadores fazem as eleições e as eleições fazem o presidente da República”¹⁷⁸.

No discurso de Nabuco de Araújo, a crítica dava-se ao fato de o Poder Moderador fazer demasiadas interferências do processo eleitoral – posto que formava um ministério, este convocava eleições, e o resultado das eleições era sempre a imagem do ministério. Do ponto de vista de Carvalho, essa interferência efetivamente ocorria, mas assimila que isso outorgava o sistema, garantia a alternância de partidos. Não fosse o Poder Moderador, haveria a perpetuação de um partido no poder, gerando instabilidade ao sistema. Na República, a instabilidade foi significativa nos anos iniciais, só não foi maior haja vista o regime de partido único nos Estados, entretanto, sucedeu, aí, a perpetuação de um grupo no poder. Ao final das contas, a Monarquia caiu por ampliar a representatividade, a República ergueu-se por fazer o movimento inverso.

¹⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 25.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 26.

¹⁷⁶ Idem, 2003, p. 27.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 29.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 413.

Em *A Construção da Ordem*, é feita uma tipologia dos atores políticos. A elite política é caracterizada, e a burocracia é colocada de forma mais particular. Juízes, padres, militares, partidos: todos aparecem como elementos de relevância ao cenário político do Império brasileiro, com suas características, potencialidades e limitações. Na primeira parte do livro de Carvalho, sabemos quem são esses elementos e o que eles são capazes de fazer. O tempo histórico privilegiado nesta parte é o da primeira metade do século XIX. A escravidão assumiu dimensão secundária para constituição da ordem imperial – mal necessário, o caminho para um fim, um meio para a estabilidade –, também era condicionante social, dado que limitava as possibilidades profissionais, fazendo da burocracia a melhor alternativa aos marginalizados do sistema escravista. O Estado imperial, com seu governo e sua burocracia, estabilizou-se, e isso facultou a estabilidade da sociedade. A proeminência do Estado sobre a sociedade assegurava a ordem social. A Monarquia, e mesmo a figura do Imperador, quase não aparecem na narrativa.

Já em *Teatro de Sombras*, os atores políticos postos em tipologias, em *A Construção da Ordem*, são colocados em movimento, suas potencialidades e limitações irrompem no panorama político do Império. Os atores políticos são retratados como agentes históricos. A proeminência do Estado acerca da sociedade é posta em xeque. Se a escravidão era um meio para a elite política manter a estabilidade do Império, ela aparece como um fim à grande lavoura de exportação, e acabou tornando-se fator determinante à ruptura política do 15 de novembro. A escolha política pela Monarquia surgiu como fruto do pacto entre o rei e os grandes proprietários de terras e escravos, um pacto que se rompeu quando foi instituída a política da Abolição.

O esforço de Carvalho em desassociar a elite política da elite econômica coloca o Estado e a sociedade em estâncias distintas, com a primazia do primeiro sobre a segunda, e era isso que garantia estabilidade ao regime monárquico. Quando a situação se inverteu – a sociedade se sobrepôs ao Estado – ocorreram instabilidades como as das Regências, ou dos anos iniciais da República. Considerando o tempo de maturação da tese que deu origem ao livro aqui analisado, os anos 1966 a 1975, período de vigência da ditadura civil-militar, julgamos particularmente interessante perceber, na análise que Carvalho faz, a associação Estado-estabilidade, Sociedade-instabilidade. A investigação relativa à política do século XIX brasileiro converte-se em uma leitura sobre Brasil vivido por Carvalho. Talvez “todo o problema do Império” – o de entregar a sociedade o governo de si mesma – continuava sendo o dilema da República, uma sociedade incapaz de governar a si, dependente de um Estado que se sobrepunha a ela para lhe ordenar e, para isso, sua elite política não precisava ser representativa dessa sociedade. Esse é um problema analisado por Carvalho, e é o problema

que leva ao fim da Monarquia, mas, ao que nos parece, não era um problema que, na acepção do autor, trazia em si um impacto negativo. Se, na Monarquia, a instância de estabilidade era dada pelo Poder Moderador, na figura do Imperador, ao propiciar a alternância das facções políticas; na República, esta instância de estabilidade eram os militares.

A Ordem construída e articulada em meados dos Oitocentos construiu o palco e o enquadramento para o teatro que se desenrolaria na segunda metade. Não um teatro em que a interpretação dos papéis se dava de maneira tangível, suas projeções ampliavam sua dimensão na ficção da política imperial. O enorme poder que o Estado imperial mostrava, no palco, era, na verdade, a projeção da escravidão: se o governo atuava, se o Estado se apresentava parcialmente eficaz era pelo motor do sistema escravista – este sistema escravista é que tornava possível a estabilidade da Monarquia. Todavia, o teatro estava em cartaz a tanto tempo, precisamente por quase meio século, que os personagens que compunham a elite política perderam a sua real dimensão. A projeção (escravidão) acabou, o palco (ordem) se desfez, a Monarquia deu lugar à República. No Império, o realismo dos conservadores chocava-se com a ficção dos liberais; a realidade da sociedade denunciava a ficção do sistema representativo, o realismo do discurso não entendia a ficção da prática. O teatro de sombras, que era a política imperial, expressou diversas dualidades: rei/barões, burocracia/advogados, conservadores/liberais, ficção/realidade, Estado/sociedade. Conforme Carvalho, a denúncia, tanto da ficção do sistema representativo, quanto da dimensão fantasmagórica que era a sombra do Estado imperial, demonstrava-se tão procedente quanto à impossibilidade de, a um só tempo, a sociedade brasileira ser plenamente representada e haver estabilidade do sistema representativo.

CAPÍTULO 2

DE SAQUAREMAS E MONOPÓLIOS: uma análise d*O Tempo Saquarema*

Neste capítulo, vamos nos ater à análise de *O Tempo Saquarema*. Nessa obra, os dois objetivos do livro de Mattos são: 1) compreender os procedimentos de edificação do Estado imperial e de conformação da classe senhorial; 2) estabelecer a relação entre esses dois movimentos, associação esta que só é possível por meio da ação consciente e deliberada de uma força social que forja a si mesma como classe dirigente, trata-se dos Saquaremas¹⁷⁹. O livro é dividido em três partes e, na primeira, Mattos fala da formação da classe senhorial e da classe dirigente, processo referente à moeda colonial em restauração. Na segunda parte, o autor trata da ação dos Saquaremas na direção do Estado imperial. Na terceira parte, Mattos considera o quanto as limitações impostas à direção saquarema tornavam seu esforço sempre inconcluso.

Mattos, valendo-se de vasta documentação, como Anais do Parlamento, Relatórios, Legislação e Jornais, desenvolveu uma obra com profundidade teórica – para além da elucidação de dados, fatos e de uma narrativa bem articulada – conceitos não somente ferramentas explicativas, mas parte da argumentação de um dos livros que mais impactou as pesquisas sobre o século XIX, no Brasil dos 1990 e 2000, as definições são manuseadas de tal forma que aparentam mesmo condicionar a leitura das fontes. As significações operadas por Mattos, como a de *classe social*, de Edward Palmer Thompson, e a de *partido político*, de Antonio Gramsci, são parte fundamental da argumentação desenvolvida por Mattos para elucidar as ações políticas dos Saquaremas. Dessa maneira, desde *O Tempo Saquarema*, termos como *classe senhorial*, *classe dirigente*, *Coroa*, *Saquaremas* carregam sem si um complexo de informações, emergem como conceitos que ajudam a nortear a compreensão do Brasil do Dezenove.

Analisar uma obra como *O Tempo Saquarema* apresenta suas dificuldades, por isso, consideramos como norte, o debate acerca das várias concepções e noções dos monopólios, que são essenciais na discussão de Mattos. O monopólio, enquanto direito exclusivo, marca o privilegiamento de uns sobre outros, e isso acentua as diferenças e as hierarquias que assinalam o cenário político e social do Império. Desse modo, neste capítulo, vamos prescrutar como a história do livro *O Tempo Saquarema* traz a consolidação/ampliação de um campo de pesquisa

¹⁷⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 14.

(como ocorreu com *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*), examinaremos a maneira como Mattos tratou a formação da classe senhorial, em seguida, versar sobre os monopólios que fundam essa classe, depois do monopólio do discurso pelos Saquaremas, para, enfim, falar do monopólio da responsabilidade pelo soberano.

Os textos e autores usados na análise posta aqui tem por finalidade aprofundar e esclarecer temas importantes para Mattos em seu livro, como as questões relativas ao encerramento do tráfico negreiro intercontinental, a Lei Terras e o Poder Moderador. Ou, ainda, averiguar conceitos e termos relevantes na narrativa do autor, como: *sentido da colonização*, de Caio Prado Jr.; *classe social*, de Edward P. Thompson; e *partido*, de Antonio Gramsci. Outros textos utilizados servirão para ampliar a reflexão concernente à obra e a pessoa de Justiniano José da Rocha.

2.1 A trajetória do livro

Originalmente apresentado como tese de doutoramento, em 1985, ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, *O Tempo Saquarema* recebeu o Prêmio Literário Nacional-Gênero História, no ano seguinte. A categoria na qual foi premiado era a de obras inéditas do Instituto Nacional do Livro, sendo a comissão julgadora composta por nomes como Francisco Iglesias, Déa Ribeiro Fenelon e José Murilo de Carvalho. A obra foi publicada como livro homônimo em sete edições, por duas editoras distintas e, até hoje, é referência para os estudos da História do Brasil. A primeira edição foi publicada pela editora Hucitec em 1987.

Pela editora Access, desde 1988 a 1999, perpassando quatro edições, *O Tempo Saquarema* foi publicado com a seguinte capa, exposta na imagem abaixo (Figura 11).

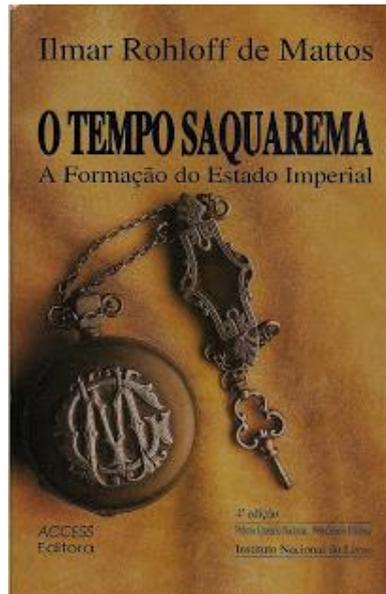


Figura 11 – Capa da Quarta Edição de *O Tempo Saquarema*, de 1999.

Com um dourado envelhecido ao fundo, e no primeiro plano um relógio de bolso cuja corrente anexa uma chave, o aspecto estético do livro marca uma referência há um tempo distinto do público dos anos 1986 a 1999, fazendo referência a um século antes ou mais. Apesar do tema social e político do Brasil do século XIX compor o teor do conteúdo, a escolha por um objeto tipicamente do Dezenove inspira algumas possibilidades de reflexão. O relógio como artefato que marca o tempo constitui, também, um esforço humano para controlar esse tempo. A ideia de controle está intrínseca à existência do relógio, e a presença da chave como anexa a ele enfatiza essa ideia.

A ação dos Saquaremas, enquanto tema do livro, vigorou desde os últimos anos do período regencial até a década de 1860. Nesse intervalo, assumiram a direção moral e intelectual da classe senhorial e do próprio Estado imperial, conformando ambos, forjando-os de forma indissociável na construção feita por Mattos. Nesse processo, os Saquaremas intentaram cumprir o seu papel de agente organizador do tempo “unindo o passado e o presente”¹⁸⁰, também abrindo possibilidade à passagem de um momento anterior de desorganização e barbárie para um posterior, de Ordem e Civilização. Alusão ao relógio como recurso visual é pertinente ao conteúdo, pois remete ao esforço saquarema de controle do tempo, ao marcarem rupturas e continuidades condicionantes do Estado imperial em formação. Rupturas que tangem ao anarquismo e risco de fragmentação notórios nas Regências, continuidades relacionadas à necessidade de manutenção da ordem social sustentada na escravidão.

¹⁸⁰ MATTOS, 2011, p. 297.

A partir da quinta edição, publicada em 2004, até a sétima e última edição, de 2017, a obra foi publicada pela Hucitec Editora, com capas que variaram de cor, porém, com a mesma ilustração como estampa, a litografia de Louis Aubrun, *Vista tomada do morro do Castelo para a Rua Direita*, de 1854. Vejamos as capas das sexta e sétima edições, respectivamente de 2011 e 2017, nas imagens abaixo:

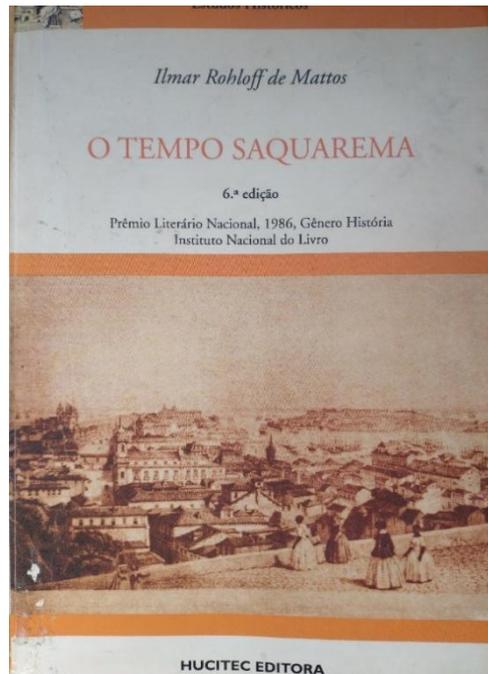


Figura 12 – Capa da sexta edição de *O Tempo Saquarema*.

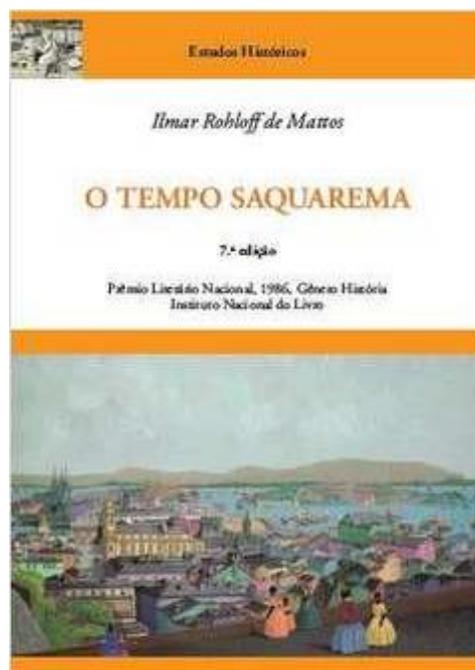


Figura 13 – Capa da sétima edição de *O Tempo Saquarema*.

Ambas usam a litografia de Aubrun como composição na capa, sendo que, na última edição, há o incremento de cor, dando, ao mesmo tempo, um tom de atualidade à capa, marcando melhor os contornos da ilustração de Louis Aubrun ao custo do rompimento com a proposta de uma litografia original de meados do século XIX, como se observa na Figura 14. Rompe-se a originalidade da ilustração, dando-lhe aspecto de renovação.



Figura 14 – *Vista tomada do morro do Castelo para a Rua Direita*, 1854, Louis Aubrun¹⁸¹.

Na ilustração, algumas mulheres e crianças avistam, da Rua Direita, atual 1º de Março, a Cidade do Rio de Janeiro: à direita, a baía e a Ilha das Cobras; junto ao mar, o hotel Pharoux, perto da Praça XV; seguindo o litoral, vemos as duas torres da Igreja do convento de São Bento; no centro, a Praça XV, com o Chafariz do Mestre Valentim; à esquerda, a torre da Igreja de São José e depois as da catedral Imperial. Encontramos pouca informação a respeito de Aubrun, caracterizado como “desenhista litógrafo, sua arte, praticada durante dez anos, revela seu interesse no viés de reproduzir quase fotograficamente”¹⁸². A escolha de uma litografia que é reprodução quase fotográfica de um cenário que recorta a cidade do Rio de Janeiro de meados do século XIX é pertinente ao conteúdo do livro por dois aspectos, o primeiro diz respeito à referência imagética há um tempo distinto, afastado, localiza temporalmente a temática da obra. O segundo, situa, no espaço, o conteúdo do livro, a própria Corte do Estado imperial – *locus* da

¹⁸¹ AUBRUN, Louis. *Vista Tomada do morro do Castelo para a Rua Direita*. 1854. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/17025>. Acesso em: 10 mar. 2021, 11:30:15.

¹⁸² SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio; LYRA, Maria de Lourdes (org.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1336257.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021, 14:10:52. p. 56.

ação dos conservadores fluminenses em seu esforço e efetivação de impor a direção ao Estado que conformava.

Já que, conforme Beth Brait, a capa de um livro expressa uma dimensão verbo-visual que oportuniza a produção de sentidos conjuntamente, por meio da linguagem verbal e da linguagem visual¹⁸³, de modo que a tensão entre o verbal e o visual veicula, de maneira dialética, identidade e alteridade em relação ao público a quem se direciona o livro, evocando memórias de sujeitos e de objetos¹⁸⁴. Assim, temos a passagem de uma capa com um referencial mais conceitual – como vemos na Figura 11, mas que não deixa de fazer alusão há um tempo distinto do público-alvo, e do qual o autor, no caso Mattos, pode ser concebido como interlocutor desse tempo e espaço analisado no livro – para uma capa (Figura 12) com referência mais concreta, como a litografia de Aubrun (Figura 14), desse espaço-tempo, que assenta os sujeitos e processos aos quais Mattos se debruça. Na, até então, última versão da obra, Figura 13, a litografia de Aubrun aparece colorida, dando um tom de atualidade à ilustração que descaracteriza a obra original, o que pode denotar, também, a consagração de um livro em sua sétima edição, reconhecido pelo público que o consome e por não carecer de uma referência temporal tão precisa e concreta. Trata-se de uma atualização no tocante à tradição já fincada esteticamente na obra.

A trajetória, desde a capa da primeira edição até a capa da sétima edição, marca a construção de uma nova tradição a respeito do livro que ilustra. Se antes vinculava-se esteticamente a uma tradição imagética estreitada ao século XIX – como uma referência ao velho, ao antigo, ao que já foi, ao que não é mais – agora, na última edição, de 2017, a injeção de cores dá vivacidade e atualidade estética à capa do livro. Mais do que isso, realça a atualidade da própria obra já consolidada como referência.

2.2 Da reação, da classe senhorial e dos monopólios

E, de fato, a reação monárquica se havia operado nos espíritos não tanto pela eficaz propagação das doutrinas, como pela lição prática da anarquia, pelo desejo de evitar o calamitoso porvir das ex-colônias espanholas que o patriotismo já via iminente; tudo, pois, quanto fosse continuar revoltas agravava esses receios, exacerbava aquela reação. Para desarmá-la, para embaraçar-lhe o progresso era indispensável que a causa liberal com todo esmero se depurasse de tudo quanto podia autorizar ou desculpar prevenções; cumpria-lhe praticamente convencer a todos de que, longe de ser incompatível com a ordem, era a liberdade a condição necessária, indeclinável desta mesma ordem. Cumpria-lhe praticamente fazer sentir ainda aos mais timoratos que a liberdade constitucional, a liberdade que todos deviam querer, não só não era adversa

¹⁸³ BRAIT, 2013, p. 44.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 62.

a ordem, não só lhe era análoga, como até com ela se confundia: assentavam nas mesmas bases, medravam com a mesma prosperidade, definhavam, morriam juntamente e pelos mesmos golpes.¹⁸⁵

A reação consiste numa ação contrária a outra ação, logo, é ocasionada por ela. O enunciado acima trata especificamente da “reação monárquica”, supõe-se que a ação tinha o caráter antimonárquico. Termo a termo, no fragmento acima, essa reação é resultado de uma ação associada à anarquia, revoltas, calamidade. O fator de provocação dessa ação foi o valor da liberdade, e, que, quando essa ação se efetivara, fora colocada em lado oposto ao valor da ordem. Os agentes da ação agiram, então, pela liberdade, e os agentes da reação o fizeram pela ordem. Estes últimos, executaram o feito da reação, não pela supressão da liberdade, mas por mostrarem aos primeiros que sem a ordem não há liberdade. O protagonismo da reação é ocultado neste fragmento, contudo, o da ação é nomeado, trata-se da “causa liberal”. A reação, aqui, atua em ação contrária a todo um conjunto que reúne liberdade, anarquia, revoltas, desordem. Neste fragmento, a causa liberal é minuciada, a reação a esta causa se impõe, sobretudo, pela ordem. A caracterização da causa liberal assume feições de depreciação, acusação. A causa liberal é inimiga da Monarquia. O enunciador fala do outro, não fala de si, não fala dos seus.

Refere-se a um fragmento do opúsculo *Ação, Reação, Transação*, de Justiniano José da Rocha, publicado em 1853. A época da sua publicação envolve vários aspectos, estava em curso a Política da Conciliação empreendida pelo gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná. Justiniano, três semana antes, havia entrado num embate com o chefe de gabinete; publicista conservador, empenhou sua pena em prol dos Saquaremas em diversos periódicos de 1837 a 1850, e quando se pronunciara na tribuna do Parlamento, criticando o gabinete de Honório, taxando-o de despótico, desdenhoso e inabordável, além de acusá-lo de improbidade. Como resposta, Justiniano foi acusado de ter opiniões controversas, de mudar aleatoriamente de opinião e de suborno pelo futuro marquês¹⁸⁶. O texto traz, portanto, motivação pessoal, imediata e, também, uma leitura da trajetória de quase meio século do sistema político do Império brasileiro. Essa aproximação entre vida política e escrita fazia com que redatores de periódicos se convertessem em *publicistas*, no prisma moderno do termo, pois

¹⁸⁵ ROCHA, José Justiniano da. *Ação; Reação; Transação*: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855). Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Tâmis Parron. São Paulo: Edusp, 2016. p. 110.

¹⁸⁶ PARRON, Tâmis. O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX. In: ROCHA, José Justiniano da. *Ação; Reação; Transação*: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855). Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Tâmis Parron. São Paulo: Edusp, 2016. p. 19-22.

apontava à formação do embrião de campo intelectual com autonomia, algo efetivo somente no final do século XIX. Essa integração entre vida política e escrita “era vista como um instrumento de divulgação e formação de novos elementos na sociedade”, como sinalizaram Lúcia Maria Bastos Pereira Neves e Tânia Maria Bessone Ferreira¹⁸⁷.

O panfleto oferece considerável fortuna crítica que perpassa desde os finais do século XIX até a atualidade. Dentro dos debates mais recentes em torno do texto e seu autor, Lúcia Maria Paschoal Guimarães predisse que o panfleto tinha por finalidade expressar o desapontamento do jornalista e deputado com as políticas da Conciliação e justificar a própria transação do seu autor, mas, de antemão, é uma censura a Honório. Guimarães faz sua abordagem do panfleto, questionando a real paternidade do texto, já que constatou ser Justiniano pena de aluguel de muitos ministros, principalmente de Nabuco de Araújo, conseqüentemente, este pode ter ditado o tema, o assunto e a concepção do texto, por isso, *Ação, Reação, Transação* deve ser entendido como um texto feito sob encomenda e não uma leitura autêntica do processo de consolidação do Estado imperial¹⁸⁸. Posicionamento distinto de Guimarães, Gladys Sabina Ribeiro depreende que Justiniano José da Rocha fazia uma advertência e um balanço desfavorável da gestão de Honório, tendo em vista que a *transação* se distinguia da Conciliação, e só seria possível por obra do Poder Judicial, dado que, somente este poder daria condições para evitar a anarquia. Assim, Ribeiro analisa o panfleto, considerando a trajetória do publicista, e conclui que Justiniano não foi pena de aluguel de Nabuco, uma vez que já apresentava suas ideias em anos anteriores¹⁸⁹. Em outro estudo, no qual faz um debate entre as ideias de Justiniano e de Tavares de Bastos¹⁹⁰, Ribeiro procurou mostrar que aquele defendia reformas dentro do Partido Conservador desde o início de sua carreira como jornalista.

Para Cláudia Adriana Alves Caldeira, Justiniano elaborou o texto contemplando as disputas entre Liberais e Conservadores, ainda que articulou uma periodização em que a *Ação* é marcada pelo questionamento do modelo monárquico com predomínio do princípio democrático, a *Reação* era identificada como as ideias do Regresso conservador, e a *Transação*

¹⁸⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. Minerva Brasiliense: publicistas e políticos na elaboração das linguagens políticas do Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 307.

¹⁸⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: Novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 87-88.

¹⁸⁹ RIBEIRO, 2014. p. 63-91.

¹⁹⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. O ocaso de Justiniano José da Rocha? Perspectivas para um debate cruzado com Tavares de Bastos em meados do Oitocentos. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CARULA, Karoline. *Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2020. p. 73-113.

corresponderia à Conciliação, todavia, era uma experiência em curso protagonizada por Carneiro Leão e, se malograda, poderia levar o país ao retorno do princípio democrático¹⁹¹.

Uma das maiores contribuições do opúsculo de Justiniano está no fato de ser uma das primeiras obras a discutir a dinâmica político partidária do Segundo Reinado, na ótica de Tâmis Parron¹⁹². Em um texto que Parron distingue ser uma prestação de contas, “sua teoria sobre a dinâmica parlamentar brasileira atende aos propósitos de provar a coerência doutrinária do autor, e ao mesmo tempo expor as contradições do gabinete” de Honório¹⁹³. As críticas de Justiniano a Honório, e mais especificamente ao encaminhamento da Conciliação, davam-se pelo fato dessa política pressupor a dissolução de boa parte do aparato eleitoral e administrativo construído pelos conservadores, não concerne a uma defesa à Conciliação, mas uma defesa à *Transação*, “entendido como momento de reabertura relativa do Estado à influência da sociedade”¹⁹⁴, sem que para isso haja uma perda do legado saquarema.

A periodização dada no panfleto divide-se em cinco partes, as duas primeiras versam da *Ação*, que vai desde 1822 a 1836, as duas partes seguintes discorrem em relação à *Reação*, que leva em conta os anos 1836 a 1852, a quinta e última parte arrazoa dos anos 1852 a 1856, período da *Transação*. Na *Ação*, são abordados o Primeiro Reinado e o Período Regencial, momento em que o “poder, considerado como inimigo nato da liberdade”¹⁹⁵, foi submetido ao princípio democrático e, como consequência, houve a eclosão de muitas revoltas e a anarquia se instaurou. Na *Reação* ocorre o Regresso, e o princípio monárquico suprime o princípio democrático. Nesse período, não foram somente os conservadores que estiveram no poder, e sim, também, os liberais. No entanto, destaca Justiniano, “a obra da reação monárquica continuou por eles próprios servida ou auxiliada”¹⁹⁶. A reação monárquica aconteceu quando houve a associação entre a liberdade e a ordem, condicionando a primeira à última – e é sobre isso que trata o fragmento opúsculo em questão, colocado no início deste capítulo.

O conservador Justiniano interliga, neste fragmento, a liberdade ao princípio democrático, à anarquia, e tudo faz parte da causa liberal; a reação monárquica empreendida pelos conservadores submete a liberdade ao princípio da ordem, condicionando a existência da primeira à existência da segunda. Atinente ao trecho do texto de Justiniano, José da Rocha

¹⁹¹ CALDEIRA, Claudia Adriana Alves. *Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política*. Rio de Janeiro, 2016. 247 f. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/13030>>. Acesso em: 10 nov. 2021, 11:50:05.

¹⁹² PARRON, 2016, p. 18.

¹⁹³ Ibidem, p. 31.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 51.

¹⁹⁵ ROCHA, 2016, p. 92.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 106.

vislumbra-o como o Regresso impondo-se, estabeleceu a consolidação da Monarquia vinculando-a ao valor da ordem. O Regresso foi, primordialmente, obra dos conservadores fixados na província do Rio de Janeiro, foi obra dos Saquaremas. Não por menos, *O tempo Saquarema* se debruça em boa parte da interpretação que Justiniano teceu acerca das relações político-partidárias no Império.

A apreciação de Mattos parece não ser das mais favoráveis ao panfleto de Justiniano, alega que seu texto não possuía “o brilho e a argúcia” de autores como o Visconde de Uruguai, Tavares de Bastos e Joaquim Nabuco¹⁹⁷. Entretanto, usa o texto para construir os pontos de aproximação e hierarquização entre liberais e conservadores, para argumentar que os Saquaremas eram a alma da reação monárquica, e os construtores da Conciliação. Boa parte da articulação que Mattos faz a respeito dos monopólios do discurso e da responsabilidade bebem das construções feitas em *Ação, Reação, Transação*. O processo de construção hegemônica dos Saquaremas articulada por Mattos apoia-se na noção de ordem como bandeira do *Regresso*, o que é parte fundamental na arguição inserida no opúsculo de Justiniano.

O contexto de *Ação, Reação, Transação* é o mesmo do discurso “Ponte de Ouro” de Nabuco de Araújo, o de implementação da política da Conciliação – a diferença é que o publicista tece duras críticas ao modo como essa política vinha sendo conduzida pelo gabinete de Honório e, no caso do discurso do senador, há uma clara apologia à Conciliação¹⁹⁸. Ambos, Justiniano e Nabuco, encadeiam discursos que demarcam distanciamentos e aproximações entre as duas facções políticas que atuaram no processo de consolidação do Estado imperial, os liberais e os conservadores. Se, em Justiniano, vemos que o apreço aos valores da liberdade e da ordem era um fator que distinguia as duas facções, e que o triunfo monárquico só foi possível porque a causa liberal compreendeu que a ordem era condição para a liberdade; em Nabuco, observamos como o sentido que essa noção de sujeição do valor da liberdade ao valor da ordem refere-se a salvaguardar os interesses da grande propriedade.

[...] A missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a Monarquia e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-las e neutralizar as suas exagerações. Se

¹⁹⁷ MATTOS, 2011, p. 158.

¹⁹⁸ Retornamos ao que foi colocado no Capítulo 1. Pouco tempo depois do “Ponte de Ouro” Nabuco pediu demissão do cargo de Ministro da Justiça e rompeu com Honório, o processo de afastamento de Justiniano e de Nabuco dos Saquaremas iniciou-se na época do gabinete do futuro Marquês de Paraná e aprofundou-se no mesmo período de fins da década de 1850. A relação entre ambos era de proximidade.

representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade?¹⁹⁹

Nabuco desferiu sua fala num momento em que dois processos estavam consolidados, a formação do Estado imperial e a conformação da classe senhorial. A referência constante ao governo conservador, feita por um liberal como Nabuco, marcou a concretização da vitória dos primeiros sobre os últimos, a ponto de o “governo conservador” do início da citação, tornar-se o “princípio conservador”. Nabuco dirigiu-se aos conservadores porque eles é quem deveriam ser convencidos da questão que ali colocava-se, numa fala que poderia ser entendida como uma formulação do nós (liberais), nós influências que se fundaram na grande propriedade, contra os outros, o governo conservador. Mas o governo conservador transmutou-se, ao final da citação, em princípio conservador – não era mais uma autoridade formada somente em neutralizar os excessos da grande propriedade, e sim uma autoridade que se legitimou na grande propriedade. O “nós” e os “outros” se dissolveram no “princípio conservador”. Não se tratava da vitória do governo conservador unicamente, porém, da vitória do princípio conservador, um princípio que condicionou não exclusivamente a ação dos conservadores, quando estiveram no poder, contudo, também, a ação dos liberais. Sendo os conservadores fluminenses identificados como Saquaremas, e os liberais como Luzias, a fala de Nabuco denota a vitória do projeto saquarema de direção para o Estado imperial. É sobre a vitória desse projeto, desse princípio conservador que *O Tempo Saquarema* disserta.

Nabuco propunha a conciliação entre vencedores e vencidos da “boa sociedade”; uma conciliação entre as influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais” – somente elas – como condição para o governo do Estado levar adiante a obra por meio da qual ia possibilitando a essas mesmas influências a descoberta de interesses comuns, de experiências semelhantes e da importância de caminhar sempre lado a lado. Uma conciliação que iria expressar a transformação da “boa sociedade” em classe senhorial, no momento crucial da crise do sistema escravista.²⁰⁰

A contraposição feita por Nabuco entre governo e grande propriedade é articulada por Mattos na associação do primeiro com a autoridade, e do segundo com a liberdade. Quando a grande propriedade, tomada por Mattos como a Casa – interessante à transfiguração de uma unidade produtiva em um sujeito histórico capaz de ação deliberada e voluntária –, assimilou

¹⁹⁹ NABUCO, 1975, p. 145.

²⁰⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991. p. 88.

que a única forma de assegurar a liberdade é por meio da autoridade, isso graças a construção feita pelos Saquaremas de conectarem a si mesmos aos princípios de Ordem e Civilização em torno do sistema monárquico. Os Saquaremas colocaram-se como os únicos capazes de garantir os monopólios da propriedade e da mão de obra. Nesse esforço, a distinção entre “governo” e “grande propriedade”, feita por Nabuco, foi dissolvida quando liberais e conservadores perceberam-se como classe senhorial, como “influências que se fundam na grande propriedade”. Esse é o caminho trilhado por Mattos em seu trabalho, sobre o qual nos debruçaremos.

Da classe senhorial à classe dirigente

Tema e objeto da análise de Mattos, a classe senhorial tão densamente tratada em *O Tempo Saquarema*, tem, impregnada em si, uma tradição fincada nos tempos coloniais e que se perpetuara nos Oitocentos, detentora dos atributos de liberdade e propriedade, distinguia-se dos outros elementos da sociedade e, por isso, a ela cabia governar. Senhores proprietários de terras e escravos, espalhados por todo o Império, eles é que formavam a classe que se engendrava enquanto forjava o Estado imperial, eles formam a classe senhorial. Na qualidade de modelados por intermédio da ação deliberada dos Saquaremas, dessa classe senhorial formava-se a classe dirigente. O caminho da classe senhorial para classe dirigente era paradoxal – difícil notar, em Mattos, qual vinha primeiro. Pois, se era a partir da ação voluntária dos Saquaremas que os mais diversos setores da esfera pública verticalmente hierarquizados nos cargos do Estado, e horizontalmente dispersos sobre o território, que a classe senhorial se forjava como força social e histórica, a classe dirigente, na melhor das hipóteses, formava-se em paralelo, exercendo ação – a ação sobre a classe senhorial e sofrendo a ação da classe senhorial.

Consoante Mattos, a classe dirigente englobaria desde a alta burocracia imperial até proprietários rurais, demais setores burocráticos e profissionais liberais. Essa classe dirigente abrangia: senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, os mais distantes proprietários rurais, professores, médicos, jornalistas. Os dirigentes saquaremas estruturariam um conjunto cuja unificação tinha suas bases na adesão e difusão dos princípios de Ordem e Civilização²⁰¹. Segundo a formulação de Mattos, da classe senhorial surgiram os Saquaremas, e destes, forjou-se a classe dirigente.

²⁰¹ MATTOS, 2011, p. 16.

O termo “classe senhorial” é operado como categoria histórica, isto é, como algo que possui especificidade histórica. Assim, a natureza da classe e sua identidade

[...] aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus, conforme nos ensina E. P. Thompson.²⁰²

Desse fragmento, captamos que a classe senhorial passou por seu processo de conformação. O que ocorreu com base em: 1) experiências comuns; 2) interesses comuns; e, 3) contraposição a grupos divergentes.

As experiências comuns que conformaram a classe dirigente podem ser explicadas atentando às tendências do final do século XVIII de crítica ao sistema colonial, aprofundadas no início do século seguinte. Isso ocorreu como consequência das transformações políticas ocorridas com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, e assim os interesses metropolitanos/colonizadores se enraizaram no Sudeste²⁰³. Houve a transformação de burocratas e negociantes em proprietários rurais, também a aproximação entre os setores economicamente dominantes de nativos a grupos dominantes da recém-instalada Corte, uma aproximação decorrente tanto de negócios quanto de casamentos²⁰⁴. Portanto, a classe senhorial que surgia na primeira metade do século XIX carregava elementos de continuidade e de ruptura, já que se formara através da associação dos antigos proprietários coloniais com parte da Corte joanina. Isso tudo serviu para acentuar o caráter colonial e escravista da sociedade, conferindo os dois atributos fundamentais da classe senhorial: a liberdade e a propriedade. Sendo portadora de liberdade e de propriedade, a essa classe senhorial competia governar²⁰⁵.

Com o desenrolar dos movimentos regenciais nos anos subsequentes à Abdicação e os diversos desfechos desses movimentos na primeira década do Segundo Reinado, essa classe senhorial adquiriu especificidades e divergências internas que deram origem aos dois grupos políticos, os *Luzias* e os *Saquaremas*, sobretudo porque esses movimentos colocaram em risco a propriedade da classe senhorial. Em linhas gerais, os *Luzias*, ao privilegiarem os interesses locais, diferenciaram-se dos *Saquaremas*. Estes últimos conseguiram unir aos seus propósitos de centralização política os demais conservadores. Os *Saquaremas* conseguiram construir uma

²⁰² MATTOS, 2011, p. 16.

²⁰³ Ibidem, p. 61.

²⁰⁴ Ibidem, p. 66.

²⁰⁵ Ibidem, p. 130.

imagem de si atrelada aos interesses da ordem e da civilização, que justificariam a existência da própria Monarquia²⁰⁶. Saquaremas aparecem já como os conservadores circunscritos à cidade do Rio de Janeiro, e foram vitoriosos, pois impuseram uma direção política, intelectual e moral ao governo do Estado e, por conta disso, estabeleceram uma hierarquia dentro da classe dirigente, sobrelevando os Saquaremas, em seguida, os conservadores de todo o Império e, por último, os Luzias²⁰⁷. O “tempo saquarema” não seria o tempo de atuação direta dos Saquaremas à frente do governo do Estado, e sim o tempo da vitória de um projeto de Estado centralizado – que teve de ser levado a cabo pelos próprios Luzias, quando estiveram no poder – movido pelos ideais de Ordem e Civilização, um projeto que enaltecia o passado colonial português e daria segurança para o futuro. Quando esse projeto foi questionado e surgiram alternativas a ele, a Monarquia começou a ser contestada e caiu.

As experiências comuns que propiciaram que a classe senhorial se reconhecesse como tal, e paralelamente se efetivasse em classe dirigente foram: a) sua conformação a contar da formação da classe senhorial resultante da fusão entre colonizadores e metropolitanos quando das transformações políticas joaninas; b) a configuração dos ideais de Ordem e Civilização como via para certificar a liberdade a propriedade, atributos exclusivos da classe senhorial e que a tornariam classe dirigente.

Os interesses comuns da classe senhorial decorriam, também, de suas experiências desenroladas ao longo do século XIX. A defesa da liberdade política levou à emancipação de 1822 e ao estabelecimento do sistema monárquico, enquanto a defesa da propriedade atestou a manutenção da escravidão. Desses interesses, temos as contraposições: as forças às quais a classe senhorial combatia eram externas (primeiro as Cortes portuguesas e depois as investidas inglesas pelo fim do tráfico) e indicavam a defesa de seus atributos de liberdade e propriedade. Mas a defesa desses atributos apontava para contraposições dentro da sociedade brasileira com a distinção entre o *mundo do governo* e o *mundo do trabalho* – o primeiro era o mundo da classe senhorial e o segundo era o dos escravos²⁰⁸. Mundos distintos, todavia, entrecortados pela noção de ordem, imposta pela classe senhorial. Diante das várias manifestações de rebeldia negra, que arriscavam a distinção da liberdade e da propriedade que marcava a classe senhorial, os escravos não eram somente vistos como força de trabalho, como também um inimigo inconciliável, contra o qual o uso da força era constante e necessário²⁰⁹.

²⁰⁶ MATTOS, 2011, p. 169.

²⁰⁷ Ibidem, p. 117.

²⁰⁸ Ibidem, p. 133.

²⁰⁹ Ibidem, p. 131.

A classe dirigente forjava-se, então, por intermédio de experiências, interesses e contraposições relacionadas ao forjar do próprio Estado monárquico. O uso do conceito de classe social aplicado à realidade brasileira por Mattos é elementar em sua argumentação e análise do Estado imperial. Calha, aqui, uma atenção à definição articulada por Edward Palmer Thompson.

Para Thompson, a classe pode ser compreendida como uma categoria do pensamento capaz de ordenar evidências diversas e dispersas, facultando enxergar uma realidade a princípio não percebida²¹⁰. A experiência que criava a classe transcorreu, em grande medida, através das relações de produção – a experiência realizou-se quando homens produziam²¹¹. Classe, por ser fruto da experiência, é “algo que ocorre efetivamente nas relações humanas”²¹², e não é uma estrutura ou conceito estático. Não é para qualquer período que se pode aplicar a conceituação de classe, somente quando é possível conceber que os processos que levam a um grupo de pessoas se identificarem umas com as outras ocorra durante um longo processo de tempo²¹³.

Thompson afirma que classe é uma categoria histórica, isto é, resulta da observação do processo social ao longo do tempo. Enquanto categoria histórica, o termo classe pode ser usado em dois sentidos. No primeiro, o conceito moderno de classe emerge do advento da sociedade industrial capitalista do século XIX, e não só surge para organizar e analisar a evidência, mas está presente na evidência – tal qual é possível constatar na “Inglaterra, França ou Alemanha industriais, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe”²¹⁴ – o que deu origem à definição moderna de classe, e, de alguma forma, marcou sua especificidade histórica. No segundo sentido possível, o termo classe seria aplicado às sociedades anteriores à Revolução Industrial de modo heurístico (para fins de análise e investigação) – Thompson alerta ao risco de anacronismo e às dificuldades nesse tipo de operação, frisando que o uso heurístico da categoria de classe social pode ser válido, não pela perfeição do conceito, no entanto, pelo fato de não dispormos de outras categorias alternativas, por isso, o uso heurístico da categoria de classe social deve ser feito respeitando a especificidade da categoria histórica a que se refere²¹⁵.

Apesar de usarmos muito a categoria de classe, pouco utilizamos o termo “luta de classes”, o que, para Thompson, é um equívoco, visto que é, no processo de luta contra a

²¹⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 9.

²¹¹ *Ibidem*, p. 10.

²¹² *Ibidem*, p. 9.

²¹³ *Ibidem*, p. 12.

²¹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 36.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 37.

exploração, que se identificam os pontos de interesse e os antagonismos, é nesse processo de luta que a classe social se forma. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, e não as primeiras fases do real processo histórico²¹⁶. O viés heurístico a que Thompson trata como possibilidade de uso da categoria de classe social seria, nada mais que os casos especiais de formações históricas que se originam da luta de classes. Até porque, uma classe social só pode ser compreendida mediante como ela relaciona-se com os outros grupos sociais que compõem a sociedade²¹⁷.

É nessa ótica heurística que a categoria de classe é empregada por Mattos para explicar o processo de surgimento e consolidação da classe senhorial e da classe dirigente. Mas se, a partir de Thompson, as lutas de classes antecedem as classes, a aplicação do conceito de *classe* no sentido heurístico é válida em formações históricas anteriores à industrialização quando o contexto permite a percepção de lutas de classes. No caso brasileiro, o cenário de disputas e ameaças aos monopólios que fundam a classe senhorial justificam, para Mattos, a escolha teórica, especialmente por destacar a experiência como fator de afirmação e conformação da classe senhorial, e dessa como classe dirigente, experiência que faz aflorar interesses e contraposições.

É em outro texto de Thompson que encontramos uma sustentação um tanto mais coerente para a justificativa do uso da categoria de classe social aplicada à realidade brasileira do século XIX. No artigo “Folclore, antropologia e história social” (1977), Thompson volta a enfatizar que classe não é uma categoria estática, contudo, “uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação do decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações”, por conseguinte, é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”, não é viável priorizar um aspecto teórico a outro²¹⁸. Aqui, o aspecto cultural é posto no mesmo patamar que o econômico para a concepção de uma classe social, e, dessa forma, o panorama de industrialização, tão distante da realidade brasileira, não seja o fator crucial para o delineamento de uma classe social (especificamente, no caso, da classe senhorial) nos Oitocentos do Brasil.

Nessa perspectiva, voltando a Mattos, as experiências, interesses e contraposições da classe senhorial a permitiram se conformar, e a se performar em classe dirigente, sendo que, da atuação desta última, a primeira se expandiu. O mérito dos Saquaremas foi o de forjar a classe

²¹⁶ THOMPSON, 1984, p. 38

²¹⁷ Ibidem, p. 14.

²¹⁸ THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2011. p. 260.

dirigente a partir da classe senhorial para, assim, efetuar a expansão dessa classe senhorial em autopercepção, identificando-se ao projeto político saquarema. Foi no momento da *Reação* que a classe senhorial se descobriu, e dela a classe dirigente se conformou.

Da moeda colonial aos monopólios que fundam a classe senhorial

Uma moeda possui dois lados, vinculados, complementares, e que carregam o mesmo sentido. No marxismo, de acordo com o dicionário organizado por Tom Bottomore, a moeda “serve como mediação de uma relação social”, e suas oscilações de valor ocorrem como resposta “às contradições da acumulação de capital”²¹⁹. E é nessa lógica de mediação de relação social que a moeda é tratada por Mattos. A moeda colonial, era a relação estabelecida entre os dois lados de um sistema colonial, um que dominava e outro que era dominando, ou ainda, a Metrópole e a Colônia. Um pacto que não deixava de mediar elos sociais, e não deixava de sofrer oscilações conforme as contradições do sistema capitalista. A alegoria à moeda para trabalhar as relações coloniais é pertinente por deixar ver a vinculação/dependência entre os dois lados, mas não expressa a assimetria da ligação entre Metrópole e Colônia.

Ainda, seguindo o *Dicionário do Pensamento Marxista*, foi na fase do capital mercantil do capitalismo que, o que Mattos chama de moeda colonial, foi modelada, como fruto dessa moeda, a colonização realizou-se mediante monopólios autorizados pelos Estados coloniais²²⁰. Frequentemente tratado como contraposição à livre concorrência²²¹, a existência de um monopólio é condicionada pela ação política, pelas restrições das liberdades, já que, para existir um monopólio, a sociedade e o Estado devem estar subordinados aos interesses do capital²²². Logo, os encadeamentos coloniais constituíram-se a partir da ação da concretização de monopólios que só podem existir por meio da associação entre fatores políticos e sociais. Dentro da realidade da Colônia, os monopólios gerados marcaram uma sociedade com forte hierarquização por distinguirem os que possuíam terras dos que não possuíam, e os que contavam com mão de obra dos que não dispunham.

Na narrativa de Mattos, o momento de cunhagem da moeda colonial é quando se firmou a colonização portuguesa sobre as terras americanas, a vinda da Corte portuguesa e

²¹⁹ No Dicionário organizado por Tom Bottomore não há uma definição de moeda, mas sim de “dinheiro”, no entanto, seus sentidos dentro do marxismo acabam sendo correlatos. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 179.

²²⁰ Ibidem, p. 92.

²²¹ Ibidem, p. 89.

²²² Ibidem, p. 337.

medidas decorrentes desse fato dissolveram essa moeda. Dissolução concretizada com a Independência. Entretanto, se a existência da moeda colonial deu origem a um grupo de privilegiados detentores de monopólios, esse mesmo grupo carecia dessa moeda para assegurar seus monopólios. Nesse átimo, efetuou-se a ação saquarema: o processo que forjou a classe senhorial (um forjar que permitiu ao citado grupo privilegiado reconhecer-se como classe) e que realizou a construção do Estado imperial foi aquele em que a moeda colonial passou pela sua primeira recunhagem. Recunhar a moeda colonial tornava-se fundamental para que fossem garantidos os monopólios que fundavam a classe senhorial. O monopólio resultou de forças sociais e políticas.

Ao iniciar as discussões n*O Tempo Saquarema*, tratando da “moeda colonial”, Mattos demonstra bem o quanto o colonialismo e suas ressonâncias condicionaram o século XIX brasileiro, mais do que no âmbito econômico, agindo no social e no político. Por “moeda colonial”, Mattos entende ser o liame entre colônia e metrópole, um elo assimétrico, que até o início do século XIX foi marcado pela dominação portuguesa sobre o Brasil. Uma dominação marcada pelo monopólio da metrópole sobre a colônia. No caso da moeda, o lado da “cara” correspondia à Metrópole, o Reino ou Estado moderno; e o lado da “coroa” equivalia ao da Colônia, à Região – a última não poderia ser concebida sem a primeira, mas possuía existência própria²²³. Inspirado por Caio Prado Jr. e “o sentido da colonização”, Mattos usa a alusão à moeda para explicar a dependência que se desenvolveu no Pacto Colonial.

De acordo com o “sentido da colonização”, foi da expansão marítima portuguesa que se originou a colonização brasileira. Expansão dirigida por uma burguesia mercantil que surgiu de um processo precoce de unificação nacional, e que se lançou em busca de uma rota marítima para o comércio com o Oriente. Nas terras descobertas por Cabral, em 1500, não foram encontradas, na região litorânea, riquezas de imediato. Três décadas depois, o empreendimento pela colonização e exploração do território americano pelos portugueses se deu pela implantação das Capitânicas Hereditárias, através das quais se entregava à iniciativa privada a solução da colonização, livrando a Coroa dos encargos da ocupação²²⁴. Com a insuficiência das Capitânicas Hereditárias, implantou-se, em 1554, o Governo Geral. A partir daí começou o que Caio Prado Jr. chama de grande exploração. Nesse regime, mais importante que a posse da terra, era a disposição de capitais para explorá-la em grande escala, visando produzir mercadorias em grandes volumes para abastecer o mercado europeu. Para atingir os objetivos propostos, eram necessários volumosos capitais que viabilizassem a exploração da propriedade

²²³ MATTOS, 2011, p. 32.

²²⁴ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. São Paulo: Cia das Letras, 2011. p. 7.

fundiária. Logo, o acesso à terra ocorreu pelo montante de capital, gerando um perfil absolutamente distinto da colonização brasileira do modo de produção feudal.²²⁵

Para Caio Prado Jr., a falta de mão de obra portuguesa para pôr a efeito a empreitada da colonização, e considerando a inabilidade indígena para o labor nas lavouras, a opção pela mão de obra escrava negra possibilitou a grande exploração ao reduzir os custos da produção e permitir o controle de diversos mercados de gêneros agrícolas. A escolha pela mão de obra escrava suscitou reflexos relevantes à estrutura social do Brasil, limitando seu desenvolvimento, pois erigiu-se uma estrutura social correlata a uma economia pouco diversificada e voltada aos interesses do mercado europeu. Dessa estrutura social, duas classes se destacaram na disputa política da colônia, os grandes proprietários de terras e a burguesia mercantil portuguesa²²⁶. O sentido da colonização foi comercial e inseriu-se no processo de expansão marítima europeia, daí originou-se a formação social brasileira.

As Colônias existiam em proveito da Metrópole e, como desdobramento direto da expansão marítima comercial, a colonização sustentava-se na intervenção direta na esfera de uma produção voltada para os interesses mercantis. O fator de distinção maior da atividade comercial, nesse contexto de colonização, foi seu traço monopolista²²⁷. Mattos interpreta ser o monopólio o elemento que estrutura a colonização, unindo as duas faces da moeda colonial e lhe conferindo valor; se, por um prisma, a face metropolitana possuía o monopólio das mercadorias e dos roteiros, isso se desdobrava no monopólio da produção de uma mercadoria por determinada Região e, por conseguinte, no monopólio do financiamento e no monopólio sobre os homens²²⁸.

O viés da colonização que determinou o lugar e o papel dos habitantes da América Portuguesa definiu colonizadores, colonos e colonizados. Colonos e colonizadores complementavam-se em seus respectivos monopólios²²⁹. A chegada da Família Real Portuguesa e da sua Corte levou ao fim do monopólio ou exclusivo comercial, assim, a moeda colonial que, até então, condicionara a sociedade brasileira, dissolveu-se. Com os tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, os ingleses tornaram-se os novos colonizadores, e os antigos colonizadores (portugueses) tiveram que se adaptar, aproximando-se dos antigos colonos. Trata-se de uma reaproximação que não significava a restauração do pacto colonial.

²²⁵ PRADO JR, 2011, p. 10

²²⁶ Ibidem, p. 11.

²²⁷ MATTOS, 2011, p. 31.

²²⁸ Ibidem, p. 32.

²²⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur. *Independência ou morte: A emancipação política do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Atual, 2014. p. 7.

Comerciantes e burocratas transformaram-se em proprietários de terras e escravos, sesmarias foram concedidas. A política joanina privilegiava os antigos colonizadores, que se converteram em proprietários de terras e de escravos e, de sua associação com os antigos colonos, formaram poderoso bloco de interesses enraizado no Rio de Janeiro. Foi esse bloco que articulou a ideia de Império americano²³⁰.

Um dos principais desdobramentos da colonização foi a transformação de colonizador em colono, ele era o proprietário colonial, o que propiciava a atividade produtiva colonial. E, como proprietário colonial, era proprietário de mão de obra, de terras e dos meios de trabalho. De forma que, “da relação entre colono e colonizador resultava o monopólio daquele sobre a mão de obra, as terras e os meios de trabalho”²³¹. Sendo o monopólio direito exclusivo sobre algo, existiam aqueles que sofriam a exclusão suposta pelo monopólio, para além de colonizadores e colonos (agentes do monopólio), havia os colonizados, a saber: escravos, nativos, trabalhadores livres – entes sobre os quais o direito exclusivo dos colonizadores e colonos recaía²³².

A complementaridade e reforço recíproco entre as duas faces da moeda colonial não impedia situações de antagonismo entre elas. Os interesses do colonizador levaram à colonização, criando a propriedade colonial na face colonial da moeda e, por extensão, os proprietários coloniais surgiram. No entanto, através do controle do comércio e do financiamento, ou mesmo pelo peso do fiscalismo, os interesses do colonizador acabavam por limitar a expansão da propriedade colonial. Por isso, Mattos discorda dos estudos que apontavam serem os colonos os responsáveis pelo rompimento do pacto colonial, pois “no fundo e no essencial, quem rompe com o pacto colonial são os agentes metropolitanos, seus fundadores, pela própria dinâmica do sistema colonial de base mercantilista”, isso ocorria quando tendiam a invadir a face colonial da moeda “confiscando mesmo as propriedades dos colonos endividados”²³³. Para continuarem sendo proprietários em situação colonial, não restava uma alternativa senão romper com a dominação metropolitana.

Portanto, na análise de Mattos, os monopólios oriundos da existência da moeda colonial foram responsáveis por duas vias: a) a de subordinação da Região ao Reino; b) a de rompimento entre ambas as faces da moeda. A existência dos monopólios selou a relação entre as duas faces, e acabou submetendo a Colônia (coroa – Região) à Metrópole (cara – Reino).

²³⁰ MATTOS; ALBUQUERQUE, 2014, p. 34.

²³¹ MATTOS, 2011, p. 39.

²³² Ibidem, p. 40.

²³³ Ibidem, p. 44.

Esses monopólios explicitavam o privilegiamento de colonizadores e colonos sobre os colonizados, quando a face metropolitana invadiu a face colonial da moeda, não respeitando o monopólio à propriedade, ocorrendo o rompimento e a moeda colonial dissolveu-se – tal invasão deu-se por meio de uma política fiscal e de expropriação. Essa foi a razão para o processo de emancipação política que marcou o início dos Oitocentos, para Mattos.

Com a instalação da Corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, esse processo seria reforçado e alterado pelo estabelecimento de uma subordinação distinta entre as duas faces da moeda por consequência dessa instalação. Os interesses metropolitanos (e dos colonizadores) enraizaram-se no Sudeste, na ocasião da Transmigração, promovendo um conjunto de transformações que deram, tanto particularidade para essa região, quanto destaque para o Rio de Janeiro no processo de emancipação²³⁴. Em breve, a cidade transformou-se em ponto de encontro de burocratas, militares, negociantes, capitalistas, diplomatas, e plantadores escravistas. No Rio de Janeiro, estradas foram abertas e, para acompanhá-las, uma política de doação de sesmarias intensificou-se, tencionando estimular o povoamento e colonização nas regiões do Vale do Paraíba, Sul de Minas, Santos. Como uma forma de compensação adotada por Dom João, grandes extensões de terras foram doadas a burocratas, grandes comerciantes e nobres que circundavam a Corte joanina²³⁵. Burocratas e comerciantes tornaram-se grandes proprietários rurais, houve a aproximação dos grupos nativos economicamente proeminentes com a Corte, por meio de negócios e matrimônios – aconteceu o que Mattos chama de “fusão dos antigos agentes do monopólio em ambas as faces da moeda colonial”²³⁶. Uma fusão concentrada na cidade do Rio de Janeiro, e que se constituiu em força política capaz de concretizar a Emancipação.

Os interesses mercantis, financeiros e burocráticos expandiram-se desde a chegada da Corte, inclusive os interesses dos plantadores escravistas. Quando eclodiu a Revolução do Porto, uma política de recolonização ameaçou os privilégios adquiridos com o estabelecimento da Corte, e o grupo decorrente da fusão entre colonizadores e colonos, citada acima, buscava, então, consolidar-se, a ideia de emancipação política começara a se impor até chegar às vias de fato²³⁷.

[...] No momento em que se propunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levaram a cabo o seu próprio forjar como classe, transbordando da organização e

²³⁴ MATTOS, 2011, p. 61.

²³⁵ Ibidem, p. 64.

²³⁶ Ibidem, p. 66.

²³⁷ Ibidem, p. 66-68.

direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante. Não se constituindo unicamente dos plantadores escravistas, mas também dos comerciantes que lhes viabilizavam e, por vezes, com eles se confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios, a *classe senhorial* se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado imperial [grifo do autor].²³⁸

O colono foi de plantador escravista à classe senhorial²³⁹. A classe senhorial seria a reunião de plantadores escravistas, negociantes e burocratas²⁴⁰. A conformação dessa classe senhorial efetuou-se através da fusão entre colonizadores e colonos, e evidenciou-se no momento da Emancipação, da fundação do Estado imperial. Essa classe senhorial formou a classe dirigente no processo de consolidação do Estado imperial. Foi por meio do café, em sua expansão sobre o Vale do Paraíba, que a moeda colonial passou pela sua primeira restauração, integrando os interesses do novo colonizador inglês com os interesses dos colonos, agora transmutados em cidadãos²⁴¹. A época em que ocorreu o processo de recunhagem da moeda colonial foi o mesmo em que a direção saquarema impôs-se e o Estado fortaleceu-se.

A existência da moeda colonial deu significado às relações entre o Brasil e Portugal até que a face metropolitana invadiu a colonial, desrespeitando os monopólios que a condicionavam, o que culminou no rompimento. Passadas as turbulências das Regências, a moeda colonial iniciou sua primeira recunhagem até então. Esse processo de recunhagem da moeda colonial, ou, para usar outra expressão de Mattos, a moeda colonial em restauração, processou-se quando, na face da coroa, a Coroa assumiu o lugar da Colônia, da Região, ao passo que, na face da cara, as nações civilizadas assumiram o lugar da MetrÓpole. As nações civilizadas correspondiam principalmente à Inglaterra e França. Na narrativa de Mattos, a formação da classe senhorial, a constituição e consolidação do Estado imperial e a restauração da moeda colonial estavam interligadas de tal forma que o último processo é que justificou os dois primeiros. Na argumentação de Mattos, a economia foi emancipada da política, mais do que isso, na esteira da expansão da economia mercantil e das relações capitalistas, a economia tornou-se “a estrutura que move a sociedade, tendendo a submeter a política aos seus interesses”²⁴².

²³⁸ MATTOS, 2011, p. 69.

²³⁹ Ibidem, p. 106.

²⁴⁰ Ibidem, p. 222.

²⁴¹ Ibidem, p. 48.

²⁴² Ibidem, p. 163.

Os monopólios sobre a terra e sobre os homens alimentaram um sentimento aristocrático na sociedade imperial, um sentimento que distinguia a “flor da sociedade” da “escória da população”²⁴³. Um sentimento, dizia Mattos, que movia as forças predominantes condutoras do processo de Emancipação, enraizado no fundo histórico, oriundo da colonização. Um sentimento vinculado às matrizes que fundavam a própria classe senhorial, matrizes essas cuja alteração não interessava às citadas forças dominantes, tratava-se do “caráter colonial e escravista dessa sociedade”²⁴⁴.

Nesse campo, até a perspectiva utilitarista do liberalismo por essa classe senhorial apontava para a ênfase aos monopólios da mão de obra e da terra, de maneira que

[...] o aumento da felicidade, a restauração dos monopólios e a expansão a riqueza constituíam-se em objetivos fundamentais para Luzias e Saquaremas, a razão essencial que os distinguia tanto do “povo mais ou menos miúdo” quanto dos escravos. E tais objetivos acabavam por pôr em destaque dois atributos fundamentais nesta sociedade: liberdade e propriedade.²⁴⁵

O que tornava Luzias e Saquaremas parte da classe senhorial e lhes marcava a distinção era a junção de dois atributos monopolizados em si, o da liberdade e o da propriedade. O primeiro distinguia os homens livres dos escravizados, o segundo diferia os livres entre os que são senhores somente de si, e os que são senhores também de outros.

Sendo assim, por conta da necessidade de assegurar esses monopólios que instituíram a classe senhorial a qual os Saquaremas, “os mais acabados representantes da fusão dos antigos monopolizadores”²⁴⁶, surgiam como os preservadores dos monopólios que formavam a classe. E, como tal, precisavam defender, inclusive, o tráfico. Nessa função de preservadores de monopólios que os Saquaremas buscaram preservar a escravidão. Segundo Mattos, o próprio empenho saquarema em encerrar o tráfico intercontinental não significara uma oposição à escravidão, mas sim uma forma de garantir o monopólio sobre o tráfico que passaria a ser interprovincial e, por isso, estaria sob seu controle²⁴⁷.

O modo como Mattos desenvolve o monopólio da terra, ou da propriedade, frisa que o nexos em torno dela marca tanto as relações antes da Emancipação quanto depois dela. Para a classe dirigente, era motivo de orgulho considerar que, no momento de rompimento com

²⁴³ MATTOS, 2011, p. 124; 126.

²⁴⁴ Ibidem, p. 126.

²⁴⁵ Ibidem, p. 128.

²⁴⁶ Ibidem, p. 177.

²⁴⁷ Ibidem, p. 244.

Portugal e de construção do Estado com o estabelecimento de instituições, não houve violação da propriedade²⁴⁸. O *locus* das associações entre colonos e colonizadores era a Grande unidade produtiva, como o engenho, a fazenda, a data, em cada um desses *locus* a Casa-Grande, ou somente a Casa, simbolizava o poder do proprietário²⁴⁹, todavia, por ser a propriedade colonial originária dos interesses do colonizador, esses mesmos interesses limitavam a expansão da propriedade, de maneira que a invasão da face colonial, facilmente entendida como o próprio desrespeito à propriedade, comprometeu o equilíbrio entre as duas faces da moeda colonial e acabou por dissolvê-la durante a Emancipação. Antes disso, no seio da Corte joanina, por meio da doação de sesmarias e política compensatória do rei, burocratas e comerciantes tornaram-se proprietários²⁵⁰, porém, a aquisição de terras também se deu mediante contratos e matrimônios²⁵¹. Os anos posteriores ao rompimento foram marcados por intensas lutas pela posse da terra com conflitos abertos²⁵², esses anos acentuaram a instabilidade política de um complexo socioeconômico dependente de uma produção capaz de inserir a propriedade colonial no cenário econômico internacional em larga escala. Se a fundação da Região começou com a lavoura canavieira e o ouro²⁵³, concretizou-se, já na década de 1830, quando a lavoura cafeeira se derramou sobre o Vale do Paraíba²⁵⁴, oportunizando surgimento da região de agricultura mercantil-escravista, inicialmente concentrada em solo fluminense, mas, em sua expansão, atingiu a Zona da Mata mineira e, em seguida, o Oeste Paulista²⁵⁵. O processo de expansão do café foi o da recunhagem da moeda colonial. A restauração dessa moeda equivaleu ao processo de constituição da classe senhorial e, a partir dela, da classe dirigente, correspondeu, também, ao processo de construção e consolidação do próprio Estado imperial.

Nesse panorama, existia a reivindicação por uma lei que regulamentasse essa posse de terras, dado que estavam sem regulamentação específica capaz de endossar aos grandes proprietários o direito sobre terras empossadas, como forma de preservar o monopólio da terra, sobretudo, na ocasião de crise da escravidão²⁵⁶. Esse esforço de regulamentação provocou muitos protestos, realçando as contradições internas na classe senhorial e entre as regiões²⁵⁷. Desse esforço, resultou a chamada Lei de Terras de 1850, denotando que a proeminência dos

²⁴⁸ MATTOS, 2011, p. 22.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 40.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 66.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 58.

²⁵² *Ibidem*, p. 255.

²⁵³ *Ibidem*, p. 54.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 24; 70.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 57-58.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 85.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 262.

proprietários das regiões cafeeiras relevou a construção de um consenso na classe senhorial, levando sua constituição como força social e política. Desse consenso, figurou-se a classe dirigente, com o intuito de preservar a propriedade, e foi sob esse argumento que a solução monárquica permitiu a consolidação do Estado imperial.

Mattos não se atém aos efeitos e aplicação da Lei de Terras em sua análise, sua ênfase é ao processo que levou à sua aprovação, pois expressa a capacidade de diligência dos Saquaremas no governo do Estado. O fato é que a Lei de Terras de 1850 realizou muito pouco dos seus objetivos²⁵⁸, contudo, afirmar que se trata de uma letra morta isola seus 39 anos de vigência. Argumentava-se que a lei foi sabotada, posto que foi elaborada e executada por senhores e possuidores de extensas áreas, aos quais a lei não interessava. Alegava-se, ainda, o fato de a lei ter por intenção maior dificultar o acesso à terra e, por consequência, forçar aos imigrantes em entrada no país a substituir os trabalhadores escravizados. De mais a mais, esses fatores beneficiavam muito os tais senhores possuidores de terras que dominavam o cenário político e econômico do Estado imperial, soma-se a isso a circunstância de os órgãos do Estado não terem como garantir sua execução. No entanto, para Márcio Antônio Both da Silva, essa lei não pode ser entendida como morta, nem como a primeira tentativa de regulamentar a questão da terra em solo brasileiro. Silva destaca que essa lei contribuiu para consolidar a concepção da terra como propriedade, como uma mercadoria, “impossibilitando assim qualquer tipo de vínculo a ela que não sejam aqueles regulados pelo mercado”²⁵⁹. A terra já era vendida e comprada antes dessa lei, entretanto, a partir dela, iniciou a consolidação de um discurso mercadológico sobre a terra.

Antes de Silva, Regina Gadelha já havia feito um estudo em que apreende a transição do trabalho escravo e servil para o trabalho assalariado como parte do processo histórico e tardio de acumulação do capital, de modo que, por esse ângulo, a terra deixou de ser uma condição natural de produção e passou a ser uma mercadoria²⁶⁰. A elite agrária brasileira do século XIX executou a transição do trabalho escravo para o livre ao final deste século, mas conservou a manutenção do sistema fundiário. Isso porque a lei acabou garantindo instrumentos jurídicos necessários para resguardar o direito de propriedade e monopólio do solo. Os anos anteriores à

²⁵⁸ SILVA, Márcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 87-107, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882015000200087&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 dez. 2020, 19:15:20.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 92.

²⁶⁰ GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 153-162, 1989. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>>. Acesso em: 07 dez. 2020, 09:40:25.

aprovação da Lei de Terras viram a posse de terras aumentar exponencialmente, especialmente nas regiões cafeeiras e seu entorno. A proeminência do café adiou a aprovação da lei por sete anos, porém, em 1850, o debate que despontava era acerca da regulamentação da posse de terras e, naquele momento, constituía-se em via para a promoção da colonização, substituindo os braços escravos, o que, ao final, não se cumpriu. A cabo, a Lei de Terras consagrou a estrutura latifundiária da terra²⁶¹. Era imprescindível, na argumentação de Mattos, que as estruturas monopolistas a sustentar a classe senhorial fossem resguardadas, essa lei afiançava o monopólio da terra, todavia, não o da mão de obra.

Na moeda colonial, o escravo compunha no mais importante dos monopólios que distinguiam a face colonial na Região e, na face metropolitana, o tráfico negreiro se transformara no principal dos monopólios característicos dos comerciantes²⁶². Quando da moeda colonial em restauração, o escravo era a própria antítese do plantador escravista²⁶³, mas, sem o trabalho compulsório, não havia produção colonial²⁶⁴. Fugas e insurreições de escravos alimentavam o pânico²⁶⁵. Mattos, por várias vezes, salienta a seriedade das ameaças de insurreições negras como reais e potenciais²⁶⁶, mormente na experiência recente das Regências. Tais ameaças colocavam em questão a existência da “boa sociedade”, enquanto parte do *mundo do governo* deveria manter sob controle o *mundo do trabalho* (escravos) e o *mundo da desordem* (elementos que não compreendiam nem o mundo do governo e nem o do trabalho). Daí, urgia a necessidade de a classe senhorial se articular para manter a sociedade dos três mundos que lhe deu relevo, ao passo que assegurava, também, a manutenção dos monopólios que fundaram a classe senhorial.

Os Saquaremas triunfaram na imposição da questão da escravidão, os liberais não se manifestaram contra²⁶⁷. Como marca da escravidão moderna, os plantadores escravistas não tinham acesso às fontes fornecedoras de escravos, havia uma extraterritorialidade do mercado de trabalho²⁶⁸. E, dessa forma, a Abolição do tráfico negreiro intercontinental constituiu, na verdade, um esforço da Coroa e do Estado imperial para controlar e preservar o monopólio da mão de obra²⁶⁹, afastando o risco dos especuladores e contendo o desequilíbrio populacional

²⁶¹ GADELHA, 1989, p. 162.

²⁶² MATTOS, 2011, p. 51.

²⁶³ Ibidem, p. 50.

²⁶⁴ Ibidem, p. 51.

²⁶⁵ Ibidem, p. 13.

²⁶⁶ Ibidem, p. 78; 83; 86; 232.

²⁶⁷ Ibidem, p. 176.

²⁶⁸ Ibidem p. 51; 101.

²⁶⁹ Ibidem, p. 188; 240.

entre livres e escravos²⁷⁰. Com isso, houve a internalização do mercado de trabalho²⁷¹, contudo, seu efeito foi o aumento exponencial do preço dos escravos e o endividamento do plantador escravista²⁷². No empenho por preservar a escravidão, os Saquaremas imprimiram à Coroa uma postura defensiva no que se refere aos esforços ingleses e, também, pelos interesses internos já mencionados, a questão da escravidão foi levantada como uma questão de soberania, nesse percurso, o Império associou-se à escravidão, sua maior força, por um viés, e sua maior fraqueza, por outro²⁷³.

Analisando a política da escravidão no Estado imperial, entre os anos 1826 e 1865, Tâmis Parron sublinha a ofensiva inglesa contra o tráfico intercontinental a partir da década de 1840. A crescente das pressões britânicas colocara a classe senhorial em uma delicada situação, em que, mesmo reconhecendo a precisão do trabalho escravo, não estavam prontos para desafiar os ingleses em prol da escravidão. Conforme Parron, a Lei de Terras foi uma resposta diplomática de caráter pró-escravista diante do antiescravismo britânico, visto que o sentido original do projeto dessa lei voltava-se ao fomento não somente da imigração europeia, mas também de africanos, sob o título de colonos livres²⁷⁴.

Parron concorda com Mattos – foram os Saquaremas que levaram à aprovação da lei que encerrava o tráfico intercontinental de escravos para o Brasil, uma vez que desfrutavam de credibilidade entre os proprietários de escravos, já que assumiram uma postura firme em relação aos levantes de escravos. Todavia, o capital político acumulado pelos conservadores fluminenses não advinha unicamente da contenção social, porém, maiormente “do papel fundamental que exerceram na reabertura do contrabando negreiro em nível sistêmico, anulando eventuais resistências no centro de operações do Estado brasileiro”²⁷⁵. A fração mais poderosa da classe senhorial brasileira, os cafeicultores e proprietários do Vale do Paraíba, foram os responsáveis pela manutenção e expansão do cativo, no Brasil, durante o século XIX, sendo a expansão do cativo um processo simultâneo à formação do Estado nacional²⁷⁶. De todo modo “o Estado brasileiro em geral, e os Saquaremas em particular tiveram participação ativa, direta e decisiva no mais volumoso contrabando ilegal de seres humanos que se tem notícia na história ocidental”²⁷⁷.

²⁷⁰ MATTOS, 2011, p. 237; 241-242.

²⁷¹ Ibidem, p. 246.

²⁷² Ibidem, p. 249-250.

²⁷³ Ibidem, p. 240.

²⁷⁴ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 211.

²⁷⁵ Ibidem, p. 245.

²⁷⁶ Ibidem, p. 12.

²⁷⁷ Ibidem, p. 252.

Da construção feita por Mattos, podemos inferir que o vínculo entre ambas as faces da moeda colonial era por si só assimétrica, subordinando a colônia à metrópole, mas, mesmo como fruto dessa assimetria, a propriedade colonial surgia como o elo entre as duas faces da moeda, sobrevinha enquanto fruto dos interesses do colonizador e atendia aos interesses do colono. Quando essa conexão se rompeu, a metrópole invadiu a face colonial, gerando o rompimento do pacto colonial, não porque os colonos almejavam deixar sua condição, todavia, exatamente para continuarem sendo proprietários em situação colonial. O processo de dissolução da moeda colonial equivaleu a conjuntura de estabelecimento da Corte joanina, e se consubstanciou a partir do desenrolar da Revolução do Porto e a tentativa de recolonização por parte dos portugueses, quando as relações comerciais com os ingleses moviam a limitada economia brasileira. Ceder a recolonização significava abrir mão dessas associações, ter a propriedade violada. As forças que tomaram a frente do rompimento com Portugal queriam continuar submetidas ao mercado externo, sem embargo, agora, subordinados ao mercado inglês, numa ligação que permanecia sendo assimétrica, mas que assegurava a propriedade.

A propriedade era o principal atributo que performava a classe senhorial, a necessidade de sua defesa articulou a formação da classe senhorial e conduziu a restauração da moeda colonial concomitantemente à consolidação do Estado. Os mesmos interesses que se levantaram para preservar a propriedade, infringiram sobre ela riscos, seja com a Lei de Extinção do Tráfico Negreiro e seu estímulo ao tráfico interprovincial, seja por meio da Lei de Terras.

Mattos expande o pressuposto e o “sentido da colonização”, harmonizado com Caio Prado Jr., acaba dando, também, o sentido da formação do Estado imperial, tendo em vista a indispensabilidade de recunhar a moeda colonial para sustentar os monopólios constituídos desde os tempos de colônia portuguesa. Entretanto, agora, não sobre a interferência da burguesia mercantil de Portugal, mas diante do domínio do capital inglês, a moeda colonial passou pelo seu processo de reestruturação.

Na investigação feita por Mattos, a infração à propriedade (seja ela de terras ou de escravos) marcava os movimentos de ruptura política, seja em 1822, seja em 1889. Tais rupturas emergiam, sobretudo, do interesse dos proprietários em se manterem na condição de proprietários coloniais, algo possível somente mediante o estabelecimento da moeda colonial. E, vale afirmarmos, em toda a narrativa alusiva à direção saquarema e à consolidação do Estado imperial, a moeda colonial era colocada como “em restauração”, ainda em processo de recunhagem. O tempo saquarema correspondeu ao tempo de esforço para que a moeda colonial passasse pela sua primeira recunhagem desde então. Ao findar a direção saquarema, na década de 1860, este procedimento permanecia inconcluso.

Da argumentação de Mattos, podemos entender que os monopólios da propriedade e da mão de obra fundaram a classe senhorial, são eles que performaram a sociedade dos três mundos (do governo, do trabalho, e da desordem). Da necessidade de preservar esses monopólios e a divisão clara entre os três mundos, os Saquaremas conseguiram impor uma direção através do esvaziamento do discurso luzia e da construção do Imperador como ente suprapartidário, como expressão maior dos interesses da nação (e não de um grupo ou outro). Nesse caminho, os Saquaremas viabilizaram a consolidação do Estado, ratificaram a estabilidade política, estabeleceram normas e instituições. No entanto, não conseguiram deixar de impor seus próprios interesses – os interesses da região de agricultura mercantil escravista, do café, do Vale do Paraíba e suas extensões sobre terras mineiras e paulistas – às demais regiões e setores produtivos. O percurso seguido pela discussão referente à questão da escravidão evidenciou o quanto as contradições internas da classe senhorial deixavam ver a insatisfação das forças produtivas não cafeeiras e, ao final, o caminho preparado pelos Saquaremas para impor a questão da escravidão – o de associar a escravidão ao Império – acabou tornando-se não só a fraqueza da Monarquia, como também dos próprios Saquaremas.

A causa liberal, dizia Justiniano José da Rocha no citado opúsculo, se sustentara no apreço ao valor da liberdade, a ela foi contraposta ao valor da ordem. Por meio da *Reação* protagonizada pelos conservadores, o valor da ordem foi colocado como determinante à existência da liberdade, pois a classe senhorial, para assegurar os atributos que lhe formaram (liberdade e propriedade), precisou ceder à bandeira da ordem empunhada pelas forças do Regresso no momento da *Reação*. Dessa maneira, o triunfo da Monarquia como única via possível para garantir a ordem foi o próprio triunfo dos Saquaremas.

O triunfo dos Saquaremas em ensejar a estabilidade política do Império deu-se por conta da construção de um *monopólio do discurso* exercido por eles mesmos. Desse monopólio surgiu outro, edificado para projetar a figura do Imperador, o *monopólio da responsabilidade*. Dois monopólios articulados para assegurar os monopólios que instituíram a classe senhorial. Tratemos deles agora.

O monopólio do discurso

Em novembro de 1851 o gabinete formado em 1848 pedia demissão coletiva²⁷⁸. Tratava-se da primeira e única vez em que a “trindade saquarema” ocupava em conjunto o

²⁷⁸ MATTOS, 2011, p. 190.

gabinete imperial – Eusébio de Queirós Coutinho Matoso, na pasta da Justiça; Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai, na pasta dos Estrangeiros; e Joaquim José Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí, na pasta da Fazenda²⁷⁹. Essa demissão trouxe à tona algumas constatações: primeiro, de acordo com Mattos, constata-se que os Saquaremas não se restringiam à “trindade”, ou mesmo ao conjunto de políticos do Partido Conservador. Também se observa a vitória de um conjunto de ideias. O então gabinete saquarema deixaria, coletivamente, suas funções para que o Imperador escolhesse nomes que fossem capazes de conciliar as facções partidárias, pois sabiam, os Saquaremas, que os valores da Monarquia centralizada²⁸⁰, assentada nos ideais de Ordem e Civilização, estavam, a essa altura, tão consolidados quanto o próprio Estado imperial. A esse tempo, os Saquarema já exerciam o *monopólio do discurso*. Nosso esforço, agora, será o de tratar como esse monopólio do discurso é desenvolvido por Mattos, e sua importância para entender *O Tempo Saquarema*.

Os Luzias foram assim nomeados a partir de sua derrota no combate de Santa Luzia, na Província de Minas Gerais, momento dos movimentos liberais de 1842. Receberam a nomenclatura para marcar sua derrota e seu lugar frente aos Saquaremas²⁸¹. Estes últimos foram dessa maneira chamados haja vista um contexto de disputas na Vila de Saquarema, onde alguns protegidos dos conservadores foram designados de Saquaremas²⁸². Luzias eram os liberais de todo país. Já os Saquaremas, os conservadores fluminenses, liderados pela “trindade saquarema”, “grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta[...] imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial”²⁸³. As intenções dos liberais giravam em torno de uma Monarquia descentralizada, o que não salvaguardava a unidade de ação, dado que a descentralização podia implicar em muitos modos de agir, principalmente diante dos interesses locais²⁸⁴. O triunfo conservador anularia as intenções liberais.

No entanto, Luzias e Saquaremas compartilhavam uma visão atinente à sociedade brasileira, uma visão forjada durante a colonização e que imprimia um sentimento aristocrático, cujos atributos fundamentais que conferiam distinção aos indivíduos eram a liberdade e a propriedade²⁸⁵. A chamada “flor da sociedade” carregaria consigo esses dois atributos, e a ela competiria os destinos políticos do país. Esses atributos aferiam, tanto distinção entre livres e

²⁷⁹ MATTOS, 2011, p. 182.

²⁸⁰ Ibidem, p. 192.

²⁸¹ Ibidem, p. 116.

²⁸² Ibidem, p. 118.

²⁸³ Ibidem, p. 120.

²⁸⁴ Ibidem, p. 117.

²⁸⁵ Ibidem, p. 128.

escravos, quanto de cidadãos ativos e não ativos pelo critério da capacidade eleitoral censitária; os cidadãos ativos compunham a sociedade política, a parte mais importante da nacionalidade.

A “boa sociedade” tendia a se confundir com a sociedade política, por ser portadora da liberdade e da propriedade, a ela cabia governar. A boa sociedade constituía o chamado *mundo do governo*, um mundo ordenado com a incumbência de organizar o conjunto da sociedade, a função dos componentes do mundo do governo era definida pela relação com os escravos, e estes formavam o *mundo do trabalho*²⁸⁶. A conexão entre o mundo do governo e mundo do trabalho é marcada pelo combate, confronto, guerra. Sobretudo porque os escravos, segundo Mattos, eram tomados como o inimigo inconciliável²⁸⁷. O mundo do governo atuava no *governo da Casa*, exercendo seu monopólio no âmbito privado; mas, o mundo do governo também operava no *governo do Estado*, isto é, consistia em coibir os excessos do governo da Casa, garantindo a continuidade dos monopólios que fundavam a classe²⁸⁸. Entretanto, para além dos mundos do governo e do trabalho, existia o *mundo da desordem*, nele, a grande massa de homens livres e pobres gerados pela colonização preocupavam a boa sociedade. Seguindo a inspiração de Antônio Cândido, Mattos considera que os mundos do governo, do trabalho e da desordem formavam o Império do Brasil. Esses mundos se tangenciavam, se interpretavam, porém, não deviam ser confundidos²⁸⁹. Os fundadores do Império herdaram da colonização esses três mundos, e entendiam ser a Monarquia o caminho para conservá-los, pois:

[...] Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíram a sua identidade como classe social.²⁹⁰

Após a Abdicação, passadas também a instabilidade das Regências, as aspirações sobre o tipo de governo que se ansiava para o país, consolidava-se a ideia de que o novo governo deveria representar a parte mais relevante da nacionalidade. O novo governo teria de “defender e expandir os interesses daqueles que numa sociedade escravista, eram livres, brancos e proprietários, e por isso, reuniam em suas mãos riqueza, poder e prestígio”²⁹¹, o novo governo carecia defender e consolidar os interesses da boa sociedade. Na distinção entre a boa sociedade,

²⁸⁶ MATTOS, 2011, p. 130.

²⁸⁷ Ibidem, p. 131.

²⁸⁸ Ibidem, p. 133.

²⁸⁹ Ibidem, p. 136.

²⁹⁰ Ibidem, p. 139.

²⁹¹ MATTOS; GONÇALVES, 1991, p. 16.

o povo mais ou menos miúdo e os escravos, o privilégio aos atributos de liberdade e propriedade colocava a boa sociedade como a parte da sociedade habilitada a conduzir o novo governo que se almejava.

Os Saquaremas conseguiram imprimir uma direção no mundo governo. Os Luzias faziam parte do mundo governo, mas defendiam uma proeminência do governo da Casa sobre o governo do Estado, associando-a ao valor da liberdade. Já os Saquaremas apoiavam a sobreposição do governo do Estado ao governo da Casa, relacionando essa sobreposição ao valor da autoridade²⁹². Para os Luzias, existia uma oposição entre Liberdade e Autoridade. No entanto, tanto Luzias quanto Saquaremas se opunham ao mundo da desordem, à Rua, lugar de Revolução. E, para garantir a liberdade da Casa, ou mesmo assegurar a igualdade entre o Povo (confundido com os cidadãos ativos, a boa sociedade, o mundo do governo), os Luzias deveriam estar no governo do Estado, logo, a oposição Liberdade/Autoridade precisaria ser dissolvida. Essa dissolução ficou evidente no cenário do Regresso Conservador (1836-1852), quando houve distanciamento entre o discurso e a ação dos Luzias, em decorrência dos interesses que deveriam preservar. O Regresso marcou uma ascensão do princípio da Autoridade, o que envolveu o aumento do prestígio da Coroa, todavia, nessa ascensão, o valor da Liberdade foi requalificado, em especial defronte às insurreições de negros e da malta urbana²⁹³ – o que colocava em risco a existência dos três mundos e dos monopólios que fundavam a classe senhorial. Era preciso a Autoridade para assegurar a Liberdade.

Sem ter motivo para se opor ao avanço do Regresso, os Liberais insistiram em duas tendências: na defesa da Representação Nacional (a Câmara do Deputados) como a determinante para os destinos políticos do país, e na velha crítica ao elemento português, agora direcionada à colonização. Mesmo quando tomaram a frente da Maioridade, já haviam aderido aos princípios da Ordem e à Monarquia, bandeiras caras aos conservadores desde a experiência descentralizadora das Regências. Os regressistas não concordavam que deveria caber à Câmara a condução política do país, entendiam que isso pertenceria ao Executivo e ao Moderador, e não ao Legislativo²⁹⁴. Os conservadores construíram a noção de que a liberdade deveria ser associada à segurança, sendo a Monarquia o único caminho possível para sustentar ambos por meio do princípio da Ordem²⁹⁵. Dentre os regressistas, os Saquaremas assumiram-se como intérpretes privilegiados da dimensão pública, marcando a singularidade de um país onde o

²⁹² MATTOS; GONÇALVES, 1991, p. 146.

²⁹³ Ibidem, p. 152.

²⁹⁴ MATTOS, 2011, p. 157.

²⁹⁵ Ibidem, p. 158.

Imperador “reina, governa e administra”²⁹⁶, conforme defendeu o Visconde de Uruguai. E à medida que o café se expandia para as províncias de São Paulo e Minas Gerais, o Regresso também o fazia²⁹⁷.

O Regresso pôs em destaque a autoridade do governo do Estado como condição para garantir a liberdade da Casa. O temor dos regressistas era a anarquia nas ruas, nos sertões, nas senzalas, nas casas. Imputavam ao Ato Adicional de 1834 a desorganização e o risco à liberdade, em razão disso, acreditavam que somente a restauração da autoridade do governo do Estado reverteria o quadro desenhado na década de 1840²⁹⁸. A defesa da Monarquia, da unidade territorial do Império e da liberdade abarcava, antes de tudo, uma maneira de preservar os monopólios que instituíram a classe senhorial. Os Saquaremas, aos poucos, deram o tom e a direção do conjunto dos regressistas, então conhecidos como conservadores, o mesmo fizeram em relação à política do Império. O triunfo político dos Saquaremas foi o triunfo econômico da expansão cafeeira²⁹⁹.

Os Saquaremas desconstruíram as pretensões liberais quando confrontaram a Representação Nacional à Soberania, a vontade nacional à Ordem, o princípio democrático ao princípio monárquico. Triunfaram sobre todos esses pontos, mas, precipuamente, no esvaziamento da oposição entre brasileiros e portugueses. Submeteram ao seu interesse o conceito de Revolução, apreendido pelos liberais como ruptura, através do resgate do significado do contexto de mudanças políticas ocorridas na Europa no século XVIII, conectando a Revolução a restauração – a ideia de conceber a Independência como a restauração de uma ordem vingou na lógica de uma Revolução capaz de restituir a ordem comprometida pela ação despótica da metrópole portuguesa³⁰⁰. Assim, o passado foi instituído como elemento de explicação para o presente, permitindo recuperar positivamente a colonização e a permanência da Família Real Portuguesa, dessa forma, os Saquaremas repensaram o passado.

Era preciso criar uma ligação entre passado e presente capaz de apontar para um futuro de continuidade, um marco de passagem que não indicasse para colonização de maneira negativa, já que foi graças a colonização que os monopólios que fundaram a classe senhorial foram legitimados. Romper com o passado significava interromper com o passado colonial e escravista, tratava-se de perverter a ordem que distinguia os homens livres e proprietários dos

²⁹⁶ MATTOS, 2011, p. 163.

²⁹⁷ Ibidem, p. 175.

²⁹⁸ MATTOS; GONÇALVES, 1991, p. 45.

²⁹⁹ Ibidem, p. 49.

³⁰⁰ MATTOS, opus citatum, p. 166.

demais elementos sociais, conferindo-lhes primazia dos sobre esses últimos. O evento escolhido como nexos entre o passado e o presente foi a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, o valor do fato foi recuperado através do termo “Transmigração”³⁰¹. Como elo entre a Colônia e a Nação soberana, a Transmigração sublinhava uma igualdade perante as nações civilizadas, e uma diferença diante das repúblicas da América.

Desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o ideal civilizatório passou por um processo de enraizamento e intensificação no solo brasileiro. Esse ideal civilizatório prosseguiu com todo vigor ao longo do Primeiro Reinado, Regências e Segundo Reinado, tendo como base a urbanização da cidade e a europeização da sua população, posto que isso, para os pensadores oitocentistas, significava aproximar-se dos estágios mais avançados de civilização³⁰². Nesse sentido, a transferência da Corte foi interpretada como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época³⁰³. A mesma rede de crenças e valores que antes justificava o colonialismo europeu era usada, durante o século XIX, para legitimar o poder no Estado monárquico. No caso brasileiro, o projeto civilizador se deu a partir de um processo civilizador português³⁰⁴.

O monopólio do discurso pelos Saquaremas carregava em si, consoante Mattos, o esforço para controlar o tempo, por isso a Transmigração foi impregnada de sentido catalizador, dado que rompeu com um tempo velho, inaugurou um tempo novo, e acelerou esse tempo, fincando a mudança que então emergia a partir de uma continuidade atrelada à família real portuguesa. As pretensões liberais foram esvaziadas não somente pela vitória dos Saquaremas sobre uma leitura do passado, mas porque essa vitória sinalizou o fracasso de um projeto de direção. Os Saquaremas fizeram-se detentores do *monopólio do discurso* quando conseguiram imprimir uma direção política, moral e intelectual³⁰⁵, quando fizeram valer seu projeto de Monarquia centralizada como único caminho para garantir a segurança e a manutenção dos monopólios que fundaram a classe. Colocaram-se como norteadores do consenso³⁰⁶, dirigentes e intelectuais da classe senhorial em constituição. Ao estarem no governo do Estado, não se

³⁰¹ MATTOS, 2011, p. 297.

³⁰² GONÇALVES, Sérgio Campos. Poder e civilização no Brasil Imperial. A Monarquia na perspectiva da história das ideias. *Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca, n. 20, p. 48-71, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16229035003>>. Acesso em: 04 abr. 2015, 09:02:40. p. 68.

³⁰³ ARAUJO, Valdeí Lopes. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_186179bef2cd31edc8a82d732ad2c5e4.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021, 11:20:10.

³⁰⁴ MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 40.

³⁰⁵ MATTOS, opus citatum, p. 169.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 170.

restringiram a uma dominação sobre a Casa, contudo, promoveram um espírito de associação, e conseguiram estar no governo da Casa. Os liberais negavam o Poder (Moderador e Executivo), o elemento português, os regressistas, e essas negações os impediam de estarem no governo da Casa e do Estado ao mesmo tempo – eles não conseguiam soldar os diferentes segmentos da classe senhorial³⁰⁷. Enquanto os Saquaremas designavam-se como

[...] os mais acabados representantes da fusão dos antigos monopolizadores sob o patrocínio da Coroa, no “Sul” do Império. Por meio da condução dos negócios do Estado, os Saquaremas apresentavam-se como os preservadores dos monopólios que fundam uma classe [...]³⁰⁸

Assim, os Saquaremas levaram a cabo uma expansão quando horizontalmente se confundem com a classe, e verticalmente com a própria consolidação do Império, atraindo para si proprietários rurais fluminenses, mas também de todo o país, bem como magistrados, ministros, conselheiros, e mais: tabeliães, médicos, advogados, professores, jornalistas, guardalivros, caixeiros e, especialmente, o funcionalismo público. Tratava-se de “um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando sua difusão”³⁰⁹. Os estadistas que articularam a emancipação política do Brasil herdaram um território disperso e sem unidade, em virtude disso, se fazia necessária uma articulação, que Mattos chama de “expansão para dentro”, e, desse modo, construiu-se uma unidade política efetiva³¹⁰. “O Estado imperial deveria empreender uma expansão para dentro de modo permanente e constante, indo ao encontro dos brasileiros que forjava”³¹¹.

À época do chamado apogeu do Império, por volta de 1850, vingava o já referido gabinete imperial da “trindade saquarema”, existente de 1848 a 1852. A coesão do gabinete, somada a uma Câmara marcada pela renovação, solidificou a direção saquarema. Mesmo nesse período, importantes decisões foram tomadas, como a extinção do tráfico intercontinental de escravos, a aprovação da chamada Lei de Terras, a reformulação da Guarda Nacional, o esforço

³⁰⁷ MATTOS, 2011, p. 175.

³⁰⁸ Ibidem, p. 177.

³⁰⁹ Ibidem, p. 16.

³¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, p. 8-26, maio 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313778250_Construtores_e_herdeiros_a_trama_dos_interesses_n_a_construcao_da_unidade_politica>. Acesso em: 10 nov. 2020, 20:10:05.

³¹¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; Cruz, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 728-736. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5007.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2020, 09:05:10.

por melhorias no Exército e na Armada³¹² – força e consenso caminharam juntos e o Estado imperial se via, então, consolidado. À medida que os Saquaremas estabeleciam suas posições no interior do mundo do governo, uniam aos seus propósitos os homens livres não proprietários e, pouco a pouco, o tema da Ordem era superado pela precisão de difundir uma Civilização³¹³.

Embora perante um cenário em que os Saquaremas conseguiram aprovar as consideráveis mudanças já aqui mencionadas, o processo foi desgastante e mostrou, de acordo com Mattos, não só as dificuldades de se restaurar a moeda colonial, mas revelou os limites do monopólio do discurso exercido pelos Saquaremas³¹⁴. No processo pela aprovação da Lei de Extinção do Tráfico Intercontinental de Escravos conseguiram vincular essa extinção à Soberania Nacional por meio de dois argumentos: primeiro, por conta das dívidas contraídas para a aquisição de escravos, havia o risco de parte do território nacional ficar nas mãos de especuladores e traficantes³¹⁵; segundo, desde o *bill Aberdeen*, houve intensa entrada de negros escravizados no país, o que provocou desequilíbrio entre as populações de livres e cativos, expondo os primeiros a uma ameaça³¹⁶. Mattos argumenta que o empenho em acabar com o tráfico foi, primordialmente, um esforço pela manutenção da escravidão, e não uma determinação antiescravista, visto que a intenção era eliminar a “a extraterritorialidade do mercado de trabalho como condição para a preservação do mundo do trabalho”³¹⁷, passando o controle do fornecimento de mão de obra escrava para os interesses nacionais. No entanto, protestos se ergueram entre Luzias e Saquaremas, a saída foi atrelar o projeto a uma “ação civilizadora” da Coroa, e não aos Saquaremas, para conseguir aprová-lo. O custo foi alto para o Império que, desde então, passou a ser visto intimamente vinculado à escravidão³¹⁸.

Mattos assevera que a intensão dos Saquaremas era preservar o monopólio da mão de mão de obra e a da propriedade, à proporção que a extinção do tráfico intercontinental acabou correspondendo a uma política de incentivo ao tráfico entre as províncias e as regiões. Condisse, também, a uma política de regulamentação de terras para abrir espaço à chegada de imigrantes enquanto “poupança da mão de obra escrava”³¹⁹. Nessa seara de estímulo ao tráfico interno, queixas surgiram das províncias que não se vinculavam à produção cafeeira, pois elas seriam as fornecedoras da mão de obra necessária para suprir as carências do Vale, ou seja, para suprir

³¹² MATTOS, 2011, p. 183-188.

³¹³ Ibidem, p. 213.

³¹⁴ Ibidem, p. 249.

³¹⁵ Ibidem, p. 237.

³¹⁶ Ibidem, p. 238.

³¹⁷ Ibidem, p. 239.

³¹⁸ Ibidem, p. 240.

³¹⁹ Ibidem, p. 241.

a crescente expansão do café sobre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O panorama descortinara o quanto os demais interesses do Império estavam subordinados aos interesses cafeeiros da região de agricultura mercantil-escravista³²⁰.

O limite do monopólio do discurso exercido pelos Saquaremas, ficou ressaltado não somente na questão do tráfico de escravos, entretanto, Mattos pondera que esse limite transpareceu nas discussões acerca da política de terras. Mais uma vez, as contradições internas na classe senhorial ficaram perceptíveis, mais especificamente, as contradições entre a região de agricultura mercantil escravista e as demais regiões do Império. Outrossim, a Coroa assumia-se como defensora da escravidão, condicionando-a à preservação dos demais monopólios, de sorte que a escravidão deveria ser vista por todos como condição para a preservação da unidade e soberania do Império³²¹. Não obstante, os interesses saquaremas prevaleciam, e tal prevalência era denunciada quando das críticas ao tráfico interno, à oposição ao sistema de parceria, e mesmo diante da dificuldade em se aplicar a Lei de Terras e, num todo, “caracterizavam os limites de uma direção e as contradições contidas no esforço de uma expansão”, mostrando a trajetória de uma classe que “acabava por ter nos mecanismos que desenvolvera para sua constituição as próprias razões de sua destruição”³²².

O que Mattos refere aqui é o fato de os Saquaremas terem, no intercurso, de reservarem a si mesmos o *monopólio do discurso*, logo, acabaram suprimindo os interesses e causas da classe senhorial como um todo. Dito de outra forma: a classe dirigente se pressupôs à classe senhorial, mas não era. Colocou-se como a única capaz de preservar a sociedade dos três mundos, capaz de preservar os monopólios que instituíam a classe senhorial (a saber: o monopólio da terra e da mão de obra), porém, os processos de aprovação das leis pelo fim do tráfico negreiro e da Lei de Terras atingiu exatamente os monopólios que os Saquaremas pretendiam preservar. Essa foi, na visão de Mattos, a causa de sua destruição como classe dirigente.

Quando o gabinete da trindade pediu uma demissão coletiva, em 1851 – o que foi efetivado em 1852, época em que o Imperador acatou e formulou um novo gabinete – o *monopólio do discurso* pelos Saquaremas estava estabelecido de tal maneira a dar sustentação a um outro monopólio criado a partir dele, o *monopólio da responsabilidade* pelo Soberano. Ao acontecer o pedido de demissão do gabinete, em 1851, constatou-se que à Coroa e ao Imperador era reservada uma posição privilegiada, entendida como neutra, superior aos

³²⁰ MATTOS, 2011, p. 244.

³²¹ Ibidem, p. 262.

³²² Ibidem, p. 263.

sentimentos de reação ou vingança, e, por essa razão, capaz de efetivar uma conciliação entre as facções partidárias, o *monopólio da responsabilidade* deveria ser exercido por meio da organização de um novo ministério, a projeção da figura do Imperador aperfeiçoava os dirigentes e sua capacidade de direção³²³.

E na medida em que os Saquaremas se apresentavam como os propositores de um Império centralizado e dotado de um Poder Executivo forte para preservar a ordem – isto é, a reprodução da *sociedade dos três mundos* – todos os demais que se identificavam com o Imperador não deixavam de se transformar em Saquaremas.³²⁴

Na exposição de Mattos, uma das maiores realizações dos Saquaremas foi forjar a Coroa em Partido, cabendo a ela organizar a Casa, agregar aliados e transformar cada um dos Luzias em Saquaremas. A Coroa promoveu associação e difundiu uma civilização, mesmo apresentada sob a figura do Imperador, ela não se limitava a ele, pois continha os diversificados elementos, agrupados em segmentos desde os “mais próximos” aos “mais distantes”³²⁵. Os últimos seriam desde os plantadores escravistas de novas áreas de produção cafeeira, e das antigas ligadas ao açúcar, algodão, tabaco, além de charqueadores sulinos, pecuaristas nordestinos. Eles não se vinculavam à vida política, todavia, ganhavam força quando algo os centralizava, organizava e disciplinava. Os “mais próximos” possuíam maior coesão – os deputados gerais, presidentes de província, ministros de Estado, senadores, conselheiros de Estado³²⁶. Eram movidos pela necessidade de manter uma ordem e, em função disso, eram os elementos substanciais na geração do papel que a Coroa exercia. Os “mais próximos” eram os dirigentes, os que possuíam o *monopólio do discurso*. Esse monopólio diferencia os Saquaremas dos Luzias, foi “gerado na Casa, burilado nas Academias de Direito e exercitado nas tribunas formais e informais, nos salões e no Parlamento”³²⁷. Tratava-se de um discurso quase sempre marcado pelas ideias liberais, com linguagem grandiloquente, hiperbólica e apaixonada. Um discurso que encobria uma demarcação precisa entre Saquaremas e Luzias na mesma medida em que encobria a separação entre dirigentes e dirigidos, o Estado e a Casa³²⁸.

O monopólio do discurso não era privilégio da classe senhorial, nem da classe dirigente. Numa relação ambígua, esse monopólio fundou a classe senhorial e formou a classe

³²³ MATTOS, 2011, p. 191.

³²⁴ Ibidem, p. 192.

³²⁵ Ibidem, p. 193.

³²⁶ Esses elementos “mais próximos” considerados por Mattos equivalem à chamada elite política que Carvalho analisa.

³²⁷ Ibidem, p. 197.

³²⁸ Ibidem, p. 198; 218.

dirigente, ao passo que foi cunhado por essa classe dirigente. Não por toda ela, mas pelos “mais próximos” – mais próximos do café, da Corte, do Imperador. Tal aproximação implicava, na formulação do próprio monopólio em questão, em se justapor à neutralidade que habilitava para a administração pública, uma vez que lhe dava a sobriedade necessária ao governo do Estado e para a condução da Nação. Essa aproximação incluía, ainda, um distanciamento de questões consideradas mesquinhas, restritas, posto que refletiam os interesses não do Estado e da Nação, contudo, os interesses da Casa, e estes tendiam a paixões faccionadas capazes de comprometer o próprio governo do Estado e a unidade da Nação. Essa era a lógica da direção saquarema e do monopólio do discurso, impresso por essa direção. Dessa lógica, os Saquaremas ocultavam serem eles também conduzidos por interesses faccionados, dado que a proximidade que mais lhes era inerente era a do café.

O monopólio da responsabilidade

A associação entre liberdade e segurança feita pelos conservadores apontava para a Monarquia como meio de assegurar ambos por meio da manutenção do Império. Tal associação era possível através da Ordem, e isso garantiria a integridade territorial³²⁹. Manter a Ordem significava sustentar a reprodução das relações com o mundo capitalista e civilizado, sendo a Coroa a propiciadora dessas conexões³³⁰. Para Mattos, a narrativa da precisão de manutenção do Império carregava dois sentidos – o primeiro referia-se à manutenção da sociedade dos três mundos (governo, trabalho, desordem) com os monopólios que distinguiam esses mundos; o segundo, ligava-se a noção de preservar a unidade e integridade do território, em ambos os casos, a Soberania do Império era colocada como valor fundamental a ser defendido para a conservação tanto de uma realidade social quanto espacial.

Nesses termos, e assinalando um deslocamento, a Soberania do Império não mais se constituía apenas pela referência aos demais Estados, as “Nações Civilizadas”. Ela era construída tendo como referência principal a própria sociedade – uma multidão de homens, unidos numa pessoa única por um poder comum, para sua paz, sua defesa e seu proveito comuns –, e fazia do Soberano ou do Poder o responsável pela manutenção da paz e da ordem, outorgando-lhe um monopólio: *o monopólio de uma responsabilidade*.³³¹

³²⁹ MATTOS, 2011, p. 158.

³³⁰ Ibidem, p. 294.

³³¹ Ibidem, p. 161.

Mattos baseia-se em Thomas Hobbes para tratar do que chama de monopólio da responsabilidade. Na formulação de Hobbes, em concordância com a análise de Mattos, o indivíduo é dividido entre as dimensões privada e pública, entre homens e cidadãos. Essa distinção foi resgatada pelo pensamento conservador e norteou a ação dos regressistas com o conceito qualitativo de liberdade³³². Na dimensão privada, a reafirmação da desigualdade entre os homens permitia afirmar a desigualdade na sociedade, reservando a cada indivíduo um lugar distinto. Entre os livres, existia um tipo de desigualdade; entre os livres e os escravos, outro tipo; entretanto, na dimensão da coisa pública, a distinção ocorria entre cidadãos ativos e inativos. Os primeiros compunham a sociedade política; os segundos, a sociedade civil. Os cidadãos ativos legitimavam o monopólio da responsabilidade, enquanto os inativos eram meros súditos. Dentro do conjunto de cidadãos ativos havia a desigualdade entre os votantes e os eleitores.

A desigualdade inerente a essa sociedade assinalava também para uma hierarquização entre o Executivo e a Câmara dos Deputados e, ao Imperador, era reservado o lugar mais proeminente da organização e da vida política³³³. Entre os Regressistas, os Saquaremas posicionavam-se como intérpretes privilegiados da dimensão pública, ao reafirmarem as singularidades de um país ondeurgia vingar o que propunha o Visconde de Uruguai, era preciso que Imperador reinasse, governasse e administrasse³³⁴. Destarte, ocorria a unificação de todos os súditos ao Imperador³³⁵.

À Coroa e ao Imperador era reservada uma posição privilegiada, entendida como neutra, superior aos sentimentos de reação ou vingança e, por isso, capaz de efetivar uma conciliação entre as facções partidárias. Esse monopólio da responsabilidade deveria ser exercido por meio da organização dos ministérios. Como resultado da restauração da moeda colonial em curso, projetar a figura do Imperador era uma maneira de aperfeiçoar os dirigentes em sua capacidade de direção. Superpondo a Razão às Paixões, mas, principalmente, apresentando os interesses de um segmento da classe como os interesses de toda a classe³³⁶. Esse esforço de projeção da figura do Imperador fez, também, com que os demais homens livres tomassem o Imperador e o Império como referência, e mais:

³³² MATTOS, 2011, p. 161.

³³³ Ibidem, p. 162.

³³⁴ Ibidem, p. 163.

³³⁵ Ibidem, p. 164.

³³⁶ Ibidem, p. 192.

[...] na medida em que os Saquaremas se apresentavam como propositores de um Império centralizado e dotado de um Poder executivo forte para preservar a ordem – isto é, a reprodução da sociedade dos três mundos – todos os demais que se identificavam com o Imperador não deixavam de se transformar em Saquaremas.³³⁷

Os Saquaremas compreendiam que qualquer ordem social não se estabelecia naturalmente, era resultado de uma ação política coordenada³³⁸. Nesse sentido, o tempo saquarema correspondia há um tempo em que a direção saquarema se sobrepunha nos destinos políticos do Império, dizia respeito a uma época em que o monopólio do discurso exercido pelos Saquaremas articulava a associação entre Monarquia e ordem, através do monopólio da responsabilidade exercido pelo Imperador – já que ele figurava como exemplo maior de neutralidade e, por esse prisma, estava desqualificado ao exercício da política e apto à prática administrativa³³⁹. No que se refere à classe dirigente, quanto mais próximos ao Imperador, mais apolíticos e com capacidade de gestão da coisa pública; quanto mais distantes, mais políticos e inaptos à gestão. Dessa hierarquização, temos, num extremo, os Deputados Gerais e, no outro extremo, o Imperador. No primeiro, o máximo de política, das paixões partidárias incontroláveis, ligadas aos interesses locais, mesquinhos e imediatistas; no outro extremo, a ausência de política, “o predomínio da razão, dos interesses gerais”, dos interesses da Pátria³⁴⁰. O Imperador sintetizava a neutralidade, o afastamento das paixões partidárias que ameaçavam a estabilidade das instituições e dos monopólios que elas visavam preservar. À vista disso, nas mãos dele deveria ser depositado o monopólio da responsabilidade. Sua figura era expressão do pacto entre o Povo e o Soberano, desse modo, ambos compartilhavam, enquanto forças sociais, da administração do Estado³⁴¹.

Ao analisar o Poder Moderador e a política imperial, Silvana Mota Barbosa retoma Benjamin Constant em sua proposta do Poder Moderador como poder neutro apto a controlar os outros poderes no afimco de evitar conflito entre as funções; nessa direção, o poder real assumia-se como neutro, sobretudo por seu papel de conservar as estruturas existentes³⁴². O Poder Moderador configurava o rei na qualidade de poder neutro e inviolável, porquanto era assimilado como a força política capaz de evitar os extremos ao governar, e dirigir a nação,

³³⁷ MATTOS, 2011, p. 192.

³³⁸ Ibidem, p. 207.

³³⁹ Ibidem, p. 201.

³⁴⁰ Ibidem, p. 201.

³⁴¹ Ibidem, p. 202.

³⁴² BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o Poder Moderador e a política imperial*. Campinas, 2001, 414 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590988>>. Acesso em: 28 nov. 2020, 16:30:21. p. 70.

mediando as forças institucionais³⁴³. Caminho também percorrido por Arthur Nadú Rangel, ao discorrer que o Poder Moderador, na interpretação de Braz Florentino, buscava o equilíbrio, preservar o Estado, numa vereda que objetivava uma ação política que mantinha “a tradição política brasileira com os valores europeus”³⁴⁴, como poder neutro e inviolável, a última decisão caberia ao Poder Moderador, mas seria somente em situações que gerariam desequilíbrio, ou mesmo atentassem contra a própria Soberania Nacional³⁴⁵.

Ideólogo do Poder Moderador, Benjamin Constant entende que o monarca constitucional podia e devia ser irresponsável, uma vez que era concernente a uma excepcionalidade no topo do edifício político. Quer dizer, o Imperador não podia ser responsabilizado pelas decisões políticas, e sim os seus ministros³⁴⁶. O que Mattos caracteriza como monopólio da responsabilidade tange, aqui, a uma proposição que não contradiz ao proposto por Constant, porque tem o sentido de responsabilizar a Coroa pelos destinos do Estado, e não pelas ações do governo. A visão da Coroa, como responsável pela soberania e civilização do Império deveria enxergar ao longe, para além de paixões, momentos e disputas políticas. A mesma dissociação entre governo como algo transitório e Estado como algo perene, colocou ministros como passageiros, e o monarca como contínuo, simbolizando a estabilidade e unidade do Império. O monarca não poderia ser responsabilizado pelo governo, todavia, resumia em si o monopólio da responsabilidade pelo Estado imperial.

Mattos reitera que, quando os defensores do Estado centralizado começaram a perceber que podiam desfrutar do monopólio da responsabilidade pelo Soberano, iniciaram a encadear as políticas de mão de obra com as políticas de terra³⁴⁷. Como projeto redigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, tratando de meios e estratégias para a colonização em 1842, a lapidação do projeto acabara confundindo-se com a trajetória saquarema entre os anos de 1843 e 1850, momento em que a lei foi promulgada, tencionado, primitivamente, preservar o consumo imediato da mão de obra³⁴⁸. O que, naquela ocasião, interessava muito mais aos Saquaremas do que ao restante da classe senhorial – se ligava aos interesses cafeeiros do Sudeste antes de tudo.

³⁴³ BARBOSA, 2001, p. 85.

³⁴⁴ RANGEL, Arthur Nadú. *O Poder Moderador no Estado brasileiro*. Belo Horizonte, 2018, 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BAMJTL>>. Acesso em: 28 nov. 2021, 17:10:05. p. 41.

³⁴⁵ Ibidem, p. 43.

³⁴⁶ BARBOSA, opus citatum, p. 77.

³⁴⁷ MATTOS, 2011, p. 251.

³⁴⁸ Ibidem, p. 252.

Vale ressaltarmos a ideia de Coroa com a qual Mattos trabalha em sua obra. A Coroa se confunde à figura do Imperador, e ele concretiza a ideia de Império por quase meio século – uma concepção emergente da burocracia reformista portuguesa desde o final do século XVIII³⁴⁹. O rompimento com as Cortes, em 1822, transpareceu o fracasso da Monarquia dual, contudo, fortaleceu a acepção de Império, a partir da qual o título de Imperador afirmava a autoridade em relação aos reis vassalos, e a autoridade sobre as províncias. A ideia de Império se sobrepôs às ameaças republicanas, marcando o compromisso “entre a soberania popular e os direitos da realeza”³⁵⁰.

Embora todo o esforço transformador e revolucionário das Regências, não deu condições ao deslocamento do princípio monárquico, já que, desde a Maioridade e a recunhagem da moeda colonial, a ideia de Império, com base na intervenção saquarema, passaria a ser concatenada à garantia de uma unidade e de uma continuidade³⁵¹. Os Saquaremas construíram a ideia de que o triunfo do Imperador era o triunfo da Ordem e possibilitava a difusão da Civilização, configurando um tipo específico de Progresso, um Progresso enquanto Conservação³⁵². Esse paralelo entre a Coroa e a conservação, entre a Coroa e a continuidade contrapõe, para Mattos, à noção de ser a Coroa antiescravista, pois compreende que ela foi fator essencial na procura pela preservação do monopólio da mão de obra³⁵³. Continuidade, preservação, manutenção, conservação: todos seriam princípios que justificariam e dariam significância à existência da Coroa e à adesão da classe senhorial a tal existência.

Segundo Mattos, muitas vezes, os interesses da classe senhorial se ergueram contra a direção impressa pela Coroa, visto que, em diversas situações, essa direção confrontava os interesses da classe, o que não significava, necessariamente, uma oposição sumária³⁵⁴. A Coroa, na face complementar da moeda colonial em restauração, apresentava-se como fator condicionador dessa restauração e de uma expansão de monopólios que instituíam a classe senhorial. Ela surgia como a segurança de uma unidade e de uma continuidade, e ambas sublinhavam a íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição de uma classe senhorial. Ligada ao Estado que forjava, a classe senhorial precisou atualizar-se diante dos interesses capitalistas³⁵⁵. Essa classe serviu-se do Estado imperial para edificar a sua unidade e levar a efeito a sua expansão, e a função da Coroa nesse processo foi de unir interesses

³⁴⁹ MATTOS, 2011, p. 93.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 94.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 95; 158.

³⁵² *Ibidem*, p. 216.

³⁵³ *Ibidem*, p. 240.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 102.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 103.

agrários, mercantis e burocráticos que se expandiram na lavoura cafeeira. Ela conseguiu levar à superação das desconfianças acerca dos aparelhos do Estado existentes desde o tempo de embate contra a metrópole portuguesa. Nesse empenho, a Coroa propiciou a expansão horizontal da classe senhorial, ao mesmo tempo em que atraiu para seu entorno os proprietários escravistas, promovendo uma expansão vertical³⁵⁶.

Essa íntima vinculação entre a Coroa e a classe senhorial fez com que a Coroa assumisse o papel de Partido, nos termos de Gramsci, pois deveria lidar com fissuras e divergências do interior da classe³⁵⁷. Ao Imperador concernia reinar, governar e administrar porque sua figura resumia o papel de Partido que a restauração da moeda colonial outorgara a Coroa, atuando como “uma agência administrativa”, cujo dever seria conduzir as relações externas e internas à nação³⁵⁸. À Coroa tocava assegurar a restauração e a reprodução dos monopólios e, também, preservar as diferenças dentro da própria classe senhorial, fazendo prevalecer os interesses dominantes na região de agricultura mercantil escravista³⁵⁹.

O partido, como um organismo, advinha de uma sociedade na qual a vontade coletiva tinha iniciado a sua concretização. Nessa perspectiva, a Coroa precisaria mostrar sua capacidade de gerar e impedir acontecimentos, assim como deveria administrar as fissuras e divergências no interior da classe, para, enfim, levar à unificação e homogeneização dos representantes políticos da classe senhorial³⁶⁰. A Coroa, desde a Maioridade, teria de certificar a integridade territorial do Império, mas deveria, também, garantir sua continuidade³⁶¹. A Coroa não se limitava à figura do Imperador, reunia as “forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, no conjunto dos interesses dominantes sob o Império”³⁶², por isso, deveria endossar os interesses ligados à expansão cafeeira.

No contexto de crise do sistema escravista, administrar os interesses dos setores dominantes implicava, por vezes, em ordenar as grandes famílias, mesmo que isso signifique ir contra alguns de seus privilégios. Esse ordenamento poderia ocorrer por meio de uma política de terras, de mão de obra, tributária, da ação repressiva para conter as insurreições negras e as agitações urbanas, da ação civilizatória mediante um sistema de ensino. Isso tudo enredava uma centralização administrativa, geralmente, contestada. Ao mesmo tempo, a Coroa deveria agir em função da restauração e expansão dos monopólios da classe senhorial. Sendo instrumento

³⁵⁶ MATTOS, 2011, p. 104.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 104-105.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 211.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 212.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 105.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 95-97.

³⁶² *Ibidem*, p. 98.

de homogeneização ao conferir identidade e ação à classe senhorial, a Coroa atuara, consoante Mattos, como já dito, como um partido. Para fazer essa afirmação, primeiro Mattos faz um caminho de explicar a atuação da Coroa na consolidação do Estado e da classe senhorial, nesse percurso, o conceito de Partido cunhado por Antonio Gramsci tem papel fundamental na argumentação de Mattos.

De acordo com Gramsci, o partido político atuava na sociedade civil, alavancando a integração dos elementos da classe, fomentando sua qualificação, tornando-os dirigentes e organizadores. O partido operava de modo a transformar a sociedade civil em sociedade política. O partido deveria formar sua intelectualidade e direcioná-la às atribuições necessárias à classe social. Mais do que isso: o partido teria de atuar como instrumento para solucionar, não somente questões internas da classe, ou concernentes ao plano nacional, ele deveria trabalhar visando as questões internacionais (a superestrutura) que permeavam e interferiam nas relações de classe³⁶³. O partido atuava no sentido de reunir, reunir para formar um todo homogêneo, ou (como prefere Mattos), conformar a classe social. O partido cumpria funções táticas e estratégicas na luta de classes, empenhando-se na formação de uma vontade coletiva, e deveria precaver-se para ser tomado por vontades singulares diversas que dispersavam a classe.

Os partidos se confundiam com as classes, mas não eram mecânicos e passivos as elas, agiam de maneira enérgica, aspirando seu desenvolvimento, consolidação e universalização. As entidades que assim atuavam, isto é, com o empenho de intelectuais na elaboração de dirigentes da sociedade civil e política, podiam ser considerados partidos³⁶⁴. Para Gramsci, o partido político, enquanto príncipe moderno, tem por tarefa formar essa vontade coletiva e fazer uma reforma intelectual e moral³⁶⁵.

A Coroa atuava como partido, visto que, ao sintetizar a vontade coletiva da classe senhorial, organizou, direcionou e contribuiu para a formação e expansão dessa classe, assim como colaborou para a formação da classe dirigente. Tal atuação da Coroa notabilizou o monopólio da responsabilidade, porque colocou o Imperador no papel de mantenedor da unidade e integridade do Império, como o que assegurou a soberania e civilização da nação.

³⁶³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 420.

³⁶⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 201-202.

³⁶⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 18.

2.3 Da transação, a influência da grande propriedade e os Saquaremas

No intuito de entender o processo de construção do Estado imperial e da classe senhorial, correlacionando esse duplo movimento, Mattos articula os monopólios da terra e do trabalho como heranças do período colonial que se perpetuaram após a Emancipação, justamente porque, na ocasião das Cortes, esses monopólios estavam sob ameaça. Os monopólios da terra e do trabalho faziam da classe senhorial o setor social possuidor dos atributos de liberdade e propriedade, o que lhe garantia proeminência e lhe habilitava para governar. A correlação entre esses dois processos se deu pela atuação dos Saquaremas, era sua atuação deliberada que condicionava a construção do Estado imperial e a conformação da classe senhorial.

Passado o Primeiro Reinado, as Regências, com a experiência da descentralização, puseram, novamente, os monopólios que fundaram a classe senhorial em risco – o momento da *Ação*, para lembrar Justiniano –, a causa liberal e seu apreço ao valor da liberdade comprometeram a ordem e, por extensão, os atributos de liberdade e propriedade. Enquanto na *Reação*, o Regresso performava os conservadores fluminenses, atrelados aos interesses da grande lavoura de café – a Região de agricultura mercantil escravista – fazendo-os se identificarem com os Saquaremas. Estes se colocaram como os defensores dos monopólios que formaram a classe senhorial e, para mantê-los se fizeram classe dirigente. Os Saquaremas impuseram uma direção moral e intelectual para o Estado imperial na medida em que articularam à Monarquia a centralização política, e o fizeram construindo a ideia de ser esta forma de governo a única maneira de se obter segurança, de se assegurar a Ordem e de promover uma civilização.

A direção moral e intelectual imposta pelos Saquaremas ao Estado imperial aconteceu por intermédio da construção de outros dois monopólios: o do discurso e o da responsabilidade. O monopólio do discurso era exercido pelos dirigentes “mais próximos”, centrados na Corte, atuando na qualidade de elite política ³⁶⁶, levantavam-se como defensores dos interesses da classe senhorial, contudo, acabavam representando os interesses de um setor dessa classe, o setor atrelado às zonas cafeeiras das proximidades do Vale do Paraíba – o que ficou evidente, dentro da argumentação de Mattos, nos esforços pela aprovação das políticas de escravidão e de terras, quando a empreitada saquarema encontrou forte resistência dos demais setores da

³⁶⁶ A definição de dirigentes “mais próximos”, por Mattos, equivale a de elite política imperial colocada por Carvalho. Vale realçarmos que o termo “elite” ou “elite política” não é empregado por Mattos em *O Tempo Saquarema*.

classe senhorial e das outras regiões do Império. O monopólio da responsabilidade pelo Soberano foi articulado pelos Saquaremas pondo o Imperador como figura neutra, capaz de impedir que as disputas partidárias que ameaçaram os monopólios da classe senhorial durante as Regências voltassem a se exprimir. Nos debates acerca das políticas de escravidão, para fazer valer seus interesses, os Saquaremas atrelaram a Monarquia à escravidão com o propósito de aprovar os projetos de leis. Essa ligação entre Monarquia e escravidão foi a maior força do regime monárquico, e sua maior fraqueza – ao final do Dezenove, o término da escravidão significou o próprio fim da Monarquia.

Nabuco de Araújo questiona: “Se representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade?” A pergunta feita na proposição da Conciliação, se enquadrara também nos momentos em que a questão da terra e do trabalho escravo foram colocados e conduzidos pelos Saquaremas, expressando a sobreposição dos interesses saquaremas sobre a classe senhorial de regiões distintas àquela de produção cafeeira. O questionamento de Nabuco acentua entre os interesses da grande propriedade (a classe senhorial) e os Saquaremas.

Se, na análise de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, desenvolvida no primeiro capítulo, os sorites de Nabuco foram usados por Carvalho como recurso para analisar a questão da representatividade no Império. Aqui, quando pensamos no *O Tempo Saquarema*, a indagação da representatividade na política imperial levanta-se sob novos termos. Na narrativa de Mattos, o Estado imperial é pensado sob a perspectiva classista, quer dizer, de sua relação com a classe senhorial. Direcionamento distinto do feito por Carvalho, que pondera a atuação da elite política carregada de relativa autonomia diante da grande lavoura de exportação. O problema da representatividade é articulado por Mattos – não é o foco de sua análise, não é o problema que contorna sua obra – quando as ambições dos Saquaremas entram em dissonância com os interesses da classe senhorial como um todo.

Trata-se de uma questão basilar, pois essa dissonância aparece, sobretudo, nas dificuldades que os Saquaremas encontraram para efetivar algumas ações. Dificuldade, limitação, contraposições de ideias, enfim. Os Luzias não falam no *O Tempo Saquarema*, somente os Saquaremas falam. Movimento similar de descrição feito por Justiniano, de caracterizar os adversários dos conservadores, a partir de negativas, de realçar seus erros. O olhar de Mattos sobre os Luzias não deixa de ser o olhar de um saquarema.

Se a escravidão, em Carvalho, é colocada como algo pragmático para a elite política; em Mattos, assume um caráter programático para os Saquaremas. A escravidão não era um meio, era um fim em si. Todo o projeto político dos Saquaremas a vislumbrar a manutenção

dos atributos de liberdade e propriedade da classe senhorial, ambos atributos associados à manutenção da escravidão. O triunfo dos Saquaremas era, então, o triunfo da escravidão. À proporção que a escravidão dava sinais de ter sua continuidade impossibilitada, seja por demandas externas, seja por demandas internas à sociedade brasileira, o projeto saquarema perdia força. A famigerada *Ordem* relativa a qual se sustentavam estava em mutação, maiormente a datar da década de 60 do século XIX.

Os Saquaremas designaram-se como os únicos habilitados a assegurar os monopólios que fundaram a classe senhorial, mas, quando os proprietários das regiões distintas da região da lavoura cafeeira perceberam sua propriedade sendo violada, o monopólio de discurso exercido pelos Saquaremas passou a ser questionado, e o seu próprio projeto político disputou com alternativas a ele. A *Transação* acabou tendo como consequência o fim da hegemonia saquarema. Se o Estado deveria, nesse momento, abrir-se à sociedade, novas noções de ordem adentravam nele, novos projetos e novas demandas. Valendo-se do monopólio do discurso e do monopólio da responsabilidade, os Saquaremas atrelaram a escravidão à Monarquia em um contexto que lhes fugia ao controle: o panorama de crise do sistema escravista. Findada a escravidão, findada a Monarquia.

O estudo do processo de formação do Estado imperial por Mattos mostra que é possível existir um Estado sem sociedade civil. Expõe também que o processo de construção da hegemonia de um grupo se deu, nos Oitocentos brasileiro, vinculado a uma projeto de manutenção de atributos que eram privilégios de uma pequena parcela da sociedade. A Monarquia, como parte do projeto saquarema, vinculou-se à defesa da propriedade antes de tudo, articulou-se à construção da ideia de se opor e se proteger frente aos “inimigos inconciliáveis” (negros, escravizados e libertos). O Estado imperial surgiu como fruto dos interesses dos proprietários de terras e escravos, e estabilizou-se no ápice em que esses proprietários precisaram se organizar contra as ameaças à sua propriedade – a causa estava posta, o inimigo estava colocado. É sobre esse tempo que se debruça *O Tempo Saquarema*. Porém, as bases desse *tempo* estavam em outro tempo – o entorno dos anos de 1980 a 1985, período de concepção da tese de Mattos, que deu origem ao livro aqui analisado – sob outros contornos e outras feições, todavia, ainda empunhada a bandeira da *ordem*, sob a égide da defesa da propriedade, a liberdade de uns assegurava-se sobre a limitação à liberdade de muitos outros. Sejam inimigos inconciliáveis, os escravos, ou os “comunistas”, a construção de um oposto comum e ameaçador aos interesses de uma classe (que mesmo em cenário republicano manteve a propriedade como atributo crucial de diferenciação social) eram ingredientes indispensáveis para que um grupo impusesse sua ideologia, e conduzisse conforme o Estado

aos seus interesses, mediante a limitação, ou mesmo a supressão de boa parte dos interesses da sociedade. Os Saquaremas estão entre nós, dizia Mattos.

CAPÍTULO 3

ESTRUTURAS ANTIGAS E FACHADAS NOVAS:

o problema do Estado Imperial e o liberalismo

Se a questão da representatividade foi chave para o entendimento da elite política imperial e da política imperial, ela remonta às bases de sustentação/articulação do regime monárquico e justifica o seu fim. A Monarquia foi, então, substituída pela República ao final do século XIX por falta de sustentação socioeconômica, os construtores da ordem não eram representativos da sociedade na mesma proporção em que carregavam em si uma homogeneidade ideológica resultante de sua educação e treinamento – duas características centrais da elite política na narrativa de Carvalho. Na medida em que maiores demandas por representação impunham-se no correr da segunda metade do Dezenove, e ao passo que a homogeneidade ideológica da elite política dissolvia-se – a mesma homogeneidade a afastar projetos políticos mais radicais ao fazer da Monarquia representativa o sistema viável para a estabilidade –, quando esses dois processos ocorreram, o relativo consenso sobre a viabilidade do sistema monárquico se rescindiu em meio às políticas antiescravistas e defronte ao vislumbre do projeto republicano como caminho para atender às novas demandas socioeconômicas apoiadas pela ascensão do Exército como contraelite. Como fruto dessas novas demandas e dessa associação de interesses, o cenário nas décadas iniciais da República era de instabilidade.

Se Carvalho estiver certo – e este não é ponto que interessa aqui, o que nos importa mesmo são as possibilidades de reflexão que o escopo de sua análise propicia acerca do tempo para o qual ele se atém e o tempo sobre o qual ele se detém, o tempo relativo ao qual direciona sua análise, e o tempo de onde ele faz essa análise – a disjunção Estado/sociedade é posta em paralelo a outras duas, quais sejam: estabilidade/instabilidade, homogeneidade/representatividade. O Estado imperial consolidou-se e adquiriu instabilidade não apesar da sua falta de representação da sociedade, mas por conta dela. No argumento de Carvalho, a dissociação entre ordem política e ordem social garantiu a estabilidade e aplacou disputas, fez a homogeneidade da elite política compensar sua falta de representatividade. Podemos expandir sua premissa e pensar que a busca por maior representação política resultou do sucesso da estabilidade política adquirida graças àquela homogeneidade que se perdeu. Já tratamos a respeito de como este Estado foi concebido pela elite política, no entanto, cabe, ainda, indagarmos quais modelos e ideias inspiraram essa configuração política. Das possibilidades de reflexão e quantidade de “se” que pode surgir nesse processo, duas questões

emergem, aqui, referentes ao tempo que toma a atenção de Carvalho e sobre o tempo de onde ele emite esta atenção, concernente ao tempo de que ele fala, e sobre o tempo em que ele fala, referimo-nos ao problema do Estado liberal, com suas características, limites e base ideológica.

Em outra narrativa, se a Monarquia se sustentou/estabilizou, isso ocorreu porque foi a mais viável estratégia de manutenção dos monopólios da terra e da mão de obra, o meio de defesa dos atributos de liberdade e de propriedade que performou a classe senhorial, essa sustentação só foi possível, segundo Mattos, através da ação deliberada dos Saquaremas, no seu esforço de vinculação do sistema monárquico à manutenção da Ordem e, por conseguinte, da própria escravidão. Foram os Saquaremas que articularam a construção do Estado imperial e fizeram a classe senhorial notar-se como tal, como a fizeram classe dirigente. Todavia, nessa empreitada, os interesses saquaremas se sobrepuseram aos interesses da classe senhorial quando a questão da escravidão foi posta, e seu projeto de poder foi colocado em xeque. Com a união do monopólio do discurso exercido pelos Saquaremas, e do monopólio da responsabilidade exercido pela Coroa, a Monarquia foi atrelada à escravidão e, ao passo que esta última se mostrou insustentável a partir do último quartel do século XIX, a Monarquia perdeu também sua força e base de legitimação. Uma perda associada diretamente a dois processos, ao enfraquecimento dos Saquaremas face à decadência do café do Vale do Paraíba, e à ascensão do café do Oeste Paulista e da Zona da Mata Mineira. Esse movimento levou ao surgimento de novas forças socioeconômicas e novos interesses, a classe dirigente que construiu o Estado imperial perdeu espaço. A sentença de morte política do projeto saquarema veio com a inviabilidade de sustentação da escravidão, a Monarquia agonizou, a escravidão acabou, a Monarquia também.

Mattos estando certo e, novamente, isso interessa pouco diante do que se descortina a partir daí, o Estado não existia para além ou aquém das forças socioeconômicas, entretanto, era condicionado por elas. Desde um movimento deliberado por sua construção, até um movimento deliberado por sua destituição, sucediam mudanças sociais e econômicas e, conseqüentemente, a estrutura política mudava a sua conformação. Os pares que se formam aqui não articulam disjunção, mas associação: Estado/sociedade, Monarquia/escravidão. O Estado imperial foi construído alicerçado na força social da classe senhorial organizada em torno dos Saquaremas, essa organização só foi possível mediante a vinculação da Monarquia à escravidão, isso porque os Saquaremas construíram a ideia de serem eles os únicos capazes de manterem os monopólios da terra e da mão de obra. Ampliamos o argumento: mais do que forças socioeconômicas (os Saquaremas certamente não eram a única força, nesse sentido, existente até a década de 1860), é a articulação de um discurso que conformou o Estado imperial. Cabe, ainda, questionar a

natureza desse Estado e as concepções que permearam esse duplo processo analisado por Mattos, a construção do Estado imperial e formação da classe senhorial.

A “Ordem” se impõe como um problema para Mattos e para Carvalho. A ordem que é construída para este último é a ordem política, já a ordem que precisa ser mantida pelo primeiro é a ordem social. Nessas distintas narrativas, o protagonismo, seja da elite política, seja dos Saquaremas, é colocado em questão diante do problema da escravidão e dos caminhos que levaram ao seu fim. Ambos associam o fim da Monarquia a dois processos – a mudança do grupo social que de fato governava o Império e, principalmente, ao fim da escravidão. De todo modo, as obras são inconfundíveis, e, talvez, em alguma medida, inconciliáveis. Permitiram, cada qual à sua maneira, a ampliação e o aprofundamento do debate acerca do Estado e da sociedade que vigoraram em meados do século XIX brasileiro, porém, apresentavam percursos e naturezas distintas para o Estado monárquico, no seu processo de construção e de desconstrução.

Prosseguiremos em nossa análise colocando em debate o problema do Estado liberal em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*, em seguida, refletiremos sobre o debate atinente à impropriedade das ideias liberais no Brasil do século XIX, para, por fim, pensarmos em que termos o debate tangente ao Estado nos Oitocentos despertam questões acerca da democracia e dos liberalismos que ainda nos são caras.

3.1 O problema do Estado Liberal em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*

O Estado em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* surge como instância marcada pela continuidade, o que aponta para sua consolidação a partir de três características substanciais: Monarquia representativa; centralização política; governo civil estável. É importante avaliar tais características, pois são frutos de escolhas, isto é, havia alternativas. Vale pensarmos no caminho que, dentro da argumentação de Carvalho, explica porque tais escolhas foram feitas e assim entender como esse Estado carrega aspectos de continuidade. A base dessa empreitada está na tese da homogeneidade ideológica da elite política brasileira.

Quando, em fins do século XVIII, ocorreu, em Portugal, a Viradeira, isso após a morte de Dom José I e o afastamento de Pombal, a ênfase nas ciências naturais perdeu espaço para a volta do direito. foi nesse contexto que a maior parte dos políticos brasileiros da primeira metade do século XIX estudou em Coimbra, já que a Coroa portuguesa não consentia o

estabelecimento de instituições de ensino superior nas colônias³⁶⁷. Essa centralização da educação em Coimbra teve impacto unificador no sentido de impedir a profusão de ideias que os governos da época consideravam perigosas³⁶⁸. Mesmo com as criações dos cursos de direito em Olinda e São Paulo, após a Emancipação, esse caráter unificador não se perdeu, esses cursos foram criados à imagem e semelhança do curso de Coimbra³⁶⁹. Esses cursos de direito estabelecidos no Brasil passavam por regulação direta do governo central, diretores e professores eram nomeados pelo ministro do Império, e o Parlamento é que deveria aprovar os programas e os manuais³⁷⁰. A unidade básica da elite formada na ex-colônia portuguesa possibilitou um destino diferente das ex-colônias espanholas, evitando conflitos mais sérios entre seus membros, resguardando “a integração do país e a estabilidade do governo central”³⁷¹. O destaque relevante para retomar a estas informações já outrora mencionadas está na constatação de que, para Carvalho, aconteceu “o processo de geração mútua entre Estado e elite”³⁷², e disso resultou a configuração da natureza e da prática do Estado imperial enquanto Monarquia centralizada, particularmente por conta da transposição de dirigentes sucedida na antiga metrópole para o Brasil. O Estado foi, portanto, construtor e construção da elite política. Vemos, aqui, um movimento reflexivo distinto de Mattos em *O Tempo Saquarema*, posto que este relacionou o surgimento do Estado imperial a elementos de continuidade mais associados à manutenção da estrutura colonial da sociedade.

Assunto importante quando tratamos do Estado imperial em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* é a estabilidade do sistema. A estabilidade do Estado monárquico deveu-se ao papel exercido pelos magistrados, eles mantiveram a Monarquia e evitaram o caos político, foram colocados como um dos suportes da Monarquia e da ordem³⁷³. Segundo o Senador Cruz Jobim, caso não tivessem predominado, teríamos caído nas mesmas desgraças que a América Espanhola³⁷⁴. Outra razão da estabilidade foi a exclusão do poder dos elementos que não pertenciam à camada dirigente, ou melhor, mantendo-os sem acesso aos bens públicos, inclusive à justiça³⁷⁵. Essa situação impôs sérias restrições à extensão da cidadania, “o governo se afirmava pelo reconhecimento dos limites do poder do Estado”³⁷⁶. O Estado não conseguia,

³⁶⁷ CARVALHO, 2003, p. 69.

³⁶⁸ Ibidem, p. 72.

³⁶⁹ Ibidem, p. 76.

³⁷⁰ Ibidem, p. 83.

³⁷¹ Ibidem, p. 235.

³⁷² Ibidem, p. 249.

³⁷³ Ibidem, p. 180.

³⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 03 de agosto de 1855 apud CARVALHO, opus citatum, p. 180.

³⁷⁵ CARVALHO, opus citatum, p. 159.

³⁷⁶ Ibidem.

ou não tinha interesse em expandir o alcance dos bens públicos, era por meio das nomeações feitas pelo governo que a limitação desse alcance tanto favorecia a este mesmo governo e configurava certa estabilidade ao sistema³⁷⁷. Apesar da reconhecida estabilidade do sistema político imperial, houve grande instabilidade de governos³⁷⁸, haja vista o cenário de disputas e composições dos partidos que predominavam na cena política, o Conservador e o Liberal – o primeiro era resultado de uma coalizão entre burocratas e donos de terras das regiões agroexportadoras de Pernambuco, Bahia e, principalmente, Rio de Janeiro³⁷⁹; o Liberal era composto por profissionais liberais e donos de terras de regiões agrícolas voltadas inicialmente para o mercado interno, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul³⁸⁰. Interessante que o elemento que assegurava a estabilidade do sistema político, a burocracia (e mais especificamente a magistratura), não eram representativos da sociedade, não representavam a nação³⁸¹, e os elementos que davam (ou deveriam dar) movimento ao cenário político imperial, no caso os partidos, é que provocavam a instabilidade no governo. Justamente, os partidos como composições sociais, como manifestação de interesses de classe ou segmentos de classe, provocavam, conforme Carvalho, a instabilidade do sistema. Em contraposição aos magistrados que não representavam os interesses de classe ou segmentos de classe, sem embargo, garantiam a estabilidade do sistema político imperial. Vale considerarmos que, na visão de Mattos, esta estabilidade associa-se à vitória do projeto saquarema sobre os Luzias, relaciona-se ao triunfo do governo do Estado sobre o governo da Casa, o triunfo da Autoridade sobre a Liberdade, processo a propiciar a conformação de um Estado centralizado.

A predominância da burocracia estatal na política imperial é outro aspecto a possibilitar a compreensão do entendimento de Carvalho sobre o Estado. Na análise dos partidos, o autor confirma que os magistrados foram os principais construtores do Estado³⁸². O Estado agia por meio da burocracia que treinava para administrar e governar. Esse predomínio do Estado no governo demonstrava certa debilidade das classes, e fazia também com que esse mesmo Estado se incumbisse de forjar a nação³⁸³. A fusão entre os altos escalões da burocracia com a elite política redobrava o peso do Estado, dado que “era ele próprio que se representava perante a si mesmo”³⁸⁴. Uma burocracia que não se estabelecia por critérios técnicos e mérito,

³⁷⁷ CARVALHO, 2003, p. 158

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 210.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 211; 408.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 212; 408.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 111-112; 231; 236; 421.

³⁸² *Ibidem*, p. 225.

³⁸³ *Ibidem*, p. 229.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 230.

era formada a partir de nomeações e promoções conduzidas por apadrinhamento e não competência³⁸⁵, isso tornava os círculos e as possibilidades de acesso à burocracia mais restritos e menos racionais. O Estado surgia como palco de interesses pessoais desde círculos restritos de poder, havendo uma tendência à perpetuação de pessoas e interesses.

O Estado não alcançava as localidades, e por não chegar à periferia, como resultado, via-se forçado a fazer compromissos com os poderes locais. A sua incapacidade de controle o levava a recorrer ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos em troca de confirmação ou concessão de privilégios através da Guarda Nacional³⁸⁶. Outra demonstração de como esse Estado não alcançava as localidades foi a incapacidade de aplicação da Lei de Terras, isso porque fazê-lo demandava recursos humanos e alto custo, visto que a burocracia central não conseguia atuar no nível local³⁸⁷. De fato, o êxito na implementação das medidas de regulamentação das terras dependia do aumento da capacidade reguladora e extrativista do Estado³⁸⁸, já que esta capacidade se mostrava bem restrita³⁸⁹. Contudo, esse processo de ampliação das capacidades de regulamentação de extração estava sujeito à adesão dos proprietários de terras locais, e o Estado, tal qual o governo central, revelava-se incapaz de aprovar ou implementar medidas que fossem contrárias aos interesses dos proprietários³⁹⁰. Essa inacessibilidade às localidades deixa clara, talvez, a maior dificuldade do Estado monárquico, a de se afirmar para além da Corte. A explicação que vemos em *O Tempo Saquarema* para essa inacessibilidade às localidades é colocado por Mattos como o de resistência do governo da Casa ao governo do Estado.

A burocracia imperial distribuía-se em níveis de poder central, provincial e local, acompanhando a própria estrutura do Estado. No entanto, desde as reformas de 1840-1841, houve exagerada centralização política e administrativa, a ponto de o Visconde de Uruguai dizer que a administração imperial possuía cabeças enormes, mas quase não tinha braços e pernas³⁹¹. Essa macrocefalia variava de acordo com as tarefas, para recolher impostos o governo tinha braços, porém, para distribuir educação e justiça, não³⁹². A macrocefalia denunciada por Uruguai é válida nas tarefas ligadas ao desenvolvimento social, promoção da educação e saúde, desenvolvimento econômico e até obras públicas – a atuação do governo central limitava-se às

³⁸⁵ CARVALHO, 2003, p. 159.

³⁸⁶ Ibidem, p. 158.

³⁸⁷ Ibidem, p. 346.

³⁸⁸ Ibidem, p. 348.

³⁸⁹ Ibidem, p. 286.

³⁹⁰ Ibidem, p. 350.

³⁹¹ URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960, p 119; 133 apud CARVALHO, opus citatum, p. 152.

³⁹² CARVALHO, opus citatum, p. 152.

capitais das províncias, os únicos agentes do governo no nível local eram os párocos, cujo empenho voltava-se aos registros de nascimentos, casamentos e óbitos, papel mais relevante na área político-eleitoral que administrativa. Durante o processo de construção do Estado, que se estendeu até 1850, período identificado por Carvalho como o de acumulação primitiva de poder, nele, houve a predominância das atividades de controle e regulamentação que se reproduziram nas províncias³⁹³.

[...] A concentração política e administrativa, acompanhada da concentração de funcionários, fazia com que se acentuasse a visibilidade do Estado no Brasil [...]. No entanto, a concentração era produto da própria incapacidade do Estado brasileiro de estender sua ação até a periferia do sistema. [...] ³⁹⁴

E foi por não conseguir chegar até a periferia que o governo se viu forçado a fazer compromissos com os poderes locais³⁹⁵. Com a crise regencial solucionada, a Coroa passou a ter legitimidade e o Poder Moderador aceito, todavia, com o passar do tempo, esse pacto, aos poucos, ficou esquecido, a ponto de se “acreditar no peso político quase exclusivo da Coroa”³⁹⁶, as acusações faziam entender que o rei tinha todo o poder para realizar a sua vontade. Carvalho vai além:

A enorme visibilidade do poder era em parte devido à própria Monarquia com suas pompas, seus rituais, com o carisma da figura real. Mas era também fruto da centralização política do Estado [...] Mas como mostrou o Visconde do Uruguai, esse poder era em boa parte ilusório. A burocracia do Estado era macrocefálica: tinha cabeça grande, mas braços muito curtos. Agigantava-se na Corte, mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias. Todos viam a cabeça luzindo o alto e não atentavam para a atrofia dos braços. Daí a observação de Uruguai de que, apesar de suas limitações no que se referia a formulação e execução de políticas, o governo passava a imagem de todo poderoso, era visto como o responsável por todo o bem e todo mal do Império.³⁹⁷

Era um jogo de projeções, articulado, a princípio, para aplacar as revoltas que até a década de 1840 ameaçavam, não só a unidade territorial, como também a ordem social; era um jogo que precisou ampliar a projeção do poder da Coroa e do governo central para salvaguardar a estabilidade política, consolidar o Estado. Era um jogo de sombras gerado pelo pacto que, a

³⁹³ CARVALHO, 2003, p. 154.

³⁹⁴ Ibidem, p. 156.

³⁹⁵ Ibidem, p. 158.

³⁹⁶ Ibidem, p. 418.

³⁹⁷ Ibidem.

um só passo, legitimou o Poder Moderador e consolidou o Estado após as crises regenciais. Não um jogo, e sim um teatro – um teatro de sombras que tornava o poder central e o próprio Estado macrocéfalo. O governo era sombra do fator que então assegurava a ordem estabelecida e garantia as rendas do Estado, o governo era sombra da escravidão e, ao final, acabou a escravidão virando sombra do governo, sombra do próprio sistema, igualmente, os políticos eram sombra do poder imperial³⁹⁸.

A explicação para esse processo de construção da macrocefalia do Estado imperial é colocada por Carvalho quando considera a formação do Estado moderno europeu, uma vez que esse intercurso demandou concentração de poder nas mãos dos monarcas. Não obstante, onde ocorreu com maior força e capacidade de organização das classes, o governo parlamentar representativo estabeleceu-se³⁹⁹. Entretanto, onde essas capacidades eram menores, o poder da burocracia se fez sentir com mais peso e deu melhores condições para a concentração do poder nas mãos dos reis. Carvalho enfatiza que, quanto a proporção do êxito e da nitidez da Revolução Burguesa, menor o peso do Estado como regulador da vida social e, assim, o funcionalismo tem peso político menor, enquanto a representação política é maior⁴⁰⁰. Se a regulamentação da vida social carecia da ação do Estado imperial, seu alcance, como já foi dito, era muito limitado. Por exemplo, o êxito em implementar as medidas de regulamentação das terras dependia do aumento da capacidade de regular e recolher impostos do Estado. No entanto, houve resistência desde o processo de aprovação da lei, e muito mais na sua execução, mostrando não só a incapacidade do governo central, mas também mostrou que as limitações do poder dos cafeicultores do Rio de Janeiro sobre o Estado eram insuficientes⁴⁰¹. A farsa da força do Estado era desmascarada quando os braços deveriam, nesse teatro de sombras, ter a mesma proporção que a cabeça, a distância entre querer fazer e poder fazer se ampliava quando o *script* do governo central não era compreendido ou bem aceito pela plateia dos proprietários de terras e escravos.

O Estado, portanto, para Carvalho, foi construtor e construção da elite política. Uma elite política confundida com a burocracia, encabeçada pelos magistrados. Estes não representavam os interesses de classe ou de segmento de classe, apesar disso (e por isso) afiançavam a estabilidade do sistema monárquico, enquanto os Partidos, sendo representantes desses interesses, geravam a instabilidade do sistema. Nessa conjunção, o Estado tornou-se

³⁹⁸ CARVALHO, 2003, p. 420.

³⁹⁹ Ibidem, p. 27.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 28.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 348.

palco dos interesses pessoais, e havia a tendência à perpetuação de pessoas e determinados interesses no poder. A maior limitação do Estado era a inacessibilidade às localidades, não conseguia afirmar-se além da Corte.

Este Estado era macrocéfalo, com grande capacidade de pretensão e pouca capacidade de ação. Isso ocorria tendo em vista sua grande concentração política, administrativa e de funcionários, contudo, tais concentrações eram fruto de uma incapacidade de atingir às regiões e municípios mais distantes do Império. O Estado parecia ter um grande poder, essa projeção do seu poder foi elementar para aplacar as revoltas que ameaçaram a unidade territorial e a ordem social. Era um “teatro de sombras” que fazia este Estado ter tamanho poder – no palco, o protagonista era o Estado monárquico com o esplendor de sua cabeça gigante, intimidador, onipotente, mas, mesmo agigantado seus braços, eram desproporcionalmente pequenos; a luz que dava forma e tornava maior ao protagonista através, era manuseada pela burocracia; o elemento manuseado para projetar o ser macrocéfalo era a escravidão, com toda a riqueza e capital social gerado por ela. O governo central era sombra da escravidão, e após anos de espetáculo montado, a sombra se pensou com vida própria. Ao final as demandas sociais por estabilidade política que viabilizaram selar o pacto monárquico e legitimar o Poder Moderador, pareciam mais reivindicações por estabilidade social, tencionando a manutenção da escravidão.

O rompimento do citado pacto se deu com o passar dos anos da estabilidade política, as ameaças que décadas antes geravam instabilidade e riscos à ordem social não eram mais palpáveis, ao mesmo tempo, o Estado Monárquico não se deu conta de que seu poder (ou a projeção dele) era fruto da escravidão. As cortinas do teatro de sombras fecharam-se de vez com o fim da escravidão – não havia outro recurso tão válido para manusear a ponto de tornar-se o poder do Estado maior do que o que ele realmente tinha. Enfim, o problema do Estado, em consonância com Carvalho, estava na desproporção entre suas pretensões e sua capacidade para executá-las, essa limitação em sua capacidade relacionava-se à sua falta de base social, e a instância política central distanciava-se das forças sociais que, no fundo, davam sentido à sua existência. O problema do Estado estava no preço da sua estabilidade – a falta de representatividade social.

Já a construção do Estado imperial como um fenômeno atrelado ao da conformação da classe senhorial é o foco da análise de Mattos. Os caminhos e entraves de seu processo de constituição dão sentido não somente ao perfil deste Estado, também à sua classe dirigente. É sobre esse *Tempo* no qual a ação de uma classe dirigente concretizou a vitória de um projeto político no esforço de construção e consolidação de um projeto político confundido com a

construção e consolidação do próprio Estado imperial, é sobre esse *Tempo* que Mattos se debruça. Porém, não é um ‘tempo’ qualquer, é o *Tempo Saquarema*, momento em que a ação deliberada de um grupo político se manifesta para defender e propagar a centralização política, através de um discurso em que os interesses gerais devem se sobrepor aos interesses particulares. Mas o *tempo é saquarema*, logo, os interesses presunçosamente gerais, não são tão gerais assim. O que explica, em boa medida, as limitações à capacidade de ação do Estado, e em como seu projeto de poder parecia sempre inconcluso como uma “teia de Penélope”. Dessa forma, analisaremos o problema do Estado em Mattos atentando à sua construção, consolidação e suas limitações.

O Estado imperial surgiu a partir da extensão da estrutura social e econômica herdada da colonização, uma estrutura centrada no sentido do monopólio. Foi o elemento que uniu as duas faces da moeda colonial – termo usado por Mattos para referir-se às condições que ligavam a colônia à metrópole, o Brasil a Portugal. No lado da “cara” ou face metropolitana, apresentava-se o Reino ou Estado Moderno; do outro lado, estava a “coroa” ou face colonial. O monopólio exercido pelo lado metropolitano era o do exclusivismo comercial, já o monopólio do lado colonial era o exercido sobre a terra e a mão de obra, os monopólios de cada lado da moeda sustentavam a vigência do sistema⁴⁰². Similarmente ao monopólio comercial, que deu base econômica para o Estado Moderno, o monopólio sobre a terra e a mão de obra foi alicerce social para o Estado imperial. Como vimos, Carvalho conduz sua investigação de modo a considerar o Estado como fruto da ação resoluta da elite política, indicando uma aproximação entre os dois autores, pois, sendo tal elite política formada em Coimbra, sob a direção de um Estado que dependia também das estruturas coloniais para se manter, é possível inferir ser a elite política analisada por Carvalho também interessada em conservar os monopólios da terra e da mão de obra, até porque, na averiguação de Carvalho, a decisão pela manutenção da escravidão no período da Emancipação e da Consolidação do Estado imperial resultou, justamente, do interesse em salvaguardar a unidade territorial. Essa é uma das diferenças de abordagem feita entre Carvalho e Mattos – no primeiro, a escravidão foi mantida pela elite política para assegurar a integridade do Império; no segundo, a unidade territorial foi garantida para se manter a escravidão. O fato é que em ambos a escravidão e a unidade territorial relacionavam-se no processo de formação do Estado.

O Estado se forjou, de acordo com Mattos, na cidade do Rio de Janeiro, com a chegada da Corte portuguesa, no início do século XIX, onde e quando, pouco a pouco, houve a fusão

⁴⁰² MATTOS, 2011, p. 32.

dos antigos agentes do monopólio em ambas as faces da moeda colonial. Interesses mercantis, financeiros e burocráticos se expandiram desde a chegada da Corte, inclusive os interesses dos plantadores escravistas. Diante das pressões recolonizadoras oriundas da Revolução do Porto, os privilégios adquiridos com o estabelecimento da Corte foram ameaçados, a questão do Estado ergueu-se como meio de garantir os citados interesses⁴⁰³. Foi a Coroa, compreendida por Mattos pelo conjunto de forças políticas dirigentes do Império centradas no entorno do Imperador, que afiançou a restauração da moeda colonial. O processo de restauração da moeda colonial foi o de consolidação do Estado⁴⁰⁴. A Coroa demonstrava-se como condicionadora dessa restauração e da expansão dos monopólios que fundavam a classe senhorial, em razão disso, a garantia da unidade do Império e sua organização enquanto Estado organizava-se na garantia de uma continuidade. A unidade e a continuidade deram contornos à ligação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial⁴⁰⁵. Desse modo, a continuidade da estrutura colonial da sociedade foi o fator que condicionou a unidade territorial com a construção do Estado centralizado, mas, se foi uma estrutura colonial que se pretendeu manter, o sentido da colonização, em seu caráter mercantilista para a consolidação do Estado Moderno, permaneceu sob outros aspectos, transmutando-se em prol da construção do Estado monárquico a partir da Emancipação, tratava-se de um corpo político que se formou para atender, ainda, aos interesses de um limitado grupo de colonos e aos interesses dos colonizadores, posto esse agora ocupado pelas nações civilizadas.

O conceito de Estado operado por Mattos é o que o elucubra, primeiramente, o *locus* dos dirigentes saquaremas, isto é, “dos que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral”⁴⁰⁶. O esforço duplo sobre o qual se dedica o autor, ou seja, a constituição do Estado imperial e a conformação da classe senhorial, é articulado mediante a definição de dirigentes saquaremas. Podemos asseverar que diz respeito a um Estado que deve ser dirigido pela flor da sociedade, por aqueles movidos por um sentimento aristocrático capaz de realçar distinções e hierarquias na sociedade⁴⁰⁷. Este sentimento aristocrático sintetizava a visão da política e da sociedade no contexto da Maioridade, um sentimento erigido com base em um “fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do

⁴⁰³ MATTOS, 2011, p. 67.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 103.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 103.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 15.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 125.

processo de Emancipação política não objetivavam alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade”⁴⁰⁸, e movidos por tal sentimento

[...] No momento em que se propunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levaram a cabo o seu próprio forjar como classe, transbordando da organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis a sua ação de classe dirigente e dominante.⁴⁰⁹

A classe senhorial se forjava no correr do processo de construção do Estado, buscava dar à Província do Rio de Janeiro relevo no quadro político nacional, com plantadores escravistas, comerciantes e setores burocráticos empenhados na restauração da moeda colonial. Dito de outra forma, o Estado imperial formou-se enquanto força socioeconômica concentrada na Província do Rio de Janeiro, articulavam-se em força política com a intensão de restabelecer relações coloniais com as nações europeias, sobretudo a Inglaterra – foi o anseio por reinserir o Brasil no cenário econômico mundial que mobilizou tanto a construção do Estado imperial quanto a conformação da classe senhorial. Há, em Mattos, um movimento para inserir o processo de edificação do Estado em um plano mais geral, que o incluía no percurso de desenvolvimento do capitalismo, um exercício que não vemos em Carvalho.

A consolidação do Estado efetivou-se por meio da ação dos Saquaremas. Ao efetuarem essa consolidação, também se firmavam como Autoridade sob o Governo do Estado, impondo a vitória de um projeto político que se mostrou fundamental para o Governo da Casa, assegurando aos monopólios a distinção da classe senhorial⁴¹⁰. Quanto ao mundo do governo, composto pela “boa sociedade”, competia ordenar o conjunto da sociedade, dividia-se entre governar a Casa e governar o Estado. Ao governo do Estado incumbia coibir as exagerações daqueles que governavam a Casa, garantindo a continuidade dos monopólios que criavam a classe, os monopólios da terra e da mão de obra⁴¹¹. Ao governo do Estado concernia, portanto, ações de controle para conseguir impor-se ao governo da Casa, cabendo-lhe, também, ações no viés de sustentar a manutenção da ordem social que performava o Mundo do Governo como um todo. Sob contornos distintos, havia o relativo consenso existente na elite política/classe dirigente a respeito da importância de um projeto de Estado centralizado, essa articulação trespassa as obras de Mattos e de Carvalho.

⁴⁰⁸ MATTOS, 2011, p. 126.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 69.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 169.

⁴¹¹ Ibidem, p. 133.

A vitória do projeto político dos Saquaremas levou às noções de Ordem e Civilização a serem atreladas à Monarquia e ao governo do Estado⁴¹². Este governo era encarregado de empenhar-se pela restauração da moeda colonial⁴¹³, um esforço para inserir o Brasil no panorama econômico mundial, todavia, com tendência a favorecer à região de agricultura mercantil-escravista. Na arguição de Mattos, a restauração da moeda colonial trazia aos dirigentes saquaremas a necessidade de resolver o problema da mão de obra, não só pela defensividade imposta pelas pressões inglesas pelo fim do tráfico intercontinental de escravos, contudo, pelo anseio de o Estado imperial controlar, a qualquer preço, este mercado, numa tentativa de internalização do tráfico de escravos⁴¹⁴.

Entramos, então, na esfera do alcance desse Estado em consolidação. Governar o Estado consistia em coibir as exagerações dos que governavam a Casa, esse era o caminho para endossar a manutenção dos monopólios fundadores da classe senhorial⁴¹⁵. Com o Estado consolidado, o projeto saquarema estabeleceu-se quando os liberais perceberam que, para estar no governo da Casa, precisavam estar no governo do Estado, pois a Liberdade da Casa carecia da Autoridade do Estado para continuar existindo. O projeto liberal era o de submeter o governo do Estado ao governo da Casa, por isso não conseguiam estar no governo do Estado, e quando estavam, viam-se submetidos à cartilha saquarema da autoridade se impondo à liberdade em nome da manutenção de uma ordem⁴¹⁶.

Em defesa dessa autoridade, o Visconde de Uruguai fazia a diferenciação entre dois tipos de centralização, a política, ou governamental, e a administrativa, sendo que “a primeira consistia em concentrar em um mesmo lugar ou na mesma mão o poder de dirigir os interesses que são comuns a todas as partes da Nação; a última em concentrar o poder de dirigir os interesses particulares de cada parte da Nação”⁴¹⁷. Para Uruguai, a Administração deveria estar submetida ao Governo (ao Poder Executivo), ele depreendia que o Imperador deveria reinar, governar e administrar⁴¹⁸. Para a efetivação dessa autoridade centralizadora, os entraves surgiam com a postura defensiva relativa às investidas britânicas para assegurar o mais importante monopólio a fundar a classe, o monopólio da mão de obra. Obstáculos surgiam também diante da necessidade de ampliar recursos financeiros⁴¹⁹, e quando os interesses da

⁴¹² MATTOS, 2011, p. 153.

⁴¹³ Ibidem, p. 233.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 246.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 133.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 169.

⁴¹⁷ URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 1862. Tomo II, p. 164-172 apud MATTOS, opus citatum, p. 209.

⁴¹⁸ MATTOS, opus citatum, p. 211.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 212.

agricultura mercantil-escravista se fixavam sobre as demais regiões, demarcando também uma hierarquia no interior da classe senhorial⁴²⁰. Essa hierarquia ficava exposta defronte ao território extenso e da população dispersa e, mais ainda, com a escassez de recursos financeiros, posto que a ação dos agentes da ordem e da centralização notavam-se limitados, e abria-se espaço para a ascendência do poder da Casa sobre o do Estado⁴²¹. Mattos cita alguns estudos que trataram do aspecto patrimonialista do Estado imperial, já que não havia distinção clara entre o público e o privado⁴²², e considera que os interesses particulares refratavam o Estado, adentrando as instituições, tornando-as instáveis por estarem submetidas à mudanças de Ministérios e de administradores, o que tornava o processo de centralização, de imposição de uma ordem e da autoridade monárquica sempre incompleto, como uma “verdadeira teia de Penélope”⁴²³. Sendo assim, o maior obstáculo às ações do Estado eram os interesses particulares estabelecendo-se, deformando os interesses gerais – essa tensão entre o público e o privado não deixava de ser expressão das próprias tensões inerentes à formação da classe senhorial⁴²⁴. A limitação do Estado, o restrito alcance dos seus braços, aparece também em Mattos, a dificuldade de as forças estatais atingirem o vasto território com a uma população dispersa.

Um caminho significativo para o governo do Estado dirigir o governo da Casa era mediante a instrução, através dela era possível construir elo entre o Estado e a Casa, engendrando a unidade do Império. A importância dada a essa matéria expressava, também, como essa relação precisava ser resgatada⁴²⁵. A instrução era o caminho para a unidade e para a nacionalidade, levaria o espírito de associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa⁴²⁶. A instrução era o palco em que as limitações à capacidade do Estado ficavam bem evidentes na explanação de Mattos. A instrução era fulcral à expansão do projeto saquarema para todo Império, esse alargamento só seria possível por intermédio da aproximação efetiva entre Estado e Casa. Entretanto, mesmo com muitos esforços, os resultados não foram animadores – eram poucas as escolas, faltavam prédios, as instalações eram ruins,

⁴²⁰ MATTOS, 2011.

⁴²¹ Ibidem, p. 218.

⁴²² Alguns estudos como o de Maria Sylvia Franco Carvalho e Fernando Uricochea consideram tais aspectos ao tratar do caráter patrimonialista do Estado imperial, já que não havia distinção clara entre o que seria público e o que seria privado. Mas isso se evidencia quando o recrutamento dos agentes públicos se dava não por critérios de competência, mas muito mais por laços de parentesco. Num processo que impede a despersonalização das funções, e por isso mesmo era um obstáculo à burocratização de um Estado que aspirava estar ao lado de nações civilizadas. (Ibidem, p. 218-219)

⁴²³ URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 1862, Tomo I. p. 22 apud MATTOS, opus citatum, p. 221.

⁴²⁴ MATTOS, opus citatum, p. 222.

⁴²⁵ Ibidem, p. 271.

⁴²⁶ Ibidem, p. 272; 278.

faltavam professores, e, o mais grave, a frequência era muito baixa. Tudo isso dificultava a extensão do projeto saquarema, visto que o governo do Estado se defrontava com o governo da Casa, uma vez que não conseguia romper com o monopólio dos pais sobre suas famílias. O governo da Casa reagia à penetração crescente do governo do Estado, tendo em conta que este insistia em afirmar e reafirmar uma centralização. Os limites da capacidade de ação do Estado mostravam as próprias barreiras da centralização imperial⁴²⁷.

O Estado imperial foi construído a partir de traços de continuidade e de ruptura. Sua edificação ligava-se à necessidade de manutenção dos monopólios sobre a terra, a mão de obra e pela permanência da estrutura colonial da sociedade, patrocinando os interesses dos plantadores escravistas. Os traços de ruptura da construção desse Estado relacionam-se ao fenômeno da transmigração da Corte portuguesa, que levou à fusão dos antigos agentes do monopólio de ambas as faces da moeda colonial e, desse ajuntamento, plantadores escravistas aperceberam-se como classe senhorial. Sem embargo, embora esses traços de ruptura fossem marcados por permanências, pois o aspecto primordial que aproxima os plantadores escravistas da classe senhorial era a dependência da manutenção da escravidão. A consolidação do Estado se deu através da ação dos Saquaremas, submetendo o governo da Casa ao governo do Estado. Era a consolidação não só de uma estrutura política, mas de um projeto político centralizador. Governar o Estado implicava em conter as exagerações da Casa para assegurar a unidade territorial e a continuidade dos monopólios que fundavam a classe senhorial. A Autoridade como bandeira dos Saquaremas deveria se impor à Liberdade como bandeira dos Luzias. No entanto, esse processo de consolidação esbarrou em limitações à capacidade de ação do Estado, como: as investidas britânicas pelo fim do tráfico intercontinental de escravos e a necessidade da classe senhorial em manter a escravidão; os interesses da região cafeeira do entorno do Vale do Paraíba se sobrepondo aos interesses das demais regiões; as dificuldades financeiras que impediam a efetivação da ação do Estado monárquico sobre um extenso território com população dispersa, fazendo o Estado ceder ao poder da Casa e, conseqüentemente, levando aos interesses particulares próprios da Casa a adentrar as instituições, conferindo-lhes instabilidade e comprometendo os interesses gerais; na instrução, esse entrave do governo do Estado sobre o governo da Casa ficava óbvio pela falta de recursos financeiros de um lado e pela baixa frequência de outro.

O problema do Estado, para Mattos, abria-se em duas frentes. A primeira ajustava-se no fato de seu traço de continuidade em relação à manutenção da estrutura colonial da

⁴²⁷ MATTOS, 2011, p. 285-286.

sociedade, como em sua dependência às nações europeias. Havia, ainda, o problema do Estado em sua limitada capacidade de ação, num projeto de centralização apoiado na disseminação de uma Ordem e de uma Civilização, porém, que não se concluía, não se efetivava. O que leva ao questionamento se realmente houve uma vitória do projeto saquarema, ou se foi uma vitória relativa, por ser circunscrita a uma parte do território nacional, ou se pode ser vista uma vitória parcial, pela consagração da unidade territorial.

Em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e O Tempo Saquarema*, aspectos de ruptura e de continuidade dão o tom ao percurso de formação do Estado imperial. O principal elemento de ruptura para Carvalho foi a transposição de dirigentes formados em Coimbra para a América Portuguesa, por seu turno, Mattos pondera que a transmigração da Corte portuguesa aparece como fator de rompimento. Interessante notarmos que, mesmo ao considerarem esses fenômenos, seja o da transposição, seja o da transmigração, as mudanças que estes movimentos instituíram traziam, em sua natureza, a continuidade – a continuidade de uma elite política formada nos parâmetros centralizadores do Estado português; a continuidade que marca a chegada da Corte e fez os antigos colonizadores mesclarem-se aos colonos e darem origem à classe dirigente. Vemos outro traço de continuidade na correlação unidade territorial/escravidão, que aparece também como fundamento à formação do Estado imperial, com as prioridades invertidas – em Carvalho, a escravidão foi mantida para sustentar a unidade territorial; em Mattos, a unidade territorial foi conservada para perpetuar a escravidão.

O problema do Estado, para ambos os autores, consistia em sua consolidação no Império estar ligada à manutenção da escravidão – fator que, desde antes de meados do século XIX, estava fadado ao desaparecimento –, a incerteza quanto ao seu futuro tornava, também, incertas as bases socioeconômicas do Estado monárquico. Capitalmente, porque as limitações do alcance desse Estado eram consideráveis, com restrições de acesso às localidades, oportunizando a proeminência dos interesses locais na maior parte do território nacional. Diante da iminência do escravismo, os percalços para o alcance do poder do Estado poderiam se agravar. As tão citadas limitações e os percalços de um Estado versados por Carvalho e por Mattos, consolidados nas proximidades da metade dos Oitocentos, fazem questionar a qualidade efetiva dessa consolidação. É possível que essa consolidação fosse real a partir da perspectiva dos atores sociais que são tema e objeto de análise por Carvalho e por Mattos. Sob o ponto de vista da elite política e dos Saquaremas – aqui, ressaltamos, elite política e Saquaremas são inconfundíveis, a elite política analisada por Carvalho diz respeito aos deputado gerais, senadores, ministros e conselheiros, enquanto os Saquaremas estudados por Mattos tem a ver com os conservadores fluminenses – o Estado monárquico estava consolidado,

a centralização política colocada, todavia, dadas as barreiras que esse Estado encontrava para se afirmar sobre as mais diversas e distantes localidades, esta consolidação é questionável. Talvez a macrocefalia do Estado tão tratada por Carvalho, no entanto, cuja argumentação que a justifica também encontramos em Mattos, quiçá, essa macrocefalia denunciada pelo Visconde de Uruguai seja não só o problema do Estado imperial, mas também da análise de Carvalho e de Mattos. A Corte, com sua elite política e seus Saquaremas são tomados como o todo do Império, isto é, a história do Brasil está sendo contada desde o Rio de Janeiro, num movimento reflexivo, que não sabemos ser da elite política e dos Saquaremas, ou de Carvalho e de Mattos.

Trata-se de um Estado consolidado, monárquico, representativo, sustentado por uma Constituição. Um Estado liberal. E talvez essa seja a marca de ruptura mais evidente no Estado imperial, o liberalismo não serviu unicamente de base para a Emancipação, adequou-se, também, como base ideológica à composição política de um Império que vingou por quase 70 anos. Nesse ínterim, esse traço de ruptura esbarrava no maior traço de continuidade do Estado monárquico, a escravidão, convertendo em frágeis as suas bases ideológicas, dependentes da manutenção da estrutura colonial da sociedade, uma estrutura que configurava, inclusive, a recepção das ideias liberais usadas de base para o Estado. Cabe refletirmos, agora, sobre as noções e ideias que deram forma e ação a esse Estado.

A questão do liberalismo na construção do Estado em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e em Tempo Saquarema*

Quando consideramos a questão da configuração do Estado imperial, seus limites e capacidade de ação, é importante atermo-nos aos modelos e ideias que permearam essa configuração; nesse sentido, a referência às nações europeias e às noções do liberalismo ocupavam lugar privilegiado, tanto em Carvalho, como em Mattos, nos debates e no processo de estabelecimento dos limites/capacidades do Estado. Adentramos, então, nos modelos e referências que atravessam a referida conformação política, disposta para o ordenamento de uma conformação social, pois, no que se refere à recepção das concepções liberais no processo de consolidação do Estado imperial, o papel da escravidão adquire, novamente, relevo.

A elite política, objeto de estudo de Carvalho, a mesma protagonista de *A Construção da Ordem*, traz em si a relevante característica da homogeneidade ideológica fundamental à superação da crise regencial e à centralização política. Tal homogeneidade resultou da herança da formação em Coimbra, onde as ideias iluministas foram ajustadas, tendendo a uma

conservação e fortalecimento do poder estatal⁴²⁸, esse mesmo Iluminismo, em Portugal, acabou levando à limitação da propagação de óticas mais radicais no Brasil⁴²⁹, corroborando, na elite construtora da ordem, uma orientação ideológica liberal mais pragmática⁴³⁰. A sua homogeneidade resultante da socialização e treinamento gerou, entre ela, razoável consenso quanto à defesa do sistema representativo, à manutenção da Monarquia e à necessidade de preservar a escravidão⁴³¹.

Voltamos ao papel da escravidão no intercurso da conformação do Estado monárquico, tanto na configuração de sua natureza quanto na sua capacidade de ação. Esse é um ponto interessante, posto que, na argumentação de Carvalho, a escravidão foi o preço a se pagar pela unidade nacional, não o contrário. A centralização favorecia a manutenção da escravidão, e a continuidade da escravidão beneficiava a centralização⁴³² – quer dizer, o apoio dos proprietários à causa monárquica e à centralização estava interligado à necessidade de assegurar a escravidão, esta foi a moeda de troca da elite política para as vias da estabilidade. Percebamos, também, que a existência de uma economia escravista gerava poucas alternativas ocupacionais⁴³³, fazendo do serviço público a opção de ocupação para os excedentes do latifúndio escravista e para aqueles que nele não puderam entrar⁴³⁴. Portanto, a mesma burocracia, sendo herança portuguesa, misturava-se com a elite política, mantendo e fortalecendo a ordem política, pagando, para isso, o preço de sustentar a ordem escravista, era o caminho, segundo Carvalho, dos excluídos do sistema escravista. Esses excluídos e, por isso pouco apegados à escravidão, regulamentavam e governavam o Estado – construído e consolidado como caminho para a manutenção da escravidão. Atentando aos fatores internos à realidade brasileira, como os mencionados acima, a estabilidade do sistema já carregava em si a tendência a ruir e, acrescida de aspectos externos, agravava-se.

Vemos, dessa maneira, que a formação da elite política é colocada por Carvalho como fruto das limitações impostas pelo escravismo, logo, essa elite, sendo remanescente dele, constatou-se com relativa autonomia acerca dos interesses do latifúndio escravista. Não obstante, essa elite, como construtora de uma ordem política, sabia o quanto a efetivação da estabilidade dessa ordem carecia da manutenção da ordem social, em outras palavras, da manutenção da ordem escravocrata. Essa visão é uma interpretação bem distinta da abordada

⁴²⁸ CARVALHO, 2003, p. 21.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 67.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 86.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 138.

⁴³² *Ibidem*, p. 18-19.

⁴³³ *Ibidem*, p. 95; 113.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 165.

por Mattos, consoante o qual, os Saquaremas, enquanto força política erigida no interior e arredores do Vale do Paraíba, fizeram-se classe dirigente para executar um projeto político de centralização do Estado, que colocava a escravidão como inerente a esse projeto.

De acordo com Carvalho, a partir de 1839, pressões inglesas pelo fim do tráfico aumentaram⁴³⁵, e isso só piorou dez anos depois, ocasião em que havia o consenso, no Conselho Pleno, de o Brasil não ter condições de resistir à Inglaterra⁴³⁶, mesmo em meio a essas pressões, a solidificação do Estado, até antes de meados do século, não estava assegurada. Numa investida carregada de defensiva, o tráfico foi extinto em 1850. Foi proposição e causa do governo, mas foi, mormente, consequência da pressão inglesa. Contudo, os passos seguintes, dentro do que Carvalho chama de Política da Abolição, foram todos protagonizados pelo governo⁴³⁷. No entendimento do autor, a Lei de Terras, bem como na Política da Abolição, a ação do governo central era no sentido de uma economia de mercado, liberando a força de trabalho e a terra, porém, isso não teve apoio de nenhuma classe ou segmento de classe⁴³⁸, a lavoura de exportação se opôs à Abolição em todas as suas etapas⁴³⁹, tais como: Fim do Tráfico (1850), Ventre Livre (1871), Sexagenários (1885), Lei Áurea (1888). Se, em seu tempo, José Bonifácio dizia ser a Abolição suicídio político⁴⁴⁰, e pouca coisa havia mudado no decorrer da segunda metade do século XIX. À proporção que a sociedade de mercado foi sendo adiada, apesar dos esforços do governo e por conta das pressões da agricultura escravista, as bases frágeis do Estado liberal permaneceram⁴⁴¹.

Vale pensarmos, aqui, como, nessa articulação feita por Carvalho, as bases sociais do Estado imperial estavam aquém da sua elite política. Ou a elite política do Estado imperial estava além de suas bases sociais. Difícil inferir. Governo e sociedade destoavam entre si, economia e sociedade distinguiam-se em perspectivas e expectativas no discurso de Carvalho. Os fazendeiros usaram a escravidão enquanto puderam, foram pragmáticos, não renunciaram à escravidão por causa de maior ou menor produtividade⁴⁴² – aliás, Carvalho discorda do argumento liberal de que o trabalho escravo era menos lucrativo, alega não haver base empírica para tal⁴⁴³. Parece, até aqui, ser o governo imperial bom demais para a sociedade sobre o qual

⁴³⁵ CARVALHO, 2003, p. 295.

⁴³⁶ Ibidem, p. 297.

⁴³⁷ Ibidem p. 297; 308.

⁴³⁸ Ibidem, p. 351.

⁴³⁹ Ibidem, p. 321.

⁴⁴⁰ BETHEL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 42; 34 apud CARVALHO, opus citatum, p. 294.

⁴⁴¹ CARVALHO, opus citatum, p. 351.

⁴⁴² Ibidem, p. 319; 321.

⁴⁴³ Ibidem, p. 304.

se assentava: mais ilustrado, mais liberal, mais moderno, um suspiro de civilização em meio à barbárie, uma parte da Europa na América, tão distinto da realidade social que, se, por um lado, devia pouco a ela, por outro, menos ainda poderia entender dela.

De fato, essa elite política – consideremos aqui, novamente, de quem Carvalho trata quando menciona a elite política imperial, diz respeito a senadores, ministros e conselheiros, enfim, do mais alto escalão da cena política do Império – era carregada de inspiração externa, todavia, não era alheia à realidade brasileira. Isto é observável ao longo de toda a narrativa de Carvalho, e fica mais perceptível quando analisa as Atas do Conselho Pleno, tido como “a cabeça do governo”. A referência a países europeus era vista como legítima por todos⁴⁴⁴, o Brasil era entendido como parte da civilização cristã europeia e deveria estar conformado aos padrões europeus, essa noção de civilização incluía: ideal de riqueza, desenvolvimento industrial, governo representativo, liberdades públicas e administração eficiente⁴⁴⁵. Até aí havia relativo consenso, as divergências relacionavam-se à aplicação desse modelo de civilização. Em termos de idealização, a mística do liberalismo europeu adentrava o recinto do Conselho, no entanto, quando era testada diante de questões práticas, o vislumbre ideológico, se não chegava a sucumbir, era colocado em questão. Para o Conselho, o modelo inglês de liberalismo político, com liberdades públicas e sistema parlamentar, era exemplar⁴⁴⁶, mas, quando questões práticas concernentes à escravidão ou liberalização da economia surgiam, o fascínio por modelos externos era colocado em xeque. O conhecimento abstrato ou teórico dos princípios liberais não deveria, na concepção dos Conselheiros, sobrepor-se à realidade brasileira, o momento inglês era distinto⁴⁴⁷, como disse Souza Franco, valiam “mais os fatos do Império e os exames das circunstâncias da atualidade”⁴⁴⁸. Quanto à escravidão, compreendiam não ser algo civilizado⁴⁴⁹, entretanto, concordavam que os países então contrários a ela, antes eram favoráveis⁴⁵⁰. Ponderavam, ainda, serem os interesses ingleses contra o tráfico mais comerciais do que humanitários, por isso mesmo o Brasil nada devia às ideias abolicionistas europeias⁴⁵¹. Entendendo o lugar de onde falava, o Marquês de Olinda disse ser a escravidão “uma chaga que não se devia tocar”⁴⁵². A alternância, no Conselho, era entre a defesa e a condescendência ao sistema escravista. Em relação à economia política, a postura era sempre intervencionista e

⁴⁴⁴ CARVALHO, 2003, p. 364.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 365.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 371.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 368.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, p. 370.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 365.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 366.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 378.

protecionista⁴⁵³, no debate acerca da aplicação de um imposto sobre importações, houve uma discussão atinente à teoria liberal no Brasil, e, na dúvida, entre seguir ou não o modelo inglês, predominou o realismo político⁴⁵⁴.

Dessa forma, a postura da elite política e do governo central pendia para uma postura pragmática frente ao liberalismo. A aceitação do pensamento liberal era de considerável consenso, mas sua aplicação esbarrava na realidade social e econômica brasileiras. A pendência para o intervencionismo estatal na economia e a condescendência diante da escravidão são evidências disso. A orientação liberal mais pragmática dessa elite teve origem em sua formação em Coimbra, onde ideias mais radicais foram afastadas, o que levou a configuração da defesa do sistema representativo, a manutenção da Monarquia centralizada e a necessidade de preservar a escravidão, mesmo sendo a burocracia que regulamentava o poder do Estado observava-se pouco vínculo com a escravidão por ser reduto dos excluídos do sistema escravista. Consoante Carvalho, o governo central empenhou-se para o estabelecimento de uma economia de mercado, liberando a força de trabalho e a terra, contudo, isso não teve apoio de nenhuma classe ou segmento de classe e, em razão disso, no Brasil, o Estado liberal, no século XIX, permanecia sobre bases frágeis.

Nessa seara, para Carvalho, existia um descompasso entre a elite política imperial e a sociedade, destoavam entre si. O governo imperial esclarecido, com tendências liberais, distanciava-se muito da sociedade que parecia pouco compreendê-la. Entretanto, o vislumbre com as ideias liberais era posto em questão face a situações práticas. Mesmo não tendo a escravidão como algo civilizado, interpretavam a precisão de mantê-la. O pragmatismo em relação ao liberalismo era notável na existência do Poder Moderador, na defesa/condescendência da escravidão, na postura intervencionista do governo na economia. O Estado imperial possuía, não só bases sociais frágeis, também alicerces ideológico frágil.

Em perspectiva distinta, observamos, em *O Tempo Saquarema*, o impacto do liberalismo no Estado e na sociedade imperial. No seu texto, a recepção das ideias liberais surge mais do que no texto de Carvalho.

A moeda colonial em restauração é também isso: a ligação política e ideológica da América à Europa, dos interesses dominantes no Império do Brasil aos interesses predominantes no velho Mundo. Progressivamente depurado, o liberalismo cimenta a união das duas faces: após eliminar as trevas da dominação colonial, ilumina caminhos por onde deve movimentar-se com o máximo de agilidade o capital.⁴⁵⁵

⁴⁵³ CARVALHO, 2003, p. 367-368.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 269.

⁴⁵⁵ MATTOS, 2011, p. 112.

O restabelecimento dos elos coloniais com as nações europeias, sobretudo a Inglaterra, iniciou-se quando o Estado imperial se consolidou, a partir da ação saquarema enquanto classe dirigente, processo que projetou a região cafeeira do Vale do Paraíba e seu entorno em nível econômico e político. É por isso que o enxerto acima coloca a moeda colonial em restauração como a ligação política e ideológica entre o Brasil e a Europa, trata-se, é certo, de uma relação assimétrica na qual sobressaem os interesses europeus, na leitura de Mattos. Esses dois lados assimétricos da moeda em restauração – uma restauração que só iniciou o seu curso na consolidação do Estado – são, então, conectados entre si, acimentados, unidos, pelo liberalismo. Emergiu como a luz à Emancipação, dando-lhe embasamento ideológico e, no tempo saquarema, elevou-se como justificativa para que o Capital se expandisse, ao trilhar seus caminhos também na América. Nesse prisma, o liberalismo, na apreciação de Mattos, estava impregnado, na realidade brasileira de meados do século XIX, do engajamento ideológico pela ruptura política, contudo, também do empenho pelas permanências, salientadas não só no uso do liberalismo para justificar a continuidade da ordem social, mas a continuidade da hierarquia e assimetria nas conexões entre o Velho e o Novo Mundo.

Considerada a importância do liberalismo para fins de mudança política e de manutenção da estrutura social e econômica, esse uso foi distinto entre Saquaremas e Luzias. Os últimos, diziam-se liberais por defenderem a existência de uma Monarquia descentralizada, o que não garantia a unidade de ação, pois havia muita divergência quanto ao modo de agir, principalmente tangente aos interesses locais⁴⁵⁶. De certo, os Luzias procuravam fazer valer os interesses da grande lavoura por meio das reivindicações do liberalismo, pugnaram pela Emancipação política primeiramente, e depois combateram toda e qualquer medida tida como arbitrária por parte dos defensores da centralização, por atentarem contra a Liberdade da Casa⁴⁵⁷. Os conservadores, cuja essência do pensamento estava em Thomas Hobbes e Jeremy Bentham⁴⁵⁸, apegados ao valor da Autoridade, defendiam a premência de associarem-se à liberdade e segurança através da Monarquia, junção feita operando a noção de Ordem⁴⁵⁹, dessa maneira era preciso ampliar o poder centralizado e reduzir o indivíduo para assegurar a preservação do próprio indivíduo e manter o ordenamento social que garantia os monopólios fundadores da classe senhorial⁴⁶⁰. O Estado era quem possibilitava o contrato entre os

⁴⁵⁶ MATTOS, 2011, p. 117.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 62.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 159.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 158.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 159.

indivíduos⁴⁶¹, o governo saquarema não se limitava a uma dominação, todavia, difundia as Luzes e promovia o espírito de associação⁴⁶². O triunfo dos Saquaremas foi o de operar o pensamento liberal, relacionando a liberdade à necessidade de imposição de uma Ordem, apontando para a Monarquia centralizada como o único meio de se oportunizar a liberdade da Casa. Logo, diferente da abordagem feita por Carvalho, os Saquaremas, enquanto agentes que construíram o Estado, estavam ligados e dependentes da escravidão em termos socioeconômicos e políticos – eram eles mesmos proprietários de latifúndios escravistas, e a preservação da escravidão era parte de seu projeto político.

O liberalismo, segundo Mattos, teve papel civilizador na organização do Estado imperial⁴⁶³, foi construído e consolidado sob o discurso de manutenção da Ordem, o que significava garantir a reprodução das relações com o mundo capitalista e civilizado, sendo a Coroa a propiciar essas relações, bem como a difundir a Civilização – isto é, salvaguardar o primado da Razão, o triunfo do Progresso, a difusão do espírito de associação⁴⁶⁴. No duplo processo analisado por Mattos, predominou o liberalismo em sua versão utilitarista, já que permite uma ênfase aos monopólios da mão de obra e da terra, de forma que

[...] o aumento da felicidade, a restauração dos monopólios e a expansão da riqueza constituíam-se em objetivos fundamentais para Luzias e Saquaremas, a razão essencial que os distinguiu tanto do povo ‘mais ou menos miúdo’ quanto dos escravos. E tais objetivos acabavam por pôr em destaque dois atributos fundamentais nesta sociedade: liberdade e propriedade.⁴⁶⁵

Esses dois valores tão caros ao pensamento liberal foram, por Luzias e Saquaremas, usados como atributos de distinção social e política, hierarquizavam os grupos sociais e definiam a cidadania. A classe senhorial era portadora dos atributos da liberdade e da propriedade (de terras e de escravos), e a ela competia governar, eram os cidadãos ativos em segundo grau; existiam os que possuíam a liberdade, entretanto, eram proprietários somente de si, cidadãos ativos em primeiro grau; e havia os que não tinham nem liberdade e nem propriedade, eram os escravos⁴⁶⁶. Foi o liberalismo que serviu de sustentáculo para a definição e hierarquia desses três grupos, e sendo uma das bases do pensamento liberal, as defesas da

⁴⁶¹ MATTOS, 2011, p. 161.

⁴⁶² Ibidem, p. 170.

⁴⁶³ Ibidem, p. 127.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 294.

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 128.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 123.

liberdade e da propriedade, deu embasamento para afiançar os monopólios da terra e da mão de obra pela classe senhorial.

Os homens que se empenharam em dirigir o país julgavam a emancipação concluída, e assim expressaram seus projetos, sonhos, utopias, temores, angústias. Perante tais demandas, serviram-se de “imagens e conceitos cunhados em países distantes”⁴⁶⁷, as nações portadoras de uma civilização viraram referência à compreensão da sua realidade, procurando ser semelhantes a elas. Era preciso que os homens livres do Império se reconhecessem e se fizessem reconhecer como parte do mundo civilizado⁴⁶⁸. Um esforço de cá que correspondia à expansão inglesa no século XIX, uma expansão do mercado e do capital, de ideias e de valores⁴⁶⁹ – a expansão do capital inglês sobre o Brasil do Dezenove confundia-se com a expansão do pensamento liberal. O Império era assimilado como único por sua dimensão continental e, também, por estar sob a direção de uma elite ilustrada⁴⁷⁰. Os homens dedicados a dirigir o país procuravam se autorrepresentar em fotos indumentados à última moda europeia, queriam ser sempre reconhecidos, espelhavam-se na Europa capitalista, no entanto, sua ligação com o mundo reforçava as características coloniais. No Ouvidor, adquiriam os artigos de luxo europeus “com os rendimentos gerados pelo trabalho escravo”⁴⁷¹.

Na instrução, o objetivo da classe dirigente era o de atingir todas as classes com a

[...] difusão das Luzes e assim romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a ‘barbárie’ dos ‘Sertões’ e a desordem das ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas.⁴⁷²

A inspiração europeia foi fundamental, mas inspiração não foi transplantação, a França continuava a ser a principal referência à instrução, tanto pela tendência centralizadora do Império Napoleônico, como na inspiração do filósofo eclético Victor Cousin⁴⁷³. A instrução deveria pôr o Império do Brasil ao lado das Nações Civilizadas⁴⁷⁴.

Na esteira da expansão do capital, estava, ainda, a expansão do café, e, por conseguinte, da escravidão tão distante dos princípios liberais em voga na Inglaterra de meados do século

⁴⁶⁷ MATTOS, 2011, p. 13.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 23.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 26.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 97.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 79.

⁴⁷² Ibidem, p. 272.

⁴⁷³ Ibidem, p. 273.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 272.

XIX, e tão imprescindível para dar condições materiais para que a classe senhorial conseguisse ter acesso às ideias e aos valores europeus. O fato é que Mattos não põe em relevo o desacordo entre o liberalismo e a escravidão, tal incoerência não é aprofundada em sua análise. Ele se empenha mais em mostrar a importância do pensamento liberal para a manutenção da estrutura colonial da sociedade e para fazer a ligação entre colonos e colonizadores, entre os dois lados da moeda colonial. Para Mattos, em meados do século em questão, as ideias pareciam ter encontrado seu lugar⁴⁷⁵.

Nos debates acerca da Lei de Colonização, mais tarde conhecida como Lei de Terras de 1850, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em meio à discussão que se fazia entre as terras públicas e particulares, disse que o entendimento a respeito da substituição dos braços africanos vinculava-se à venda de terras devolutas, uma medida precária, dado que sempre se inclinou aos braços africanos e, por esse motivo, estava, ali, em desacordo com a administração atual, uma vez que esta “detesta os braços africanos”⁴⁷⁶. Afirma que mesmo o liberalismo entendendo não se dever mais se servir do braço africano, estava certo da ruína de muitas províncias caso o governo insistisse em ser tão liberal⁴⁷⁷. Aqui, temos uma das poucas situações em *O Tempo Saquarema* que a incoerência entre o liberalismo e a escravidão aparecem, maiormente para os homens que dirigiam o Império. Sem embargo, prevaleceu, como vimos acima com Vasconcelos, o senso pragmático, o utilitarismo do liberalismo: embora aparentemente não sendo a favor da escravidão, colocavam-na como necessária/fundamental à economia, depreendiam que precisavam dela, nesse quesito, ignoravam a extensão do atributo da liberdade a todos, já que sua extensão limitaria a própria expansão da classe senhorial, usavam o liberalismo no que lhes fosse devidamente útil. E assim o fizeram.

Prevalecia, portanto, uma versão utilitarista do liberalismo. Mesmo havendo operações distintas entre Luzias e Saquaremas, sobretudo no que concerne a seus projetos políticos de descentralização e de centralização política. Mas, grosso modo, ambos, como parte da classe senhorial, eram unidos pelos atributos de liberdade e de propriedade que a fundavam, pois os distinguiam dos que não tinham liberdade e dos que não possuíam propriedade. Mattos não opera a incoerência entre liberalismo e escravidão, não os concebe como dissonantes.

O debate sobre a pertinência das ideias liberais na conformação do Estado imperial, nas articulações de Carvalho e de Mattos evidenciaram aspectos de afastamento e de aproximação entre os autores. A elite política de Carvalho é colocada com desvinculada da

⁴⁷⁵ MATTOS, 2011, p. 289.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 260.

⁴⁷⁷ Ibidem.

escravidão, o que justifica a postura do governo imperial em prol da política da Abolição; os Saquaremas de Mattos são designados não somente ligados à escravidão, porém, como os únicos capazes de a assegurarem, e a partir daí formularam a Monarquia como solução para a estabilidade, atrelando-a à escravidão. O tom elogioso de Carvalho alusivo à elite política do Império aparenta colocá-la para além de suas bases sociais. O tom crítico de Mattos a respeito dos Saquaremas prefigura-os à imagem e semelhança da classe senhorial. A aproximação está no fato de tanto Carvalho quanto Mattos atribuírem à elite política e aos Saquaremas a sustentação de um discurso de apologia aos interesses gerais da nação, todavia, atuarem na prática como agentes de parcialidades, seja com a elite política em sua postura antiescravista, apesar de sua base de sustentação social ser dependente do trabalho escravo, seja os Saquaremas com sua postura escravista, fazendo prevalecer os interesses cafeeiros do Sul. Em ambos os casos, a parcialidade dos dirigentes comprometem sua representação da sociedade. A base ideológica era o pensamento liberal, a base social era o café, e ambos assumiram papel essencial no processo de construção do Estado imperial, entre eles estava a escravidão, sendo colocada como incoerente frente ao liberalismo somente quando Carvalho e Mattos tratam das pressões inglesas, no restante dos textos, essa dissonância não sobrevém, conquanto o assunto seja mais tratado pelo último.

Carvalho e Mattos concebem ser, o uso do liberalismo pelos dirigentes políticos do Império, de caráter pragmático, haja vista sua viabilidade diante da realidade brasileira, então assumia traços realistas e objetivos. As ideias liberais não eram inseridas, discutidas ou aplicadas sem o critério de sua conveniência e exequibilidade. Se, em meados do século XIX, as ideias pareciam estar no lugar, conforme Mattos; e se Carvalho não teve a impressão de, em sua análise, estar defronte a uma comédia ideológica, o liberalismo como base ideológica do Estado imperial não assumia um papel de noção fora do lugar, contudo, de concepção ajustada ao lugar. Era referência reflexiva aos problemas reais da nação, serviu de esteio de sustentação à conformação desses dirigentes, mas não foi adotado sem critério.

3.2 Entre fachadas modernas e estruturas antigas: o liberalismo e o seu (não) lugar

Texto basilar para o debate acerca do liberalismo perante a realidade brasileira é o do crítico literário Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar”. Não só evidência, mas também referência para se discutir a impropriedade das ideias liberais no Brasil do século XIX. Esse

texto foi publicado como artigo, uma versão em francês (1972) e outra em português (1973)⁴⁷⁸, no entanto, foi somente em 1977 que o texto foi publicado como primeiro capítulo do primeiro livro de Schwarz de título: *Ao Vencedor as Batatas*, resultado de sua tese de doutorado, defendida em 1976, sobre Machado de Assis.

De acordo com Roberto Schwarz, no Brasil, dominava a escravidão, mas o trabalho livre era um dos princípios nos quais se sustentava a Economia Política, progenitora do liberalismo, o que colocaria o Brasil aquém das instâncias de tal ciência como “fato moral impolítico e abominável”, uma grande degradação⁴⁷⁹. Alguns tentaram fazer a inversão, diz Schwarz, ao definir as ideias liberais como abomináveis, por não se referirem ao contexto brasileiro. A comédia ideológica montou-se quando, embora o liberalismo irritando uns e envergonhando outros, mesmo não reconhecendo o Brasil, suas convicções permaneceram como referência para todos⁴⁸⁰. A impropriedade do nosso pensamento foi presença assídua, atravessando toda a vida ideológica do Segundo Reinado, visto que “éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado e por outro do mercado externo”⁴⁸¹, daí irromperam nossas singularidades, pois a dependência em relação ao mercado externo implicaria num raciocínio econômico burguês, além do mais, há pouco tempo, a independência havia sido feita sob a influência de ideias liberais francesas, inglesas e americanas, tornando tais ideias parte da nossa identidade nacional⁴⁸². No raciocínio de Schwarz, a incompatibilidade da escravidão com a prática do pensamento liberal ocorria porque o patrão não podia demitir, e tal prática se opunha à racionalização produtiva, trazendo a lógica de fazer o trabalho no máximo de tempo, sem apego à eficiência. Originalmente, a escravidão não apresentou incoerência no sistema capitalista, ao menos, até o ponto em que o trabalho escravo se demonstrou menos rentável que o trabalho assalariado⁴⁸³, proposição questionada por Carvalho⁴⁸⁴.

Como consequência da vigência de uma sociedade colonial e escravista, os Oitocentos foram palco para a existência de três classes sociais de população, o latifundiário, o escravo e

⁴⁷⁸ RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 525-556, 2013. p. 528.

⁴⁷⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992. p. 11.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 113.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁸⁴ Como já dissemos acima, Carvalho discorda do argumento liberal de que o trabalho escravo era menos lucrativo, não há base empírica, segundo ele, para fazer tal afirmação. Por isso, sustenta que, à mercê do fim iminente da escravidão e das pressões abolicionistas, os fazendeiros usaram a escravidão enquanto puderam (CARVALHO, 2003, p. 304; 319; 321).

homem livre dependente. Entre os dois primeiros o elo era de autoridade, entretanto, entre o primeiro e o último, a relação se estabelecia por meio da prática do favor⁴⁸⁵, através da qual os homens livres e dependentes teriam seu acesso à vida social e seus bens mediante o favor direto ou indireto de um grande. O favor esteve presente na administração pública, na política, na indústria, no comércio, na vida urbana, na Corte⁴⁸⁶. Mas é tão incompatível com as ideias liberais quanto a escravidão. Na Europa, o universalismo atacou os privilégios feudais; aqui, o privilégio era expresso na dependência das pessoas, na exceção à regra, na cultura interessada, práticas do favor que mascaravam a violência implícita nele⁴⁸⁷. Com o favor, “atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio”⁴⁸⁸. As ideias liberais acabaram por figurar-se como adereço, marca de fidalguia. O favor era um meio de afirmação social, garantia às duas partes que nenhuma era escrava, “transformava a prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social”⁴⁸⁹, dado que ambas se beneficiavam da escravidão.

O resultado do escravismo e do favor na vida cultural brasileira foi um amontoado de dualismo, factício, contrastes, anacronismos, desproporções – casas com fachadas modernas, porém, com estruturas antigas⁴⁹⁰. As noções importadas representavam um mundo moderno que não encontrava correspondência no cenário nacional. O Brasil apropriou-se de ideias e padrões europeus sem acompanhar as imensas transformações na ordem social que deram base para essas ideias e padrões, perdendo, aqui, a sua justeza, no entanto, esse desajuste era inevitável, por conta da própria máquina do colonialismo, de modo que “as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”⁴⁹¹. Essas conceituações, “submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambiguidades e ilusões eram também singulares”⁴⁹². Esta impropriedade das ideias promoviam um desconforto, posto que, em concordância com Sérgio Buarque de Holanda, as formas de vida, instituições e visão de mundo trazidas de outros países faziam-nos “desterrados em nossa terra”⁴⁹³. Uma situação que se repete ao longo da

⁴⁸⁵ SCHWARZ, 1992, p. 16.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 16.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 17.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 19.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 20.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 23.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 26.

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 15 apud SCHWARZ, opus citatum, p. 13.

história brasileira, segundo Schwarz, já que, “incansavelmente, o Brasil põe e repõe ideias europeias, sem considerar seu sentido impróprio”⁴⁹⁴.

Uma das origens dessa reflexão a respeito das ideias liberais frente à realidade brasileira é relatada por Roberto Schwarz. Ele diz que, a partir de 1958, participou de um grupo organizado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) para estudar *O Capital*, a geração seguinte montou um seminário em 1963. Na época, os círculos de leitura de Marx multiplicaram-se em todo o mundo. Com a morte de Stalin, em 1953, e a divulgação de realidades inaceitáveis da União Soviética, muitos intelectuais voltaram-se para Marx como um esforço de “autorretificação da esquerda”⁴⁹⁵. As discussões e questões levantadas pelo seminário eram distantes do panorama brasileiro e se limitavam à universidade, em nível nacional, estavam em cena, Juscelino Kubitschek (JK) e o desenvolvimentismo⁴⁹⁶. A contribuição específica do seminário veio nos trabalhos de tese e no desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência, o resultado, prossegue Schwarz, foi o desapontamento de uma certa intuição nova do Brasil, “sumariamente, a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem”⁴⁹⁷.

Qual é a distância entre as ideias e o lugar? Vale invertermos a proposição e questionar qual é a distância entre o lugar e as ideias, para marcar uma hierarquia de relevância ao que nos interessa aqui. Como fruto do colonialismo, a estrutura antiga do lugar foi estabelecida desenvolvendo as práticas do favor, mantendo os privilégios, e custeando-se do trabalho escravo. O lugar era uma casa com estruturas antigas fixadas a partir dos interesses de um outro lugar. Esse outro lugar, posto como o próprio das ideias, era onde o liberalismo validava-se – no universalismo, trabalho livre e no mérito, como efeito de transformações de ordem social que legitimam a propriedade dessas noções. Essas concepções, na asseveração de Schwarz, colocadas fora do seu lugar de origem, constituíram uma bela fachada, que escondia estruturas antigas. Apesar disso, mesmo em uma construção antiga, a fachada moderna precisava ser adaptada para que se tornasse viável, ela não mudava totalmente a estrutura, todavia, passou a fazer parte dela. A distância entre uma fachada e uma estrutura não eram grandes, porém, a distância demarcada por Schwarz entre as ideias e o lugar parece ser abismal, se o propósito da reflexão era a particularidade brasileira face ao capitalismo, as ideias e o lugar pensados pelo

⁴⁹⁴ SCHWARZ, 1992, p. 28.

⁴⁹⁵ SCHWARZ, Roberto. *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 88.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 89-92.

⁴⁹⁷ Ibidem, p. 93.

crítico literário são postos como partes de um sistema independente. Parece um esforço para demarcar o quão distante era a realidade brasileira do século XIX das realidades europeia e americana.

Esse debate sobre o não lugar das ideias desponta nos textos de Carvalho e Mattos, como vimos acima, na discussão acerca da conformação do Estado liberal no Brasil dos Oitocentos. Carvalho posiciona-se diretamente quando faz a análise das Atas do Conselho de Estado⁴⁹⁸, diante das quais diz não ter “a impressão de estar assistindo à representação de uma comédia ideológica”⁴⁹⁹, e entende que o formalismo de Guerreiro Ramos mostrava como a adoção de ideias e instituições externas indicava estratégias de mudança social, e apontava “para aspectos dinâmicos das relações entre o pensamento nacional e a influência externa, fugindo da dicotomia estéril ideias no lugar-ideias fora do lugar”⁵⁰⁰. Mattos deixa claro, na maior nota de fim de página do seu livro: “Reafirmamos aqui a nossa intenção de não participar da discussão a respeito do *lugar* das ideias liberais no Brasil do século passado”⁵⁰¹. Prossegue dizendo não querer ser forçado a optar entre o posicionamento de Roberto Schwarz e o de Maria Sylvia de Carvalho Franco, mas que, em certa medida, considera pertinente o posicionamento de Florestan Fernandes a esse respeito. No entanto, num longo trajeto de sua narrativa⁵⁰², o liberalismo é colocado como fundamental, tanto para a formação do Estado imperial, como da classe senhorial.

A análise de Bernardo Ricupero alusiva ao texto de Schwarz apreende que ele partiu da interpretação de Antônio Cândido e de uma tradição identificada com jovens professores e alunos que, da década de 1950 para 1960, reuniram-se para estudar *O Capital*, como já referenciado. Da crítica literária marxista, a principal influência estava na atenção dada à relação entre “forma literária e processo social”⁵⁰³. O marxismo uspiano inspirava, ao entendimento da realidade brasileira ligada a um quadro maior, como sinalizava a peculiar combinação entre capitalismo e escravidão. Ricupero destaca que Schwarz foi eficaz, assim

⁴⁹⁸ Este capítulo sobre o Conselho de Estado e o capítulo seguinte sobre eleições e partidos foram acrescentados na publicação de *Teatro de Sombras: a política imperial*, pelo IUPERJ, em 1988. Nessa edição além do acréscimo desses dois capítulos, a discussão a respeito da Abolição e da Lei de Terras foi expandida dando origem a dois capítulos separados (CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política Imperial*. Prefácio. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988).

⁴⁹⁹ CARVALHO, 2003, p. 380.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 381.

⁵⁰¹ MATTOS, 2011, p. 127.

⁵⁰² Quando se empenha em tratar dos três mundos do Império e assim marcar a distinção que define a classe senhorial, Mattos aborda o caráter utilitarista do liberalismo adotado pela classe dirigente, e expressa sua relevância para a distinção entre os mundos do governo, da casa e do trabalho, distinção assentada nas noções de liberdade e de propriedade (Ibidem, p. 126-141).

⁵⁰³ RICUPERO, 2013, p. 525.

como Machado de Assis, em “combinar o que se pode chamar de uma forma europeia com a matéria brasileira”, pois, nesse exercício, acaba enfatizando as contradições presentes na formação social do país⁵⁰⁴. As duas grandes influências para o trabalho de Schwarz foram Maria Sylvia Carvalho e Fernando Henrique Cardoso, ambos se dedicaram a estudos acerca da sociedade brasileira, frisando o contraditório, isto é, a existência de uma sociedade capitalista e escravista ao mesmo tempo. A compreensão do crítico literário, de ser o liberalismo, no Brasil uma ideia fora do lugar, se dá por conta de o Estado nacional pós Independência fazer uso de instituições próprias ao liberalismo europeu, todavia, manteve a estrutura socioeconômica baseada na exploração do trabalho escravo⁵⁰⁵. O texto *As Ideias Fora do Lugar* costuma ser concebido de forma autônoma, visto que foi publicado como ensaio nos anos 1972 e 1973 e, de acordo com Ricupero, os críticos costumavam tomar o título como a tese, e não como o problema do qual parte a análise. O cerne da questão era que, no liberalismo, em seu contexto original, o trabalho livre e igualdade perante a lei encobriam a exploração, funcionavam como uma ideologia, ao passo que, numa realidade na qual as relações materiais foram determinadas pela escravidão, o liberalismo atuaria como uma ideologia de segundo grau, posto que seria “incorporado às práticas e ideias que regulam as relações dos homens livres entre si, espaço onde transcorreria a vida ideológica, já que, naturalmente, os escravos estavam excluídos dela”⁵⁰⁶. Essa associação entre os homens livres, no caso, senhor e dependentes, seria, então, marcada pelo favor, pela sobreposição da dominação pessoal, o paternalismo, o clientelismo, todos alimentados pela escravidão. O que significava a sobreposição dos interesses particularistas sobre os valores universalistas do pensamento liberal, daí se configurava a verdadeira comédia ideológica em vigor no Brasil do século XIX – uma comédia assentada no paradoxo de ser uma instituição bárbara como a escravidão a abrir ao país os caminhos para a civilização, de o trabalho escravo nos inserir na ordem burguesa e no capitalismo mundial, atraso e modernidade estariam mancomunados pelos resquícios coloniais⁵⁰⁷.

Os críticos de Schwarz afirmavam que se algumas ideias não fossem adequadas ao Brasil não haveria como persistirem, falavam, ainda, não ser o liberalismo incompatível com a escravidão, pois, entre as ideias e o lugar, estavam os interesses das classes, e este seria o fator a tornar as ideias funcionais ou não para determinadas sociedades⁵⁰⁸. Entretanto, foi justamente a crítica de Maria Sylvia Carvalho Franco que teve maior repercussão. Para ela, o debate

⁵⁰⁴ RICUPERO, 2013, p. 526.

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 528.

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 529.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 530-531.

relativo à exterioridade das ideias originárias do centro capitalista diante do lugar enquanto periferia, dissolveu-se, quando consideramos o centro e a periferia como parte de um mesmo sistema capitalista, mobilizados pela busca do lucro, ou seja, a disjunção entre “ideias” e “lugar” como distintos/afastados não faziam sentido, tendo em vista que se inseriam num mesmo modo de produção, em que o lucro percorria todas as determinações⁵⁰⁹.

O uso feito por Schwarz do pensamento de Maria Sylvia Carvalho Franco e de Fernando Henrique Cardoso, consoante Bernardo Ricupero, apoia-se no fato de ambos destacarem as contradições na sociedade brasileira. Carvalho Franco ressalta os ajustes e as possibilidades de conservação, enquanto Cardoso avulta as tensões que podem abrir caminho para a mudança⁵¹⁰. Schwarz também oscila entre chamar a atenção às contradições e às acomodações presentes na sociedade e na história brasileira, mas, por conta da inexistência de uma sociedade de classes e seus inerentes conflitos, a acomodação prevaleceria diante das contradições⁵¹¹.

Nas análises de Schwarz sobre Machado de Assis, aparece uma tensão entre o paternalismo e o sentimento burguês, típica de uma sociedade periférica. O idealismo liberal se mesclava ao realismo brasileiro, o que Ricupero percebe em *Memórias Póstumas de Braz Cubas*, uma obra realista que faz uso de soluções literárias antirrealistas, o inverossímil desnuda o idealismo e deixa ver o realismo da sociedade brasileira⁵¹². Para o mesmo Ricupero, se considerarmos as transformações do fim do século XIX, é possível que as ideias deixem de estar fora do lugar⁵¹³, numa alusão ao fim da escravidão. Será que o paternalismo e o favor resultantes da sociedade escravista se dissolveram com a Abolição? Certamente, não. As questões suscitadas por Schwarz transpõem o século XIX, e dizem mais a respeito do Brasil do século XX do que ele poderia supor, por isso a enxurrada de críticas à sua noção de impropriedade das ideias liberais.

A crítica mais direta recebida por Schwarz veio de uma entrevista concedida aos *Cadernos de Debate*, em 1976, com a resposta de Maria Sylvia de Carvalho Franco ao artigo publicado três anos antes, tendo como título “As ideias estão no lugar”. Nesse texto, o pressuposto da impropriedade das ideias é colocado com algo que traz implícito “uma diferença essencial entre as nações metropolitanas, sede do capitalismo, núcleo hegemônico do sistema,

⁵⁰⁹ RICUPERO, 2013, p. 532.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 532.

⁵¹¹ Ibidem, p. 533.

⁵¹² Ibidem, p. 537.

⁵¹³ Ibidem, p. 536.

e os povos coloniais, subdesenvolvidos, periféricos e dependentes”⁵¹⁴. É posta uma relação de exterioridade entre os dois termos, um é colocado ao lado do outro por uma conexão de causalidade, como se as mudanças ocorressem inevitavelmente dos centros adiantados, das sociedades industriais para os centros atrasados, as sociedades agrícolas – as mudanças das primeiras condicionaram as transformações nas segundas. Esses postulados botam Europa e Brasil como numa relação de exterioridade, como modos de produção essencialmente diferentes.

No entanto, prossegue Carvalho Franco, “a circulação de mercadorias e sua absorção pelos países dependentes ou atrasados é inerente à natureza dos mercados internacionais, isto é, se explicam pela divisão do trabalho social”⁵¹⁵. Se formos ponderar, a exterioridade das ideias e, por conseguinte, sua impropriedade, “teríamos, de um lado, as ideias e as razões burguesas europeias sofregamente adotadas para nada, e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas”⁵¹⁶. Articular essa oposição é ignorar os processos reais de produção ideológica no Brasil, uma vez que Colônia e Metrópole não constituíam formas de produção distintos, efeito de um processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, diferenciação que era inerente à sua constituição e sua reprodução. Eram, portanto, partes de um mesmo sistema capitalista, carregavam o lucro como seu conteúdo essencial, e ele percorria todas as suas determinações, seja na Europa ou na América⁵¹⁷.

Nesse sentido, Carvalho Franco diz ser, o favor, desdobramento da produção lucrativa do capitalismo, os liamos entre os homens livres “nasceram do caráter mercantil da produção e a ele foram subordinadas”⁵¹⁸, o favor era parte do processo de constituição das relações de mercado. O conceito de igualdade esteve aqui, como na Europa, vinculado ao de propriedade, transportando sua função prática de disfarçar e inverter as coisas⁵¹⁹.

O estudo de Elías Palti, para o que nos interessa, talvez seja o mais pertinente, e abre espaço para pensarmos no posicionamento de Carvalho e de Mattos sobre o lugar/não lugar das ideias. Com o objetivo de dar novos enfoques ao intercâmbio cultural nas zonas periféricas, Elías Palti procura demonstrar os equívocos de Schwarz ao sustentar sua argumentação em uma redução da linguagem à sua função meramente referencial. Em consonância com Palti, quando o estudioso de Machado de Assis pensa o lugar e o não lugar das ideias, ele está traduzindo para

⁵¹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: IGLÉSIAS, Francisco et al. *Cadernos de Debate n. 1: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 61-64. p. 61.

⁵¹⁵ *Ibidem*, p. 62.

⁵¹⁶ *Ibidem*.

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ *Ibidem*.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 63.

a via cultural os postulados da chamada “teoria da dependência”, conforme a qual existia uma dinâmica complexa entre “centro” e “periferia”, sendo ambas partes inerentes de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista, formando um sistema único e interconectado. Nesse viés, a periferia seria uma criação do próprio sistema capitalista, e as “anomalias locais” encontradas no Brasil, ou na América Latina, manifestavam as contradições próprias do sistema capitalista⁵²⁰. Elias Palti entende que a intenção de Schwarz era refutar a crença nacionalista de que era preciso se livrar das roupagens estrangeiras para encontrar a verdadeira essência interior, em outras palavras, não se deve buscar por uma cultura nacional brasileira preexistente à cultura ocidental, pois aquela é parte desta⁵²¹, porém, para o mesmo Schwarz, os latino-americanos tendem sempre a fazer uso de categorias impróprias à sua realidade⁵²². A maior contribuição de Schwarz está no modo como aborda “a questão relativa à natureza periférica da cultura local e como trata a peculiaridade da dinâmica que tal condição impõe à ideias na região”⁵²³, isso porque traçou uma correlação entre forma e conteúdo, estrutura e história, análise literária e reflexão social, levantando o problema de como a realidade local define condições históricas particulares de recepção de expressões artísticas, e acaba determinando suas próprias formas, alterando-as⁵²⁴.

No entanto, esse recurso de acusação de falta de realismo político e inadequação de ideias seria sempre um recurso fácil de desqualificação do adversário, carregando consigo implicações conservadoras, “pois, dessa forma, os ‘não realistas’ seriam tipicamente os defensores das ideias consideradas mais progressistas em seu tempo”⁵²⁵, à vista disso, a oposição às proposições de Schwarz se justificam na medida em que alimentam o discurso de serem as ideias marxistas no século XX, tal qual as ideias liberais no século XIX, estranhas à realidade brasileira⁵²⁶. Mesmo que Schwarz tenha esclarecido que, pontuar as diferenças entre o “centro” e a “periferia” não significa condenar à condição de inferioridade a produção local em relação à europeia, a fórmula “ideias fora do lugar” é problemática, posto que aplanas as sutilezas do conceito, acaba preservando a existência de assimetrias entre o modelo europeu e a cópia local⁵²⁷. Outro problema que Elias Palti levanta é o fato de haver a pressuposição da existência de alguma espécie de “essência interior” que as ideias estrangeiras não conseguiriam

⁵²⁰ PALTI, Elías José. *O Tempo da Política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 225.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 226.

⁵²² *Ibidem*, p. 227.

⁵²³ *Ibidem*, p. 236.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 241.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 230.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 231.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 246.

representar, dado que a oposição entre ideias e realidades acaba por, inexoravelmente, estabelecer um lugar como o lugar da Verdade⁵²⁸.

O que Elias Palti propõe é o cuidado quando do deslocamento do conceito de Schwarz da crítica literárias para o âmbito dos discursos político sociais, o que faria com que as sutilezas das percepções se perdessem, e a busca por “modelos” e “desvios” para compreender o desenvolvimento das ideias na América Latina se tornasse um equívoco⁵²⁹. Preocupado com a história das ideias, Palti alerta para como esse esquema a reduz a apelar a uma entidade vaga, chamada “Europa”, como suprarreferência em que as ideias estariam no lugar apropriado. E, dessa maneira, o único problema que o historiador das ideias teria seria o de investigar a aplicabilidade ou não dessas ideias à especificidade do contexto local⁵³⁰. A construção de estarem as ideias na América Latina fora do lugar baseia-se em elas serem construções inadequadas da realidade local, isso implica na redução da linguagem à sua função meramente referencial, isto é, as noções como “representações da realidade”, assinalando, igualmente, para a sua dimensão pragmática, em outros termos, às suas condições de enunciação. Consoante Schwarz, as idealizações supõem proposições e não se encontram determinadas contextualmente – diferente das considerações contextuais que remetem à “dimensão pragmática da linguagem”⁵³¹. Sua unidade é o enunciado, não a proposição, e o que importa no enunciado não é o significado, mas o sentido, e esse não pode ser estabelecido de maneira independente do seu contexto particular de elocução – não se trata apenas do que foi dito, e sim de como foi dito, quem disse, onde disse, para quem disse, e em quais circunstâncias⁵³².

O ponto crítico colocado por Palti é o de que as ideias são verdadeiras ou são falsas, contudo, nunca estão fora do lugar, tendo em vista que estar fora do lugar é uma condição pragmática. Os enunciados podem estar fora do lugar, todavia, os enunciados transcendem a distinção entre “ideias” e “realidades”, pois são sempre reais como atos de fala⁵³³. Desse modo, as ideias nunca estão fora do lugar, mas estão sempre parcialmente deslocadas, isso ocorre não porque as ideias e instituições estranhas não possam se adequar à realidade local, e sim porque tal “processo de assimilação é sempre conflituoso devido à presença no interior de cada cultura, de uma pluralidade de agentes e modos antagônicos de apropriação. Não haveria ideias fora do lugar, mas desajustes que expressam o quanto toda assimilação é sempre contraditória”⁵³⁴.

⁵²⁸ PALTÍ, 2020, p. 234; 265.

⁵²⁹ Ibidem, p. 248.

⁵³⁰ Ibidem, p. 250.

⁵³¹ Ibidem, p. 253.

⁵³² Ibidem.

⁵³³ Ibidem, p. 254.

⁵³⁴ Ibidem, p. 261.

Nesse prisma, quando Carvalho diz não ter a impressão de estar numa comédia ideológica, ou quando Mattos reitera não se importar se ideias estão ou não lugar, estão ali atentos aos atores sociais – atentos a quem diz, como diz e porque diz – e são eles que dão o sentido das ideias, e fazem a fachada moderna se encaixar na estrutura antiga. Carvalho e Mattos, ao reputarem o ideário político, seja da elite política, seja dos Saquaremas, estão preocupados com as estratégias de apropriação dessas ideias no processo de construção do Estado imperial que também era Estado liberal. Talvez um Estado desajustado à realidade social para Carvalho, e um Estado conveniente à realidade social para Mattos, porém, não inadequado, não fora do lugar.

Inspiração reconhecida por Carvalho para sua leitura do Estado liberal no Brasil oitocentista, e também para sua leitura concernente às ideias liberais neste contexto, está em Alberto Guerreiro Ramos, sobretudo em seu estudo referente ao formalismo enquanto estratégia de mudança social. Embasado em Fred Riggs, o formalismo é entendido por Guerreiro Ramos como a forma que a objetividade da teoria administrativa desenvolvida nos Estados Unidos vem sendo adotada nos países emergentes; o formalismo consiste na “discrepância entre a conduta concreta e a norma prescrita que se supõe regulá-la”⁵³⁵. Riggs propõe uma escala de três modelos de administração pública, o modelo concentrado, o prismático e o refratado, trata-se de situações imaginárias e não correspondem a uma sequência de fases obrigatórias a serem percorridas pelas diferentes sociedades, nas sociedades prismáticas predomina o formalismo⁵³⁶.

Na sociedade prismática existe alto grau de heterogeneidade, pois nela coexistem o antigo e o moderno, o atrasado e o avançado, o velho e o novo – isso se expressa não somente em termos tecnológicos, mas, principalmente, nas condutas humanas com “costumes, hábitos, atitudes e estilos de alta sofisticação, restritos a uma minoria, têm vigência ao lado de comportamentos tradicionalistas, largamente difundidos na massa da população”⁵³⁷. Essa superposição entre o atrasado e o avançado, na administração do Estado, implica “no exercício acumulativo de funções diferentes por uma mesma unidade social e assim verifica-se, por exemplo, onde funções administrativas, políticas, econômicas, educacionais, não são, na prática, exercidas por agências distintas e segundo critérios específicos”⁵³⁸, resultando na prática de critérios familiares, interferindo na administração pública, na economia condicionada

⁵³⁵ RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e estratégia do desenvolvimento*: elementos para uma Sociologia Especial da Administração. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1966. p. 333; 344.

⁵³⁶ Ibidem, p. 331.

⁵³⁷ Ibidem, p. 332.

⁵³⁸ Ibidem, p. 333.

por fatores não econômicos, do nepotismo como fenômeno de superposição, quando se prescreve o critério do mérito e da capacidade para o preenchimento de cargos e de funções.⁵³⁹

Essa incongruência entre conduta e norma é típica de sociedades prismáticas, mas nem as sociedades concentradas, nem as difratadas estão isentas de formalismo. O realismo se opõe ao formalismo dado que nele a norma e sua aplicação são correspondentes, ao passo que no formalismo predomina a incongruência entre ambos. “O formalismo corresponde ao grau de discrepância entre o prescrito e o descrito, entre o poder formal e o poder objetivo”, e “quanto maior a discrepância entre o formal e o efetivo mais formalístico é o sistema”⁵⁴⁰.

O formalismo está em todas as sociedades, não obstante, prepondera nas sociedades prismáticas, isso ocorre por conta de sua dependência em relação às potências industriais do Ocidente, já que leva à adoção de modelos e conceitos tomados de uma ordem social mais concentrada para uma ordem social mais refratada, por isso fica difícil compreender a função desses modelos e conceitos diante de uma ordem social em que “as estruturas e formas têm um papel apenas marginal”⁵⁴¹. A busca por esses modelos acontece pela necessidade de se construir novas bases de legitimidade, contudo, nesse intercuro, adota-se a fórmula de mais fácil acesso, que é a fórmula ocidental, entretanto, não é resultado de uma experiência própria aos países emergentes/subdesenvolvidos/em desenvolvimento, muito menos expressa o equilíbrio de poder na sociedade. O motivo determinante, segundo Guerreiro Ramos, para a adoção desses modelos externos, era o de criar uma base de autoridade que fosse aceita no estrangeiro⁵⁴², mas a limitação cultural afetava o modo como esses modelos eram efetivamente aplicados⁵⁴³. Logo, mesmo no raciocínio de Ramos, predomina a distinção entre as ideias e o lugar, no que ele se dispõe a analisar, que é a administração pública.

O formalismo, prossegue Guerreiro Ramos, é elemento normal em toda condição elitista, “toda elite, seja religiosa, literária, política, econômica, é relativamente cética quanto às regras e normas observadas em massa”⁵⁴⁴. Para ele, na realidade brasileira, o primeiro a tratar do assunto foi o Visconde do Uruguai, com sua atitude crítica frente as teorias e instituições políticas estrangeiras⁵⁴⁵, entendendo que a criação de instituições, no Brasil, deveria levar em conta as particularidades históricas e sociais nacionais, o critério ocuparia o lugar da mera

⁵³⁹ RAMOS, 1966, p. 333.

⁵⁴⁰ RIGGS, Fred W. *A ecologia da Administração Pública*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1964. p. 123 apud RAMOS, opus citatum, p. 334.

⁵⁴¹ RAMOS, opus citatum, p. 335.

⁵⁴² Ibidem.

⁵⁴³ Ibidem, p. 337.

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 338.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 345.

imitação⁵⁴⁶. Como construtor e teórico das instituições⁵⁴⁷, Uruguai seguiu uma orientação centralizadora não por doutrinas e ideias, e sim por razões pragmáticas, dadas as circunstâncias impostas – sobretudo diante da oposição surgida com as revoltas regenciais fruto da descentralização e, nessa situação, o formalismo, na articulação de Guerreiro Ramos, atendia a interesses oligarcas difusos –, o esforço do Visconde era por um realismo maior frente ao formalismo⁵⁴⁸. Esse realismo do Visconde do Uruguai é reconhecido por Carvalho quando se refere aos conservadores como mais apegados ao realismo que os liberais⁵⁴⁹.

Vale considerarmos que a tese de Guerreiro Ramos é a de que

[...] o formalismo não é característica bizarra, traço de patologia social nas sociedades prismáticas, mas um fato normal e regular, que reflete a estratégia global dessas sociedades no sentido de superar a fase em que se encontra, portanto o formalismo nas sociedades prismáticas é uma estratégia de mudança social imposta pelo caráter dual de sua formação histórica e do modo particular como se articula com o resto do mundo.⁵⁵⁰

Para o que nos afeta, o formalismo é articulado por Guerreiro Ramos ao menos de três maneiras: 1) como estratégia de redução ou diminuição dos conflitos sociais; 2) como estratégia de mobilidade social vertical; 3) como estratégia de articulação da sociedade periférica com o mundo. No primeiro caso, “a administração pública tem sido, no Brasil, um setor destinado a absorver parte do excedente da população, pois, de algum modo, atende ao imperativo de suplementar a insuficiente oferta de emprego dos setores privados de atividade remunerada”⁵⁵¹. A falta de dinâmica social, provocada pela existência do trabalho escravo, impedia que o abundante número de pessoas diplomadas fosse absorvido pelo setor privado; essas pessoas pressionavam os poderes públicos para terem ocupação e meios de subsistência, forçando esses poderes a inserirem esses diplomados, ou mesmo alfabetizados, nas repartições públicas, munindo-as de pessoal além do necessário e comprometendo a eficiência dessas repartições⁵⁵².

O formalismo como estratégia a serviço da mobilidade social vertical é explicado por meio da dialética da ambiguidade:

⁵⁴⁶ RAMOS, 1966, p. 347.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 348.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 347.

⁵⁴⁹ “As crises podiam advir seja do excesso de ênfase no realismo, em geral marca dos conservadores, seja do excesso de ênfase na ficção, tendência comum aos liberais” (CARVALHO, 2003, p. 421).

⁵⁵⁰ RAMOS, opus citatum, p. 365.

⁵⁵¹ Ibidem, p. 366.

⁵⁵² Ibidem, p. 368.

[...] ao mesmo tempo que a estrutura social procura salvaguardar sua integridade, recorrendo ao formalismo, a fim cooptar parte do excedente populacional, os cidadãos, ameaçados pelo fantasma da marginalidade social, recorrem ao formalismo em busca de um lugar ao Sol. A ambiguidade consiste em que, de um lado a estrutura social resiste, com *esprit de corps*, a incorpora em seu seio elementos que possam desnaturá-la e, ao mesmo tempo diligência vencer essa resistência, pois é compelida a pactuar com aqueles que aceitam acomodar-se; de outro lado, os cidadãos que projetam ascender na escala social forçosamente se afirmam pelo combate a rigidez da ordem constituída para, num momento subsequente, ajustar-se de tal ordem, desde que ela, de algum modo supere a sua inércia, ou a sua tendência ao imobilismo.⁵⁵³

Essa dialética da ambiguidade é usada por José Murilo para explicar o relacionamento do Estado imperial com a agricultura de exportação de base escravista. O Estado não podia se sustentar sem a agricultura de exportação, a ordem no interior, a estabilidade política, necessitava da colaboração dos senhores de terras. A elite política que dirigia o Estado não podia abrir mão do apoio político e das rendas na grande agricultura escravista de exportação, mas, por ser a burocracia parte fundamental dessa elite política (tantas vezes confundida com ela), reduto de marginalizados do sistema escravista, sentia-se à vontade para contrariar a grande agricultura, constituindo-se na única força capaz de acabar com a escravidão⁵⁵⁴.

Já no formalismo enquanto estratégia de articulação da sociedade periférica com o mundo, é perceptível quando se examina do ponto de vista do mundo. A sociedade brasileira, desde sua colonização, sua emancipação política e transformação em Estado soberano, nesses distintos momentos, traz em si um caráter dual, visto que agrega a particularidade do seu percurso e se insere na história mundial. Esse processo de integração do território brasileiro no mundo, ou seja, a mundialização do Brasil, teria de implicar a sua dualidade, teria de ser uma para as questões internas e outra quanto às suas relações externas, e disso emerge uma tensão, porém, quanto mais se eleva o conteúdo da sociedade, menor é a escala do formalismo⁵⁵⁵. Esse é o sentido da dialética da dualidade, em que há uma dinâmica entre o momento nacional e o momento mundial, entre o particular e o geral⁵⁵⁶. Essa dualidade é uma estratégia de articulação da sociedade periférica com o mundo.

O formalismo é o recurso que vemos em Guerreiro Ramos para tratar da disjunção ideias liberais/realidade brasileira. Ele não deixa de pôr em evidência a distância entre a ideia e o lugar no mesmo movimento que salienta a distinção entre norma e conduta. Todavia, articula isso apontando para possibilidades de transformação e de aproximação.

⁵⁵³ RAMOS, 1966, p. 369.

⁵⁵⁴ CARVALHO, 2003, p. 232-234.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 412.

⁵⁵⁶ RAMOS, opus citatum, p. 413.

De acordo com Florestan Fernandes, o estatuto colonial começou a se extinguir após a Independência e a com a criação do Estado nacional. A sociedade nacional, apesar da Independência, manteve-se presa às amarras do mundo colonial por conta da escravidão e da dominação patrimonialista⁵⁵⁷. As elites que se empenharam pela Independência atuaram como elemento revolucionário, pois, em um curto prazo, direcionou os planos ideológicos e utópicos que organizaram o Estado nacional. É nessa esteira que Florestan Fernandes analisa como foi a absorção do liberalismo pelas elites nativas. O liberalismo deu forma e conteúdo às manifestações pela emancipação face ao estatuto e as maneiras de apropriação colonial. Os princípios liberais foram usados como modo de legitimar a autonomia política, assegurando o poder à elite que o absorveu. Por outro lado, esses princípios serviram para a manutenção das relações de dependência com as grandes potências econômicas da época⁵⁵⁸. O liberalismo exerceu o papel na construção do Estado nacional, possuía o nítido caráter instrumental, sendo palco para a conformação do Estado e para impulsionar conflitos⁵⁵⁹.

Portanto, ao contrário do que se proclama com frequência, o liberalismo exerceu influências sociais construtivas em várias direções concomitantes. Em vez de procurar-se ver nele um elemento “postiço”, “farisaico” ou “esdrúxulo”, seria melhor determinar o sentido e o alcance de suas influências.

[...] Na medida em que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela expansão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no País concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as nações hegemônicas do sistema.⁵⁶⁰

Destarte, a absorção do liberalismo “responde a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionaram a associação livre, mas heteronômica do Brasil” diante das nações que exerciam o controle sobre o mercado externo junto às estruturas de poder internacionais. Não cumpriu o papel de dinamizador cultural de uma sociedade autônoma, mas heteronômica, dependente⁵⁶¹. Ele não afetou drasticamente a vida política e social, no entanto, foi crucial para a criação de um Estado nacional, o liberalismo foi essencial à superposição e separação dos planos de organização do poder. Estruturou o Estado na mesma medida em que serviu de base

⁵⁵⁷ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2. ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976. p. 29.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 34.

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 35.

⁵⁶⁰ Ibidem.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 36.

para legitimar a dominação das camadas senhoriais⁵⁶². De todo modo, o liberalismo cumpriu o seu papel duplo de transcender e negar a ordem existente, abriu espaço à superação do mandonismo, do patrimonialismo e da escravidão⁵⁶³. Foi através do ideário liberal que foi possível a criação de um sistema representativo, sob uma constituição, e estabeleceu critérios para a instituição de uma sociedade civil⁵⁶⁴. Embora com limitações e deformações, mesmo sendo realidade restrita para uma minoria dos estamentos senhoriais, o liberalismo, reafirma Florestan Fernandes, “foi a força cultural vida da revolução brasileira”, uma vez que

O liberalismo desencadeou uma vaga de idealismo político que repercutiu de modo construtivo na organização, no funcionamento e no aperfeiçoamento da Monarquia constitucional. Esse ponto precisa ser devidamente ponderado, pois aí parece achar-se a explicação de uma aparente incongruência. Um País que mal emergia do estatuto colonial, engendrava não só um Estado nacional bastante moderno, mas, sobretudo, virtualmente apto à modernização ulteriores de suas funções econômicas, sociais e culturais.⁵⁶⁵

Dito de outra forma, o liberalismo foi o ideário político que inspirou as transformações políticas desde a Emancipação, à construção do Estado, e até a Abolição⁵⁶⁶, também o mecanismo de manutenção de uma estrutura econômica dependente e, por essa razão, heterônoma. Aqui, como na Europa, o liberalismo atendia às necessidades de um mundo novo.

Schwarz, ao se dispor a refletir sobre a realidade brasileira frente ao capitalismo, concebeu a impropriedade das ideias liberais no Brasil do século XIX, pois afixavam-se no universalismo, no trabalho livre e no mérito, enquanto predominava no Brasil o favor, o trabalho escravo e o privilégio. O liberalismo, para ele, era como uma fachada moderna para uma estrutura antiga. Bernardo Ricupero afirma que o êxito de Schwarz foi combinar a forma europeia com a matéria brasileira, as críticas que recaem sobre o crítico literário se dão pelo fato de o texto “As ideias fora do lugar” costumar ser entendido de maneira autônoma, e não como o problema de onde Schwarz parte para fazer a sua análise – nela a sociedade brasileira é concebida a partir da apropriação das ideias liberais, e a fachada moderna gera contradições e acomodações com a estrutura antiga, nessa dinâmica entre contradição e acomodação,

⁵⁶² FERNANDES, 1976, p. 37.

⁵⁶³ Ibidem, p. 39.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 40.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 38.

⁵⁶⁶ Pensamento similar ao de Jacob Gorender em entrevista concedida à revista *Estudos Avançados*. Gorender não considera que as ideias estivessem fora do lugar, pois asseguraram a emancipação e o estabelecimento da liberdade de comércio e da representação política para a classe dominante brasileira. Discorda ainda mais de Schwarz por não considerar que escravismo e liberalismo eram incoerentes entre si (LIBERALISMO e escravidão, entrevista com Jacob Gorender. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 209-222, 2002).

prevalecia a acomodação, a fachada adaptava-se, então, a estrutura já estabelecida. O propósito de Ricupero é destacar o ganho da análise de Schwarz, explicando o polêmico artigo por meio da compreensão do livro do qual é primeiro capítulo. A principal crítica à essa noção de impropriedade das ideias foi Maria Sylvia de Carvalho Franco, a socióloga depreendia que o problema da análise de Schwarz está no fato de ela pôr as transformações nas regiões coloniais, subdesenvolvidas, periféricas e dependentes como resultado do movimento das nações metropolitanas, desenvolvidas e industrializadas. Isso postula uma relação de exterioridade entre Brasil e Europa, concebe-os como modos de produção distintos, e não são, fazem parte de um mesmo sistema capitalista no qual o lucro delimita as conexões, e é daí que o favor se constitui, ele nasce das relações de mercado.

A vinculação entre forma e conteúdo estabelecida por Schwarz é, para Elias Palti, sua maior contribuição, dado que permite a associação entre estrutura e história, análise literária e reflexão social, quer dizer, de como a realidade local determina suas próprias formas de apropriação. No entanto, a acusação de falta de realismo político e inadequações de ideias carrega implicações conservadoras de crítica às ideias progressistas, haja vista que, do mesmo modo que as ideias liberais no século XIX eram alheias e impróprias à realidade brasileira, as ideias marxistas também o são. Outra crítica feita por Palti refere-se ao esquema de “ideias fora do lugar” colocar a Europa como o lugar da Verdade, por ser o lugar próprio das ideias, restando ao estudioso investigar a aplicação ou não das ideias, verificar se seu realismo é efetivo ou não. Porém, isso implica em conceber as ideias como representações da realidade e, por isso, não são determinadas pela conjuntura. O que Palti propõe é que as ideias sejam consideradas não pelo seu significado, mas pelo seu sentido, que é gerado pelo contexto, as ideias nunca estão fora do lugar, todavia, estão sempre desajustadas.

Em um texto que antecede em quase uma década a publicação do artigo de Schwarz, Guerreiro Ramos não o escreveu provocado pelo debate da impropriedade ou não das ideias liberais no Brasil do Dezenove. Entretanto, sua contribuição à discussão é vital, não só pelo seu teor em si, precipuamente, aqui, pela grande influência que sua obra teve na interpretação do Brasil imperial de Carvalho em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Conforme Guerreiro Ramos, a adoção, no Brasil, de ideias e instituições europeias, consiste num esforço para criar uma base de autoridade que fosse aceita no estrangeiro, contudo, a condição prismática da sociedade brasileira, isto é, a condição que reúne em si o antigo e o moderno, o atrasado e o avançado, acaba fazendo predominar o formalismo. Nele há uma diferença entre o que se normatiza e o que se faz, entre a lei e sua aplicação, entre a norma e conduta. Ramos assimila que o formalismo é um empenho por uma mudança social. Mesmo em meio à

discrepância, o idealismo das ideias e instituições e o realismo de sua dificuldade de aplicação efetiva, essa discrepância, para Guerreiro Ramos, não deixa de ser um esforço por mudança, para a superação do velho, do atraso. Por isso entende não ser o formalismo um fenômeno patológico nas sociedades prismáticas, e sim estratégia de superação da condição em que se encontra, na mesma medida em que também é estratégia de articulação da sociedade periférica com o mundo.

Já inserido no debate provocado por Schwarz, Florestan Fernandes manifesta-se expondo que, ao invés de se buscar no liberalismo sua impropriedade, seu caráter farisaico, o melhor é procurar o sentido e o alcance de suas influências. As ideias liberais legitimaram a autonomia política, no mesmo nível que serviram para a manutenção das relações de dependência com as grandes potências econômicas. Não forneceram impactos de transformação cultural e social, gerando autonomia, mas legitimaram o Estado e o poder das camadas senhoriais.

Na discussão posta acima, sobressai o caráter dual do liberalismo em Schwarz, Carvalho Franco, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, e está presente em Carvalho e Mattos. Para tais autores, de modo geral, o pensamento liberal atuou em duas frentes: 1) deu base ideológica para a criação do Estado nacional e suas instituições, legitimou a autonomia política, destacou os valores de liberdade e propriedade; 2) serviu de meio para marcar uma assimetria, uma relação de dependência diante das potências econômicas, marcando a distinção entre a Europa como centro de onde emanavam os modelos a serem seguidos, e o Brasil, como periferia, aberto aos modelos, influências e dominação do centro. Em Mattos, esse nexo de dependência é colocada mediante a noção de moeda colonial, uma ligação assimétrica de dependência econômica entre o Brasil e as nações civilizadas. Em Carvalho, essa relação de dependência aparece nos modelos, referências e inspirações que mobilizaram a elite política imperial na gestão do Estado.

Um dos pontos que permeia todo esse debate acerca do lugar ou não lugar das ideias liberais é o debate sobre a relação centro-periferia. Não como disjunção, todavia, como realidades que tanto se unem por relativo consenso, como se distanciam por contradições inerentes à essa relação. O sociólogo norte-americano Edward Shils, referência nas últimas décadas do século XX para pensar esta correlação nas sociedades modernas, procurou articular o fluxo e o refluxo existente no “processo contínuo de independência e antinomia entre a estrutura englobante e os outros constituintes da sociedade”⁵⁶⁷. Em *Centro e Periferia*, Shils

⁵⁶⁷ SHILS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992. p. 2.

empenha-se nas variações e mecanismos de consenso como fatores de integração nas sociedades modernas⁵⁶⁸. Não existe sociedade sem um mínimo de integração, podendo ser grande ou pequena. Os centros formam-se, conservam e mudam por meio da atribuição de qualidades carismáticas a pessoas, funções ou instituições⁵⁶⁹. Há certas afinidades entre o carismático (ou o sagrado) e o centro, e é isso que faz os seres humanos procurarem e rejeitarem esses centros⁵⁷⁰. Do centro emerge o conjunto dos valores e das crenças. Assim, o centro é “da ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade”⁵⁷¹. O centro é tido como fundamental e irredutível por muitas das pessoas que constituem a sociedade, em virtude disso, insere-se na natureza do sagrado. Qualquer sistema de valores apresenta uma postura positiva relativamente à autoridade estabelecida – em qualquer sociedade existe um mínimo de apreciação da autoridade, mesmo que de formas e níveis diferentes. Com a apreciação da autoridade, as instituições através das quais a autoridade funciona e as regras que emanam de tais instituições também são apreciadas. E, de acordo com Shils, em todas as sociedades, o sistema central de valores direciona a apreciação das instituições autoritárias. O sistema central de valores atravessa a aceitação e a incorporação da autoridade e se autolegitima, à proporção em que faz a “apreciação das qualidades que qualificam as pessoas para o exercício dessa autoridade ou que são características de quem exerce a autoridade”, tais qualidades podem ser étnicas, familiares, educacionais, profissionais, econômicas⁵⁷².

⁵⁶⁸ SHILS, 1992, p. 6.

⁵⁶⁹ Assumidamente influenciado por Weber, Shils utiliza-se, aqui, do conceito de dominação carismática desenvolvido pelo pensador alemão no livro *Economia e Sociedade*. Weber chama de dominação a possibilidade de obediência para determinadas ordens dentro de certo grupo de pessoas. Toda relação autêntica de dominação consiste numa certa vontade de obedecer, isto é, de *interesse* na obediência, seja este externo ou interno. Há três tipos puros de dominação legítima: a de caráter racional, de caráter tradicional e a de caráter carismático. A dominação racional se baseia “na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal)”. A dominação tradicional se baseia “na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade”. Já a dominação carismática se baseia “na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas”. Weber denomina “*carisma*” certa qualidade pessoal que permite que as pessoas de uma dada sociedade atribuam a uma pessoa poderes sobrenaturais ou qualidades sobrenaturais de maneira extracotidiana (cujas características e habilidades não são facilmente encontrados, o que dá a esta pessoa valor e reconhecimento atípicos numa determinada sociedade). Trata-se de um líder considerado pela sociedade um exemplo, enviado por Deus. O carisma tem validade a partir do momento que é reconhecido pelos dominados, mas este reconhecimento não constitui a razão da legitimidade. Na verdade, o reconhecimento é um dever daqueles que se depararam com a vocação e as provas da excepcionalidade do líder. Porém, se o “agraciado carismático” fica por muito tempo sem dar provas de sua força mágica ou heroica, então sua dominação carismática pode se desvanecer (WEBER, Max. Os tipos de dominação. In: _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. cap. 3, p. 139-198).

⁵⁷⁰ SHILS, opus citatum.

⁵⁷¹ Ibidem, p. 56.

⁵⁷² Ibidem, p. 57.

O sistema central de valores, tanto legitima a distribuição de funções, como recompensa as pessoas que possuem as qualidades indicadas por esse sistema, pois a aquisição dessas qualidades denota graus de proximidade no tocante à autoridade. Nessa circunstância, o sistema central de valores legitima o sistema institucional central (que envolve instituições econômicas, políticas, eclesiásticas e culturais), fornecendo modelos a serem seguidos para a aquisição de recompensas. A mera existência de uma autoridade numa dada sociedade implica na existência de um sistema central de valores que a legitima, recompensa quem se aproxima dos seus padrões e pune quem se afasta deles. Por mais que o sistema central de valores seja amplamente aceito, o consenso a respeito dele nunca é pleno. Existem diferentes opiniões, em todas as sociedades, acerca da autoridade, das instituições, das elites, da justiça, e mesmo os que consentem, o fazem em diferentes graus. Uma dispersão maior do sistema institucional sobre um dado território envolve uma afirmação menos intensa do sistema central de valores. Bem como quanto maiores forem as distinções sociais entre os que estão no topo de uma dada sociedade e os que estão abaixo deles, a possibilidade de afirmação intensa do sistema central de valores é menor. Porém, quanto maior o crescimento do mercado, o fortalecimento administrativo e tecnológico da autoridade, maior o contato com o sistema central de valores⁵⁷³.

Para Shils, as sociedades humanas possuem estruturas similares, nelas existem uma zona central dominante e zonas periféricas (físicas ou metafóricas), e há graus de distanciamento entre essas zonas e o centro. No centro há concentração de poder e autoridade e dele saem influências que interferem variavelmente nas pessoas que vivem no centro e na periferia. As sociedades são compostas por vários sistemas interdependentes (como o sistema econômico, sistema legal, organização política, sistema de parentesco, instituições culturais como universidades e igrejas), em cada um desses sistemas há organizações ligadas de maneiras diversas. Tais organizações possuem elite própria, cujas ações visam à preservação e o cumprimento dos objetivos da organização e controle dos seus membros. O poder não é distribuído igualmente entre os subsistemas e as organizações que fazem parte deles. Da zona central, há a definição de um sistema central de valores, enquanto a zona central se impõe sobre os indivíduos e demais zonas, estes aceitam e adotam seus valores, em um processo contínuo de dependência e interdependência, cujo papel do consenso é substancial, mas nunca invariavelmente partilhado por todos.

Entre o centro e a periferia, considerando o pensamento de Shils, existe uma relação que alterna entre dois lados e se constitui deles. De um lado existe uma autonomia entre as duas

⁵⁷³ SHILS, 1992, p. 63-65.

esferas, cada qual com a sua particularidade. De outro, as contradições entre ambas, que frisam os pontos de dissociação entre as esferas do centro e da periferia. Mesmo nessa alternância entre autonomia e contradições, o centro se instala como a estrutura que abrange e, de certo modo, conforma aspectos da periferia, isso ocorre por intermédio de distintos mecanismos de consenso em torno do que Shils chama de sistema central de valores, emanado do centro. A esse sistema central de valores, para discussão que nos interessa, consideramos liberalismo.

Em Carvalho e em Mattos, observamos como os dirigentes políticos do Império brasileiro operavam esse processo de demarcação da particularidade do Brasil frente as nações europeias, especialmente Inglaterra e França, acentuando as contradições – a exemplo das questões entorno da necessidade de manutenção da escravidão, tal como o processo de Abolição. Existia relativo consenso entre esses dirigentes políticos, um consenso que abrangia a conformação de um Estado dotado de um sistema representativo, com divisão dos poderes, a defesa da propriedade e do valor da liberdade. O consenso que tornava o Brasil vinculado às nações tidas como civilizadas estava em torno do ideário liberal, tanto pela necessidade do reconhecimento dessas nações, como assinalou Guerreiro Ramos, quanto pela capacidade que o liberalismo fornecia de possibilidades de transformação da ordem política e social, como reforçou Florestan Fernandes, também pela relação de dependência econômica constituída a partir desse ideário. Mas, sobremaneira, por essas nações, Estados liberais consolidados, serem modelo e inspiração, e, de alguma forma, mostrarem um caminho que deu certo. Por remeterem a modelos e inspirações, as ideias não estavam fora do lugar, ajustavam-se ao lugar distinto de sua origem, carregando novos sentidos, como colocado por Elias Palti – nos parece que esse foi o percurso analítico de Carvalho e de Mattos, ao se debruçarem nos discursos de deputados, senadores, ministros e conselheiros do Império, não buscavam encontrar ali a propriedade ou a impropriedade das ideias, porém, apegavam-se, cada um a seu modo, ao contexto de fala e o sentido que tal contexto gerara.

É nesse sentido de ajuste e de aquisição de sentidos que Mattos vai dizer que as ideias do liberalismo burguês “permitiram sublinhar com maior ênfase os monopólios da mão de obra e da terra, dos negócios e da política”⁵⁷⁴. Para o saquarema Marquês de São Vicente, a liberdade é o direito que salvaguarda os outros direitos, como a igualdade, a propriedade, a segurança e a dignidade humana⁵⁷⁵. “Fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América”⁵⁷⁶ – e foi nesse processo mútuo que houve a individuação da

⁵⁷⁴ MATTOS, 2011, p. 128.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 130.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 139.

classe senhorial e de um corpo político soberano, pois reclamavam um lugar na Civilização, sem embargo, insistiam em marcar a sua singularidade, já que “a África civiliza”⁵⁷⁷. Por tudo isso que, para Mattos, em meados do século XIX, as ideias pareciam estar no lugar⁵⁷⁸.

Com uma postura bastante clara nesse debate sobre o lugar das ideias, Carvalho deixa claro que se trata de um debate estéril, pressupõe que os dirigentes do Império tinham clareza quanto ao modelo a seguir, e mais ainda, quanto aos meios para fazê-lo. O modelo poderia englobar aspectos característicos de um país civilizado: governo constitucional estável, administração organizada e eficiente, certo grau de liberdade e igualdade, população educada, e progresso material⁵⁷⁹. O flerte com essa inspiração longínqua era limitado pela postura amplamente intervencionista⁵⁸⁰, pelo constrangimento da necessidade de manutenção da escravidão⁵⁸¹ que se alternava com a direta defesa da escravidão⁵⁸². Havia uma clara posição eurocêntrica, visto que a referência a países europeus era considerada legítima, devendo seu exemplo conformar o Brasil⁵⁸³. No entanto, o liberalismo, em seus aspectos econômicos e políticos, deveria “sofrer as modificações exigidas pelas fases porque indispensavelmente passam as nações dentro de sua esfera”⁵⁸⁴. Isto é, as ideias passavam – conforme análise de Carvalho, sobre a filosofia que guiava a política imperial a partir das Atas do Conselho – pelo crivo da particularidade nacional, do momento vivenciado pela nação.

3.3 Passados não superados: democracia e liberalismo *ainda* como questões

O debate atinente à impropriedade das ideias liberais no Brasil do século XIX foi acalorado nas décadas de 1970 e 1980, e está presente em *A Construção da ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*, como já vimos. Esse debate é pertinente sobretudo se levarmos em conta um dos principais problemas sobre o qual se debruçam Carvalho e Mattos, no caso, a construção do Estado imperial. As questões a respeito do Estado brasileiro – sua conformação, seus limites, sua natureza – estavam também em voga nos anos 70 e 80 do século XX, isso porque, diante do golpe militar de 1964 e o regime autocrático resultante dele, a frustração com o então presente apontava para o passado em uma busca por uma referência de

⁵⁷⁷ MATTOS, 2011, p. 139.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 289.

⁵⁷⁹ CARVALHO, 2003, p. 381.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 382.

⁵⁸¹ Ibidem, p. 378.

⁵⁸² Ibidem, p. 366.

⁵⁸³ Ibidem, p. 365.

⁵⁸⁴ Ibidem, p. 368.

Estado distinta daquela a que se experimentava no período de 1964 até 1985. Isso explica, em parte, a atenção dispensada nos textos de Carvalho e de Mattos pelo sistema monárquico, pela elite política e pelos Saquaremas – no século XIX se consolidou um Estado liberal, com sistema representativo vigente, com atuação de partidos, estável. Se não era uma democracia, tampouco era uma autocracia. Se não era um passado que servia de exemplo, ao menos inspirava, abria a possibilidade de uma realidade distinta da vivenciada.

A frustração com o presente também sinalizava para o futuro, para uma expectativa de democratização, de retorno de um sistema representativo atuante, nas possibilidades de futuro que se abriam. Os setores mais progressistas viram seu horizonte revolucionário ruir diante da queda do muro de Berlim, e mesmo os que não eram progressistas foram também colocados no imbróglio das incertezas, posto que, o histórico de horrores do século XX lançava dúvidas também acerca do Estado liberal e democrático. As dúvidas e as angústias, que encontraram seu auge na década de 1980, atingiram não só as perspectivas políticas, mas também as ciências sociais como um todo, e a história em particular. Dúvidas e questionamentos levaram aos historiadores a mergulharem numa autocrítica que levou a emergência da história da historiografia – essa crescente autocrítica expandiu-se, no Brasil, mormente, a partir dos anos iniciais do século XXI, e se hoje nos colocamos analisando dois textos como *A Construção da ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema* é porque este trabalho também é fruto desse movimento de autorreflexão que atingiu a história. O desafio é particularmente delicado, posto que não se trata de textos que marcaram uma geração, influenciaram os estudos a respeito do Brasil no século XIX, não são textos que um dia foram referência. Eles ainda o são. O fato é que os textos de Carvalho e de Mattos fazem parte do “aqui” e do “agora”, são obras que carregam fortuna crítica de mais de 30 anos, contudo, ainda explicam o século XIX. O ponto sensível é que elas permanecem em um entre dois tempos, situam-se no presente, não é um passado superado, sobre cuja linguagem e conceitos é preciso fazer uma ponte analítica e tornar inteligíveis ao leitor hodierno.

Para o que nos interessa, faremos um percurso para entender como esse universo de incertezas políticas e epistemológicas afetam não somente os textos de Carvalho e de Mattos, mas a nossa leitura sobre eles. Trataremos de questões referentes à ascensão da história da historiografia, à historiografia da década de 1980, com o texto de Francisco Gouvea de Souza, compreenderemos o cenário de crise do Estado nas décadas de 1970 e 1980, para, por fim, pensarmos nos debates tangentes ao Estado liberal e ao próprio liberalismo, partindo das críticas de Norberto Bobbio e de Domênico Losurdo, que são pertinentes a nosso tempo. O exercício é

para apreender como as questões a respeito do Estado e pensamento liberal, em Carvalho e em Mattos, ainda nos cabem.

Desde o final do século XX, a escrita da história vem ocupando um espaço considerável no debate historiográfico. Esse movimento da história revisitando-se, repensando-se, surgiu como resultado de dois fatores, segundo François Hartog: 1) como reação dos historiadores ao movimento chamado de *virada linguística*, a partir do qual a perspectiva narrativista do conhecimento histórico chegou a pôr em xeque a própria validade do conhecimento histórico⁵⁸⁵; 2) como resposta dos historiadores a uma mudança em nossa relação com o tempo, no cenário de crise, que Hartog chama de *regime de historicidade moderno*⁵⁸⁶, o tempo histórico, marcado pela tensão e distanciamento entre a experiência e a expectativa, abre espaço para um presente amplo que subsiste, um passado constantemente revisitado e um futuro estreito em suas possibilidades⁵⁸⁷. Como resposta a esses fatores, surgiram movimentos dentro do campo disciplinar da história dedicados a analisar a escrita da história, dedicados à história da historiografia.

Para além desses fatores, a história – e a sua escrita – precisa ser continuamente repensada. Essa necessidade se dá haja vista as mudanças nos critérios de juízo dos eventos ao longo do tempo, o que provoca variações na percepção e na seleção dos fatos históricos, levando à modificação da imagem da própria história. A escrita da história recebe a interferência dos posicionamentos dos historiadores e de suas necessidades e condições de vida. Diante das mudanças das necessidades e das condições de vida, a história tem também que se modificar, carecendo ser reescrita, como bem analisa Adam Schaff⁵⁸⁸. Não muito diferente do que sistematiza Koselleck ao estudar os efeitos da mudança de experiência na modificação de método⁵⁸⁹, dessa análise, temos que a história se refere sempre a experiências, sejam elas diretas ou indiretas, próprias de quem a escreve, ou alheias a ele, daí inferirmos que as maneiras (ou formas) de contar a história podem se relacionar a modos de fazer, reconhecer ou modificar

⁵⁸⁵ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 229.

⁵⁸⁶ No *regime de historicidade moderno* o passado é ultrapassado, “o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete”, e assim o futuro foi concebido como referência que organiza o passado. É no seio de todo esse contexto que a história se constitui como disciplina, capaz de oferecer um conhecimento sobre o passado da sociedade dotado de verdade e eficiência. A história se assentaria cada vez mais na capacidade de compreender e explicar processos históricos em sua unicidade, e o futuro passou a ser preponderante para a leitura do presente (HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 137).

⁵⁸⁷ HARTOG, 2013, p. 260.

⁵⁸⁸ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 272.

⁵⁸⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014. p. 27-50.

experiências. E frente à modificação ou do reconhecimento da experiência ocorre, na maior parte das vezes, uma mudança metodológica que obriga a história a ser reescrita. Desse jeito, toda essa crescente que temos visto nas últimas três décadas nas pesquisas sobre a história da historiografia vem abrindo novos espaços de experiências que, num fluxo contínuo e não linear, conduz a história a colocar a si mesma como objeto.

No Brasil, como alertam Valdei Lopes de Araújo e Fernando Nicolazzi, a falta de autonomia da história da historiografia foi notada por José Honório Rodrigues, mas foi a datar da década de 1980 que trabalhos pioneiros começaram a se produzidos no Brasil⁵⁹⁰, como os de Arno Wheling e de Manoel Salgado Guimarães. Desde então, a história da historiografia enquanto estudo crítico da escrita da história, vem sofrendo um incremento relevante, e sendo regularmente estudada. Assim, toda essa reflexão sobre a escrita da história no Brasil é recente. Consoante Lucia Maria Pachcoal Guimarães, atualmente, a história da historiografia “adquiriu contornos particulares e cada vez mais complexos”, frutos da própria expansão da investigação histórica a partir dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de história, em boa parte do país⁵⁹¹.

No entanto, esse movimento de autorreflexão disciplinar atinge várias disciplinas há quase 20 cinco anos e, entre os historiadores, levanta uma série de questionamentos relativos a seus procedimentos, seu lugar e sua função. Já no final da década de 1980, ocorreu uma tomada de reflexão mobilizada por incertezas, dúvidas e crises de identidade em relação à história, houve um movimento de convite à reflexão e de diagnóstico, esforços válidos para um período de incertezas, no momento em que a história mergulhava num panorama de redefinições de seus projetos e de suas práticas⁵⁹².

Nesse sentido, em um ensaio que pretende abordar a ligação entre a democracia e incerteza, Francisco Gouvea Sousa analisa certa historiografia da década de 1980, no Brasil, percebendo como a democracia e seus limites estavam no centro do debate dessa historiografia⁵⁹³. A democracia, na citada década, era entrecortada por incertezas, havendo

⁵⁹⁰ ARAÚJO, Valdei Lopes de; NICOLAZZI, Fernando. A história da historiografia e a dinâmica do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLA, Flávia et al. (orgs.). *A dinâmica do historicismo: Revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 11.

⁵⁹¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 9.

⁵⁹² HARTOG, 2013, p. 248-249.

⁵⁹³ Os textos analisados por Francisco Sousa são: *O Diabo na terra de Santa Cruz*, da Laura de Mello e Sousa (1986); *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Rohloff de Mattos (1994); *A Invenção do Trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes (2005); *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho (1987). (SOUSA, Francisco Gouvea. *Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização*. Anos 90, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-181, 2018).

consenso a respeito do voto e da representação, mas não especificamente sobre o que era democracia em si, de modo que o saldo dos anos 1980 foi mais de dúvidas do que de respostas, pairando um tom cético, carregado de incertezas⁵⁹⁴. Os textos averiguados tinham como horizonte a redemocratização, e “a atualidade e permanência da produção destes anos se deve, ao que tudo indica, à continuidade de um horizonte”⁵⁹⁵. Nesse horizonte, as diferentes expectativas de futuro dissolveram-se quando atravessadas, no Brasil, por dois processos: o de abertura política após duas décadas de ditadura civil-militar, e pelo fim da União Soviética – nesse linhame, a luta contra os regimes militares e o elogio à democracia se tornou uma demanda, à medida que o marxismo passou a ser revisto enquanto prática política e enquanto conhecimento⁵⁹⁶.

A articulação entre democracia representativa e democracia direta passou a ser tratada pelo marxismo, e houve o afastamento de crítica à propriedade privada. O horizonte revolucionário perdeu-se face a própria experiência dos regimes militares, porém, foi agravado pelo fim da Guerra Fria e, desde então, democracia e comunismo não poderiam ser postos em lados opostos. A natureza autoritária do Estado brasileiro foi colocada como traço constante de sua história, e a própria ditadura perdia a sua excepcionalidade⁵⁹⁷. Em meio a essa dolorosa constatação de nossa cruel tradição autoritária, as experiências da redemocratização, por ser múltipla em si, fez surgir a necessidade de uma história dos vencidos, levantando novos sujeitos históricos, novas vozes, novos movimentos sociais⁵⁹⁸. Essas vozes e esses novos sujeitos aparecem de várias formas na historiografia analisada por Sousa: por meio de um longo processo de sincretismo religioso que rompeu com uma suposta unidade cultural através de noções como circularidade, troca, negociação⁵⁹⁹; mediante vozes dos sindicatos em movimento⁶⁰⁰; por meio de uma forma de cidadania nascida no vazio e pela violência do Estado, em que os vencidos eram postos como protagonistas⁶⁰¹; por intermédio de uma revitalização do passado imperial em que a dinâmica entre Saquaremas e Luzias definiu a classe senhorial enquanto constituiu o Estado, reluzindo um passado que não era um desacerto⁶⁰².

De sua investigação, Sousa conclui que se o conceito de Revolução perdia seu sentido, o futuro que se descortinava por um horizonte revolucionário impunha uma desaceleração. Nos

⁵⁹⁴ SOUSA, 2018, p. 161.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p. 162.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p. 163.

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 167.

⁵⁹⁸ *Ibidem*, p. 171.

⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 172.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 175.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 176.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 175.

debates públicos, o tempo lento da democracia foi sendo minado pelo passado arcaico, forçando a convivência entre a democracia e uma natureza autoritária, à proporção que assumia a função de superar essa natureza. O chão desses livros analisados foi a redemocratização, considerando a relevância e atualidade desses textos, Sousa afirma ser esse também o nosso chão⁶⁰³.

As dúvidas e as questões concernentes ao Estado traziam em si à natureza autoritária do Estado, os debates acerca da democracia, e, também, o Estado de bem-estar social, construído na terceira metade do século XX, estava em debate. Quando na década de 1930 surgiu, no Brasil, o *Welfare State*, foram as decisões autárquicas e de caráter predominantemente político que o possibilitaram. Visava-se o controle do Estado sobre os antagonismos entre classes; o Estado era visto como representante do bem comum, segundo Marcelo Medeiros⁶⁰⁴. A datar de 1964, com o Regime Militar, esse modelo de *Welfare State* perdeu seu caráter populista e adquiriu um caráter compensatório, fazendo as políticas assistencialistas buscarem reduzir os impactos da crescente desigualdade e possibilitar o desenvolvimento econômico com a relativa distribuição de recursos⁶⁰⁵. Diante da crise a atingir o mundo após 1973, os problemas sociais intensificaram-se de maneira devastadora na sociedade brasileira, afetando drasticamente as políticas assistencialistas.

A década de 1980, a década perdida, acabou por levar os primeiros governos civis a lidarem com a aceleração da inflação e a necessidade de estabilização econômica. Nessa direção, Brasília Sallum Jr. e Eduardo Kugelmas propõem uma linha de análise que considere que o que estava em questão, na década de 1980, não era a estruturação do regime político, mas a estruturação do próprio Estado⁶⁰⁶.

O conceito de regime diz respeito ao âmbito político-institucional. Refere-se: às regras que ligam os principais centros de poder político (Legislativo, Executivo, Judiciário, sistema partidário e diferentes níveis de poder na Federação); e aos laços políticos que vinculam os cidadãos e a classe política (democracia mais ou menos extensa, oligarquia etc.). O conceito de Estado diz respeito à articulação entre o poder político e o conjunto do corpo social, isto é, a realidade social perpassada por conflitos fundados em diferenciações interclasses e intraclasse.

Esta distinção analítica entre Estado e regime político é importante, na medida em que o padrão básico de articulação política, isto é, as relações de domínio entre classes e frações de classe, comporta variações consideráveis nas regras pertinentes ao âmbito político-institucional; uma mesma forma de Estado pode se organizar sob vários regimes políticos. No caso da transição política brasileira, a distinção é crucial porque

⁶⁰³ SOUSA, 2018, p. 178.

⁶⁰⁴ MEDEIROS, Marcelo. *A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília: IPEA, 2001. p. 9.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 14.

⁶⁰⁶ SALLUM JR, Brasília; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-159, 1991. p. 145-146.

[...] a crise do regime autoritário é sobre determinada pela crise da forma de Estado característica da sociedade brasileira desde os anos 30.⁶⁰⁷

Com as dificuldades econômicas dos anos 1980, o Estado foi se fragilizando, reduzindo sua capacidade econômica de condução do sistema capitalista nacional. Tais dificuldades tiveram papel fundamental na desagregação final do regime militar e, por conseguinte, inferiram-na conformação do governo que se instaurou em março de 1985. Essa transição política não foi marcada por uma ruptura da ordem institucional.

O regime resultante do golpe militar de 1964 pode ser caracterizado por: um presidencialismo exacerbado, de base militar; com o Parlamento e os partidos quase nulos; o peso desproporcional da União sobre os Estados e municípios; reduzida participação da população na política. Entretanto, defronte às seguidas crises de 1970 e 1980, o governo federal foi deixando de usar toda a plenitude do seu poder outrora constituído. O próprio Congresso Nacional ganhou autonomia, afetando sua conduta política ao enfrentar o Poder Executivo⁶⁰⁸. Nesse ínterim, a fragilização do Estado expôs as rachaduras no edifício político do regime, a que “a redução da capacidade financeira do Estado, proveniente da crise, aprofundou as divergências político-partidárias já existentes e debilitou o esquema de sustentação política regional e parlamentar do governo federal”⁶⁰⁹. Mesmo reputando que, diante do fracasso do movimento das “Diretas Já!” – a escolha indireta para a presidência da República tenha significado a perpetuação de uma das características básicas do regime, a participação popular limitada no processo político – vale considerarmos que “o que estava em jogo na crise econômica brasileira é a constituição de um pacto político que abra caminho não só para a construção de um novo regime, mas também para uma reformulação do próprio Estado”⁶¹⁰.

O Estado era, portanto, um problema, uma questão a ser resolvida. Mais do que isso, a solução para a crise que se estendia. Dos modelos de sucesso a que se tinha como referência, certamente, a alternativa viável, possível, era o Estado liberal. Resta-nos esclarecer as nuances desse referido Estado e os valores que lhe davam sustentação.

Nas reflexões desenvolvidas por Norberto Bobbio e por Domenico Losurdo, vemos alguns pontos de contradições dentro das determinações do liberalismo, e até constrangimentos.

A análise feita por Norberto Bobbio a respeito do liberalismo tem contornos peculiares, pois, no seu esforço, contrapõe, associa e confronta-o com a democracia. “Por ‘liberalismo’

⁶⁰⁷ SALLUM JR, 1991, p. 147.

⁶⁰⁸ SALLUM JR; KUGELMAS, 1991, p. 152-153.

⁶⁰⁹ Ibidem, p. 154.

⁶¹⁰ Ibidem, p. 157.

entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tão ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social”⁶¹¹. É possível a existência de um Estado liberal sem que seja democrático, um governo democrático não leva necessariamente a um Estado liberal, “ao contrário, o Estado liberal foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal”⁶¹². Benjamin Constant contrapõe liberalismo e democracia, uma vez que compreendia que a atuação direta nas decisões coletivas acabaria por preferir o indivíduo frente ao todo, e enseja que o indivíduo, enquanto pessoa privada, não seja livre.

O pressuposto filosófico do Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborado pela escola de direito natural (ou *jusnaturalismo*): a doutrina segundo a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independe de sua vontade, e menos ainda de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade.⁶¹³

O jusnaturalismo é o pressuposto filosófico do liberalismo, funda os limites do poder sobre a base de uma concepção geral e hipotética da natureza do homem, que está acima de qualquer verificação empírica e de qualquer prova histórica⁶¹⁴. Bobbio assevera ser esta construção fantasiosa, dado que presume um Estado originário do homem cujo objetivo é justificar os limites do poder do Estado. A doutrina dos direitos naturais de fato está na base das Declarações de Direitos proclamados pelos Estados Unidos, a partir de 1776, e pela França revolucionária, desde 1789, através das quais se define o Estado liberal pelo princípio basilar de ser um Estado limitado⁶¹⁵. Historicamente, o Estado liberal nasceu do progressivo desgaste do poder absoluto, e é justificado “como resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura”⁶¹⁶.

O percurso histórico foi exatamente o inverso: primeiramente, partiu-se de uma condição inicial de servidão, seguida por uma lenta e crescente conquista de espaços de liberdade, logo, o processo de liberalização foi gradual, mas a doutrina jusnaturalista traçou um

⁶¹¹ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2017. p. 39.

⁶¹² *Ibidem*, p. 39.

⁶¹³ *Ibidem*, p. 41.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 42.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 43.

⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 44.

caminho inverso por pressupor um Estado inicial de liberdade e “somente na medida em que concebe o homem como naturalmente livre é que consegue construir a sociedade política com uma sociedade de soberania limitada”⁶¹⁷. O jusnaturalismo colocou a *priori* aquilo que veio a *posteriori*, e do jusnaturalismo emergiu o contratualismo.

[...] o que une a doutrina dos direitos do homem e o contratualismo é a comum concepção individualista da sociedade, a concepção segundo a qual primeiro existe o indivíduo singular com seus interesses e seus carecimentos, que tomam forma de direitos em virtude da admissão de uma hipotética lei da natureza, e depois a sociedade, e não vice-versa, como sustenta o organicismo em todas as suas formas, segundo o qual a sociedade é anterior aos indivíduos ou, para dizer, com a fórmula aristotélica destinada a ter êxito ao longo dos séculos, o todo é anterior às artes [...]⁶¹⁸

O contratualismo, nessa acepção, subverte as relações entre indivíduo e sociedade, tornando a sociedade não mais um advento natural, existente independentemente da vontade dos indivíduos, contudo, torna a sociedade um corpo artificial resultante da ação deliberada dos indivíduos, e, portanto, carrega a sua imagem e semelhança, criada para atender seus interesses e necessidades, por conseguinte, para o exercício mais amplo dos seus interesses.

Quando trata dos limites do Estado, Bobbio faz a distinção entre o Estado de direito e o Estado mínimo. Informa ser, o liberalismo, uma doutrina do Estado limitado, tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. O Estado de direito é aquele que composto pela limitação dos seus poderes, por sua vez, o Estado mínimo traz em si a limitação das suas funções⁶¹⁹. O Estado de direito é dotado de mecanismos constitucionais que objetivam defender os indivíduos dos abusos do poder, garantindo “a chamada liberdade negativa, entendida como a esfera da ação em que o indivíduo não está obrigado por quem detém o poder coativo a fazer aquilo que não deseja ou não está impedido de fazer aquilo que deseja”⁶²⁰. Já o Estado liberal, assim como Estado mínimo, têm suas funções limitadas, visto que é mais fácil de controlar. Ele se opõe ao “Estado de bem-estar social”, pois, desde o ponto de vista do indivíduo, o Estado se figura como mal necessário, devendo intrometer-se minimamente na esfera de ação dos indivíduos⁶²¹. A doutrina liberal acaba por definir a liberdade como liberdade em relação ao Estado e, nos processos de formação e transformação do Estado liberal ao longo do século XIX e XX, ocorre o progressivo alargamento da esfera do indivíduo defronte aos poderes públicos,

⁶¹⁷ BOBBIO, 2017, p. 44.

⁶¹⁸ Ibidem, p. 45.

⁶¹⁹ Ibidem, p. 46.

⁶²⁰ Ibidem, p. 48.

⁶²¹ Ibidem, p. 49.

o que torna a união Liberalismo-Democracia uma relação sensível e posta à prova em meio à tantas transformações e aprofundamentos nas noções de indivíduos e sua inalienável e crescente liberdade.

Enquanto teoria do Estado, o liberalismo é moderno, já a democracia, como forma de governo, é antiga⁶²². Durante muito tempo, o liberalismo dos modernos e a democracia dos antigos, foram considerados inconciliáveis, tanto porque os antigos não conheciam o jusnaturalismo e nem os limites de poder da própria atividade do Estado, como também porque os modernos liberais já nasceram sob a desconfiança em relação a toda forma de governo popular⁶²³. Bobbio demonstra que a democracia moderna não é incompatível com o liberalismo, e, em até certo ponto, é sua continuação natural, todavia, isso somente se o termo “democracia” for tomado mais em seu significado procedimental do que substancial. No primeiro caso, a democracia é entendida como o governo do povo; no segundo, como governo para o povo. É o primeiro que se liga à formação do Estado liberal⁶²⁴. A democracia só pode ser assimilada como prosseguimento e aperfeiçoamento do Estado liberal se considerarmos sua fórmula política, que é a da soberania popular. Mesmo que muitos escritores liberais tenham contestado a extensão do sufrágio universal – tanto que, no momento de formação do Estado liberal, a participação no voto unicamente era permitida aos proprietários –, hoje foi formada uma interdependência, convertendo em inconcebível um Estado liberal que não seja democrático, tampouco Estados democráticos que não sejam liberais, isso porque “o método democrático é necessário para salvaguarda dos direitos fundamentais das pessoas que estão na base do Estado liberal”, e também “a salvaguarda desses direitos é necessária para o correto funcionamento do método democrático”⁶²⁵. A gradual conversão entre a tradição liberal e a democrática ocorreu devido

[...] a formação de partidos socialistas e, ainda mais, o aparecimento, no século XX, de regimes nem liberais nem democráticos, como os regimes fascistas, e do regime instaurado pela revolução de outubro na Rússia; diante da representada pelos Estados totalitários do século XX, as diferenças originárias entre liberalismo e democracia tornar-se-ão histórica e politicamente irrelevantes.⁶²⁶

O fato é que a relação entre democracia e liberalismo sempre teve seus graus de dificuldade, sem embargo, hoje, diante do Estado mínimo – versão do Estado mais coerente

⁶²² BOBBIO, 2017, p. 56.

⁶²³ Ibidem, p. 60-61.

⁶²⁴ Ibidem, p. 60.

⁶²⁵ Ibidem, p. 65.

⁶²⁶ Ibidem, p. 87.

com a limitação de poder que é inerente ao pensamento liberal – esta ligação tornou-se mais difícil do que nunca. Nos últimos anos, a principal polêmica gira em torno da ingovernabilidade, ou melhor, da insuficiência do poder dos governos liberais frente aos conflitos de uma sociedade complexa⁶²⁷. Essa questão da ingovernabilidade que vem condenando os regimes democráticos hoje pode ser articulada em três pontos. Primeiro, os regimes democráticos são caracterizados “por uma desproporção crescente entre o número de demandas provenientes da sociedade civil e a capacidade de resposta do sistema político”⁶²⁸. Segundo, nos regimes democráticos há mais conflitos do que nos regimes autocráticos, porquanto, nos regimes democráticos, há uma convivência maior entre indivíduos e grupos que representam interesses diversos⁶²⁹. Terceiro, nos regimes democráticos, o poder está mais amplamente distribuído, difuso, por isso há mais instâncias e lugares de onde se emanam decisões coletivas, o poder em uma sociedade democrática é fragmentado, o que cria concorrência entre poderes e instâncias, e aumenta o conflito⁶³⁰. O ponto crítico é que a denúncia da ingovernabilidade dos regimes democráticos aponta para soluções autoritárias em duas direções – de um lado reforçando o Poder Executivo, de outro lado a imposição de limites para a esfera de decisões, restringindo a regra típica da democracia, a regra da maioria⁶³¹.

Na “Introdução” do livro de Norberto Bobbio, *Liberalismo e Democracia*, Franco Manni desenvolve reflexões pertinentes à discussão que colocamos aqui. Como prática política, o liberalismo surgiu com as duas revoluções inglesas no século XVIII e, desde então, difundiu-se nos países ocidentais⁶³². O liberalismo costuma ser uma das respostas que são dadas a uma pergunta tão específica quanto ampla: como a soberania é exercida? Ou ainda: de que maneira comanda aquele ou aqueles que comandam o Estado? O absolutismo diz que quem comanda, comanda tudo. O liberalismo responde que quem comanda, comanda somente alguma coisa, deve ter um poder limitado⁶³³. Trata-se de uma teoria e uma prática da limitação do poder soberano, seja esse soberano um único, alguns poucos ou a maioria. Independentemente de quem for o soberano, em um Estado liberal, o indivíduo tem liberdade religiosa, liberdade de crítica ao governo, de se manifestar contra o governo, associar-se a partidos, mover-se livremente no território do Estado, ou fora dele. O governo não pode ordenar a prisão de um

⁶²⁷ BOBBIO, 2017, p. 102.

⁶²⁸ Ibidem, p. 103.

⁶²⁹ Ibidem, p. 104.

⁶³⁰ Ibidem, p. 104-105.

⁶³¹ Ibidem, p. 105.

⁶³² MANNI, Franco. Introdução. In: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2017. p. 17.

⁶³³ Ibidem, p. 10.

cidadão, prisão e processo são competências da magistratura⁶³⁴. Franco Manni continua: os liberais clássicos, a saber Locke, Constant e Mill, sempre desconfiaram do poder, por essa razão, sempre indicaram que ele deve ser controlado e limitado, mas, diante das guerras e genocídios ocorridos nos séculos XX e XXI, muitos se deram conta da urgência desse controle aplicado a qualquer qualidade de soberano – os liberais clássicos dos dois últimos séculos compreenderam o perigo de uma tirania da maioria em uma democracia pura, e escaparam da idealização do povo bom⁶³⁵.

A ditadura da maioria, os riscos de uma democracia pura, ingovernabilidade. As soluções autoritárias como resultado da expansão da democracia, como solução para a ingovernabilidade, assinalam que a relação entre liberalismo e democracia é sensível, que encontrou estabilidade face às opções totalitárias e socialistas, no entanto, ainda apresenta tensões. Por sorte, a liberdade do indivíduo é o valor acima de todos os outros carregados pelo pensamento liberal. Domenico Losurdo discorda.

Conforme Domenico Losurdo – “tradição de pensamento que situa no centro de suas preocupações a liberdade do indivíduo” – essa é a definição costumeiramente dada ao liberalismo,⁶³⁶. A história, ou como ele mesmo diz, a contra-história do liberalismo, desenvolvida pelo intelectual italiano, perpassa a Inglaterra do século XVIII e segue até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, vai desde a defesa da liberdade como direito natural do homem, até uma realidade em que os países de tradição liberal consolidam as bases de um Estado com poder legítimo sobre a vida, a morte e a liberdade dos indivíduos, quando a liberdade foi sepultada em nome da pátria⁶³⁷. Losurdo começa sua crítica dizendo que os grandes defensores da liberdade entenderam a escravidão como um bem positivo para a civilização, cita John C. Calhoun como um desses defensores, não obstante, acreditava que os negros só poderiam sobreviver na condição de escravos. Mesmo John Locke, o “pai do liberalismo”, tinha como “óbvia e natural a escravidão nas colônias”⁶³⁸. Calhoun era proprietário de escravos, e Locke possuía sólidos investimentos no tráfico dos negros. Por esses motivos, consoante Losurdo, não se deveria sustentar a ideia de liberalismo “como pensamento e vontade da liberdade”⁶³⁹, sobretudo porque a escravidão não era algo que subsistiu, apesar do sucesso de três revoluções liberais, ao contrário, ela chegou ao ápice do seu desenvolvimento

⁶³⁴ MANNI, 2017, p. 11.

⁶³⁵ Ibidem, p. 15.

⁶³⁶ LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida/São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 15.

⁶³⁷ Ibidem, p. 343.

⁶³⁸ Ibidem, p. 17.

⁶³⁹ Ibidem.

em virtude dessas três revoluções liberais⁶⁴⁰. O mesmo país que exerceu o primado no movimento liberal, o fez também no comércio e na posse dos escravos negros. Losurdo reafirma: “o que contribui de forma decisiva para o crescimento deste instituto, sinônimo de poder absoluto do homem sobre o homem, é o mundo liberal”⁶⁴¹.

Após a Guerra de Secessão, a postura do mundo liberal se dividiu, ainda havia aqueles que associavam a glória de Atenas e de Roma à escravidão, mas começava a predominar a ideia da inutilidade da escravidão, conseqüentemente, com o fim da guerra, um ciclo histórico se fechou, “derivados juntos de um singular parto gêmeo, que os entrelaça um ao outro em uma relação não isenta de tensões, agora o liberalismo no seu conjunto rompe com a escravidão propriamente dita, com a escravidão racial e hereditária”⁶⁴². nesse enquadramento, tanto a Inglaterra do século XVIII quanto os Estados Unidos do século XIX são considerados referências liberais, a insistente defesa da igualdade entre os homens livres, e a reivindicação de liberdade para o senhor ser juiz do seu próprio servo, como poder de vida e morte sobre o subjugado⁶⁴³. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, vigorava uma admiração por um regime de liberdade republicana alicerçado na escravidão ou na servidão de parte substancial da população, era a defesa de uma “democracia para o povo dos senhores”⁶⁴⁴. Sob essa mesma esteira do liberalismo que povos americanos foram subjugados e exterminados, sob essa mesma esteira, ao final do século XIX, se alimentou o social-darwinismo, principalmente na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, potências que estavam no auge em termos econômicos, de influência e prestígio internacional. Esse darwinismo-social afiançou, nesses países, a ideia de pertencimento a uma família ou raça que atribuíam o seu sucesso à seleção natural que premia os melhores⁶⁴⁵.

E Losurdo avança:

Resta o fato de que o termo “liberal” nasce de uma autodesignação orgulhosa, que ao mesmo tempo tem uma conotação política, social e até étnica. Estamos diante de um movimento [...] que visa reunir as pessoas autenticamente livres, isto é, o povo que tem o privilégio de ser livre. [...] Por isso, fora da comunidade dos livres e dos bem-nascidos, a servidão ou a escravidão não apenas não é excluída, mas é até pressuposta.⁶⁴⁶

⁶⁴⁰ LOSURDO, 2006, p. 53.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 53.

⁶⁴² Ibidem, p. 87.

⁶⁴³ Ibidem, p. 152.

⁶⁴⁴ Ibidem, p. 153.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 256.

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 286.

Esse movimento de apreço seletivo e restrito de apologia à liberdade de uns, culminou, no século XX, com a “custódia ciosa da autonomia individual e pelo amor ao autogoverno e à liberdade”⁶⁴⁷, quando as grandes potências, avatares da liberdade individual, enfrentaram-se em uma guerra total, e aqueles que outrora se reverenciavam como parte de uma família teutônica, passaram a mobilizar cultura e exércitos num antagonismo que dilacerou a Europa por 30 anos, entrecortados por frágil armistício⁶⁴⁸. O fim da Guerra de Secessão e a Abolição da Escravidão não encerraram o Estado racial, este continuava amplamente a subsistir – nos Estados Unidos, a discriminação e opressão contra os negros se enfureceu na mesma medida em que as práticas de genocídio à população indígena. O princípio da igualdade racial só adentrou como elemento constitutivo da identidade liberal a partir da metade do século XX⁶⁴⁹, após seguidas guerras, catástrofes e genocídios.

O que Losurdo está propondo é uma historiografia que mine o território sagrado que delineia a história do Ocidente liberal, em que os altares onde se assentam a liberdade individual, o antiestatismo e o individualismo sejam nivelados ao território profano com a escravidão nas colônias e os servos na metrópole. De modo que se compreenda ser o espaço sagrado dos livres condicionado pela existência do espaço profano dos não livres⁶⁵⁰. A catástrofe do século XX não pode ser colocada com um acidente de percurso na sadia e imaculada história da sociedade liberal, “o horror do século XX projeta sua sombra sobre o mundo liberal mesmo fazendo abstração das colônias e dos povos de origem colonial”⁶⁵¹, dado que o terreno do sagrado liberal foi profanado por dentro, mesmo se levarmos em conta exclusivamente os senhores livres da comunidade branca. A presumida capacidade de autocorreção do liberalismo tornou inexplicável as tragédias (da escravidão, dos genocídios, das dizimações), desconsiderarmos que tais horrores emanaram do terreno sagrado do liberalismo, e mantermos sua sacralização “é também um insulto à memória de suas vítimas”⁶⁵².

Por fim, o marxista italiano entende que “o horror do século XX não é algo que irrompe repentinamente e de fora sobre um mundo de convivência pacífica”⁶⁵³, para certificar sua argumentação, faz algumas ponderações: primeiro, os pensadores clássicos da tradição liberal

⁶⁴⁷ LOSURDO, 2006, p. 341.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 340-341.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 372.

⁶⁵⁰ Losurdo questiona na mesma linha de raciocínio: “A Inglaterra dos séculos XVIII e XIX é o país da liberdade religiosa? A propósito da Irlanda, o liberal Beaumont, companheiro de Tocqueville durante a viagem na América, fala de ‘uma opressão religiosa que supera toda imaginação’. Estamos na presença de um povo não apenas privado da sua ‘liberdade religiosa’, mas obrigado a financiar com dízimo, não obstante a terrível miséria em que vive, a opulenta Igreja anglicana que o oprime” (Ibidem, p. 346).

⁶⁵¹ Ibidem, p. 391.

⁶⁵² Ibidem, p. 397.

⁶⁵³ Ibidem, p. 392.

nunca mostraram afeição à democracia⁶⁵⁴; segundo, todos os processos que superaram a exclusão e a opressão, como, por exemplo, a Abolição da escravidão e a emancipação das colônias, ocorreram através de convulsões violentas⁶⁵⁵; terceiro, o processo histórico que culminou na democracia não foi linear, havendo, em muitos casos, a privação posterior de direitos, após estes serem adquiridos⁶⁵⁶; quarto, os processos de emancipação, de conquistas de direitos, geralmente, aconteceram por impulso totalmente externo ao mundo liberal⁶⁵⁷.

Mesmo em meio a todas as críticas, é preciso reconhecer, diz Losurdo, os reais méritos e pontos de força do liberalismo:

Dando prova de uma extraordinária elasticidade, este procurou constantemente responder e se adaptar aos desafios do tempo. É verdade, longe de ser espontânea e indolor, tal transformação tem sido em boa parte imposta do exterior pelos movimentos políticos e sociais com os quais o liberalismo repetida e duramente tem se chocado. Mas, exatamente nisso reside a flexibilidade. O liberalismo soube aprender do seu antagonista (a tradição de pensamento que, partindo do “radicalismo” e passando por Marx, deságua nas revoluções que de diversas maneiras nele se inspiraram) muito mais do que seu antagonista conseguiu aprender com o liberalismo. [...] o antagonista não soube aprender o que constituiu o segundo grande ponto de força do liberalismo. [...] Nenhuma outra mais do que esta [tradição de pensamento liberal] se dedicou a pensar o problema decisivo da limitação do poder.⁶⁵⁸

Se, para Losurdo, o maior ganho do liberalismo foi refletir profundamente sobre a limitação do poder, outras virtudes são levantadas no livro organizado por Michael Freeden, Javier Fernandez-Sebastián e Jörn Leonharo. Nele, algumas questões pertinentes à atualidade do debate em todo do liberalismo são colocadas, ampliando a reflexão a seu respeito. O termo “liberal” ocupa um lugar especial na cultura europeia, e na cultura ocidental de modo geral, seus críticos o acusam de trazer consigo um elitismo, um individualismo simplista e seu legado colonial. Contudo, por outro lado, esse termo também pode ser associado à emancipação, à reforma, tolerância, legalidade, humanismo – valores os quais a maioria dos europeus se orgulham, ademais, são valores caros nas sociedades ocidentais. Muitos pensadores depreendem ser, o liberalismo, não apenas uma ideologia filosófica e política, tal qual o anarquismo, o socialismo ou o conservadorismo, trata-se de um conjunto de postulados culturais básicos que abrem possibilidade ao debate entre todas as ideologias modernas, por isso o liberalismo tem sido equiparado à convencional civilização ocidental moderna, ou

⁶⁵⁴ LOSURDO, 2006, p. 393.

⁶⁵⁵ Ibidem, p. 393.

⁶⁵⁶ Ibidem.

⁶⁵⁷ Ibidem, p. 394.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 395-396.

mesmo a modernidade como tal. O liberalismo seria, então, não somente um “ismo” entre outros, todavia, a condição para todos os outros “ismos”⁶⁵⁹.

O liberalismo assume, então, nesse sentido, o papel de ideologia que leva a outras ideologias; o pensamento filosófico que possibilita a crítica social e política, abrindo oportunidades para transformações e novas formas de pensar as estruturas sociais e políticas. E, mesmo no ato de referir-se ao liberalismo, o conveniente é inseri-lo no seu tempo e lugar de enunciação. Para tratá-lo de maneira abrangente, o prudente seria falar em “liberalismos”, visto quem em lugares e momentos distintos, a referência a “liberal” cunhou sentidos com múltiplas dimensões, ligados por um corpo ou família, compartilhado de linguagens liberais, no entanto, que interage com vocabulários políticos em constante mudança. Essas linguagens tiraram sustento de um substrato comum, e sua mutação revela trocas mútuas, empréstimos, e enxertos políticos. O conceito de liberalismo deve ser liberado de uma definição uniforme que limita sua compreensão e aplicação, dado que nenhuma definição é capaz de dar conta de todos os aspectos de um movimento ideológico tão vasto e complexo⁶⁶⁰. Espaço, tempo e contexto imputaram ao liberalismo aplicações, conformações, reformações e deformações que nos permitem hoje dispensar os termos “liberal” ou “liberalismo” de seu pressuposto universalismo abstrato. Suas características mudaram ao longo do tempo, trazendo em si múltiplos filtros heurísticos, não unicamente como conceitos ou conjunto de conceitos, entretanto, como vocabulário político, linguagem, uma ideologia, um conjunto de valores humanos e uma infinidade de experiências concretas⁶⁶¹.

Vimos que a democracia e seus limites estavam no centro do debate da historiografia da década de 1980, nesse panorama pairava a incerteza quanto à democracia. As expectativas de futuro se dissolveram diante do fim da ditadura e do fim da União Soviética, consoante Francisco Sousa. O elogio à democracia tornou-se uma demanda. O marxismo passou por uma revisão, a crítica à propriedade privada foi afastada, e o horizonte revolucionário se perdeu. A natureza autoritária do Estado brasileiro foi colocada e, perante os debates acerca da redemocratização, novos sujeitos históricos se levantaram. Mesmo o passado Imperial foi repensado não como um desacerto. O chão da historiografia da década de 1980, reitera Sousa, foi a redemocratização, e as incertezas quanto à democracia. Num cenário em que o Estado de bem-estar social também foi colocado em xeque pelas limitações das crises anteriores e

⁶⁵⁹ FREEDEN, Michael; FERNANDEZ-SEBASTIÁN, Javier; LEONHARO, Jörn. *In Search of European Liberalisms: concepts, languages, ideologies*. New York: Berghahn, 2019. p. 1.

⁶⁶⁰ Ibidem, p. 2-4.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 8.

persistentes, o Executivo fragilizou-se, num movimento oposto, o Legislativo ganhou fôlego e conseguiu força para condicionar as diretrizes da democracia em construção, ao mesmo tempo, fez valer a eleição indireta, mantendo o afastamento da população das decisões políticas – nem ditadura militar, nem ditadura da maioria. O Estado estava em construção.

Porém, que Estado seria esse? Qual a sua natureza? Estado liberal, seguramente. A principal característica do Estado liberal é que ele tem seu poder controlado, de acordo com Bobbio, e se configura em duas vertentes: o Estado de direito, cujos poderes são limitados pela divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário; o Estado mínimo, cujas funções são limitadas, o qual interfere minimamente na vida do indivíduo. A liberdade tão preconizada pelo liberalismo, é a liberdade em relação ao Estado. Nos séculos XIX e XX ocorreu o progressivo alargamento do indivíduo defronte aos poderes públicos com sua crescente liberdade. Nesse sentido, a democracia pode ser vista como prosseguimento e aperfeiçoamento do Estado liberal se a supomos como governo do povo (não como governo para o povo). Hoje, as democracias apresentam dificuldades de ingovernabilidade face às crescentes demandas da sociedade civil, dos conflitos que são inerentes aos regimes democráticos, e por conta das disputas entre as instâncias de poder. Se a vigência de Estados fascistas e de Estados comunistas selou a relação entre liberalismo e democracia, esse elo revela-se, ainda no alvorecer do século XXI, como sensível e incerta.

O horizonte da democracia ainda não se perdeu. Até porque os horrores do século XIX, quais sejam: escravidão, massacre das populações indígenas, as condições coloniais, ocorreram não apesar do liberalismo, mas por conta dele, como afirma Losurdo. E mesmo os horrores do século XX surgiram de dentro do mundo liberal. Contudo, se, além de conseguir adaptar-se aos desafios do tempo, e de conseguir pensar sistematicamente o problema da limitação do poder, o liberalismo abriu possibilidades para novas formas de pensar as estruturas sociais e políticas, e que, por sua maleabilidade, configurou-se de modos distintos, em conformidade com lugares, tempos e contextos, merece ser pensado em seu plural (“liberalismos”). As incertezas não se encerram.

Notamos que, em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*, o pensamento liberal foi referência reflexiva para os problemas reais da nação ao longo do Império. Serviu de base de sustentação para a conformação desses dirigentes, todavia, não foi adotado sem critério. Carvalho e Mattos falam do trajeto e das estratégias que asseguraram a estabilidade de um Estado consolidado, um Estado liberal, que perdurou por quase 70 anos, e que não pode ser visto como um desacerto. Dissertam sobre um Estado marcado pela continuidade, pela continuidade da elite dirigente, da escravidão, da estrutura

colonial, marcado pelo seu restrito alcance territorial, pela exclusão da maior parte da população das decisões políticas. Tratava-se de um Estado sentenciado ao fim pelas amarras que o vinculavam à escravidão. A relação assimétrica que assinalava o posicionamento do Brasil frente às nações desenvolvidas, a estrutura colonial que dessa conexão derivou, isso não foi superado. Falamos aqui de dois passados: o passado sobre o qual Carvalho e Mattos se debruçam; versamos, também, acerca do passado recente que foi o chão de Carvalho e de Mattos, do passado a vislumbrar a democracia e a estabilidade política. *Ainda* são questões. Talvez as estruturas sejam antigas, mas as fachadas são novas.

CAPÍTULO 4

HERÓIS E ANTI-HERÓIS: do fato à fonte e às narrativas

Carvalho concluiu o curso de Sociologia Política na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1965, seguindo, quatro anos depois, para a Universidade de Sanford, onde encerrou o doutorado em Ciência Política, em 1975. Formou-se em meio ao estabelecimento da Ditadura Militar, no Brasil, e desenvolveu seu doutoramento graças a um programa de bolsas de pesquisa da Fundação Henry Ford para estimular estudantes brasileiros a realizarem suas pesquisas em universidades norte-americanas. Durante a graduação, já havia produzido um estudo sobre disputas políticas em Barbacena, Minas Gerais, percebendo que as questões de latifúndio e imperialismo não condicionavam o cenário político. Disposto a seguir essa direção para os estudos na pós-graduação em Stanford, teve seu caminho redefinido a partir de conversas com Wanderley Guilherme, da influência do pensamento político brasileiro de Guerreiro Ramos, e questionamentos concernente aos atores políticos do Império, que o levaram a desenvolver tese que carregava, no título, uma palavra não muito comum aos estudos elaborados no Brasil de então, trata-se da palavra “elite”, mas que hoje se encontra na 15ª edição.

Mattos ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1962, já com o direcionamento dado pela decisão de ser professor, e ser professor de História, tendo concluído o curso em 1965. Vivenciou, também, de dentro da faculdade, os processos que antecederam e culminaram no Golpe de 1964, quando, em 1970, prestou concurso para Universidade Federal Fluminense, sendo aprovado e, ao ser convidado para fazer doutorado na Universidade de São Paulo. Esta última seguia a tradição do modelo europeu, muito influenciada pelos franceses, considerada a melhor instituição de ensino do país, a primeira a ter cursos de pós-graduação. A preferência por lecionar História do Brasil o conduziu a ler autores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, tal qual ao questionamento a respeito dos riscos de desagregação das revoltas regenciais, e como a matriz conservadora foi impondo-se, chegando aos Saquaremas. Porém, o gosto e a atuação profissional sempre o fizeram se constatar mais como professor do que pesquisador, atuando na Universidade Federal Fluminense e depois organizando a graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor antes de tudo, historiador nesse percurso.

Duas trajetórias carregadas de particularidades, e que os conduziram a objetos tão próximos, se atentarmos ao recorte temporal/espacial, e facilmente confundíveis, colocados, aqui, em primeiro plano, a partir das obras historiográficas que inicialmente os projetaram como pesquisadores em História, e os tornaram referência para pensar o Império do Brasil. Todavia, não é só o tema e o recorte que definem um objeto de estudo. Ambos fogem de análises estruturalistas das relações políticas que envolvem a formação do Estado imperial, procuram não conceber os processos políticos como meras consequências dos processos econômicos. Não obstante, como vimos nos primeiros capítulos deste trabalho, as leituras desses objetos tão próximos se configuraram em percepções de sujeitos políticos confundíveis em suas jornadas individuais – a exemplo, Visconde de Uruguai, Eusébio de Queirós, Hermeto Carneiro Leão, entre outros – no entanto, inconfundíveis enquanto sujeitos coletivos. Em termos que pretendemos circunscrever nas páginas seguintes, a elite política de Carvalho não são os Saquaremas de Mattos, partindo do debate articulado por esses autores acerca da escravidão e das políticas que levaram ao seu fim.

As questões que giram em torno da escravidão e do seu fim são um campo fértil para, num primeiro momento, divisar a relação entre o governo imperial e a grande lavoura de exportação, para Carvalho e para Mattos. A diferença de percepção desses dois autores ficou clara no desenvolvimento do primeiro e do segundo capítulo deste estudo. Entretanto, essas questões abrem espaço a outras possibilidades de análise, isto é, como cada qual, a seu modo, articula a construção de um fato – no caso, o fim do tráfico negreiro – e como cada um leu um mesmo documento – o discurso de Eusébio de Queirós proferido em 16 de julho de 1852, na Câmara dos Deputados – resultando em narrativas distintas para pensar de que maneira tais construções e leituras inferem em interpretações tão distintas relativas às forças sociais e políticas que deram o tom e a forma ao Estado imperial. A intenção é pensar, a partir daí, nos percursos narrativos que dão especificidade à leitura que cada um dos autores deu ao Império.

Nesta primeira parte, analisaremos os caminhos percorridos por Carvalho e por Mattos para tratar da política da Abolição, em específico, para considerar o modo como cada um abordou a construção da extinção do tráfico de escravos, bem como cada qual refletiu sobre o discurso de Eusébio de Queirós, e a forma como tais construções e reflexões se expressam em diferentes narrativas.

Carvalho avaliza que esta elite política foi condicionada pela educação e treinamento, e isso lhe garantiu coesão e capacidade coletiva para governar, ao passo que também a tornava não representativa da sociedade, pois os grupos latifundiários, a grande lavoura de exportação, não deixavam de ser força econômica relevante ao Império, contudo, seu poder não determinou

as ações da elite política, e esta assumiu uma postura reformista frente à escravidão, empenhando-se pela Abolição. Diferente de Mattos, que concebe aqueles que construíram o Estado imperial como pertencentes a uma classe social que se definiu enquanto operava aquela construção, trata-se da classe senhorial. Cujas coesão foi fruto da ação deliberada dos Saquaremas junto à Coroa em fazê-la se perceber como tal a partir de suas lutas, experiências e inimigos em comum. Dessa forma, o empenho saquarema foi o de se colocar como força política capaz de preservar os monopólios que fundaram essa classe senhorial, garantindo a manutenção da escravidão. Vejamos como este debate aparece nos dois livros.

4.1 Governo antiescravista, classe dirigente escravista: a narrativa em questão

Carvalho trata da política da Abolição para demonstrar o jogo de forças entre o rei e os barões, e mais precisamente, entre o polo burocrático do poder e polo social e econômico. Mostra como, nesse jogo de forças, a Monarquia esvaziou-se de sua base de apoio social e acabou ruindo. “[...] Se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao final, acabou por destruí-lo”⁶⁶².

O conjunto de políticas públicas que levou ao fim da escravidão, a Abolição, constituiu, na visão de Carvalho, tema muito pertinente para explorar as relações entre o governo e a classe dos proprietários rurais. A escravidão era importante para o mercado interno, para os espaços urbanos, mas, sobretudo, à grande lavoura de exportação. Diante da Abolição, ficou clara a polarização de interesses e motivações entre burocracia e latifundiários escravistas. A luta pelo fim do tráfico de escravos transatlântico começou em 1807, quando a Inglaterra iniciou longa e agressiva campanha para eliminá-lo⁶⁶³. O Brasil, como país independente, nasceu nesse contexto, dado que o fim do tráfico foi condição diplomática de reconhecimento da Independência. Até 1830, o governo brasileiro resistiu às pressões por considerar inviável a extinção do tráfico, o que, para José Bonifácio, seria um suicídio político, posto que não havia pressão interna nesse sentido. Mesmo durante as Regências, nenhuma revolta pediu o fim da escravidão, com exceção dos Malês⁶⁶⁴.

Entre 1830 e 1831, houve grande entrada de escravos, e junto às turbulências das revoltas regenciais, acabou gerando as primeiras preocupações com as questões de equilíbrio

⁶⁶² CARVALHO, 2003, p. 293.

⁶⁶³ Ibidem.

⁶⁶⁴ Ibidem, p. 294.

racial da população. A partir de 1839, aconteceu a retomada do recrudescimento da pressão inglesa, com apreensões de navios brasileiros e portugueses, provocando irritações na rua e na imprensa. Muitos apoiavam o tráfico como necessário. As poucas vozes discordantes vinham dos Liberais. No governo, existiam os que resistiam ao novo tratado imposto pelos ingleses, Paulino José Soares de Souza, em relatório de 1843, dizia que o tráfico continuaria apesar dos esforços do governo, já que, para muitos, a falta de braços traria a ruína da agricultura⁶⁶⁵. A subida dos Liberais, em 1844, não modificou a situação. O Conselho de Estado protestou contra *Aberdeen Act* de 1845 por questão de Soberania Nacional. Parece claro que, desde 1849, o governo Conservador começou a pensar numa solução para o problema do tráfico. Nesse mesmo ano, a Inglaterra tornou-se mais hostil no combate ao tráfico, ao invadir portos brasileiros, apreender e afundar navios nacionais. O Conselho de Estado foi ouvido, em 11 de julho de 1850, e a opinião de quase todos era de que o Brasil não tinha condições morais e materiais de resistir à Inglaterra, por isso, deveria negociar novo tratado, pensavam mesmo que as circunstâncias já possibilitavam reprimir o tráfico⁶⁶⁶.

O governo apresentou o projeto à Câmara, em 12 de julho de 1850, discutindo em sessões secretas, foi aprovado cinco dias depois, sendo, depois, aprovado pelo Senado, tornou-se lei em 04 de setembro de 1850. A nova lei logo foi implementada, diferente do que ocorrera em 1831. A ação foi severa com os traficantes, alguns foram presos e até deportados, muitos deles portugueses. Marinha, presidentes de província e chefes de polícia envolveram-se na ação repressiva. O governo chamou para si todo o mérito da lei, os liberais se viram frustrados, pois observaram os conservadores aprovarem uma lei que era proposta sua. O tráfico não retornou por conta da ação do governo, de onde veio vontade e poder, graças às medidas centralizadoras oriundas de 1840 e 1841. Algo que facilitou a repressão foi a aprovação, naquele mesmo ano, de uma nova lei sobre a Guarda Nacional, cuja oficialidade passou a ser feita pelo ministro da Justiça. A postura de João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, e de Nabuco de Araújo mostrou bem a rigorosidade do governo em eliminar o tráfico e punir os traficantes⁶⁶⁷.

A ação do governo, em 1850, de acordo com Carvalho, manifestou-se em diversas posturas, como: não se fazia defesa moral do tráfico ou da escravidão; havia a convicção, desde 1842, de que o tráfico deveria ser extinto; reconhecia-se a disposição inglesa em intensificar as

⁶⁶⁵ CARVALHO, 2003, p. 296.

⁶⁶⁶ Ibidem, p. 297.

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 302.

pressões; havia a certeza de ser a escravidão ainda fundamental para a lavoura de exportação, e assim o seria por muito tempo⁶⁶⁸.

Quase dois anos após a aprovação da lei que extinguiu o tráfico, foi publicado, no jornal liberal de oposição, *Correio Mercantil*, a correspondência diplomática relativa ao caso, e nela aparecia o posicionamento do governo inglês, segundo o qual chamava para si todo o mérito da aprovação da lei, devotando à pressão dos seus navios a tomada de medidas efetivas pelo governo brasileiro⁶⁶⁹. Foi no discurso proferido por Eusébio de Queirós, em 16 de julho de 1852, que a versão conservadora tangente à aprovação da lei que extinguiu o tráfico veio de maneira mais completa. Vejamos como Carvalho aborda esse discurso.

Carvalho relata que Eusébio de Queirós “foi ouvido em profundo silêncio, e as congratulações ao final levaram o taquígrafo a comentar: ‘Não nos recordamos de ter presenciado na Câmara tão geral manifestação de sentimento’”⁶⁷⁰. Em sua fala, Queirós tentou expor como as intervenções inglesas, em 1825 e 1826, só fizeram o tráfico aumentar, explanou, ainda, “de maneira bastante convincente” que, desde 1848, o Ministério já decidira acabar com o tráfico. Eusébio de Queirós prosseguiu, dizendo que os métodos de Hudson e de Palmerston eram muito criticados, inclusive pelos próprios ingleses, uma vez que, na verdade, apenas dificultaram a ação do governo, haja vista terem despertado “reações nacionalistas a favor do tráfico”⁶⁷¹, a hostilidade inglesa, argumentou Queirós, só serviu para aumentar a violência. Na ponderação de Carvalho sobre o referido discurso: “ficava então o governo entre a cruz da violência e da pressão moral de um país estrangeiro e a espada do sentimento nacionalista, da força dos traficantes e dos interesses dos donos de escravos”. Queirós discorreu em relação à “lei da necessidade”, a qual todos os homens, sejam liberais, sejam conservadores, tiveram que se curvar, pois, ao passo que sabiam da obrigação moral e legal de encerrar o tráfico, temiam, na mesma medida, suas consequências econômicas.

Carvalho sopesa que Eusébio aclarou, em seu discurso, que a situação de 1850 era bem diferente da situação de 1842, visto que, após o *Aberdeen Act*, houve grande aumento na importação de escravos, a ponto de gerar receios gravíssimos de desequilíbrio entre o número de livres e o número de escravos. Ele acrescentou que os altos juros cobrados pelos traficantes deixavam a propriedade territorial vulnerável às mãos de especuladores e dos próprios traficantes, fato que Eusébio afirmava estar provocando uma revolução nas ideias, mudando a

⁶⁶⁸ CARVALHO, 2003, p. 303.

⁶⁶⁹ *Ibidem*, p. 299.

⁶⁷⁰ *Ibidem*.

⁶⁷¹ *Ibidem*, p. 300.

opinião pública. Essa revolução de ideias é colocada em dúvida por Carvalho, para quem, a abundância no número de escravos é que facilitou a decisão de 1850⁶⁷².

A análise de Carvalho sobre a política da Abolição⁶⁷³, na qual o processo que levou à extinção do tráfico se insere, é imprescindível para explorar os elos entre o governo (rei e burocratas) e a classe de proprietários, alude aos elementos mais importantes para entender o jogo político nacional. No percurso de sua narrativa, começa falando das pressões inglesas pelo fim do tráfico, desde 1807, até o *bill Aderdeen*, em 1845. Enfatiza o quanto a lei de 1850 foi resultado das pressões inglesas, mas revela uma postura do governo distinta dos interesses dos proprietários. Desde 1842, o governo tinha interesse no fim do tráfico, havia pressão inglesa, e já havia esse interesse. Duas décadas depois, a Lei do Ventre Livre foi aprovada num cenário bastante distinto, o que, para Carvalho, indica “que Abolição do tráfico era o máximo a que as lideranças estavam dispostas, ou que lhes era possível”⁶⁷⁴ naquele momento.

Novos debates referentes à questão começaram em 1866, relata Carvalho, por iniciativa da Coroa, com cinco projetos antiescravistas encomendados, submetidos ao Conselho, o Marquês de Olinda sequer discutiu o assunto, na ocasião em que Pedro II respondeu à Junta Francesa de Emancipação que após a guerra contra o Paraguai o governo agiria pela libertação dos escravos, para muitos, foi uma resposta escandalosa. Em 1867, o Conselho de Estado foi ouvido sobre a conveniência da Abolição, a maioria mostrou-se favorável, porém, compreendia não ser o momento oportuno, os mais favoráveis alertavam para os perigos das pressões externas e internas, pelo medo da agitação dos escravos. A recomendação do Conselho foi por aguardar o fim da guerra para dispor de tropas para conter possíveis levantes. Não obstante, a todos, a Abolição imediata parecia impraticável, arruinaria toda a produção, o mais conveniente seria a Abolição gradual. Desde 1867, todos os conselheiros estavam certos da relevância que o Imperador dava ao projeto, passaram três gabinetes e nenhum conseguiu aprovar o projeto, com Rio Branco, em 1871, começou “então a grande batalha parlamentar do Ventre Livre”⁶⁷⁵. O início das discussões provocou grande oposição vinda do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, na Câmara, tumulto, confusão e invasão, descreve Carvalho. A aprovação da lei, com muito esforço, foi marcada pela divisão entre o Norte favorável e o Sul contrário, a ocupação também pesou, os funcionários públicos, cuja maioria vinha do Norte, votaram com o governo. Houve acusação de que o projeto era de inspiração imperial e não

⁶⁷² CARVALHO, 2003, p. 301.

⁶⁷³ Ibidem, p. 293-328.

⁶⁷⁴ Ibidem, p. 304.

⁶⁷⁵ Ibidem, p. 308.

nacional. A aprovação da lei de 1871 ocasionou a cisão do Partido Conservador, a dissolução da Câmara, em 1872, e muitas manifestações de fazendeiros e comerciantes⁶⁷⁶.

A situação de 1850 era bem diferente da situação de 1871, na libertação do ventre não existia pressão externa, a iniciativa foi da Coroa. Em 1871, o governo afastou-se das bases socioeconômicas do Estado, e acabou enfraquecendo⁶⁷⁷. Foi um caminho sem volta. É a partir daí que Carvalho situa a crise da Monarquia. Até os Sexagenários e a lei de 1888, o governo mostrou-se dedicado à liberação da mão de obra, enquanto os proprietários colocaram-se sempre contra. A queda da Monarquia está atrelada a isso diretamente. A narrativa de Carvalho é sempre nesse sentido de explicar como governo e proprietários destoavam, principalmente os do Sul cafeeiro.

Com contornos diferentes dos de Carvalho, Mattos constrói a relação entre Monarquia, escravidão e Abolição como evidência dos obstáculos que o sistema político consolidado com a construção do Estado imperial carregava consigo. Mattos trata o fim do tráfico negreiro intercontinental como o conjunto de transformações que ocorreram na segunda metade do século XIX para mostrar dois movimentos: o primeiro se refere ao esforço pela restauração da moeda colonial, um esforço que teve como marca, no Segundo Reinado, fortes limitações; o segundo movimento demonstrado por Mattos é o do quanto os movimentos dos grupos sociais, as tensões e os conflitos impulsionados por tais movimentos dissolveram a tradicional leitura de causa e efeito que justificava quase de maneira natural a queda da Monarquia. O fim do tráfico intercontinental surge na asseveração de Mattos para sustentar as limitações à restauração da moeda colonial e para mostrar a cisão entre os grupos dirigentes e a própria classe senhorial e, nesse processo, a questão da mão de obra e da terra aparecem vinculadas.

As transformações ocorridas por meio da ação deliberada dos Saquaremas concentradas ali, em meados do século dos Oitocentos, consistiam, conforme Mattos, na criação de um “momento”, o qual criava outros momentos posteriores, num esforço de restauração em um quadro internacional que impunha uma defensividade⁶⁷⁸. O “momento” que criava outros momentos era de restauração da moeda colonial em curso, um “momento” que se desenrolava por todo o Segundo Reinado, e criava outros momentos, pois ele não permitia à classe dirigente omissão e passividade diante das necessidades socioeconômicas da classe senhorial, num panorama de expansão da lavoura cafeeira e necessidade crescente da mão de obra escrava em nível nacional, mas atrelado a um cenário internacional de pressões pelo fim dessa mão de obra.

⁶⁷⁶ CARVALHO, 2003, p. 313.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p. 315.

⁶⁷⁸ MATTOS, 2011, p. 233.

Na exposição de Mattos, a restauração da moeda colonial era central para classe senhorial, haja vista ter marcado o lugar do Império do Brasil entre as nações civilizadas, na divisão internacional do trabalho. Tal restauração era essencial, visto que assegurava os monopólios que fundaram a classe senhorial, mantendo o caráter colonial dessa sociedade, os monopólios da terra e da mão de obra, garantiam seus privilégios, e marcavam sua distinção frente ao restante da sociedade. Logo, esse “momento” de restauração da moeda colonial teve como cerne a continuidade, a manutenção das estruturas sociais, todavia, provocou outros momentos que acabaram por trazer mudanças na estrutura política e nas relações sociais, como a formação do Estado Imperial, a constituição da classe senhorial, e o gradativo fim da escravidão.

Nesse viés, desenvolve Mattos, a questão da terra e da mão de obra se levantaram conjuntamente, numa ação surgida no calor da luta contra os interesses de outros segmentos da classe senhorial, contra os interesses da burguesia industrial inglesa, e contra as insurreições negras frequentes. No esforço saquarema, essa restauração foi condicionada pela defensividade, e formulada com a alegação da Soberania Nacional.

[...] No momento de consolidação do Estado imperial eles articularam a Soberania Nacional à questão da escravidão e, por meio da Coroa levaram a cabo políticas específicas, estreitamente articuladas entre si caracterizando a direção e a dominação que exerciam.⁶⁷⁹

Em meados do século XIX, a questão do tráfico negreiro intercontinental despontava em meio à crise do escravismo colonial, marcada pelas pressões inglesas e pelas insurreições crescentes. A contradição gerada dessa crise foi a entrada de um número intenso de africanos no Império. Nesse cenário, Luzias e Saquaremas acusavam-se de conduzir com inabilidade as negociações com a Inglaterra, cujas hostilidades surgiam como uma afronta direta à honra nacional. Sem embargo, foi a colocação da Soberania Nacional no centro da discussão referente ao tráfico negreiro que cumpriu o papel da ação desenvolvida pelos Saquaremas de articular uma disjunção perante o Povo, capaz de justificar as medidas repressivas que foram adotadas, a disjunção em questão era a que contrapunha: ou Soberania Nacional, ou tráfico negreiro intercontinental⁶⁸⁰. O esforço por legitimar essa disjunção se revelou no empenho em atribuir ao governo imperial a decisão de fundar o tráfico, e não como uma decisão tomada devido a pressões britânicas. Mattos deixa claro que, no discurso de Eusébio de Queirós, em 1852, essa relação entre Soberania Nacional e a extinção do tráfico fica evidente.

⁶⁷⁹ MATTOS, 2011, p. 233.

⁶⁸⁰ Ibidem, p. 235.

Vamos para a análise que Mattos faz do discurso em questão. Segundo Eusébio, a Lei de Extinção do Tráfico não foi resultado do “canhão britânico, mas também não foi questão política ou partidária, tratava-se de uma questão inteiramente Nacional”⁶⁸¹. O argumento de Eusébio se sustentava na ideia de que o escravo morria, mas as dívidas por sua aquisição permaneciam, assim, os terrenos acabavam sendo hipotecados aos especuladores, por conseguinte, a propriedade passava das mãos dos agricultores para as mãos de especuladores e traficantes. A poderosa justificativa apelava para o risco da perda da unidade territorial, e para a ameaça à agricultura, fonte de civilização. Eusébio de Queirós destacou que as ações inglesas fizeram intensificar o tráfico, acarretando crescente desequilíbrio entre a população livre e escrava, ameaçando os primeiros. O tema da ordem e da segurança se apresentava, agora, pelo número excessivo de escravos, resultante da ambição dos traficantes e especuladores.

No entendimento de Mattos, era necessário, aos Saquaremas, reprimir o tráfico para garantir a continuidade da escravidão, livre das ameaças britânicas e da perda das propriedades, e enfraquecendo as insurreições negras, de modo que “tentava-se eliminar a extraterritorialidade do mercado de trabalho como condição para preservação do mundo do trabalho”⁶⁸². Várias medidas foram tomadas para a repressão do tráfico, no entanto, elas deveriam aparecer como obra da ação civilizadora da Coroa, e não como obra saquarema – ou seja, acima dos partidos e dos interesses imediatos. Se o Império foi criação saquarema, e estes surgiam como a “face iluminada da classe senhorial”⁶⁸³, a criatura parecia não compreender o seu criador, dado que, tanto Luzias, quanto Saquaremas, levantaram-se contra a extinção do tráfico com protestos contundentes. Essa separação dentro da classe dirigente fez surgir “o mito do Imperador e da Coroa como os agentes antiescravistas principais dentro do Brasil”⁶⁸⁴, conforme notamos na arguição de Carvalho. Para Mattos, o Estado imperial não foi agente antiescravista, ou mesmo fator abolicionista, ao contrário, foi fator crucial na preservação do monopólio da mão de obra, junto a outros monopólios, por uma classe que ele foi obrigado a forjar na restauração, que era a razão de sua existência e da própria classe. Defronte à defensividade, procurou “eliminar ou restringir as razões de sua vulnerabilidade ao começar pela extraterritorialidade do mercado de trabalho”⁶⁸⁵. A disjunção, Soberania Nacional ou tráfico, revelou a associação íntima entre Império e Escravidão. Tal associação implicou num conjunto de políticas específicas, e que acabou se constituindo em toda a força e fraqueza do Estado imperial, e dos Saquaremas. A

⁶⁸¹ MATTOS, 2011, p. 237.

⁶⁸² Ibidem, p. 239.

⁶⁸³ Ibidem.

⁶⁸⁴ Ibidem, p. 240.

⁶⁸⁵ Ibidem.

insistência na associação entre Império e Escravidão de maneira que fosse percebida por todos como obrigatória e necessária, apresentou dois desdobramentos. O primeiro, por ser resultado de uma defensividade, colocava o Governo do Estado como regulador do mundo do trabalho, efetivando a presença do Governo do Estado no Governo da Casa, “limitando e ordenando esse poder”⁶⁸⁶. O segundo desdobramento era que subordinava os interesses dos demais setores produtivos ao segmento cafeeiro. Os que se opunham ao tráfico interno não se opunham à escravidão, não estavam dispostos a perder o monopólio da mão de obra, da terra e da violência. Se opunham ao tráfico interno usando os mesmos argumentos de defesa da escravidão, acabando por se submeter à direção colocada pela Coroa – a escravidão é tão essencial quanto o Império.

A extinção do tráfico intercontinental, como ação saquarema, correspondeu ao incentivo ao tráfico interprovincial e intrarregional, bem como a uma política de terras capaz de regulamentar a colonização e produzir os trabalhadores necessários à poupança da mão de obra escrava. A opção política pela internalização do mercado de trabalho era uma forma de deixar intocado o contingente de homens livres e pobres, os componentes do mundo da desordem. O bom desempenho dos cafezais do Rio de Janeiro fazia dele o principal centro de convergência do tráfico interno, elevando muito o preço dos escravos. Iniciou-se um desequilíbrio frequente entre as províncias do Norte e as do Sul no que se refere à população escrava. Fortunas continuavam sendo feitas com as atividades negreiras, agora internas⁶⁸⁷.

Mattos garante que, o que se verifica na investida pelo fim do tráfico negreiro intercontinental era uma tentativa de internalização do mercado de trabalho, pois o Estado imperial queria controlar a qualquer preço este mercado⁶⁸⁸. A experiência do sistema de parceria é colocada como um fracasso político antes de tudo. Mattos salienta o quanto a evidência ao tráfico interno no momento de consolidação do Estado imperial acentuava as contradições entre os interesses dos Saquaremas e os segmentos que se opunham ao tráfico interno, embora defensores da ordem escravista.

Do Sul cafeeiro partiram os maiores protestos contra a lei de 28 de setembro de 1871, 20 anos depois, a lei que libertava o ventre notabilizou a mobilização de alguns dos dirigentes imperiais, sobretudo os “mais próximos”. Mas Mattos esclarece: “Anotemos, porém, que

⁶⁸⁶ MATTOS, 2011, p. 244.

⁶⁸⁷ Ibidem, p. 242.

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 246.

necessariamente não devemos ver em tal proceder uma postura antiescravista”⁶⁸⁹, se tomando por base a postura do governo no tocante ao tráfico e à política de terras, no ano de 1850,

[...] a Coroa não deixaria jamais de ter o primeiro referencial – a preservação da escravidão – como seu objetivo fundamental, apresentando-o também como condição de preservação dos demais monopólios, ao mesmo tempo que ou procurava ocultar ou apresentava como subordinado ao primeiro referencial particular – o tráfico interno. Por isso mesmo, a preservação da escravidão do centro da economia e da sociedade imperiais deveria ser vivida e entendida por todos como a condição da preservação da unidade e da soberania do Império. No essencial, contudo, aquela preservação por meio de políticas levadas a efeito pelo Estado imperial era a preservação da hierarquia, tantas vezes já referida, entre as regiões do Império e no interior da principal delas; era sobretudo a preservação da região, das diferenças e hierarquizações sociais nela contidas, como produto da relação engendrada pela moeda colonial.⁶⁹⁰

A preservação da escravidão estava vinculada à própria preservação da unidade e da soberania do Império. Esta conjunção foi articulada pelos Saquaremas, conferiu-lhes força e fraqueza, dada a inevitabilidade do fim da escravidão no correr do século XIX. A força dessa conjunção (Monarquia/Escravidão) assegurou a direção saquarema na construção do Estado imperial e o forjar da própria classe senhorial. Sua fraqueza estava na iminência do fim do estatuto da escravidão, algo previsível, mesmo diante do fim da extraterritorialidade da oferta de mão de obra escrava, haja vista às pressões internas e externas.

Da análise de Mattos sobre o discurso de Eusébio de Queirós vemos que nele houve a construção da disjunção que acabou por atrelar o Império à Escravidão, em outras palavras, a disjunção ou Soberania Nacional ou tráfico negreiro intercontinental. E, quando Eusébio deu esse destaque à questão da Soberania Nacional, no seu discurso, frisou aspectos internos da nação. Não deixou de fazer alusão ao pedido de demissão de 1848, para dizer que tanto a Lei de Extinção do Tráfico quanto aquele pedido de demissão não eram fruto de paixão ou conveniência partidária. Eusébio enfatizou que a lei era questão inteiramente nacional, não tinha a ver com o canhão britânico. As importações contínuas de escravos ameaçam o Império, pois os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e acabavam colocando o território como ameaçado de passar para o controle de dos especuladores e traficantes estrangeiros. Isso porque o tráfico, consoante Eusébio ratificou, desde o *bill Aberdeen*, foi intensificado e gerou desequilíbrio entre a população de livres e escravos. O número excessivo de escravos surgia

⁶⁸⁹ MATTOS, 2011, p. 250.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 262.

como ameaça a tranquilidade e à soberania do Império do Brasil. No discurso Eusébio, ficou notório que o gabinete saquarema estava munido de recursos para efetivar a extinção do tráfico.

Na narrativa de Mattos, as questões referentes à política da Abolição são tratadas quando ele aborda os limites da restauração da moeda colonial como o limite também à direção saquarema⁶⁹¹. Seu texto começa falando em como a historiografia não faz a relação entre a questão da mão de obra e a questão da terra, e de como isso se liga à restauração da moeda colonial. Na concepção de Mattos, a Lei de Extinção do Tráfico de Escravos resultou de uma defensividade em relação às ações inglesas de repressão; nessa seara, os Saquaremas atrelaram a escravidão à Monarquia, ao mesmo tempo em que se empenharam em estimular o tráfico interno de escravos, o que levou à grande mobilização do Norte para o Sul do país. Nesse prisma, o principal objetivo da Lei Eusébio de Queirós era acabar com o caráter extraterritorial da oferta de mão de obra, e entregar o controle Lei de Extinção do Tráfico de Escravos dessa oferta à Coroa. No tocante à lei de 1871, Mattos versa pouco sobre ela, mas não a considera uma manifestação de postura abolicionista da Coroa. Inserindo no contexto geral da obra *O Tempo Saquarema*, foi graças à ação saquarema que o Estado imperial consolidou-se e a classe senhorial constituiu-se, esse duplo processo foi articulado em meio à restauração da moeda colonial, e apoiou-se na defesa dos monopólios que fundavam a classe; dessa forma, o que observamos em Mattos é que os Saquaremas vincularam a Monarquia à escravidão no momento em que esta vivenciava uma crise, sendo assim, tanto a lei de 1850 quanto a lei de 1871, e as outras leis antiescravistas, dentro da argumentação de Mattos, podem ser vistas como estratégias de prolongamento da escravidão em meio a eminência do seu fim, podem ser entendidas como, de alguma maneira, ações de defensividade que asseguraram a manutenção da escravidão até 1888.

No uso que Carvalho faz do discurso de Eusébio de Queirós indica que a intervenção inglesa só fez aumentar o tráfico, sendo que, desde 1848, o governo estava decidido a acabar com o tráfico, e destaca a fala de Eusébio de que Hudson e Palmerston estavam sendo muito criticados na Inglaterra por conta dos seus métodos de repressão. Falou da necessidade de liberais e conservadores curvarem-se, revelando que o quadro de 1850 era bem diferente do de 1842, uma vez que o *Aberdeen Act* só fez aumentar a entrada de escravos e gerou o desequilíbrio entre a população livre e a população escrava, ao mesmo tempo que também tornou os proprietários endividados, obrigando-os a deixarem suas terras nas mãos de especuladores e traficantes. E, por tudo isso que ocorreu, após o *Aberdeen Act*, houve, segundo Eusébio, uma

⁶⁹¹ MATTOS, 2011, p. 231-263.

mudança na opinião pública de se voltar contra o tráfico, ao que o então ex-ministro chamou de “revolução das ideias”, termo sublinhado por Carvalho justamente para pôr em dúvida se realmente houve tal revolução. Nas acepções de Carvalho tangentes ao discurso de Eusébio, avistamos como a sua tese da dialética da ambiguidade da burocracia imperial se sustentava: a mesma homogeneidade ideológica e de treinamento da elite política imperial que afastou projetos políticos mais radicais e garantiu a unidade territorial do Império, deslocou essa elite política da realidade social e econômica – não era representativa da sociedade –, de modo que a burocracia (da qual Eusébio fazia parte), como parte substancial desta elite política, era a única força política capaz de acabar com a escravidão, entretanto, dependia dessa força de trabalho para subsistir, como o próprio Estado dependia. Na afirmativa de Carvalho, mais do que poder, esta elite política e o governo imperial queriam acabar com a escravidão, e, portanto, desde o fim do tráfico até a lei de 13 de maio de 1888, a postura do governo imperial foi antiescravista. Desse jeito, considerando a argumentação de Carvalho, a escravidão acabou e a Monarquia acabou logo depois, dando lugar à República, não pelo fato de a Monarquia ter se mostrado falha na conservação da escravidão, mas por ter se empenhado pelo seu fim e por sua postura a esse respeito, descortinando seu afastamento das demandas por representatividade que surgiam no final do século por parte da classe proprietária.

Já no uso que Mattos faz do discurso de Eusébio, vemos ponderações semelhantes com as de Carvalho, tal qual a de que a importação contínua de escravos ameaçava o Império por conta das dívidas contraídas para a aquisição destes, em razão disso, perigava de o território passar para as mãos dos especuladores e traficantes. Outra consideração similar é de que, após do *bill Aberdeen*, o tráfico intensificou-se a ponto de gerar desequilíbrio entre a população de homens livres e escravos, nascendo como uma ameaça à tranquilidade e soberania do Império do Brasil. Mattos vai além desse pontos e realça, da fala de Eusébio, o quanto a nação brasileira prestou serviço relevante à causa da humanidade, todavia, que na afirmação do ex-ministro houve ênfase aos aspectos internos para o fim do tráfico, colocando a lei como uma questão inteiramente nacional, e nada tinha a ver com o canhão britânico, tampouco com paixões ou conveniências. Conforme Mattos, Eusébio apresentou como o gabinete saquarema se armava de recursos para efetivar a extinção do tráfico e, em seu discurso, construiu a disjunção entre Soberania Nacional ou tráfico negreiro intercontinental. Na sua análise sobre a alocação de Eusébio, Mattos mostra como a direção saquarema foi articulada associando-se ao interesse nacional, salienta ser uma decisão sem paixão ou conveniência e puramente centrada nos interesses nacionais. Isso sustenta a alegação de Mattos de que o governo saquarema queria acabar com o tráfico para manter a escravidão, queria acabar com o tráfico intercontinental para

controlar a questão da mão de obra. Na direção saquarema, as pressões inglesas pelo fim do tráfico surgiram como limites para essa direção, a resposta dessa facção política foi a de internalizar a questão da mão de obra escrava, para mantê-la. O recorte temporal da análise de Mattos não chega a envolver outras leis abolicionistas, apesar de tratar um pouco da libertação do ventre, não se aprofunda, mas podemos expandir o argumento de que se o tráfico foi extinto para se manter a escravidão, a Abolição gradual foi também estratégia à manutenção para o máximo de tempo possível da escravidão. Nesse processo de extensão da escravidão em território nacional, os dirigentes, levando em conta o posicionamento de Mattos, vincularam de tal modo a Monarquia à escravidão, que o fim da última arrastou consigo a primeira.

Na abordagem à política da Abolição, Carvalho toma como fontes primárias as Atas do Conselho de Estado, o discurso de Eusébio de Queirós, na Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1852, e os seguintes periódicos: *Aurora Fluminense*; *O Brasil*; *Correio Mercantil*; *Auxiliador da Industria Nacional*; *A República*; *Diário do Rio de Janeiro*, apontando para uma diversidade de fontes, e para uma abertura para a opinião pública. Em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, como um todo, há o uso de uma grande quantidade e variedade de documentação, boa parte manuseada nas diversas tabelas expostas, são 61 quadros e nove gráficos ao longo de seu trabalho. Há uma prioridade para um recurso quantitativo, estendido sobre um amplo recorte temporal, Carvalho trata da elite imperial e da política imperial, mesmo que centrada na Corte, ao privilegiar, em sua análise, Conselheiros, Ministros e Senadores, não deixa de ser uma obra com teor geral. E como tal, o arcabouço documental acompanha o grande desafio a que se propôs o autor, entre fontes manuscritas, uma vastidão de documentos oficiais e mais de uma dezena de periódicos⁶⁹². As tabelas e os gráficos, no caminho metodológico articulado por Carvalho, são a evidência, a comprovação empírica de sua argumentação. Os textos oficiais, ou mesmo os textos da imprensa, parecem trazer, também, consigo, esse caráter mais quantitativo, e quando analisados em seu discurso, o texto, por vezes, é tomado como o conhecimento dado, Carvalho parece se prender ao enunciado e, por vezes, não abre espaço para a enunciação. Realizado o trabalho de Ciência Política como *Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*, cujo título já remonta uma generalidade, pressupõe a análise da elite e da política imperial desde o início ao fim do Império, o que cumpre. De fato. Algo um pouco mais complicado como proposta de pesquisa em História, um recorte tão amplo. Um projeto de pesquisa com um marco temporal tão extenso assim dificilmente passaria nos processos de admissão dos programas de pós-graduação em

⁶⁹² CARVALHO, 2003, p. 437-441.

História, muito mais pelo rigor dos prazos diante da vastidão de documentação que deveria ser analisada.

Mattos, por eu turno, na abordagem da política da Abolição, baseia sua análise em fontes oficiais, como os Anais da Câmara do Deputados, Relatório do Ministro dos Estrangeiros de 1851, decretos de leis de 1850. Debruçando-se mais para a perspectiva dos dirigentes políticos e para o funcionamento do Estado em si. Em sua obra como um todo esse padrão se repete, usa fontes manuscritas, no entanto, a base do seu trabalho são Anais do Parlamento Brasileiro, Atas e Pareceres relativos à instrução na Província do Rio de Janeiro, Relatórios de Ministros e dos presidentes da Província do Rio de Janeiro e Legislação, apesar de usar também os periódicos *Jornal do Comércio* e *O Brasil*, o primeiro folhetim liberal e o segundo atrelado aos Saquaremas⁶⁹³. O caráter de suas fontes é menos diversificado que as de Carvalho, o que se explica pela natureza do seu objeto, a direção saquarema no governo imperial. Trata-se de um objeto mais específico, com um recorte temporal e espacial mais delimitado, já que, ao analisar a direção saquarema, está focando num grupo de dirigentes específicos, os conservadores fluminenses e do entorno Vale do Paraíba em sua ação construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial, o que se restringe a um período que vai da década de 1840 a 1860. É uma pretensão mais específica, e isso acaba por permitir um olhar sobre as fontes que lhe oportunizem a particularidade do seu contexto, considerando sua enunciação. Texto e contexto são articulados, como fonte e historiografia, testemunho e discussão. As fontes primárias são, antes de tudo, a comprovação, a fonte a da informação, mas não o conhecimento em si.

Voltando às análises que Carvalho e Mattos fizeram a respeito do fim do tráfico, atentamo-nos em quatro instâncias de análise: o fato, a fonte, o argumento, e a narrativa (tomada aqui no sentido da trama que se constrói, protagonistas, sujeitos, ações). O fato recortado voluntariamente, nesta investigação, é o fim do tráfico negreiro ou o fim do tráfico negreiro intercontinental, como prefere colocar Mattos. A fonte interpretada por eles é o discurso de Eusébio de Queirós à Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1852.

O argumento que Carvalho sustenta a partir da análise do fim do tráfico e do discurso de Eusébio é o de que o governo imperial atuou contra a escravidão. Desde 1842 até 1888, as ações do governo imperial foram no intento de libertar a mão de obra escrava, a elite política e o governo imperial foram instâncias abolicionistas, e a fala de Eusébio endossa tal argumento, a escravidão só não se encerrou antes por conta da dialética da ambiguidade, o fato de a

⁶⁹³ MATTOS, 2011, p. 301-303.

burocracia (como já dito, em certa medida confundida com a elite) ser a única força capaz de acabar com a escravidão, todavia, seus proventos dependerem da renda por ela produzida. Quando Carvalho lê o discurso de Eusébio está lendo o discurso de um integrante da elite política que saiu das mais altas capas da burocracia imperial – formado em direito em Olinda, foi magistrado, deputado, ministro, senador –, um construtor da ordem com toda a homogeneidade e esclarecimento que lhe compete.

O pressuposto que Mattos sustenta em sua análise sobre o fim do tráfico negreiro intercontinental e do discurso de Eusébio é o de que a extinção do tráfico visava, preliminarmente, manter a escravidão, estendê-la ao máximo, assim como as outras chamadas leis abolicionistas, tratava-se, antes de tudo, de uma defensividade em relação ao estatuto da escravidão, dado que, na direção saquarema, o forjar da classe senhorial e a formação do Estado imperial estavam vinculados à preservação dos monopólios que fundaram a classe a senhorial, e por isso a preservação da escravidão era fundamental. Quando Mattos lê o discurso de Eusébio ele está lendo a fala de um dirigente saquarema, com sua retórica a respeito da Soberania Nacional, e inegável reconhecimento da importância da escravidão para o país, nele fica clara a distinção entre os Saquaremas e a oposição, e como os primeiros se colocavam como os únicos capazes de defender os atributos de liberdade e de propriedade da classe senhorial – concerne a um dos integrantes da chamada trindade saquarema, em torno da qual se organizaram os Saquaremas e os conservadores de todo país.

A explicação de Carvalho se vale de um texto de fácil leitura e compreensão, segue uma sequência cronológica que interliga os acontecimentos relacionados à política da Abolição desde 1807 até 1872, no recorte feito aqui. Interessante constatar que nosso recorte, para fins de análise, é textual, porém, acaba coincidindo, pela maneira como o autor expõe, com um recorte temporal. Nesse ínterim, duas forças foram colocadas como contrapostas: de um lado o governo imperial, reformista e antiescravista, empenhado na liberação da mão de obra e da terra, capaz de perceber as necessidades do país no médio e longo prazo; do outro as forças ligadas à lavoura de exportação, os interesses agrários, limitados aos seus interesses imediatos, resistentes a qualquer tipo de mudança. Um enredo que sustenta a ideia de que a elite política não era representativa da sociedade pelo seu nível de esclarecimento e perspectiva, pois, diante dela, estavam os interesses agrários ainda relegados ao atraso, no caso, o atraso da escravidão. Mesmo face a fortes oposições, esta elite política e o governo imperial protagonizaram o fim da escravidão, como um ato heroico em prol de uma causa maior, um ato que pode ser configurado como suicídio político. A escravidão acabou, o governo imperial foi substituído logo depois.

Na descrição de Mattos, o fim do tráfico é tratado, ao modelo de seu texto, com uma linguagem e articulação que requerem algumas leituras insistentes para a devida apreensão, até porque o autor insere o fato num conjunto de processos mais amplos relacionados à moeda colonial em restauração e ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. No enredo, toda a ação é dada aos Saquaremas, eles são os protagonistas dessa História que extingue o tráfico, e somente eles o poderiam fazer; o discurso de Eusébio não convence Mattos de que se tratava de um bem para a humanidade, do interesse nacional acima de tudo. Eles o fazem por interesses escusos, para preservar a escravidão, um mal social que garantiu a ordem e estabilidade política diante da construção do Estado imperial. Os Saquaremas não são heróis nessa narrativa, também não são vilões, é uma trama complexa, na qual não se aplica uma leitura maniqueísta, se para simplificar a leitura é desejável inseri-los dentro de um estereótipo talvez o de anti-heróis, com uma moral dúbia e flexível. O seu desfecho nessa trama se deu quando os Saquaremas foram, enfim, desmascarados: não agiam, afinal, pelos interesses da classe senhorial, agiam pelos seus próprios interesses. E acabou o tempo saquarema.

O enredo colocado acima articula o fato considerado em questão, no caso, o fim do tráfico negreiro, com o restante dos fatos colocados por Carvalho primeiramente, e depois por Mattos. A narrativa é parte constitutiva dos seus textos, e a exageração da leitura dos enredos que situa a elite política como “heróis” e os Saquaremas como “anti-heróis”, uma licença poética forçada, cabe dizermos, para avultar que a constituição desse enredo é parte fundamental para a compreensão desses textos. Não é uma exclusividade que se aplica aos livros *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e ao *Tempo Saquarema*, mas a função do enredo como articulação que totaliza a obra, interliga e organiza fatos e dados é parte de qualquer trabalho tomado como historiográfico. As reflexões a esse respeito basearam-se muito nas análises de Paul Ricoeur acerca dessa relação entre narrativa e História, e constituem, em boa medida, respostas aos questionamentos vivenciados pela disciplina História desde a chamada virada linguística. Historiadores como Francois Hartog, Ricardo Benzaquém, e críticos literários como Benedito Nunes e Luiz Costa Lima ofereceram consideráveis assertivas que põem em relevo a questão da narrativa no trabalho do historiador.

No livro *Crer em História*, Hartog dedica-se a refletir sobre os questionamentos atuais que giravam em torno da História enquanto disciplina, no final do século XX, ao considerar ser seu futuro ocluso diante dos debates construídos à volta do problema da representação no conhecimento histórico e a questão da verdade histórica. Hartog procura, então, pensar em como tudo isso promoveu mudanças na própria crença em história. E crer em história aqui significa acreditar que o conhecimento do passado é primordial para o ordenamento da

sociedade.⁶⁹⁴ Os acontecimentos que colocaram a humanidade à prova, na primeira metade do século XX, como as duas Grandes Guerras e a ameaça nuclear, testaram a validade do próprio conhecimento histórico, abalaram a crença em história. Nessa esteira, foi a partir da década de 1960 que as noções de realismo histórico sofreram questionamentos delineados pela ideia de que, se o historiador escreve história, ele a faz, ele a fabrica. E com a publicação, em 1973, de *Meta-História*, Hayden White tornou-se referência, de acordo com Hartog, na concepção que considera a história mais como escrita do que uma narrativa sobre o real, o que levou ao fim da fronteira entre ficção e história, deslocando a história do espectro da ciência para o espectro da literatura e a da arte⁶⁹⁵. A crença em história foi baqueada por aquilo que lhe é inerente, a escrita.

Para responder à virada linguística e aos questionamentos por ela suscitados a respeito dos poderes da narrativa, Hartog se atém às reflexões de Paul Ricoeur e de Carlo Ginzburg, não para aproximá-las ou para opô-las, mas para apresentar duas abordagens distintas em resposta à conjuntura por ora colocada. Ambos construíram suas análises a partir de Aristóteles, porém, com enfoques distintos.

Analisando as obras de Ricoeur, Benedito Nunes faz referência ao papel basilar do enredo para organizar, configurar, conferir inteligibilidade e compreensão a um texto, isso porque o enredo – que participa do caráter de ato da *mimesis*, ou seja, a imitação da realidade, ou ainda a transfusão poética da realidade – é uma operação que viabiliza a integração de fatos dispersos na totalidade de uma história, estabelece a ligação de um conjunto de fatos heterogêneos, sem deixar de acentuar a dimensão episódica dos fatos, contudo, a sintetizando com a dimensão da história em sua totalidade. Existe uma relação de reciprocidade entre narrativa e temporalidade, pois “tudo o que se conta acontece no tempo, toma tempo, desenvolve-se temporalmente, e o que se desenvolve no tempo pode ser contado”⁶⁹⁶, e assim o que se desenrola no tempo pode ser reconhecido como temporal quando articulado na forma discursiva de um enredo. Enquanto filósofo e crítico literário, Nunes reconhece que a história traz consigo uma grande pretensão que a distingue da ficção, é através da pesquisa e da crítica dos documentos que visa conhecer o passado real. Esse recurso aos documentos assinala uma linha que demarca a divisão entre história e ficção, desse modo, “as construções do historiador pretendem ser reconstruções do passado”⁶⁹⁷. No entanto, é no ato da leitura que a história é ficcionalizada, e a ficção é historicizada, posto que a voz narrativa opera a situar, no passado,

⁶⁹⁴ HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 12.

⁶⁹⁵ *Ibidem*, p. 22.

⁶⁹⁶ NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988. p. 9-35. p. 15.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 32.

o mundo da obra, nesse seguimento, o tempo é reconfigurado, oportunizando a interpenetração entre a história narrativa e a história ficcional, sem que elas possam ser confundidas.

De acordo com Hartog, Ricouer sustenta suas reflexões na *Poética* de Aristóteles e, para o filósofo grego, “poética” é a arte de compor intrigas, uma arte concernente a *mimesis*; isto é, a “poética” é composição de obras que tencionam imitar a uma ação⁶⁹⁸. Toda a reflexão de Ricouer sobre a narrativa se alicerça na *Poética*. Sendo a história a reconfiguração do tempo, ela é a junção da narrativa de ficção e da narrativa histórica. Essa junção é articulada por Ricouer por intermédio do conceito de *representância*, que explica a relação entre o passado, o real e o conhecimento histórico. A leitura que Ricouer faz da *Poética* é bem específica. Ele entende como “um modelo de tessitura de intriga que se propõe a estender a toda a composição narrativa, quer se trate de história ou de ficção”⁶⁹⁹. Entretanto, Hartog assimila que o tipo discursivo articulado por Aristóteles não é a história, tal como a concebem os historiadores, não é *mimesis*, e não é *poiesis*. No ponto de vista de Aristóteles, o historiador deve dizer o que se passou, e não fazer articulações, enredar o que se passou – a proposta de Aristóteles se aproxima da história crua colocada por Luiz Costa Lima. O historiador não é um “mestre de intrigas” para o autor da *Poética*, como postula Ricouer. Para este último, a *mimesis* está na narrativa, o historiador é um construtor de intrigas, com isso, acaba ferindo a divisão feita por Aristóteles.

Ginzburg, diferente de Ricouer, se ateuve a outra obra de Aristóteles, a *Retórica*. Isso porque, enquanto o segundo priorizara a narrativa, o historiador italiano tinha na questão da “prova” o debate central em sua resposta à virada linguística. Para os oradores, diz Ginzburg lendo Aristóteles, há duas estratégias de demonstração, o entinema e o exemplo. Entinema concebido como argumento provável. Logo, retórica e prova estão vinculadas. E é na *Retórica* que Aristóteles trabalha com mais afinco a historiografia. O recurso à história (ou mais precisamente, à pesquisa histórica) surge com a finalidade de trazer exemplos de outros lugares e de outros tempos. As pesquisas (*historiai*) designam-se à “coleta de dados e destinadas a fornecer premissas, permitindo argumentar corretamente no âmbito das deliberações da assembleia”⁷⁰⁰, acabam fornecendo entinemas válidos. Todavia, essas pesquisas não se referem à retórica, e sim à política, segundo Aristóteles. Almejavam fornecer conselhos, instrução às deliberações.

Aristóteles fala pouco da história na *Poética*, quando fala é para tratar do discurso trágico. A história se situa em lado oposto à “poética”, já que a história está no campo da

⁶⁹⁸ HARTOG, 2017, p. 94.

⁶⁹⁹ Ibidem, p. 104.

⁷⁰⁰ Ibidem, p. 109.

narrativa, e a poética está no campo da *mimesis*. A poética trata do que aconteceu e do que poderia acontecer, já a história versa do que aconteceu. Na poética, a poesia é imitação, pois representa a natureza da ação do homem, não necessariamente cópia. A poética é conhecimento mais elevado por ser universal, enquanto a história é particular por ser narração dos eventos que realmente ocorreram. A história, conforme colocada por Aristóteles, se dedica a narrar o que aconteceu, uma história após a outra, sem ligação causal entre os acontecimentos. O tempo surge como unidade aleatória e diversa. Já a poética constrói a relação causal entre os acontecimentos, e acaba estabelecendo uma unidade de ação dos acontecimentos. Logo, a história, como os historiadores a fazem hoje (e desde, ao menos, o Oitocentos), aproxima-se, em Aristóteles, da poética.

Ricouer volta-se a Aristóteles para entender a narrativa e o sentido da história, Ginzburg também se voltou para o pensador grego, mas buscando articular a importância da prova para o conhecimento histórico. Da *Poética à Retórica*, de Ricouer a Ginzburg, o recurso a Aristóteles vem como respostas distintas à virada linguística. Ou dois respaldam suas reflexões em Aristóteles, porém, não são fiéis a ele, acabam por criar algo diferente. Já que, de algum modo, rompem com a dicotomia de Aristóteles. A partir de processos descontínuos que seguiram desde a Antiguidade à Modernidade, narrativa e prova encontraram-se no conhecimento histórico, diz Hartog. Sem embargo, foi já no século XVIII que houve a junção da história antiquária com a história filosófica, e as bases da história moderna foram lançadas. A “história avança corajosamente”, com a combinação entre os cuidados com as fontes e o recurso da linguagem⁷⁰¹. Narrativa e verdade, forma e conteúdo, ambos se associam na constituição do conhecimento histórico. Mesmo que não admitida pelos postulados que conferiram à história cientificidade.

O rompimento da “História-arte” com a “História-ciência” foi dado por Leopold von Ranke, consoante Benedito Nunes⁷⁰². A primeira, entendida como narrativa de acontecimentos recriados, como se o narrador estivesse presente, fazendo do historiador um contemporâneo do que aconteceu, ofereceu uma imaginação projetiva. Enquanto a História-ciência configurou o seu ideal oposto na pesquisa das fontes, personificada em Leopold von Ranke. Essa bifurcação de uma mesma disciplina assinala a ambiguidade cognitiva da história, oscilando entre duas epistemologias não coincidentes, uma que é inerente ao escritor, e outra, costumeiramente, vinculada ao trabalho do historiador – pesquisar. E, no fim das contas, “a prática institucionalizada do conhecimento histórico, assimilando a desconfiança das Ciências Sociais

⁷⁰¹ HARTOG, 2017, p. 115.

⁷⁰² NUNES, 1988.

aos acontecimentos, acabara, em consequência, por abandonar a narrativa”⁷⁰³. No entanto, história e ficção se tocam como formas de linguagem, as duas têm como objeto a atividade humana. Algo endossado por Ricardo Banzaquém, para quem, o método crítico – organizado em torno da ideia de fato, implica a preocupação com a autenticidade das fontes, com a sua integridade e com a sua correção – o estabelecimento dos fatos oferece um trabalho histórico mais confiável, mais documental, contudo, mesmo sustentado sob pilares tão sólidos, é perfeitamente possível que todo o rigor com a documentação e uma coleção de fatos não resultem em história⁷⁰⁴. É preciso articular os fatos entre si, dar-lhes um sentido, uma compreensão. E é esse o papel que a narrativa cumpre: “a narrativa, conseqüentemente, desempenha um papel fundamental, que é o de produzir uma totalidade que não tem nada a ver com a totalidade científica”⁷⁰⁵, ela produz uma totalidade que preserva a singularidade dos fatos.

Explorando a noção de *mimesis*, conforme trabalhada por Ricoer, Luiz Costa Lima expande essa noção para uma concepção de *mimesis*-estigma:

[...] embora a *mimesis* se mostre na atividade historiográfica, em decorrência de o seu agente sentir, reagir e pensar o mundo a partir do *lugar* que nele ocupa, essa resposta ao mundo é menos uma mimese com princípio de construção do que como inevitabilidade, uma mimese por decorrência da cena da enunciação, tanto mais viva quanto menos atividade dispõe de conceitos [...] ⁷⁰⁶

Por isso a verdade produzida por um historiador não se esgota em si, e precisa ser entendida “segundo a ótica do *lugar* que o historiador ocupa, instituições e ações que o motivaram”⁷⁰⁷, dessa forma, o historiador não se liberta de uma certa *mimesis*, mas não se trata de uma *mimesis* ativa como a do poeta ou do ficcionista, trata-se de uma *mimesis* imposta, quase estigma, da qual ele não pode, e nem tenta, evitar.

Essa noção de *mimesis*-estigma proposta por Lima se amplia pela constatação de que o historiador, como qualquer indivíduo, é um mosaico de tempos heterogêneos:

[...] A história espontaneamente processada, que serve de lastro material para a elaboração do historiador, já é por si formada por contingentes que pertencem a tempos diversos. Viver é conviver com épocas distintas. Não apenas o outro está

⁷⁰³ NUNES, 1988, p. 11.

⁷⁰⁴ ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999. p. 235.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 241.

⁷⁰⁶ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 155.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 156.

alocado noutro tempo, mas nós mesmos somos um mosaico de tempos heterogêneos.⁷⁰⁸

O lugar ocupado pelo historiador, tal como ele, é também esse mosaico de tempos heterogêneos, logo, todo esse contingente de tempos diversos também compõem a *mimesis*-estigma que forma (conforma, deforma, reforma) o trabalho do historiador, um trabalho que não é puramente material, dado pelo lastro documental pelos fatos localizados – o que Lima chama de “história crua” – todavia, que também não é puramente intelectual, como abstração poética da realidade. Da articulação entre essas duas dimensões, a material e a intelectual resulta a temporalidade histórica⁷⁰⁹. A *mimesis*-estigma é dada pelo contexto de produção do historiador, atinge sua subjetividade e sua objetividade na escrita da história, e acaba por influir também na forma como opera a transfusão poética da realidade, isto é, a *mimesis*, dando contornos ao enredo que performa a narrativa histórica.

Em um exercício que esboça as alegrias e as angústias encontradas para escrever a biografia de Dom João VI, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves perpassa os desafios teóricos e metodológicos desta empreitada, colocando-os como próprios da prática historiográfica. Neves parte da premissa de que Dom João “constrói a sua época da mesma forma que também é construído por ela, passando por isso a exprimir, sem sua trajetória, traços diversos das estruturas culturais, políticas, sociais e econômicas do seu tempo”⁷¹⁰. Nesse rumo, a vida do biografado deveria ser descrita com fatos minuciosos, talvez até aparentemente insignificantes, entretanto, uma vez “densamente entrelaçados, emprestam ao todo um significado mais amplo”⁷¹¹. O que Neves se propõe a fazer é escutar as vozes do passado, vozes que chegam sob a forma de textos e documentos, o que torna esta escuta sempre um exercício de interpretação. O desafio colocado se amplia diante da constatação de que as narrativas a respeito de Dom João VI são carregadas de perfis contraditórios – de um lado o soberano bondoso, justo e administrador astuto, de outro o absolutista covarde e displicente com seus súditos e reino – que foram construídos e continuarão a ser, “conforme as condições dos tempos e os interesses dos historiadores, talvez mais do que pelas abordagens teóricas ou metodológicas”⁷¹².

⁷⁰⁸ LIMA, 2006, p. 131.

⁷⁰⁹ *Ibidem*, p. 134.

⁷¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A biografia de D. João VI: implicações teóricas e metodológicas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 307.

⁷¹¹ *Ibidem*, p. 310.

⁷¹² *Ibidem*, p. 318.

Os apontamentos que podemos extrair de Neves se direcionam em três reflexões. Primeiro, o passado chega ao historiador por meio de textos e documentos, o que torna a compreensão desse passado sempre um exercício interpretativo pelo historiador, ele não é dado em toda a sua inteligibilidade pelos textos e pelos documentos – o exercício primeiro do historiador é escutar o passado através da interpretação dos vestígios deixados por esse passado. Segundo, os fatos identificados graças a essa interpretação de textos e documentos precisam ser entrelaçados de maneira densa, um entrelaçamento que confere ao conjunto desses fatos um significado mais amplo – tal entrelaçamento é a constituição da narrativa no texto. Terceiro, as condições dos tempos e os interesses dos historiadores operam, possivelmente, com mais peso do que as abordagens teóricas e metodológicas para a constituição de narrativas tantas vezes contraditórias entre si; as condições dos tempos e os interesses dos historiadores talvez condicionem mais o exercício de escuta do passado, e de interpretação dos textos e documentos do que as referências teóricas e percursos metodológicos. Interpretar e narrar os textos e contextos são exercícios condicionados não somente pelas escolhas deliberadas dos historiadores – concebendo aqui que a abordagem teórica ou a metodológica é um caminho racional e intencional feito pelo historiador no seu exercício – mas também pelas condições dos tempos, condições estas que lhe conferem interesses, e não são escolhas feitas deliberadamente. Os textos e o documentos a serem interpretados pelo historiador em seu exercício de escuta do passado não falam sozinhos, falam também do momento em que são ouvidos, trata-se de uma operação em que os contextos dos textos inevitavelmente se cruzam com o contexto do historiador.

Tanto a obra de Carvalho como a de Mattos configuraram-se como construções a vislumbrar a reconstrução do passado, a reconstrução de um passado “real”, a realidade do passado que é reconstruído se dá pela confiabilidade dos textos, e esta advém da documentação, das fontes, do debate historiográfico, do respaldo teórico, da ocultação do autor – seus textos –, como este apresentado aqui, neste instante e ato de leitura, o narrador aparece como expectador dos fatos por meio das fontes e dos debates historiográficos, e vai pondo à prova e confrontando umas a outras. É sabido que o narrador é o agente que opera essa interlocução e a transforma em enredo, porém, em nome do rigor científico, não pode aparecer explicitamente no texto. Tomados novamente o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós), as narrativas que os dão sentido, particularizando sua dimensão – sua relevância é claramente acentuada pelos dois autores – são absolutamente distintas, e absolutamente válidas. Não podemos dizer que um ou outro não leu ou não entendeu a fonte ou o fato, todavia, a *mimesis*, para tomar o termo colocado por Ricouer, deu-se por caminhos distintos.

Numa conjectura, se o fim do tráfico e o discurso de Eusébio fossem investigados por algum pesquisador cujo objeto fosse a atuação do partido liberal na política da Abolição, o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós) seriam apreendidos sob outra ótica, a realidade passada a ser reconstruída se totalizaria a partir de outro enredo. Logo, a própria definição do objeto em si, sua delimitação e contornos conferem condicionamento à *mimesis* do historiador. Luiz Costa Lima fala de uma *mimesis*-estigma, quer dizer, de como a apreensão da realidade feita pelo historiador não é necessariamente ativa como *mimesis* poética articulada por Ricoeur, e sim condicionada pelo *lugar* do historiador, isto é, o seu espaço de enunciação, contexto, instituição. Nesse caso, o *lugar* como configuração de espaço marca bem uma distinção: Carvalho e Mattos, respectivamente, defenderam suas teses, em 1975, na Universidade de Stanford, e, em 1985, na Universidade de São Paulo, o primeiro ainda em panorama de Guerra Fria, nos Estados Unidos, o segundo vivenciando o processo de redemocratização no Brasil, lugares e momentos que possivelmente expliquem leituras tão distintas sobre o dado fato e a dada fonte, sobretudo porque também aponta para o aporte teórico que fundamenta as suas interpretações das elites políticas e da classe senhorial – assunto que será tratado na segunda parte deste capítulo. Lima nos ofereceu outra ferramenta analítica ao afirmar que “viver é conviver com épocas distintas”, e por isso somos todos um mosaico heterogêneo de tempos do resultam subjetividades distintas. Indivíduos, autores, pesquisadores, historiadores: todos dotados de subjetividades acentuadas por suas próprias trajetórias e pelas épocas distintas com as quais convivem enquanto vivem. Nesse sentido, o mosaico heterogêneo de tempos que conformou as obras de Carvalho e Mattos é bem distinto, dados de seus respectivos objetos, seus lugares, e os tempos que os entrecortam.

4.2 “Tem a palavra o senhor Eusébio Queirós”: da fonte ao fato, em releituras

Nosso exercício reflexivo, agora, será o de debruçarmo-nos sobre a mesma fonte usada por Carvalho e por Mattos. O discurso de Eusébio de Queirós, proferido na Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1852, constitui importante ferramenta para pensar a postura do governo imperial em relação à extinção do tráfico, às disputas e questões políticas que perpassaram esta questão, em virtude disso, foi usado por Carvalho e por Mattos em suas análises. Esse discurso mostra a força e a limitação do governo diante de contendas partidárias e pressão internacional. Vale referirmos que esse discurso foi proferido quase dois anos após a aprovação e execução da lei que extinguiu o tráfico, a lei de 04 de setembro de 1850. Trata-se de uma resposta a uma sequência de publicações feita no *Correio Mercantil* em 7, 9 e 12 de

abril de 1852, explanando parte da correspondência trocada entre Sr. Hudson e Lord Palmerston, e Sr. Hudson e Paulino Soares, de abril de 1850 a março de 1851. Ocasão aproveitada pela oposição liberal para desacreditar o mérito dos conservadores pelo fim do tráfico, para sustentar ser a ação do Governo brasileiro “apenas por medo da Grã-Bretanha”⁷¹³. Nessa correspondência, Sr. Hudson chamou para si e para a armada inglesa todo o mérito pelo fim do tráfico. Dois anos depois da questão resolvida, tendo em vista que o tráfico havia sido encerrado e efetivamente reprimido pelo governo brasileiro, Eusébio foi o templo da Representação Nacional, à composição política dos Deputados Gerais para retomar ao assunto. Lembremos, tratava-se daquele grupo político que Carvalho deixou claro ser difícil investigar a origem, ter considerável rotatividade, e que foi considerado por ele o “vestíbulo” para acesso ao que ele julgava elite política imperial (presidentes de província, senadores, ministros, conselheiros)⁷¹⁴. Isto é, correspondia à porta de entrada para novas figuras no cenário político, espaço de consolidação de espaço para outros, no entanto, antes de tudo, foi grupo diversificado, marcado pelas questões inerentes às facções partidárias. Um espaço de debate e formulação de posições políticas. Dois anos depois após a lei de 04 de setembro de 1852, Eusébio foi à Câmara dos Deputados Gerais, instância máxima da representação nacional, para defender o posicionamento do governo na época da aprovação daquela lei.

Em seu discurso, Eusébio construiu uma ideia de “nós” e duas ideias de “outros”, conquanto, que se aplicavam mais nas pessoas do plural: “nós”, “vós”, “eles”. Eusébio de Queirós defendeu sua facção política, direcionando seu discurso aos adversários, e edificou a ideia de um adversário em comum. Ele se esforçou para esvaziar a lei de 04 de setembro de 1850 de qualquer teor político, de qualquer teor de disputas partidárias, acabando, nesse esforço, colocando-a como algo realizável somente pela facção a qual pertencia⁷¹⁵.

Os termos Saquaremas ou Conservadores não aparecem em sua fala, Eusébio referia-se aos seus como “partido brasileiro”, o partido que alguns diziam ser protetor do tráfico, diferente do partido da oposição, que era inimigo do tráfico. Eusébio argumentou que somente “nós” do partido brasileiro, do partido que governava na ocasião em que a lei foi aprovada, poderiam, de fato, de ter encerrado o tráfico. Arguiu que seu partido foi eficaz em determinar

⁷¹³ BETHELL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1063>>. Acesso em: 10 ago. 2022. p. 406-407.

⁷¹⁴ CARVALHO, 2003, p. 125-127.

⁷¹⁵ QUEIRÓS, Eusébio de. Discurso na Câmara dos Deputados, Sessão de 16 de julho de 1852. *Annaes da Câmara dos Deputados*, 16 jul. 1852, p. 244-256. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/euzebio-queiroz>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

o fim do tráfico, mas, sobretudo, em acertar os meios para fazê-lo, pois cumpriam o seu dever sem se importar com as interpretações do seu comportamento. Prosseguiu dizendo que, quando o partido adversário estava no poder, o tráfico triplicou, e que por conta da grande entrada de africanos nesse período, que qualquer que fosse o ministério seria repressor do tráfico, porém, se a oposição estivesse no poder, não conseguiria acabar com o tráfico mesmo se o quisessem, visto que, no projeto de lei proposto por eles, o tráfico continuaria sendo submetido ao júri e não crime privativo. Para Eusébio, eles se prendiam em suas doutrinas, contudo, “quando chamados ao poder, são obrigados a renegá-las”⁷¹⁶, dado que, nessa circunstância, não obteriam os resultados que desejavam. Argumenta que o tráfico não havia sido encerrado noutra época em razão da crescente necessidade de braços para a lavoura, entretanto, antes do canhão britânico, a lei já estava sendo trabalhada pelo governo, isso desde 1848. O “partido brasileiro”, o “nós” ao qual Eusébio pertencia, carregava o mérito de ter mudado o projeto de 1837, retirando o júri, criando o juízo especial, e por atacar com vigor as introduções, pois a punição aos introdutores não ameaçava a propriedade nacional, além disso, conseguiram criar os meios para que a lei fosse cumprida, criaram também estratégias para a proteção dos juízes. Mesmo se quisessem, que se empenhassem, a oposição não conseguiria acabar com o tráfico, no discurso de Eusébio, ela não dispunha de doutrinas, meios e estratégias para isso. A aprovação da lei era mérito do partido brasileiro.

Em meio à afirmação do “nós” sobre “outro” mais próximo, o partido da oposição, ou partido adversário, o “vós”, a quem ele dirigiu sua fala, esclareceu que a lei de 04 de setembro de 1850 só ocorreu porque a nação brasileira reconheceu que seus interesses exigiam o fim do tráfico. Isso se devia a uma mudança na opinião pública sobre o fim do tráfico por conta da grande entrada de africanos entre os anos 1846, 1847 e 1848, o que começou a gerar um problema de desequilíbrio entre a população livre e a população escrava, ameaçando a soberania do país, outro grave problema que provocou essa adesão ao tráfico pela nação, o que Eusébio chamou de “revolução nas ideias”, eram as dívidas com as quais os proprietários de terras ficavam com a aquisição de escravos, posto que compravam a crédito, com juros altos, deixando a propriedade nas mãos de especuladores e traficantes. E foi somente diante dessa mudança de pensamento, dessa “revolução nas ideias”, que o governo do “partido brasileiro” empreendeu com afinco o fim do tráfico de escravos, ou melhor, as ações do partido de Eusébio foram fruto inteiramente do interesse nacional. A nação, aparentemente, clamava pelo fim do tráfico, e este partido que então governava, incapaz de agir contrários aos interesses da nação, empenhou-se

⁷¹⁶ QUEIRÓS, 1852, p. 250.

para atendê-la. Os interesses do governo e os interesses da nação caminham juntos no discurso de Eusébio.

O “outro” próximo que Eusébio articulou em seu discurso, era para quem ele direcionava sua fala, seria a segunda pessoa do plural, o “vós”, a quem ele chamou de partido adversário ou de “a oposição”. No início do seu discurso, começou dizendo estar maravilhado com a oposição, por sua postura sobre o tráfico, dado que essa era uma questão que “não se deve considerar de partido, e sim uma questão que é inteiramente nacional”⁷¹⁷. Com essa fala, parecia querer adoçar os ouvidos do partido adversário, e querer diminuir o mérito de uma facção política sobre a outra nessa questão, mas não foi esse movimento que se manteve em sua fala, como constatamos acima. Logo as críticas de Eusébio foram destiladas, a começar pelo fato de a oposição ter publicado em um folhetim que era seu as falas do Sr. Hudson a respeito do fim tráfico no Brasil. Nessas falas ele não ofendeu, garantiu Eusébio, ao governo ou ao partido, ele ofendeu a honra nacional e, mesmo assim, a oposição não proferiu nenhuma palavra de contestação ou defesa. Esse mesmo Sr. Hudson colocou a oposição como um grupo de fanáticos capazes de sacrificar a honra nacional para subir ao poder, e mesmo assim a oposição ficou totalmente convencida pelo Sr. Hudson. Diziam ser o partido adversário contrário ao tráfico, porém, quando esse partido estava no poder, o tráfico triplicou. Eusébio encerrou suas críticas diretas à oposição dizendo não serem capazes de extinguir o tráfico, por conta de sua doutrina e da falta de meios para fazê-lo, todavia, “felizmente deixaram o poder”. Eusébio destacou como a oposição fez uso político das falas de Sr. Hudson sem se preocupar com os infortúnios à honra nacional que dessas falas decorreram, usaram tais falas para atingir a um partido, para atingir ao governo, e deixaram que flagelasse a honra nacional. Claramente é um recurso retórico de Eusébio para esvaziar politicamente as falas de Sr. Hudson que, por certo, àquela altura, ecoavam, sendo manuseadas pela oposição como críticas diretas ao governo e ao partido de Eusébio. Sua alegação mais constrangedora ao partido adversário referente ao fim do tráfico foi afirmar seguidas vezes que eles não seriam capazes de realizar tal feito. Acusou-os de concordância a um estrangeiro que afetou a honra nacional, acusou-os de incapacidade para executar o fim do tráfico como o partido de Eusébio o fez. A oposição era, ali, portanto, incapaz de atender aos interesses da nação brasileira, já que o fim do tráfico, no discurso de Eusébio, foi colocado como fruto desses interesses. E a razão dessa incapacidade era tão simples como complexa, sua base doutrinária, algo dito sem delongas, no entanto,

⁷¹⁷ QUEIRÓS, 1852, p. 244.

relacionado ao fato de que essa doutrina manteria o tráfico atrelado ao julgamento do júri, o que poderia levar à impunidade e o não cumprimento da lei.

A fala de Eusébio era mais pesada quando direcionada à postura inglesa, mais incisivamente ao Sr. Hudson, fez menção ao Lord Palmerston, e criticou o abuso de força da Inglaterra. O “outro” mais distante, a terceira pessoa do plural, “eles”, que tornou as diferenças entre o “nós” e o “vós” de Eusébio menores, pois os insultos e inverdades inglesas atingiram, na exposição do ex-ministro, questões de honra e Soberania Nacional, o que diz respeito a ambos os partidos, o partido brasileiro e o partido adversário, governo e oposição. Eusébio criticou duramente a postura de Sr Hudson de chamar para si todo o mérito pelo fim do tráfico, dando a entender que foi a força dos seus canhões que possibilitou tal feito. Seguiu, proferindo o quanto Sr. Hudson pôs a oposição e a administração do país num papel vergonhoso, a primeira como sua correligionária e a segunda como passiva. Sr. Hudson passou informações falsas: de que houve incitação violenta contra ingleses em solo brasileiro; de que o senhor Ministro de Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, lhe entregaria passaportes de pessoas envolvidas no tráfico; e de que houve inúmeras conferências com Paulino, nas quais teria Sr. Hudson ditado todas as mudanças vistas na lei aprovada em 4 de setembro de 1850, sendo que as discussões concernentes a dessa lei já estavam no gabinete de ministros desde 1848. Eusébio procurou deixar claro que os insultos e violências inglesas só fizeram atrasar o fim do tráfico, haja vista que dificultaram a manutenção da ordem, portanto, não se devia a isso a lei, assim como não devia nada ao *bill Aberdeen*, considerado por Eusébio um abuso de força por parte da Inglaterra, e que só fez aumentar o tráfico, ao invés de reprimi-lo. Para Eusébio, o que o Sr. Hudson queria era os louros pelo fim do tráfico no Brasil, pois tornar-se-ia o primeiro diplomata do mundo, e acabaria dando respaldo para o governo do Lord Palmerston, governo então bem questionado na Inglaterra por sua prepotência com as nações estrangeiras, o que vinha prejudicando o comércio marítimo inglês. Eusébio deslocou e concentrou suas críticas mais duras aos ingleses, principalmente Sr. Hudson, mesmo com o intuito de mostrar como as falas publicadas no *Correio Mercantil* diziam mais a respeito dos interesses ingleses do que aos interesses brasileiros. Nesse deslocamento, algo mais se moveu, o orgulho pelo feito de seu partido cedeu lugar ao orgulho nacional, quando destacou os insultos e as faltas dos ingleses só havia um outro que, realmente, gerou tensão, a construção do “eles” no discurso de Eusébio dissolveu a linha divisória entre o “nós” e “vós”, ao colocar em primeiro plano a questão da honra da nacional.

O principal ganho do discurso de Eusébio de Queirós foi o esvaziamento político das falas de Sr. Hudson publicadas no *Correio Mercantil*, invalidando seu uso pela oposição. Ele

frisou questões internas ao país como justificativa para o fim do tráfico, como o aumento da entrada de escravos que gerava desequilíbrio entre a população livre e a escrava, as dívidas dos proprietários com especuladores e traficantes – essas duas questões tornavam o tráfico um problema, na fala de Eusébio, afetando a Soberania Nacional. As razões para o fim do tráfico são internas, e não provocadas por pressões externas. Ao dizer que houve uma “revolução nas ideias”, fazendo com que a opinião pública se voltasse contra o tráfico, Eusébio se respaldou na sociedade para justificar a extinção do tráfico, alinhando a postura do governo com as necessidades da nação.

De acordo com Leslie Bethell, a oposição liberal ansiosa por desacreditar os méritos dos conservadores, ao mesmo tempo “se dissociava dos interesses do comércio de escravos”⁷¹⁸, sustentava que o governo brasileiro havia agido apenas por medo do canhão da Grã-Bretanha. A publicação, um ano depois da aprovação da lei que extinguiu o tráfico no Brasil, pelo governo britânico, de um Livro Azul, com boa parte da correspondência entre Hudson e Palmerston, Hudson e Paulino, durante os meses de abril de 1850 e março de 1851, deu uma boa munição à oposição. Em abril de 1852, a legação britânica, no Rio, ofereceu uma cópia do Livro Azul a um jornal da oposição, o *Correio Mercantil*, que publicou parte daquela correspondência danosa ao governo brasileiro nas edições de 7, 9 e 12 de abril de 1852. Como resposta, Paulino Soares de Sousa e Eusébio de Queirós procuraram argumentar que as decisões e ações referentes ao fim do tráfico negreiro cabiam única e exclusivamente ao governo brasileiro. Consoante Bethell, os dois lados reclamavam o crédito da supressão do tráfico, e “ao fazê-lo, ambos exageravam a sua própria porção de responsabilidade”⁷¹⁹.

A leitura/interpretação colocada acima, debruçada sobre o famigerado discurso de Eusébio, ateu-se nos sujeitos envolvidos no fim do tráfico e que aparecem no nesse discurso. Ao caracterizar a sua facção política, o “partido brasileiro” – os conservadores, já o sabemos – Eusébio não deixa de fazer um autoelogio ao processo que daria origem à lei que, mais tarde, seria conhecida pelo seu nome, tratava-se de uma projeção de autoimagem, não só de si, mas dos dirigentes imperiais e, dessa forma, não deixa de assinalar o distanciamento colocado por Carvalho entre a elite política e os interesses agrários, por conseguinte, o problema da representatividade que isso implicaria na política imperial. Ao se dirigir ao “partido adversário”, ou à oposição – os liberais, também o sabemos – o Saquarema Eusébio construiu uma alteridade para assinalar a eficiência de sua facção política na consecução do fim do tráfico negreiro, e a capacidade inerente aos Saquaremas de atenderem aos interesses nacionais de um modo que a

⁷¹⁸ BETHELL, 2002, p. 406.

⁷¹⁹ Ibidem, p. 408.

oposição não seria capaz, por conta de sua doutrina. Quando se empenhou por desconstruir os argumentos do peso do canhão inglês sobre a definição da lei de 04 de setembro de 1852, e a colocou como uma questão inteiramente nacional, Eusébio engendrou uma escolha que uniu conservadores e liberais, ou a Soberania Nacional ou o tráfico de escravos, como colocado por Mattos.

Disto, podemos inferir que, ao articularmos, aqui, a leitura do discurso de Eusébio entre as três pessoas do plural presentes ali, carregamos, nessa leitura, a inevitável fortuna crítica deixada por Carvalho e por Mattos em suas análises da fonte e do fato em relevo nesta tese. Um esforço no intento de absorver do texto exposto no discurso de Eusébio informações que pudessem fornecer mais informações e percepções a respeito da articulação política a resultar na extinção do tráfico negreiro. E, mesmo se tivéssemos a intenção de romper com as leituras de Carvalho e de Mattos, de desconstruí-las, o que efetivamente não se aplica aqui, inevitavelmente, esse esforço seria marcado pelas leituras de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e Tempo Saquarema* – não somente por serem objetos de análise deste trabalho como um todo, mas porque integram a fortuna crítica do período e do assunto e, nesse sentido, são como parte de uma *mimesis*-estigma de quem se impõem a tarefa de pensar o século XIX no Brasil, em sua perspectiva política, o que inclui a política da mão de obra (ou da Abolição). Vemos o peso dessa fortuna crítica a partir da leitura feita por Tâmis Parron e por Ricardo Salles, ainda concebendo, aqui, o mesmo fato e fonte como diretrizes analíticas.

Leitura crítica que desconstrói muitas questões relativas dessa dinâmica da política em torno da extinção do tráfico no Brasil foi a feita por Tâmis Parron. Um dos ganhos de sua análise é o percurso pela crítica historiográfica do século XX, colocando-a defronte com os debates parlamentares transcorridos no século XIX. Desse diálogo entre historiografia e discursos parlamentares, temos um percurso de posições e interpretações dos processos referentes à política da Abolição, desde o início do século XIX até a década de 1860.

Em harmonia com Parron, após o *bill Aberdeen*, o ministro Limpo de Abreu sugeriu acordos aos ingleses, e estes não foram aceitos. Ele recuperava a posição saquarema em relação às vantagens do trabalho negro no Brasil. Nesses primeiros momentos de negociação, o governo imperial agiu com excesso de confiança e inflexibilidade, e acabou rapidamente em isolamento diplomático, entre os anos 1845 e 1848. Até esse último ano, houve crescente isolamento, mas o império não sofrera nenhuma agressão capaz de figurar Estado de guerra⁷²⁰. Mesmo assim, o gabinete liberal chefiado por Paula Sousa, de 31 de maio de 1848, teve uma orientação

⁷²⁰ PARRON, 2011, p. 231.

completamente nova na direção do fim do contrabando de africanos, com a apreensão de navios suspeitos e o retorno ao antigo projeto de lei de 1837.

A historiografia tradicional explica isso como reação ao *bill Aberdeen*, porém, a historiografia “que tem gerado maior fortuna crítica elegeram o papel da resistência escrava – às vezes entendida em sentido amplo, desde ações deliberadas de violência até doenças infecciosas – como a protagonista na luta contra o tráfico negreiro”⁷²¹. Exemplos dessa resistência escrava são o levante dos Malês (1838), a chamada Conspiração de 1848 em Vassouras, e a eclosão da febre amarela nos anos 1849 e 1850. Jeffrey D. Needel critica a maior parte dessas hipóteses. Enquanto Robert Slenes diz que a Conspiração de 1848, em Vassouras, criou uma opinião contra o comércio negreiro muito mais importante que as ações beligerantes dos barcos ingleses para o fim do tráfico⁷²². Parron pondera ser possível a consideração de Slenes por conta da coincidência cronológica e espacial dos eventos do Vale do Paraíba. No entanto, a averiguação dos debates parlamentares mostra que não houve muita alusão à Conspiração de 1848, e “a correspondência com o embaixador brasileiro em Londres revela que a preocupação máxima do gabinete é mostrar a Inglaterra a nulidade da eventual aplicação do *bill Aberdeen* contra o Brasil”⁷²³.

O processo de votação da lei, em 1848, levou à mudança de gabinete, e os Saquaremas assumiram. Pela sua postura, no ano de 1849, e início de 1850, percebeu-se que o programa saquarema não era “negrófobo nem urgentemente antitráfico”⁷²⁴. E foi somente após a esquadra inglesa sair do Prata e seguir rumo ao Brasil para, em meados de 1849, sujeitar cinco tumbeiros e bloquear parte do Porto de Santos, para, a partir dessa guerra não declarada, os conservadores fizerem as primeiras apreensões de negreiros, no final de 1849 – diferente do posicionamento de Needell de os Saquaremas já estarem decididos a acabarem com tráfico antes de os ingleses dispararem um tiro. Somente um mês após os ataques mais intensos na baía de Paranaguá foi que Paulino Soares de Sousa, ministro de estrangeiros, mencionou ao agente brasileiro, em Londres, que o governo decidiu passar uma nova lei no Parlamento. A postura do governo foi de esperar ao máximo o desenrolar dos debates políticos no Parlamento Inglês, até receber do agente consular em Londres a informação de que a situação brasileira era realmente delicada, e assim a postura do governo foi de acelerar as questões para o encerramento do tráfico⁷²⁵. Parron

⁷²¹ PARRON, 2011, p. 232.

⁷²² SLENES, R. W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, 1992 apud PARRON, opus citatum, p. 233.

⁷²³ PARRON, opus citatum, p. 235.

⁷²⁴ Ibidem, p. 236.

⁷²⁵ Ibidem, p. 238-239.

entende que os Saquaremas arrastaram até o último segundo a abertura do processo para a lei que proibiu o tráfico, e “comportaram-se assim não apenas por convicções ideológicas ou expectativas políticas, senão também porque o fim do tráfico atingiria em cheio os interesses de grupos sociais com que o partido tinha selado alianças profundas”⁷²⁶. Mas as pressões inglesas eram muito fortes, perigavam colocar o Brasil numa guerra, e isolavam o país de um jeito que ele não era capaz de resistir – foram essas as falas de Paulino em discurso na Câmara em 15 de julho de 1850.

Entretanto, foram eles, os Saquaremas, que acabaram com o tráfico, e na análise de Parron, isso se explica porque eles

[...] desfrutaram de credibilidade suficiente entre os proprietários de escravos para convencê-los a adotar uma medida que os atingia diretamente. A origem dessa credibilidade repousava na postura inequívoca dos Saquaremas em favor da “contenção da resistência violenta dos escravos”. Logo, [...] é preciso reconhecer que o capital político acumulado pelos Saquaremas proveio, além da “contenção” social, sobretudo, do papel fundamental que exerceram na reabertura do contrabando negreiro em nível sistêmico, anulando eventuais resistências no centro de operações do Estado brasileiro.⁷²⁷

E foi graças a essa política do contrabando negreiro, prossegue Parron, que o Vale do Paraíba se tornou o maior produtor mundial de café entre os anos 1837 e 1850, e foi isso que possibilitou a realização do programa saquarema de centralização e deu condições financeiras para o combate às revoltas provinciais⁷²⁸. As razões que os levaram a efetivar a política de extinção do tráfico foram os receios de um bloqueio comercial que seria fatal para o país e de uma guerra catastrófica com a Inglaterra.

A versão saquarema de todo esse processo foi exposta no já citado discurso de Eusébio de Queirós, em 1852. Segundo a análise de Parron desse discurso, Eusébio citou a Conspiração de 1848 como fundamental para a tomada de decisões do Estado brasileiro, pois ela fez mudar a opinião pública a respeito do tráfico, o que Parron questiona, tendo em vista que, no ano seguinte, os fazendeiros do vale compraram mais de 45 mil africanos ilegais⁷²⁹. O motivo de Eusébio ter mencionado somente em 1852 a Conspiração se deu por conta das acusações dos liberais contra os conservadores, colocando-os como responsáveis por colocarem o país em linha de frente com a Inglaterra, dado que não acabaram com o tráfico logo que chegaram ao

⁷²⁶ PARRON, 2011, p. 239.

⁷²⁷ Ibidem, p. 245.

⁷²⁸ Ibidem.

⁷²⁹ Ibidem, p. 246.

poder. Os Saquaremas procuravam se defender nas tribunas alegando seu empenho para evitar a guerra e proteger a propriedade dos fazendeiros. Em 1852, os liberais voltaram a atacar os Saquaremas, dizendo que sua ação se devia ao som do canhão britânico, sobretudo após as já citadas publicações no *Correio Mercantil*. Por isso a fala de Eusébio, na concepção de Parron, foi para construir a ideia de que a Inglaterra não teve mérito no fim do tráfico negreiro, posto que se tratava de uma questão inteiramente nacional. Assim, procurou mostrar as inexatidões do Sr. Hudson, procurou provar que o gabinete saquarema se adiantou às agressões inglesas, pois estava decidido acabar com o contrabando, e depois explicou os motivos do governo. Eusébio atribuiu à opinião pública o fim do tráfico negreiro, em sua fala ele “despolitizou a dinâmica do tráfico negreiro”, bem como “internalizou todos os motivos ligados aos seu fim, excluindo completamente o papel da Inglaterra”⁷³⁰.

Segundo suas linhas gerais, nem o Estado nem os políticos tiveram papel na reabertura do contrabando negreiro; apenas se tornou possível fechar o tráfico após a opinião pública assim o entender e demandar; a Inglaterra somente desengonçou os desígnios diretos e sinceros de repressão por parte do governo imperial.⁷³¹

Esse discurso de cisão entre o Estado e contrabando se infiltrou nos memoriais do século XIX e na historiografia do século XX. Mas, na avaliação de Tâmis Parron, o Estado imperial, como um todo, e os Saquaremas, em específico, tiveram protagonismo no maior contrabando ilegal de seres humanos da história ocidental⁷³².

Da análise de Parron, temos que, se por um lado o contrabando de escravos foi fator determinante para a tornar o Vale do Paraíba referência mundial na produção do café entre 1837-1850, possibilitando a realização do programa saquarema de centralização, por outro foram os mesmos Saquaremas a força política capaz de encerrar o tráfico, isso em virtude do seu capital político. A razão do fim do tráfico, deixa claro Parron, foi o receio de um bloqueio comercial e de um confronto armado com a Inglaterra, as causas foram, portanto, externas antes de tudo. Conclusão a se distanciar tanto de Carvalho, como de Mattos, e do próprio Eusébio. Este último, relegou à opinião pública a abertura do contrabando, e a ela relegou o fim do tráfico, não se tratou de uma ação do Estado ou dos políticos, mas fruto da opinião pública; nesse ínterim, procurou construir a ideia de não haver mérito inglês algum sobre a questão, sendo inteiramente nacional. Parron concorda com Carvalho sobre a pouca ou nula influência

⁷³⁰ PARRON, 2011, p. 251.

⁷³¹ Ibidem.

⁷³² Ibidem, p. 252.

da resistência escrava na aprovação da lei. Concorde com Mattos a respeito da vinculação entre os Saquaremas e a escravidão, e, não obstante, sua ação pelo fim do tráfico. Parron discorda tanto de Carvalho como de Mattos, visto que remete a fatores externos o fim do tráfico, os dois vinculados à pressão inglesa: receio de um bloqueio comercial e de um confronto com as forças inglesas. Carvalho e Mattos consideram o relevante peso da pressão inglesa para a extinção do tráfico, contudo, para Carvalho, a existência de uma elite com tendências abolicionistas interferiu no processo (e nos processos seguintes da política da Abolição), enquanto, para Mattos, os Saquaremas agiram na situação como uma forma defensiva, para não somente garantir a escravidão, mas controlar o mercado interno de mão de obra. O texto de Parron, *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865* foi publicado em 2011, quase três décadas após os períodos de defesa das teses de Carvalho (1975) e de Mattos (1985) e, em meio a diálogos, reinterpretações e retificações é parte da fortuna crítica da obra de Carvalho e da obra de Mattos.

Outro trabalho pertinente ao debate aqui colocado é o de Ricardo Salles, *E o Vale Era Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no Coração do Império* (2008). Com o objetivo de compreender a história das relações entre senhores e escravos no momento de crise do escravismo e do Estado imperial a partir da metade do século XIX, parte do pressuposto de que havia íntimas conexões entre a ordem econômica e social escravista e a configuração do Estado imperial – um Estado que é entendido como elemento central de dominação hegemônica da classe senhorial. Trata-se de uma motivação marxista, ou um problema comum à análise marxista, mas o autor procura incorporar os avanços da historiografia da década de 1970. Salles entende que o conhecimento histórico, por mais que seja circunscrito, microscópico, ele parte da compreensão de um quadro geral, por isso conclui que o instrumental teórico marxista pode ajudar muito a compreender melhor a história da escravidão no Brasil oitocentista⁷³³.

Salles prossegue sua análise expondo como, no Brasil e nos Estados Unidos do século XIX, ocorre não só a manutenção da escravidão, como a sua expansão, o que ele chama de ascensão do *escravismo nacional* – processo que se relaciona tanto ao desenvolvimento do mercado mundial capitalista quanto à construção dos Estados nacionais nessas regiões. Nessas áreas, o novo impulso escravista conviveu permanentemente com a tensão antiescravista interna e externa, e é difícil medir se houve ou não aumento das rebeliões escravas, o que se percebe é um novo significado de lutas (lutas de classes, destaca Salles), que deram protagonismo aos escravos. Algo marcante no século, a considerar a revolução no Haiti e as rebeliões e

⁷³³ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

resistências escravas. No Brasil, não aconteceu nada similar ao Haiti, a partir de 1880 é que surgiram rebeliões de caráter antiescravista, de fato⁷³⁴.

No processo de formação da classe senhorial como classe dominante, consolidou-se uma ordem social que colocava os grandes senhores de escravos fluminenses no ápice – e aqui, notada e assumidamente pelo autor, a leitura sobre esse processo é baseada no que foi realizado por Mattos em *O Tempo Saquarema*. Essa ordem implicou na formação de uma ordem política hierárquica cujo topo pertencia ao Imperador e aos estadistas imperais, à nobreza e à boa sociedade. Durante o Segundo Reinado, houve estreita correspondência entre as duas ordens, social e política, e ambas se assentavam na escravidão, o equilíbrio entre ambas dependia do poder econômico e social dos grandes senhores. Mas, a contar de 1870, estadistas e senhores que até então convergiam para a formação da classe senhorial, e do Estado imperial, começaram a divergir. A raiz da divergência era a questão da escravidão⁷³⁵.

Existe razoável consenso na historiografia brasileira em datar o início da crise do Império a partir de 1870. Segundo Salles, Joaquim Nabuco teria sustentado a ideia de que o Estado e a elite política imperais teriam se afastado da classe dominante econômica dos senhores de terra e de escravos, o que culminou na Abolição de 1888. Carvalho se utiliza desse encaminhamento da questão servil para argumentar sua tese de que essa elite seria independente da classe dominante⁷³⁶. Entre 1850 e 1870, a escravidão no Brasil apresentou uma tendência à estabilização, tendência que foi interrompida pela Lei do Ventre Livre. Desta forma, 1871 é o marco do início da crise do regime escravista. Para Warren Dean, a lei de 1871 é decorrente das rebeldias escravas, e consequência do aumento do número de crioulos. Carvalho critica explicitamente a relação estabelecida por Dean entre a rebeldia escrava e a lei que libertou o ventre. Ao invés disso, essa lei revelava mais a capacidade da elite política imperial em conduzir um processo de antecipação de reformas. A combinação de rebeldia escrava e legislação só aconteceu na década de 1880, como ocorreu, nas décadas de 1830 e 1840, a ligação das rebeldias escravas. Salles então concorda com Carvalho que não é possível relacionar as rebeldias dos escravos com a motivação do Estado imperial para colocar a questão da escravidão em pauta⁷³⁷.

Salles assevera que os eventos nacionais e internacionais mostraram a fragilidade da escravidão: a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a Guerra do Paraguai, o fim do Império

⁷³⁴ SALLES, 2008, p. 43-45.

⁷³⁵ Ibidem, p. 56.

⁷³⁶ Ibidem, p. 57.

⁷³⁷ Ibidem, p. 59-63.

no México. Tudo isso favoreceu um ambiente de contestação à escravidão. A lei de 1871 significou uma intervenção legal do Estado nas relações entre senhores e escravos. Estava claro, para o Imperador e para a maioria dos grandes dirigentes imperiais do Conselho de Estado, que o país estava isolado no cenário internacional em virtude da permanência da escravidão no Sudeste, especialmente num momento de estabilidade social⁷³⁸. No entanto, Salles argumenta que as mudanças ocorridas na década de 1860 foram percebidas de maneira distinta pelos fazendeiros e pelos estadistas imperiais. Para os primeiros, ocorria a percepção da estabilidade e a possibilidade de manutenção da escravidão; para os estadistas, havia a percepção de que a escravidão estava fadada ao desaparecimento, precipuamente diante da Abolição no Caribe, da Guerra do Paraguai, e da derrota dos Estados Confederados na guerra civil norte-americana. A opção dos estadistas foi pelo desaparecimento lento da escravidão, mas ele não assegurava o impedimento de ameaças à ordem imperial, em função disso, os embates entre 1867 e 1871 foram resultado da disjunção entre fazendeiros e estadistas a respeito da questão da escravidão⁷³⁹.

A condenação da escravidão no plano internacional era notória e evidente, e mesmo no Brasil havia unanimidade em lamentar sua existência, porém, não havia movimento político prático para sua extinção⁷⁴⁰. Num mundo movido pela escravidão, em meados do século XIX, vivia-se um ciclo renovado de crescimento de economias escravistas que impulsionavam, ao mesmo tempo que se beneficiavam da expansão sem precedentes históricos de um mercado mundial capitalista, numa verdadeira “segunda escravidão”⁷⁴¹. Contudo, a partir de 1860, a questão da escravidão gerou um mal-estar, foi condenada amplamente internacionalmente face às revoluções americana, haitiana, francesa, e das lutas dos trabalhadores livres europeus pela conquista de direitos. A escravidão passou a ser vista como fato condenado pelo avanço da civilização, contudo, no caso do Brasil, era dela a provisão do sustento para a agricultura e à riqueza nacional. Fazendeiros e proprietários procuravam alegar que, no Brasil, ela era fruto de outra época, como foi para os europeus, era preciso considerar a benevolência da escravidão brasileira ainda. Mas, com os acontecimentos da guerra civil norte-americana, Dom Pedro II encaminhou nota dizendo que a situação exigia que se pensasse sobre o futuro da escravidão no país. A situação deveria ser conduzida de forma que a integridade do Império não sofresse uma ameaça, como ocorreu em 1850, com as pressões inglesas. A Questão Christie levou ao

⁷³⁸ SALLES, 2008, p. 69.

⁷³⁹ Ibidem, p. 80-81.

⁷⁴⁰ Ibidem, p. 87.

⁷⁴¹ Ibidem, p. 88.

rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, em 1863, o que tornava o cenário delicado⁷⁴².

O quadro internacional, em concordância com Salles, mostrava, já em 1864, que a eventual manutenção pura e simples da escravidão representava um efetivo perigo para a ordem e a civilização imperiais. O perigo era sério, todavia, não era imediato. Por isso veio a proposta do Imperador pela libertação do ventre, como uma Abolição gradual. Em 1867, a situação era pior: a União venceu a Guerra de Secessão, a República foi proclamada no México, a Guerra do Paraguai estava longe do fim e expunha a fragilidade do Império⁷⁴³. A condenação moral da escravidão não norteou, em momento algum, os debates acerca da lei do Ventre livre, era apenas retórica formal. O embaraço que se colocava era muito mais político do que moral. Por mais que a escravidão fosse fundamental, seus dias estavam contados. Mas qual seria seu tempo de duração? Por quanto tempo mais poderia ser mantida? Para os estadistas que conduziram a política da Abolição a resposta dada por suas ações foi: nem tão cedo para não precipitar os acontecimentos, nem tão tarde a ponto de comprometer a ordem política e social. Nesse prisma, a proposta da lei que libertava o ventre se referia a uma questão de manutenção da ordem política e social, e não a “um imperativo moral de abolir a escravidão”⁷⁴⁴.

O projeto de 1871 era inspirado pela exclusiva vontade do monarca, a contrapelo da opinião pública e do parlamento. Isso poderia prejudicar o futuro da Monarquia, alegava-se nos debates. A retórica da procrastinação a respeito da manutenção da escravidão esteve muito presente nos debates da segunda metade do Dezenove⁷⁴⁵. A análise feita por Salles se distingue de outras duas, uma defendida por Sidney Challhoub, que coloca a Lei do Ventre Livre como uma lei que fora conquistada pelos escravos, como fruto das pressões escravas. Outra vertente interpretativa é a que coloca o Conselho de Estado como instância independente em relação à classe dominante dos grandes fazendeiros e senhores de escravos, sustentada por Carvalho. Para Carvalho, segundo Salles, a iniciativa do conselho de 1867 a 1871 não foi resultado de pressões internas e externas, entretanto, uma iniciativa da própria elite e sua capacidade de se antecipar aos problemas futuros – nesse caso, Salles concorda com Carvalho, da intenção do conselho de buscar antecipar-se a problemas futuros – a discordância de Salles com Carvalho se dá no referencial teórico, pelo uso do conceito de classe senhorial em contraposição ao de elite política. Essa distinção entre ambos evidencia o quanto Salles discorda da independência dessa

⁷⁴² SALLES, 2008, p. 90-91.

⁷⁴³ Ibidem, p. 93.

⁷⁴⁴ Ibidem, p. 98.

⁷⁴⁵ Ibidem, p. 128.

elite política em relação à classe dominante. Salles considera que, se os estadistas tinham autonomia em relação aos fazendeiros, eram, no entanto, umbilicalmente a eles ligados, formando a classe senhorial. Assim, tanto pelo cenário da lei de 1850, quanto pelo cenário da lei de 1871, os estadistas não “representavam um projeto de nação que implicava a Abolição da escravidão, mas ao contrário, visavam sua preservação”⁷⁴⁶.

A obra de Salles fornece argumentos de profundo diálogo entre Carvalho e Mattos. Em boa parte do tempo, aproxima-se de Carvalho ao ponderar não haver influência das resistências escravas na aprovação das leis de 1850 e de 1871. Segue o mesmo caminho ao afirmar as leituras distintas ocorridas entre os estadistas imperiais e os fazendeiros referentes às mudanças ocorridas na década de 1860, dado que, para os primeiros, estava fadada ao desaparecimento haja vista o cenário internacional, enquanto para os segundos a escravidão era percebida como estável e possível de permanência. A opção dos estadistas foi, então, pelo lento desaparecimento da escravidão para não comprometer a ordem política e social, e tentar uma saída para um embaraço puramente político. Salles concorda, ainda, com Carvalho, concernente à apreciação de ser a elite antecipadora dos problemas futuros e proponente de reformas fundamentais, a discordância está na alegação de Carvalho de ser essa elite independente da classe dominante, já que, Salles vê ambos atrelados, compondo a classe senhorial, e nisso se aproxima de Mattos, em sua concepção da política imperial como um todo e da política da Abolição em específico. Dessa forma, Salles entende as leis de 1850 e 1871 não como abolicionistas em si, mas como legislações que visavam, primordialmente, a manutenção da escravidão.

Colocados cada qual nos seus termos, voltamos à comparação de posturas acerca da política da Abolição de Carvalho e de Mattos. Para Carvalho, o governo imperial assumiu postura antiescravista, pois encabeçou todos os projetos de lei que tratavam da Abolição, desde 1850 a 1888. Essa postura antiescravista do governo o afastou de suas bases sociais e econômicas, a ponto de não ser representativo dos grandes proprietários e da grande lavoura de exportação. E foi por não ser representativa desses setores que a Monarquia caiu, cedendo lugar à República. Se Carvalho estiver certo, cabe questionarmos como as leis antiescravistas foram aprovadas sem base social, ou como elas foram efetivamente aplicadas, tendo em vista a postura dos grandes proprietários diante da lei de terras. Vimos que o boicote às leis era uma opção. Compete-nos inquirir como uma elite política conseguiu viver 50 anos de solidão, e depois acabou, governou um país e, nesse percurso, se manteve alheia às bases sociais. Por outro lado,

⁷⁴⁶ SALLES, 2008, p. 130.

cabe pensarmos na possibilidade de que o governo imperial não só era representativo dos proprietários, mas atrelado a eles e, destarte, mesmo sua postura não pode ser lida como uma postura abolicionista, porém, empreendeu leis que visavam manter a escravidão de alguma forma, nessa possibilidade, observamos a argumentação de Mattos. Para ele, os Saquaremas construíram a associação entre a Monarquia e a escravidão, de modo que a política da Abolição foi empregada como maneira de estender a escravidão, como estratégia que tencionava sua defesa. E, nesse viés, a Monarquia caiu, pois os Saquaremas construíram sua vinculação com a escravidão, e, expandindo a afirmação encontrada em Mattos, tanto as lei antiescravistas quanto a derrocada do sistema monárquico podem ser evidências de disputas internas na classe senhorial e na classe dirigente, podendo ser entendidas como um contragolpe das forças proprietárias que não eram Saquaremas, demonstrando, ainda, a decadência econômica e política saquarema e ascensão de outras forças sociopolíticas. Se Mattos estiver correto, cabe questionarmos por que os cafeicultores do Sul sempre se colocavam contrários às leis abolicionistas, mesmo que estas vislumbrassem a manutenção da escravidão. Compete perguntarmos, também, a razão de ser o governo o proponente dos projetos de leis pela Abolição gradativa, e da Abolição final. Por outro lado, cabe pensarmos se os interesses socioeconômicos fluminenses e do entorno do Vale do Paraíba de fato determinaram a constituição do Estado imperial, e mesmo a política da Abolição. E se, talvez, desse modo, o governo, de fato, estava descolado de sua base social e assumiu postura abolicionista, como defendeu Carvalho.

Esse esforço reflexivo é para mostrar como, no que se refere à questão da política da Abolição, o debate entre Carvalho e Mattos não encontra conciliação desde a construção da narrativa até a construção da ideia que se associa a tese central de cada autor. O ponto que consideramos ser divisor, a colocar esses dois autores em duas possibilidades interpretativas do Império distintas e, em alguns pontos, inconciliáveis, é o que se refere ao grau da relação entre os dirigentes políticos e grande lavoura de exportação. Na visão de Mattos, essa relação foi determinante para a construção do Estado imperial e da classe senhorial; consoante Carvalho, os dirigentes políticos não eram representativos da sociedade. Afinal, os Saquaremas de Mattos não se confundem com a elite política de Carvalho. Os caminhos que levaram esses dois estudiosos a terem assertivas tão distintas implicam escolhas e referências, e um percurso que não pode ser determinado linearmente. Mas vamos tentar refletir sobre essas escolhas, referências e percursos, sem a pretensão de justificá-los, todavia, num esforço para compreendê-los.

De acordo com David Harlan, os desenvolvimentos em crítica literária e filosofia da linguagem solaparam a crença num passado fixo e determinável, negaram a possibilidade de recuperação da intenção do autor⁷⁴⁷, e tal perspectiva abriu novas possibilidades e recursos para a história da historiografia. A morte do autor é decretada, porém, o texto permanece vivo, adquirindo novos sentidos e significados, camadas de significados acumulados ao passar do tempo, que agora lhe pertencem. O autor se perdeu, contudo, o texto, tempo após tempo, se reencontra.

Com o intento de analisar obras de literatura por meio da relação entre texto e contexto, Francine Iegelski oferece algumas direções à percepção de como essa relação pode ser pensada numa ótica que implica tensões e criações⁷⁴⁸. Iegelski vê, na literatura, uma maneira “entre outras possíveis para se compreender o real”, oportunizando inscrever o verdadeiro em formas renovadas. Foi nessa lógica que os escritores do realismo mágico deram nova perspectiva para o real, para o ocorrido, dentre os exemplos trabalhados pela historiadora, está a abordagem sobre a Revolução Haitiana no livro *El reino de este mundo* (1949), de Alejo Carpentier, para ilustrar como a literatura ressignifica, atualiza, rompe e ultrapassa o próprio texto. Desse jeito, os textos tornam-se contextos, “se tornam uma memória textualizada e coletiva do passado”⁷⁴⁹, cujo sentido que se evoca é dado pelas referências do presente – uma operação chamada por Jacques Rancière de anacronismo, mas com um ponto de vista não estigmatizado, como outrora elaborou Lucien Febvre, e sim como parte inevitável à constituição do conhecimento histórico. Todo e qualquer passado é lido a partir de referências do presente, nessa leitura, o historiador estabelece conexões entre “acontecimentos, noções, significações, que tomam o tempo de frente para trás”⁷⁵⁰, dessa maneira, só existe história anacrônica na medida em que o passado é diluído em questões pertinentes ao presente. Operação de aproximação que não se empenha em uma busca por identificação entre passado e presente, porém, num procedimento que marca a alteridade de cada tempo, sem reportar ao texto uma pretensa atualidade, demarcando o quanto o texto responde a questões que não são nossas e, ao mesmo tempo, conferindo-lhe questionamentos que não eram seus. Essa busca pela historicização de um texto vem acompanhada da necessidade de inseri-lo no seu tempo para apreender os prismas neles

⁷⁴⁷ HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Coleção Ideias. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000. p. 61.

⁷⁴⁸ IEGELSKI, Francine. História, literatura e anacronismo a partir do realismo mágico latino-americano. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 24, n. 44, p. 102-116, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/66581/34422>>. Acesso em: 25 set. 2022, 09:25:15. p. 103.

⁷⁴⁹ *Ibidem*, p. 106.

⁷⁵⁰ *Ibidem*, p. 108.

contidos, no entanto, “os sentidos dos textos inevitavelmente se transformam, ganham outros contornos, a depender da recepção e circulação dos leitores contemporâneos e futuros, que as obras ganharão e que extrapolam, e muito, a intenção inicial de seu autor”⁷⁵¹.

São esses ângulos acumulados que, inevitavelmente, compõem o discurso de Eusébio. Se, na leitura de Carvalho, o enunciado cresce, e as palavras de Eusébio, em grande parte, são tomadas como evidências da realidade, a crença de Carvalho no préstimo a humanidade feito pelo governo imperial cresce de igual forma – incorremos aqui na autorrepresentação da elite, a imagem que Eusébio passa é a imagem que um saquarema provavelmente gostaria que tivessem de si. E, por falar em Saquarema, a leitura de Mattos sobre o fatídico discurso coloca em relevo a enunciação, expande a compreensão do texto para além do texto, a ponto de ver, nas palavras do ex-ministro, a construção da conjunção da Monarquia com a escravidão. Nossa leitura do dito discurso carrega esses sentidos acumulados.

Ao analisar como José Honório Rodrigues situou Capistrano de Abreu enquanto “percussor na moderna historiografia do Brasil”, Rebeca Gontijo não deixa de considerar Rodrigues o pesquisador que mais se dedicou ao exame da produção historiográfica brasileira. Na análise de Gontijo, o entendimento de Rodrigues acerca do papel do historiador é de que ele deve, “tanto livrar os homens do presente do peso do passado – por meio da consciência histórica e de uma historiografia crítica –, como também conservar o ‘legado’ necessário para a construção do futuro”⁷⁵². Nesse esforço, Gontijo elabora uma definição sobre uma das tarefas da historiografia que seria a de investigar como se articulam os processos de embates e tensões, disputas por memória que levam a uma memória disciplinar a canonizar autores e obras como clássicos ou não, de modo a operar inquerindo “as tramas da sacralização de determinados objetos, de modo que esses possam ser vistos como resultantes de certas escolhas entre outras possíveis”⁷⁵³.

Nem todos os embates e tensões que giram em torno das obras de Carvalho e de Mattos concernentes à formação do Estado imperial são tangíveis, e um pouco desse decurso que colocou o Estado em seu processo de constituição no século XIX como objeto de análise para os dois autores, foi investigado no capítulo anterior a este. Nos interessa, aqui, o que resulta tais escolhas, especificamente a maneira como os dois autores, em suas distintas obras, se empenham, em suas narrativas, a refletir relativamente à construção da ordem política imperial,

⁷⁵¹ IEGELSKI, 2022, p. 113.

⁷⁵² GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011. p. 285.

⁷⁵³ *Ibidem*, p. 280.

contudo, em suas argumentações, o peso da escravidão como fator de desconstrução dessa ordem mostra o ímpeto e a fragilidade dessa construção. Ou melhor, ímpetos e fragilidades, pois, mesmo nesse sentido, a percepção de Carvalho e de Mattos em relação ao sistema político imperial se distingue. A propósito da política da Abolição e do discurso de Eusébio, o fato e a fonte resultaram em narrativas distintas e enredos cujas percepções da temporalidade também assinalam uma distinção.

A elite política imperial – esclarecida, reformista e abolicionista – heroica, cujo enredo expressa o drama do derradeiro fim da Monarquia, uma elite e um governo que pecaram por não serem representativos dos interesses dos grandes proprietários, todavia, em seu empenho pelo fim da escravidão, acabou por representar aqueles que não poderiam se fazer representados. E esta foi a sentença de morte da Monarquia, perdeu politicamente no que moralmente triunfou. Os grandes proprietários, a grande lavoura de exportação poderiam, então, fazer-se representados no arranjo da República, o relativo equilíbrio e alternância que configuravam a política no Império (graças a interferência do Poder Moderador) deu lugar a um sistema político mais restrito. No enredo articulado por Carvalho, a elite política era fator de aceleração do tempo, agiria como um catalisador no seu empenho pela construção do Estado e pelo seu teor reformista na política da Abolição, enquanto os fatores socioeconômicos atuariam como elementos de estagnação. A força e a fraqueza dessa elite foi não ser representativa dos interesses agrários.

Os Saquaremas, mediante o fim de sua farsa, quando enfim desmascarados, esses anti-heróis, mostraram uma dupla impossibilidade, a de atender, ser emissária das demandas da classe senhorial; e a de salvaguardar os monopólios que fundaram essa classe, sobretudo o monopólio da mão de obra, visto que, em seu caso, a escravidão foi toda a sua força e fraqueza. Como força política construtora do Estado, promotora de uma Civilização e de um espírito de associação, os Saquaremas atuaram, em certo sentido, como aceleradores do tempo. No intento de preservarem os monopólios que edificaram a classe senhorial, empenharam-se numa defensividade, apegados ao estatuto da escravidão, operaram como desaceleradores no viés de manterem os fundamentos coloniais da sociedade imperial. Dentro da própria direção saquarema, forças por mudanças e por continuidades disputavam terreno.

CAPÍTULO 5

AFINAL, OS SAQUAREMAS NÃO SÃO A ELITE POLÍTICA:

teoria das elites e questões de classe

A elite política imperial não se confunde com os Saquaremas, não nos termos colocados por Carvalho e por Mattos. O percurso histórico de formação desses sujeitos políticos lhes deu a singularidade conferida dentro das obras de cada autor, tratam-se de percursos distintos, circunscritos em realidades que se confundem, mas cujos recursos teóricos manuseados para dar inteligibilidade a esses sujeitos demarcam claramente uma distinção. Muito além de dizer que um ofereceu uma interpretação weberiana da história do Império brasileiro, e que o outro o fez pelo viés marxista. Sim, existe uma influência de tais vertentes em ambos, porém, elas não conformam (formam, deformam) suas leituras do Império. O maior ganho da perspectiva weberiana é a orientação dada a Carvalho sobre o sentido da ação da elite, todavia, não se pode dizer que a elite política imperial e a política imperial foram analisadas sob o olhar auspicioso de uma lente weberiana. É inegável a influência marxista em o *Tempo Saquarema*, contudo, encaixá-lo nessa definição de uma interpretação marxista da formação do Estado imperial estreita o debate, a estrutura econômica tem papel fundamental no processo tomado por Mattos, entretanto, não se trata de uma configuração política como mero produto das forças materiais. Nas páginas seguintes, pensaremos nos percursos históricos e políticos que marcam a distinção entre a elite política e os Saquaremas, para tanto, ater-nos-emos ao uso da teoria das elites por Carvalho, a partir das contribuições de Mosca e Pareto, em seguida, faremos exercício similar para pensar as questões a respeito da classe social de Thompson e do partido de Gramsci e como foram usadas por Mattos.

5.1 A elite política imperial no espelho: circunscrições em diálogo com Mosca e Pareto

Carvalho parte da suposição de que as decisões políticas no Império eram tomadas por aqueles ocupantes dos cargos do Executivo e do Legislativo, a saber: além do Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados. Para Carvalho, é provável que este grupo incluía a quase totalidade dos homens que tomavam decisões dentro do governo central⁷⁵⁴. O grupo mais importante é o dos ministros, alguns eram militares, mas raramente se

⁷⁵⁴ CARVALHO, 2003, p. 51-57.

escolhia um ministro que não fosse parlamentar. O grupo seguinte eram os senadores, pela lei, era escolhido um de uma lista tríplice de cada província, listas eleitas por votação, o seu poder se dava por conta de sua vitaliciedade. Na sequência, os deputados, o grupo mais numeroso, e menos poderoso, “embora talvez nunca tivesse tido tanto poder como no Império”⁷⁵⁵. Por último, temos o grupo formado pelos Conselheiros de Estado, era o topo da elite política, quase todos os conselheiros foram também ministros e senadores, o Conselho de Estado era chamado por Joaquim Nabuco de “cérebro da Monarquia”⁷⁵⁶. Há mais informações disponíveis acerca dos ministros, senadores e conselheiros, por isso o esforço de Carvalho se concentrou nesses grupos.

Parte substancial da definição de elite política, conforme Carvalho, era sua vinculação com a burocracia, para o qual “o que acontecia com a burocracia brasileira acontecia também com a elite política, mesmo porque a última em boa medida se confundia com os mais altos escalões da primeira”⁷⁵⁷. Quando o Brasil se tornou independente, contava com uma elite política, fruto da transposição de dirigentes resultante da transmigração da Corte portuguesa, tratava-se de uma elite política ideologicamente homogênea por conta de sua formação em Coimbra, de seu treinamento no funcionalismo público e do seu isolamento em relação às doutrinas revolucionárias. Mesmo após a independência, essa elite reproduziu-se ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas faculdades de direito inspiradas no modelo de Coimbra, ao fazê-los passar pela magistratura e ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias⁷⁵⁸. A burocracia virou o canal de mobilidade mais importante para os marginalizados do sistema agrário escravista⁷⁵⁹, o que, na argumentação de Carvalho, fazia com que suas perspectivas não fossem condicionadas pelos interesses desse setor, e, como já dito, os mais altos escalões da burocracia se confundiam com aqueles que, de fato, tomavam as decisões políticas no Império.

São as abordagens clássicas a respeito das elites, especificamente de Vilfredo Pareto e de Gaetano Mosca, que Carvalho toma como referência para pensar a elite política imperial, posto que oferecem uma interpelação mais ampla, para além do “quem governa?”, adentrando questões referentes à natureza do governo e do sentido da ação da elite. Mesmo que ambos não ofereçam, consoante Carvalho, uma explicação mais precisa sobre o surgimento das elites, e apresentem limitações quanto à alternância de elites no poder, é justamente nas assertivas acerca

⁷⁵⁵ CARVALHO, 2003, p. 57.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, p. 58.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, p. 41.

⁷⁵⁸ *Ibidem*, p. 39.

⁷⁵⁹ *Ibidem*, p. 40.

desse movimento de emergência e declínio das elites numa dada sociedade que nosso autor se prende mais, isso porque, tanto Pareto, como Mosca, vinculam o fenômeno das elites à dinâmica social⁷⁶⁰.

No caso de Mosca, a *classe política* se estabelece no poder à proporção que controla alguma força social, seja dinheiro, terra, conhecimento religião – portanto, as habilidades da classe dirigente a consolidam no poder quando possuem um sentido social. Quando acontece uma mudança na distribuição de forças sociais, a classe política acaba por ceder lugar a outra que controle nova força social dominante⁷⁶¹. Pela ótica de Carvalho, Mosca trabalha melhor a questão da alternância das elites em relação a Pareto, mas não chega a fazer construir uma relação mais precisa entre a classe dirigente e as mudanças sociais, visto que, para ele, o perfil das forças sociais produz um perfil semelhante na classe política – numa sociedade com predomínio da força, haveria um governo de guerreiros, de riqueza, um governo de plutocratas, da religião, um governo de sacerdotes, e assim por diante⁷⁶². De Mosca, essa noção de *sentido social*, dado pelo controle de alguma força social, que em alguma medida explica a ascensão e a decadência da classe política é o que está mais presente na argumentação de Carvalho.

Também está em constante fluxo a *elite dirigente* de Pareto, esta movimentação capaz de direcionar um novo grupo ao poder está relacionada à distribuição de resíduos – dos quais os principais são força e persuasão – e ao fato de uma elite política não conseguir manipular ao mesmo tempo a força e a persuasão. Esta distribuição dos resíduos de força e persuasão está ligada a ciclos econômicos e intelectuais, conquanto não ao modo causa-efeito⁷⁶³. Carvalho ratifica que o problema de Pareto é que ele se prende à alternância de uma elite que se sustenta pela coerção e outra que se ampara pela persuasão, no entanto, a vinculação feita entre esse movimento e os ciclos econômicos e intelectuais é um tanto vaga. A abordagem de Pareto acaba deixando de lado boa parte das formulações políticas que conciliam força e persuasão, critica Carvalho⁷⁶⁴. De Pareto, o ganho para a análise de Carvalho está na constatação de que as elites políticas estão em constante fluxo, e de que seu estabelecimento no poder se vincula a aspectos de força e persuasão, como qualidades que, tanto podem explicar a alternância entre um grupo e outro no poder, como qualidades que podem ser conciliadas.

Se os conceitos de *classe política* de Mosca e de *elite dirigente* de Pareto têm sua validade pela relação que esses teóricos das elites construíram entre os grupos que governam e

⁷⁶⁰ CARVALHO, 2003, p. 25.

⁷⁶¹ Ibidem.

⁷⁶² Ibidem, p. 26.

⁷⁶³ Ibidem, p. 25.

⁷⁶⁴ Ibidem, p. 26.

os fenômenos sociais, é preciso construir o nexos entre a formação e manutenção das elites políticas à influência das estruturas do Estado. E, nessa associação teórica que embasa sua análise sobre as elites – após uma breve articulação sobre o conceito de elite em si e como as elites se alternam no poder – Carvalho prossegue numa contextualização que vincula o surgimento das elites políticas ao surgimento dos Estados nacionais, demarcando, também, nesse encadeamento, a relação entre esse fenômeno político a fenômenos econômicos e sociais mais amplos, como o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia.

De acordo com Carvalho, vários estudos históricos indicam causalidade recíproca entre a constituição das elites europeias e o processo de formação dos Estados modernos, pois “as elites políticas europeias formaram-se ao longo de um processo de tensão polar, tendo de um lado a expansão do poder dos funcionários reais e de outro a pressão de grupos sociais por representação política”⁷⁶⁵. No campo das instituições, o Estado moderno inovara graças a formação de uma burocracia civil e militar, a criação de parlamentos como espaços de representação de interesses (num primeiro momento dos estamentos, depois das classes). A formação do Estado moderno foi marcada pela tensão entre esses dois polos, o burocrático e os grupos sociais, demandando representação⁷⁶⁶.

A tensão entre esses dois polos e as várias formas de ajustamento que se desenvolveram iriam caracterizar a natureza dos novos Estados. A maior força e capacidade de organização das classes fariam pender a balança para o lado do Parlamento e do governo parlamentar representativo, como foi o caso da Inglaterra, e mais ainda dos Estados Unidos. Onde essa força e capacidade eram menores, como no caso Portugal, o poder da burocracia central se faria sentir com mais peso e o absolutismo teria maiores condições de vigência.⁷⁶⁷

Onde predominou a burocracia, a composição dos seus mais altos escalões tendia a se confundir, parcial, ou totalmente, com a elite política. Não obstante, Carvalho avança, fundamentando que todo esse processo de formação de Estados, burocracias e elites políticas se relacionam com a dimensão mais ampla ligada ao desenvolvimento da economia capitalista e de sua resultante sociedade burguesa. Desse processo, Carvalho se atém aos aspectos que influenciaram a formação das elites e foram por ela influenciados, os aspectos são os que se referem à formação de classes e o tipo de Estado que se criava. E, a partir de tais formulações, Carvalho direciona uma constatação que condiciona sua interpretação da elite política imperial:

⁷⁶⁵ CARVALHO, 2003.

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 27.

⁷⁶⁷ Ibidem, p. 27-28.

“e aqui adotamos a tese já clássica de quanto maior o êxito e a nitidez da Revolução Burguesa, tanto menor o peso do Estado como regulador da vida social e, portanto, tanto menor o peso do funcionalismo civil e militar e tanto mais representativa a elite política”⁷⁶⁸. No caso português, como exemplo de país em que a Revolução Burguesa foi abortada, predominou, na elite, o elemento burocrático⁷⁶⁹. Nos Estados absolutos sobrelevavam, entre as elites políticas, os juristas (ou magistrados), nos Estados liberais prevaleciam os advogados⁷⁷⁰ – os magistrados, como parte da burocracia, representavam o próprio Estado, já os advogados representam interesses particulares ou coletivos externos ao Estado.

Sendo assim, tal como em Portugal, no Brasil, não houve êxito, no entendimento de Carvalho, da Revolução Burguesa, por isso a pressão de grupos sociais por representação política tendia a pesar pouco na balança do jogo político. Nessa balança, o contexto português, e depois brasileiro, o peso maior era da burocracia, era de uma força cunhada na essência do próprio Estado.

Desse modo, “os juristas e magistrados exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira. Trata-se de uma elite sistematicamente treinada, sobretudo graças ao ensino do direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290”⁷⁷¹. A importância dos juristas no processo formativo do Estado nacional, na configuração de uma administração política racional é destacada por Weber⁷⁷², papel vital destacado na citação que Carvalho faz de Reinhard Bendix: “a ordem legal, a burocracia, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são as características essenciais do Estado moderno”⁷⁷³. Na conjuntura da burocracia imperial estabelecida no Brasil, não se tratava de estamento, tampouco era moderna como definida por Weber, citado via Bendix, para isso, sua nomeação deveria ser por contrato com base em qualificações técnicas e a fiel execução dos deveres e regras impessoais, e a administração imperial se afastava muito desse tipo ideal⁷⁷⁴.

Na brecha dada pelo “tipo ideal”, vale constatar que Carvalho aciona Max Weber de maneira indireta, sobretudo através da obra de Reinhard Bendix, hoje já com tradução para o português, *Max Weber, um perfil intelectual*. E o faz em poucas situações que não fornecem

⁷⁶⁸ CARVALHO, 2003, p. 28.

⁷⁶⁹ Ibidem, p. 31.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 36.

⁷⁷¹ Ibidem, p. 31.

⁷⁷² GERTH, Hans H.; MILLS, C. Wright. *From Max Weber: Essays in Sociology*. USA: Oxford University Press, 1958. p. 93 apud CARVALHO, opus citatum, p. 36.

⁷⁷³ BENDIX, Reinhard. *Max Weber: na Intellectual Portrait*. 5. ed. University of California Press, 1978. p. 418 apud CARVALHO, opus citatum, p. 27.

⁷⁷⁴ CARVALHO, opus citatum, p. 159.

definições, conceitos ou interpretações que carregam um teor condicionante de sua leitura sobre a elite política imperial, muito menos sobre a política imperial. Aliás, somente na primeira parte, em *A Construção da Ordem* há alguma menção a Weber, na segunda parte do livro, *Teatro de Sombras*, não há menção, referência ou citação qualquer. Na primeira parte, Weber é acionado de forma indireta por intermédio de Bendix para realçar o papel e o perfil da burocracia nos Estados modernos, e em uma outra situação, para salientar o papel da Guarda Nacional como associação litúrgica⁷⁷⁵. De certo que na análise de Carvalho a burocracia ocupa papel central na argumentação, mas, sob a sustentação weberiana, a definição da burguesia tem utilidade mais para mostrar uma falta, algo que ela não é – especializada, racional, técnica, impessoal⁷⁷⁶. Uma burocracia que não é do tipo ideal, isso porque existem condicionantes que dão especificidade para essa burocracia, por conseguinte, à própria elite política imperial.

A formação coimbrã e o treinamento nas instâncias do Estado português deram a essa elite uma homogeneidade que garantiu estabilidade política em Portugal, e assegurou o mesmo na formação do Estado imperial brasileiro. Carvalho corrobora que, quanto mais homogênea a elite, mais estável o processo de formação do Estado⁷⁷⁷.

A homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas dessa elite foi reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tronou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América.⁷⁷⁸

No advento da Independência, o Brasil contava com uma elite homogênea por conta de sua formação em Coimbra e em razão do seu treinamento no funcionalismo público. Essa

⁷⁷⁵ “A incapacidade do Estado brasileiro em chegar à periferia é bem ilustrada pelos compromissos que se via obrigado a fazer com os poderes locais. No Brasil, como exemplos históricos descritos por Weber, o patrimonialismo combinava-se com tipos de administração chamados litúrgicos. Na ausência de capacidade controladora própria, os governos recorriam ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca de confirmação ou concessão de privilégios [...] No caso brasileiro, a associação litúrgica por excelência foi a Guarda Nacional” (CARVALHO, 2003, p. 158).

⁷⁷⁶ Ao tratar da noção de *burocracia*, para Weber, Bendix destaca se tratar de uma organização que “é tecnicamente superior a todas as outras formas de administração, assim como a produção mecânica é superior a métodos não mecânicos”, essa superioridade está em sua precisão, rapidez, ausência de equívocos, conhecimento documental, continuidade, dentre outros. Vale dizer que Weber não acreditava piamente na mais alta eficiência das organizações burocráticas, mas acreditava que tais organizações operam com mais eficiência que outros sistemas alternativos de administração (BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 329-330).

⁷⁷⁷ CARVALHO, opus citatum, p. 32.

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p. 37.

elite, após a independência, reproduziu-se a partir de duas faculdades de direito, e ao fazer seus futuros membros circularem por cargos e províncias⁷⁷⁹.

A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite herdado de Portugal certamente deu ao Estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de se esperar de um simples porta-voz de interesses agrários.⁷⁸⁰

De toda esse liame feito por Carvalho, da delimitação precisa do seu objeto de estudo, das considerações sobre os conceitos de *elite dirigente* de Pareto e de *classe política* de Mosca, da relação histórica entre elites e Estados nacionais e, nesse percurso, a delimitação do seu objeto se torna mais precisa e mais circunscrita: a elite política imperial que a análise de Carvalho se concentra engloba os conselheiros, ministros e senadores; esta análise vai se aplicar na natureza do próprio governo e no sentido da ação dessa elite, considerando processos sociais mais amplos; porém, essa elite é criatura e criadora de um Estado cuja demanda por representação política dos grupos sociais é pequena e, por isso mesmo, a burocracia se sobressai e acaba confundindo-se com a elite política. A predominância dessa burocracia enquanto elite política se dá associada ao processo social mais amplo, a Revolução Burguesa abortada em Portugal, e Revolução Burguesa sem êxito (ou inexistente) no Brasil, posto que esse (não) acontecimento limitava a articulação dos grupos sociais. Dessa forma, conceber o Estado como mero “porta-voz dos interesses agrários” implicaria em duas assertivas: 1) os interesses agrários possuíam grande capacidade de articulação como classe social, capacidade que dependeria de considerável consenso ideológico; 2) não havia outras forças políticas capazes de interferir e conformar o Estado. A dispersão territorial e as diferenças de interesses entre os setores ligados à lavoura de exportação dissolvem a primeira assertiva, e a presença de uma burocracia com unidade ideológica dissolve a segunda. Por um lado, essa construção feita por Carvalho justifica em parte o porquê de sua abordagem não se ater às classes sociais, por outro lado, parece dispor em esferas distintas os fenômenos políticos e os fenômenos econômicos, a elite política e a elite econômica. O diálogo entre essas duas esferas aparece claramente na abordagem da política da Abolição, contudo, figura-se mais como um embate, e quando fatores econômicos e sociais passam a pressionar o Estado monárquico por conta dos seus interesses, ele entra em crise, e acaba. O que liga a elite política à elite econômica é a representação, todavia, não há representação no sentido político, mas representação que performa o teatro de sombras que é a

⁷⁷⁹ CARVALHO, 2003, p. 39.

⁷⁸⁰ Ibidem, 41-42.

política imperial – a elite econômica não é representada na acepção política pela elite política, esta última “representa” a primeira no sentido teatral do termo – na lógica de fingimento, de fingir ser o que não é, mas foi uma performance que durou por tanto tempo que atores e personagens se confundiram nesse processo e perderam a real noção de quem era quem. Parece que, para Carvalho, a razão da configuração do Estado monárquico em sua unidade territorial e de sua longevidade foi por manter-se, em boa medida, alheio aos fenômenos sociais.

Se, para Carvalho, a transposição de dirigentes foi mais importante que a transposição da Corte portuguesa para o Brasil, é porque, ao considerar a Revolução Burguesa abortada em Portugal, a premissa de limitação da articulação (ou mesmo desarticulação) dos grupos sociais por demanda política se estende à realidade brasileira. A transposição de dirigentes assinala uma continuidade política em uma realidade, que parece ser construída por Carvalho, autônoma em relação à fatores socioeconômicos. O que não deixa de ter certa incoerência, num primeiro olhar, com as proposições de Pareto e Mosca, citadas por Carvalho, de que o nexos de ação da elite está associado a processos sociais, no entanto, um segundo olhar, indica a constatação de ser a falta de articulação dos grupos sociais um processo social em si. Não deixa, também, de ser um ganho da análise de Carvalho, pois, ao se ater a relação recíproca de criação/formatação entre elite política e Estado, por vezes, como processos isolados dos fenômenos socioeconômicos, até certo ponto, alheios aos interesses da sociedade, a fraqueza da elite política e do Estado sobre tais configurações está justamente na mobilização social capaz de revelar sua incapacidade de acompanhar as mudanças na sociedade. Carvalho demonstra que é possível uma elite política existir sem base social sólida num dado momento e contexto, sem embargo, ela não é capaz de subsistir para além, sem construir esse alicerce social sólido.

Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941) compõem o grupo de pensadores, juntamente com Robert Michels (1876-1936), que, do fim do século XIX ao princípio do século XX, mediante a influência de Auguste Comte, procuraram buscar uma justificativa para a política de seu tempo a partir de algumas ideias elitistas. São considerados fundadores da Teoria das Elites, o esteio dessa teoria é que em toda e qualquer organização política, sob qualquer que seja a forma de governo, haverá sempre uma elite ou classe dirigente, um grupo restrito, uma minoria detentora do poder, e esta minoria se impõe e governa a maioria⁷⁸¹. De modo geral, esses autores buscaram desenvolver seu pensamento, refutando o

⁷⁸¹ SALLES, Rubens César Guimarães. *Democracia e Elitismo*. João Pessoa, 2017, 99 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18766?locale=es>>. Acesso em: 15 ago. 2022, 09:15:25. p. 48.

marxismo, maiormente a utopia da existência de uma sociedade sem classes, sem exploradores e sem explorados⁷⁸².

Tanto Mosca como Pareto concebem o caráter universal da existência de uma minoria dominante, concepção que aponta para críticas em direção ao marxismo e à democracia. A base da teoria das elites é a ideia da dominação de maioria social pela minoria como fenômeno universal⁷⁸³. Portanto, nem a existência de uma sociedade sem governantes e governados seria possível, nem seria plausível a existência de um governo capaz de representar efetivamente a maioria, pois, mesmo através do sufrágio, poucos teriam legitimidade para governar muitos.

Mosca sublinha que somente uma classe governa, historicamente falando, é conhecida por aristocracia ou oligarquia e elite, todavia, ele prefere o termo *classe política*, dado que os outros termos carregam um sentido de qualificação localizada no tempo e no espaço. O termo elite em si pode acarretar ambiguidade. Sob o termo classe dirigente, Mosca “acomoda todas as lideranças que direcionam e orientam uma associação ou uma sociedade como um todo”, envolvendo todas as áreas, desde a economia, religião, tecnologia até o exercício do poder político administrativo⁷⁸⁴.

A origem da classe dominante, segundo Mosca, está num panorama social em que a força é fator de distinção, dessa distinção emerge uma classe guerreira; na medida em que se fixam na terra, e a classe guerreira para se distinguir começa a adquirir terras por meios mais ou menos lícitos, e assim adquire também o direito exclusivo sobre sua posse e comercialização; a riqueza passa a ser determinada pela propriedade agrária, e esta qualidade começa a ser a principal distinção das classes dirigentes⁷⁸⁵. Diante dessas transformações, a riqueza principiou a produzir poder político do mesmo modo que o poder político passou a produzir riqueza⁷⁸⁶. No entanto, a retórica política da elite se imbuí de ocultar os reais valores que lhe conferem poder, mascarando esses valores por meio de justificativas sobrenaturais – sob alegação de acessibilidade de poucos ao divino, e por isso a maioria deve obedecer e temer a esses poucos – ou ainda por meios racionais, com o discurso de que o poder emana do povo, levando pessoas a acreditarem em princípios isonômicos de participação política⁷⁸⁷.

⁷⁸² BARNABÉ, Ian Roberto. Elite, classe social e poder local. *Estudos De Sociologia*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 1-16, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384>>. Acesso em: 20 ago. 2022, 14:30:50.

⁷⁸³ Ibidem, p. 8.

⁷⁸⁴ SALLES, 2017, p. 59.

⁷⁸⁵ Ibidem.

⁷⁸⁶ MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class* [Elementi di Scienza Politica]. Nova York: Mcgraw-Hill Book Company, Inc., 1939. p. 57.

⁷⁸⁷ Ibidem; MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 51-69. p. 63.

A classe dirigente se estabelece a partir da sua distinção sobre um valor social e sob manuseio de um discurso. Ela consegue se impor a uma maioria haja vista a incapacidade das massas em se organizarem, isso se deve ao seu enorme quantitativo, posto que, para uma multidão, organizar-se é muito mais difícil. Enquanto é muito mais provável e fácil a menos pessoas articularem a sua ação em conjunto. De acordo com Mosca, “quanto maior a comunidade política, menor será a proporção da minoria governante e mais difícil será para a maioria se organizar e reagir contra a minoria”⁷⁸⁸. Se em todas as sociedades humanas, desde as menos desenvolvidas às mais desenvolvidas, existe uma classe que dirige e uma classe que é dirigida. A classe dirigente é sempre menos numerosa, exerce todas as funções de política e poder, enquanto a classe dirigida é controlada pela primeira e legitima o seu controle. Uma minoria de pessoas influentes determina o poder e a direção dos interesses públicos, direção voluntária ou involuntária, mas a qual a maioria se submete. A minoria organizada se impõe à maioria desorganizada, justamente por ser minoria, visto que é muito mais complicado para uma maioria se organizar, ao passo que a classe dirigente se forma como grupo coeso, o que facilita a tomada de decisões.

Além do fator quantitativo a favorecer sua organização, a minoria dominante tem como vantagem o fato de possuírem indivíduos distintos da massa de governados por serem dotados de qualidades que lhes conferem, tal qual informa Mosca, certa superioridade material, intelectual ou até moral, ou até mesmo são herdeiros de indivíduos que possuem essas qualidades e, conseqüentemente, estão aptos a exercer domínio sobre aqueles que não são qualificados, ou que o são de forma precária⁷⁸⁹. Dito de outra forma, os membros da minoria dominante possuem, regularmente, atributos reais ou aparentes, atributos altamente estimados na sociedade em que se inserem, variando em cada contexto e lugar, exercendo ampla influência na sociedade em que vivem.

Entretanto, os indivíduos componentes da classe dirigente não podem ser levianos ou descuidados no trato da coisa pública, não podem agir de acordo somente com suas próprias necessidades e ideologias, pois a posição que ocupam se sustenta no suporte que obtém das massas, da maioria governada incapaz de se organizar, porém, capaz de interferir no cenário político⁷⁹⁰. Os dirigidos exercem inquestionável influência sobre a classe dirigente.

A alternância entre classes dirigentes se daria por dois caminhos, na medida em que a administração do Estado requeresse novas capacidades, indivíduos qualificados dentro de

⁷⁸⁸ SALLES, 2017, p. 61.

⁷⁸⁹ MOSCA, 1966, p. 51; 54.

⁷⁹⁰ SALLES, opus citatum, p. 62.

outros campos passam a ter acesso a classe dirigente. Outro caminho para a alternância entre classes dirigentes é quando uma nova fonte de riqueza se desenvolve em uma sociedade, tornando mais rico aquele cujos bens assumem maior valor prático, social ou ideológico. A elite é, para Mosca, uma construção social, algo dado pela estrutura. E, na sociedade moderna burocrática, diante da busca por aquisição de experiência, um dirigido pode se qualificar e se tornar dirigente⁷⁹¹. Portanto, as qualificações de uma elite não são exclusivas a alguns indivíduos, restringindo aos outros o acesso a elite.

No exercício de aproximação das proposições de Carvalho com as de Mosca, temos que, o grupo de dirigentes transpostos de Portugal para o Brasil carregavam em si atributos que, num momento de formação do Estado nacional, considerando o contexto pós-Independência, eram altamente estimados, como seu conhecimento e seu treinamento no funcionalismo público. Nesse sentido, a força social dominada por essa elite política surgida a partir da transposição desses dirigentes consistia na sua habilidade para a gestão do Estado. Sua homogeneidade ideológica lhe garantiu maior coesão e conseguiu afastar projetos mais radicais para a configuração estatal, assegurou a unidade territorial. No momento de construção da ordem, as qualidades intelectuais concediam distinção à elite política imperial, colocada nos termos de Carvalho. Mas a elite é construção social, disse Mosca, ela é dada pela estrutura, por conta disso, ao passo que novas demandas por representação surgiam na sociedade brasileira, e a questão da escravidão se levantava como problema social e como problema de Estado – processos, em certa medida, correlatos. Dessas demandas por representação, quem principiou carregar o domínio de uma nova força social de grande valor para sociedade foram os cafeicultores das novas regiões de produção cafeeira em São Paulo e Minas Gerais. O Estado monárquico não foi mero porta-voz dos interesses agrários, essa foi a razão de sua derrocada.

No entendimento de Pareto, as ações humanas podem ser classificadas entre lógicas e não lógicas, as primeiras consistem no ajuste entre os meios empregados e os fins desejados, as segundas são as mais importantes para análise desenvolvida pelo teórico italiano. Isso porque nas ações não lógicas, de natureza irracional, os meios e os fins não são coincidentes, não há lógica na relação causa e efeito. Mesmo não havendo condições necessárias para definir essa ação como lógica, o sujeito tenta justificá-la como lógica. A essas ações de justificativa, Pareto chama de “resíduos”, tratam-se de “aspectos constantes e inalterados da personalidade, sentimentos, emoções, fé, instintos etc.”⁷⁹². A justificativa posterior para tais ações, Pareto chama de “derivações”, são uma tentativa de fazer parecer racionais algumas ações que não o

⁷⁹¹ MOSCA, 1966, p. 63.

⁷⁹² SALLES, 2017, p. 63.

são. As ações não lógicas são mais importantes, uma vez que ocorrem com mais frequência, não são ilógicas, pois tentam adaptar os meios aos fins⁷⁹³.

A maioria das ações humanas são de tendência não lógica, guiadas por sentimentos, por isso há uma tentativa de dar a essas ações um caráter lógico através dos instintos e sentimentos invariáveis (resíduos), “onde estão o primeiro movimento motivador da vontade necessária para gerar a ação; ou seja, de alguma forma Pareto pretende compreender cientificamente, portanto, racionalmente, o comportamento irracional, não lógico, do homem”⁷⁹⁴. Nesse afincio, ele identifica 52 tipos e subtipos de “resíduos” organizados em seis classes: I. Instinto para combinação; II. Persistência de grupos; III. Necessidade de expressar sentimentos por atos; IV. Resíduos ligados a sociabilidade; V. Integridade do indivíduo, seus dependentes e suas posses; VI. Resíduos sexuais⁷⁹⁵. Não são teorizações do próprio autor, são simplesmente características naturais por ele identificadas e organizadas, são moldes de personalidade acionados pelo autor para estudar as ciências políticas. Para desenvolver sua análise, Pareto ignora quatro dessas seis classes, e se atém somente às duas primeiras.

Na primeira classe, “o instinto das combinações”, os resíduos indicam uma tendência a relacionar ideias com a intenção de justificar “características de uma personalidade revolucionária, progressista no sentido de afeito a transformações e reformas sociais”⁷⁹⁶. Diferente da primeira classe de resíduos, a segunda classe nomeada de persistência é

[...] composta por tipos e subtipos que demonstram de alguma forma características de permanência, fixação e conservadorismo no sentido de manter o que foi estabelecido, resistindo a mudanças que vão ao encontro aos imperativos morais aceitos, privilegiando a inércia ao invés do movimento transformador.⁷⁹⁷

A segunda classe é, por conseguinte, a contraparte da primeira classe, figura-se como um oposto pertinente ao movimento inerente à dialética política. Uma induz à mudança, a outra à conservação, uma conduz a elaborar construções intelectuais, a outra à estabilização das combinações. Contudo, os movimentos de transformações almejados por um governo de caráter

⁷⁹³ PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p. 56.

⁷⁹⁴ SALLES, 2017, p. 65.

⁷⁹⁵ PARETO, Vilfredo. *The Mind and Society [Trattato di Sociologia generale]*. Tradução Andrew Bongiorno e Arthur Livingston. Vol. II e Vol. III. Nova York: HARCOURT, BRACE AND COMPANY, Inc., 1935 apud SALLES, opus citatum, p. 65.

⁷⁹⁶ SALLES, opus citatum, p. 67.

⁷⁹⁷ Ibidem.

progressista tendem a se chocar com a resistência conservadora, do mesmo modo, o inverso procede, ações conservadoras vão encontrar resistência progressista.

Os resíduos são a base da teoria social de Pareto para entender a divisão da sociedade e a sua não homogeneidade. Os indivíduos da elite agem de acordo com a combinação de resíduos, suas ações tendem a menor impulsividade e mais racionalidade no ponto de vista da associação, isto é, do interesse da comunidade. Enquanto as classes inferiores não têm instinto de moderação, sendo exageradas e impulsivas por natureza, agindo sempre conforme apenas um resíduo, as massas não combinam resíduos, agem por agregações⁷⁹⁸.

Pareto, dando seguimento à sua construção tangente às elites, destaca que na primeira classe estão reunidos indivíduos com maior capacidade para agregar, agenciar mudanças sem violência; e, na segunda classe se encontram os indivíduos menos flexíveis e mais violentos no ímpeto de defesa dos princípios morais⁷⁹⁹. O conceito de elite de Pareto leva a assimilar que todo e qualquer ramo de atividade humana possui uma elite. Ele difere de Mosca por falar de uma elite ideal, sem influências de riqueza ou de hereditariedade. Pareto aponta para dois tipos de elites governantes, uma com características da primeira classe e outra com características da segunda classe, mas o ideal é que haja numa elite política os dois tipos de indivíduos para manter o equilíbrio entre a astúcia da primeira classe e a predisposição para o uso da força da segunda classe.

A motivação para a preservação do *status quo*, bem como para fazer ou desfazer associações é o que leva determinadas pessoas ou grupos a exercerem política consoantes seus interesses. De igual modo, a existência das sociedades se mantém porque os indivíduos que a compõem são dotados de sentimentos relativos aos resíduos de sociabilidade.

Com essa construção, ele acrescenta à ideia que fundamenta a teoria das elites – de que em toda organização política haverá sempre uma minoria organizada que governará a maioria – outra noção, a qual chama de “circulação das elites”⁸⁰⁰: no processo de formação de uma dada elite existe necessariamente um movimento cooptação de elementos com características das duas classes, da mesma maneira que ocorre o rebaixamento ou exclusão de membros da elite. Em ambos os casos, temos movimentos de circulação cuja finalidade é a manutenção do poder por uma elite governante ou a sua substituição por outra. Assim,

[...] existem dois tipos de circulação das elites, um muito sutil e moderado que basicamente depende da astúcia e menos da violência dos indivíduos no sentido de

⁷⁹⁸ PARETO, Vilfredo. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. p. 65.

⁷⁹⁹ SALLES, 2017, p. 68.

⁸⁰⁰ PARETO, opus citatum, p. 82.

saírem dos “extratos inferiores” para o topo da divisão interna da elite, outra que se inicia a partir de indivíduos retidos em posições subalternas que, inconformados com tal situação e sem visualizarem formas de ascensão que não seja ordenada pela violência, passam a disputar o poder de forma hostil podendo gerar uma nova elite a tomar o poder.⁸⁰¹

Uma elite composta somente por indivíduos astutos que abdicam da violência tende ao desequilíbrio e declínio, assim como o seu contrário. Ou seja, não há estabilidade definitiva na estrutura de poder. Pareto desenvolveu o conceito de circulação das elites para mostrar o equilíbrio e a longevidade do corpo social através da contínua substituição das elites ao longo do processo histórico. O equilíbrio social se dá quando a circulação das elites ocorre de maneira moderada. Quando esta circulação se rompe, ocorre a degeneração da elite, acumulando-se nos estratos superiores elementos decadentes de qualidade inferior, enquanto os estratos inferiores, os elementos de qualidade superior se agregam, gerando um cenário de crise propício para a derrubada violenta da elite que governa e a sua substituição por meios revolucionários. Isso acontece, em conformidade com Pareto, pois há uma luta constante entre a elite no poder e os grupos excluídos dele, não é uma luta de classes, mas luta de elites, uma luta que nunca acaba, mesmo que não existissem classes sociais⁸⁰².

Façamos novamente o exercício de aproximação da concepção de elite política imperial dada por Carvalho, agora, com as proposições de Pareto. A partir do conceito de “resíduos”, temos em Pareto a distinção entre duas classes políticas, uma primeira com tendências progressistas, predisposta a transformações e reformas sociais sem uso da violência, capaz de elaborar construções intelectuais, de agregar e de produzir consenso. A segunda classe política tende ao conservadorismo, empenha-se em manter o que foi estabelecido, apega-se aos imperativos morais e, por isso, resistem às mudanças, valendo-se mesmo da violência, ela se vale da força para estabilizar combinações. Na análise de Carvalho, o elemento mais próximo da primeira classe seria a própria burocracia, ela própria entranhada na elite política delineia-se como elemento reformista, o que foi demonstrado na política da Abolição. Elabora construções intelectuais, articula consenso. Os elementos identificáveis como forças conservadoras são os ligados à lavoura de exportação, colocados na análise de Carvalho como as forças sociais contrárias à liberalização da mão de obra e da terra durante o Império. Na medida em a política da Abolição dava seguimento como proposição do governo, o consenso se dissolvia – década após década, sobretudo a partir de 1871 – a respeito da Monarquia. A

⁸⁰¹ SALLES, 2017, p. 70.

⁸⁰² PARETO, 1984, p. 82.

circulação das elites, disse Pareto, pode ocorrer de maneira moderada, com a cooptação de indivíduos externos a elite, porém, quando não ocorre essa entrada de novos elementos e novos sujeitos políticos para assegurar a estabilidade do sistema, os elementos que são excluídos desse sistema irrompem e o derrubam de forma violenta, como fez o Exército ao dar o golpe que funda a República, e o fez com o apoio dos federalistas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Não obstante, conforme constatou Pareto, não estabilidade definitiva na estrutura de poder.

As vantagens da abordagem clássica das elites estão no fato de vincularem-nas à dinâmica social, diz Carvalho. A elite é uma construção social, dada pela estrutura, constata Mosca. Não há estabilidade definitiva na estrutura de poder, alega Pareto. O empreendimento reflexivo elaborado aqui, no sentido de aproximar as definições e os processos referentes à elite política imperial e à política imperial com as proposições de Mosca e de Pareto, vão para além de uma tentativa de encaixar elaborações em formas e moldes. Não foi isso que Carvalho fez. Mas há uma influência das ideias dos teóricos italianos das elites e sua construção, e em sua articulação a respeito da política da Abolição. Influência, não condicionamento, não determinação.

É essa elite transposta de Portugal num primeiro momento, construtora do Estado imperial, articuladora do considerável consenso sobre a escolha pela Monarquia, afastando projetos mais radicais de Estado, a mesma elite a perceber a necessidade de manutenção da escravidão para a manutenção da unidade territorial e assegurar a estabilidade social e política. Frente às pressões e influências inglesas pelo fim do tráfico, mobilizou-se pela sua extinção, todavia, seu ímpeto reformista demonstrado na postura do governo no curso da política da Abolição revelou a essa elite política que o tal relevante consenso acerca da Monarquia começava a se dissolver quando da libertação do ventre. As forças sociais que detinham os recursos materiais de sustentação do Estado – e por que não as chamar de elite econômica? – deslocaram seu apoio, em contrapartida, o movimento republicano via suas fileiras ampliarem-se na medida em que a política da Abolição transcorria. Incumbe-nos pensar se, quiçá, o apreciável consenso estabelecido que garantiu a consolidação e estabilidade do Estado imperial até ao menos a década de 1870 não se deu, afinal, pela escolha da Monarquia, contudo, pela manutenção da ordem social que a ela foi associada. À proporção que a ordem social é atingida pelas leis abolicionistas, o governo monárquico conduzido por sua elite política, a mesma que não era mera porta-voz dos interesses agrários, se vê cada vez mais isolado. Tratava-se, em consonância com Carvalho, de uma elite letrada e reformista, com uma perspectiva mais ampla

do Estado e do país, a amplitude dessa ótica, podemos dizer, desconfigurou sua autopercepção em relação à dependência que tinha de suas bases sociais.

Uma elite que se confundia com a burocracia, sendo essa opção de escape dos enjeitados do sistema escravista. Seu esclarecimento e treinamento nas funções de Estado a tornaram a única força capaz de acabar com a escravidão, mas dependia dos rendimentos provenientes dela para se manter, assim, impõe-se a dialética da ambiguidade – noção tomada de Guerreiro Ramos e sustentada na leitura de Joaquim Nabuco a respeito do Estado monárquico. Efetivado o fim da escravidão, o jogo de representações que performava o teatro de sombras, a comédia da trama política do Império se encerra, iniciando um novo jogo marcado agora pela representação política efetiva das forças detentoras dos recursos materiais – a grande lavoura de exportação, e aqui já podemos ficar à vontade para chamar de elite econômica.

5.2 A face iluminada da classe senhorial: os Saquaremas, questões de classe, e o partido da Coroa

A definição do termo Saquaremas aparece no texto de Mattos em um sentido mais restrito e o termo dirigentes saquaremas em um prisma mais amplo. No panorama mais restrito, concebido como os conservadores fluminenses, notamos que seu alcance temporal, enquanto protagonistas do cenário político imperial, ou, o sentido mais restrito para o *tempo saquarema*, se dá entre os anos 1834 e 1860, entre o Regresso e o Renascer Liberal. No prisma mais amplo, o termo envolveria a totalidade de pessoas implicadas na centralização do Estado imperial desde os princípios de ordem e Civilização, logo, sua existência e sua direção poderiam ter uma extensão que abrange a totalidade do período monárquico, e talvez para além. Vejamos com Mattos trata o termo.

A expressão “Saquaremas” refere-se a uma conjuntura de disputas na Vila de Saquarema, onde os protegidos pelos conservadores foram chamados de Saquaremas, mesmo num sentido pejorativo. Nessa seara, às vésperas do movimento praieiro, os conservadores adquiriram uma coesão em torno de um projeto político, e a adesão ao termo Saquarema como forma de cumprir o papel de particularizar uma política direcionada pelos políticos fluminenses⁸⁰³. Saquaremas são os conservadores fluminenses dirigidos pela “trindade saquarema” – Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa,

⁸⁰³ MATTOS, 2011, p. 118-119.

o futuro Visconde de Uruguai; e Eusébio de Queirós. Eles constituíram o núcleo do grupo que, desde os fins do Período regencial até a década de sessenta do século XIX, imprime “o tom e definir o conteúdo do Estado imperial”⁸⁰⁴. Nesse intercurso, ficou estabelecida uma hierarquia que assinala bem a força desse núcleo, com proeminência estavam os Saquaremas, seguidos pelos conservadores de todo Império, e depois os Luzias⁸⁰⁵, isto é, os liberais.

Assim como os Luzias, os Saquaremas pertenciam a boa sociedade, e como tal, compartilhavam de uma visão da sociedade brasileira forjada desde a colonização, explícita nos processos de construção do Estado imperial e constituição da classe senhorial. Tratava-se de um sentimento aristocrático, marcado pelo caráter colonial e escravista da sociedade imperial⁸⁰⁶. Como parte da boa sociedade, se confundiam Luzias e Saquaremas, liberais e conservadores de todo Império, com a sociedade política, portadora dos atributos de liberdade e propriedade, e a ela cabe governar⁸⁰⁷.

Os membros da boa sociedade se confundiam com a sociedade política, como portadores dos atributos da liberdade e da propriedade, concentrando, em suas mãos, os monopólios da mão de obra e da terra, constituíam-se classe senhorial. E, enquanto tal, pertenciam ao *Mundo do Governo*, governo do Estado e governo da Casa. Os Saquaremas se distinguiam dos Luzias por defenderem a autoridade do Estado sobre a liberdade da Casa, e os Luzias, e o liberais como um todo, faziam defesa inversa. Entretanto, ambos formavam a classe senhorial, uma classe que se forja ao passo que edifica o Estado imperial, esse movimento duplo é feito de maneira deliberada pela ação saquarema, ao perceberem que para estar no governo do Estado precisam estar no governo da Casa. O processo de elaboração da classe senhorial dá-se quando esta reconhece os Saquaremas como aqueles capazes de assegurar seus monopólios e manter seus atributos. A direção saquarema se efetiva independente deles estarem ou não no governo, se efetua quando os liberais entendem que para governar a Casa é preciso governar o Estado, sem autoridade do Estado a liberdade da Casa não está assegurada.

Na Apresentação do seu livro, Mattos fornece uma definição mais ampla para designar os dirigentes saquaremas:

Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros

⁸⁰⁴ MATTOS, 2011, p. 120.

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 121.

⁸⁰⁶ Ibidem, p. 126.

⁸⁰⁷ Ibidem, p. 130.

fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.⁸⁰⁸

Essa definição demasiada ampla inclui todos aqueles elementos colocados por Carvalho como elite política, somados aos proprietários rurais, professores, médicos, jornalistas, literatos, enfim, todos aqueles orientados pelos dirigentes imperiais que aderem aos princípios de ordem e Civilização e se empenham e difundir os. Caso esse fosse, de fato, o objeto de pesquisa de Mattos, não sabemos se seria possível imaginar a vastidão de documentação e a vida que levaria para investigar. Mas não é. Os dirigentes saquaremas são aqueles que estendem sua direção em sentido espacial, e prolongam essa direção em prisma temporal. Num viés amplo, a direção saquarema vai além da década de 70 do século XIX, num sentido que se apega à importância da autoridade do Estado como promotor de uma ordem e de uma Civilização. Ao falar de dirigentes saquaremas, Mattos assinala a vitória de um projeto político, não a longevidade de um determinado grupo político.

Apesar do destaque ao projeto político, isto é, a direção saquarema, o foco da análise de Mattos é sua realização no forjar da classe senhorial e na constituição do Estado imperial. Os Saquaremas aqui são tomados, portanto, na maneira mais restrita do termo. Não são a elite política analisada por Carvalho. Mesmo que os nomes se confundam – Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Sousa, Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres, Honório Hermeto Carneiro Leão, dentre outros. A elite política de Carvalho é concebida a partir de sua formação e de seu treinamento na esfera pública, e foi isso que lhe garantiu homogeneidade, sendo confundida com a alta burocracia. Ela não se porta como emissária direta dos proprietários de terras e escravos – a premissa da definição de elite política por Carvalho é da limitação para articulação da classe proprietária e da grande lavoura de exportação, a fragilidade da coesão das classes sociais permitiu o fortalecimento da burocracia como força política, e ela se fez elite política. Os Saquaremas são concebidos por Mattos partindo de um princípio distinto, surgiram como força política com base na junção entre os antigos colonizadores e os colonos, no período da vinda da Corte, firmaram-se na Corte e na província fluminense, fortaleceram-se politicamente na mesma medida em que o café se alastrava pelo Vale do Paraíba. Como parte da classe senhorial, os Saquaremas colocaram-se como defensores de duas demandas, levando a perceberem-se como tal a partir de suas experiências, interesses e lutas. Sua coesão é dada pela atuação da Coroa, exercendo a função de partido. A marca maior de

⁸⁰⁸ MATTOS, 2011, p. 15-16.

distinção entre a elite política de Carvalho e os Saquaremas de Mattos está no fato de a elite política não estar condicionada aos interesses da classe proprietária, enquanto os Saquaremas são seus representantes diretos, ou ao menos de uma parte deles.

Dois conceitos são fundamentais para entender esse processo trabalhado por Mattos, de formação da classe senhorial e de sua formação como classe dirigente. Falamos, aqui, dos conceitos de *classe social* do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) e de *partido* do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Vamos considerar a maneira como Mattos se valeu desses conceitos em sua argumentação, e depois adentraremos a esses conceitos com base em seus autores.

O conceito de “classe senhorial” é entendido por Mattos como categoria histórica, pois, ao abordá-la, considera, em especial, uma trajetória que lhe permitiu identificar-se como tal. Esse intercurso em que a classe senhorial se reconhece traz em si uma trajetória composta de suas experiências e interesses comuns, bem como da contraposição a grupos divergentes⁸⁰⁹. A classe senhorial que surgia na primeira metade do século XIX estava impregnado de elementos de continuidade e de ruptura, já que se formara através da associação dos antigos proprietários coloniais com parte da Corte joanina. Isso tudo serviu para acentuar o caráter colonial e escravista da sociedade, conferindo os dois atributos fundamentais da classe senhorial: a liberdade e a propriedade – atributos os quais deveriam ser defendidos, salvaguardados, mesmo com o uso da força⁸¹⁰. O interesse que move e dá coesão à classe senhorial é, antes de tudo, a manutenção dos seus monopólios, o monopólio da terra e o monopólio da mão de obra, esses monopólios a distinguem do restante da sociedade, marcam a manutenção do caráter colonial desta sociedade. Como portadora da liberdade, a classe senhorial distinguia-se da massa de escravos, como portadora da propriedade, propriedade da terra e propriedade de escravos, ela diferia-se daqueles que eram somente proprietários de si. Sendo portadora de liberdade e de propriedade, a essa classe senhorial competiria governar⁸¹¹.

No momento em que o conjunto de interesses que se haviam constituído como decorrência da fusão dos antigos monopolizadores começava a pôr ao lado da questão do Estado a da Nação [...] deixavam de olhar apenas para a Corte, espaço dos seus interesses imediatos, e, por fazê-lo, ampliavam o espectro das forças contra as quais combatiam.⁸¹²

⁸⁰⁹ MATTOS, 2011, p. 16.

⁸¹⁰ Ibidem, p. 131.

⁸¹¹ Ibidem, p. 130.

⁸¹² Ibidem, p. 68.

Se, num primeiro momento, combateram as Cortes de Lisboa, depois se empenharam defronte aos interesses ingleses contrários ao tráfico. Combateram interesses escravistas de outras regiões, produtores interioranos de Minas Gerais, colonos de outras regiões, escravos insurretos, a malta urbana. E, dessa forma, “a vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitaram sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e dessa forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus”⁸¹³.

A manutenção da escravidão estava no cerne dos interesses que permitiram à classe senhorial se perceber como tal. Assegurar seus monopólios – sobre a terra e a mão de obra, os monopólios que fundavam a classe senhorial, movimentou suas experiências e suas lutas. Face ao fim do tráfico, mediante as pressões inglesas, o interesse dos Saquaremas pelo controle do tráfico interno de escravos deixou em evidência a sua prioridade às demandas do Sul cafeeiro. A lei de 1871, ao libertar o ventre, pretendia prolongar a escravidão, e por isso não pode, no entendimento de Mattos, ser concebida como uma lei antiescravista, contudo, provocou a ira da classe senhorial. O Saquaremas, ao se colocarem como os únicos que poderiam assegurar os monopólios que fundavam a classe, vincularam a Monarquia à escravidão, associaram uma dada ordem política à manutenção de uma ordem social, e todo movimento de enfraquecimento da escravidão implicava, também, no enfraquecimento da Monarquia. Findada a escravidão, a ordem política se desfez.

O conceito de *classe social*, nos termos propostos por Thompson, é essencial na argumentação de Mattos, viabiliza seu uso heurístico, isto é, seu uso em realidades sociais pré-industriais, pois o historiador inglês prioriza, em sua definição, as experiências e as lutas de classe como fatores que levam a um determinado grupo se identificarem em seus interesses.

Ao analisar a formação da classe operária inglesa, Thompson é assertivo ao dizer que a classe não é uma estrutura, nem uma categoria, mas “algo que efetivamente ocorre nas relações humanas”, em razão disso, a classe é “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na conciliação”⁸¹⁴. Dessa maneira, seria uma categoria do pensamento capaz de ordenar evidências diversificadas e dispersas, possibilitando enxergar uma realidade a princípio não percebida. Thompson entende que o conceito de classe é aplicável somente quando é perceptível em longo processo de tempo⁸¹⁵.

⁸¹³ MATTOS, 2011, p. 68.

⁸¹⁴ THOMPSON, 1987, p. 9.

⁸¹⁵ *Ibidem*, p. 12.

A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada, ela não resultou espontaneamente do sistema fabril⁸¹⁶. Do mesmo modo, a classe dirigente inglesa só adquiriu coesão diante da classe operária insurgente, assim “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história”, por isso mesmo é fruto da experiência⁸¹⁷. A experiência de classe é determinada, em grande parte, pelas relações de produções nas quais os homens estão inseridos, seja por nascerem ou por entrarem. A experiência, portanto, é realizada pelos homens enquanto produzem⁸¹⁸.

Em um artigo – que segundo o próprio Edward Palmer Thompson é mais uma argumentação do que um artigo, ele considera a sociedade inglesa do século XVIII para pensar o paternalismo, as questões de classe e a cultura plebeia – o historiador inglês que deu base teórica para o trabalho desenvolvido por Mattos oferece consideráveis ferramentas reflexivas a respeito do conceito e das questões em torno da classe social. O argumento sobre o qual ele se debruça é de que, em uma sociedade qualquer, não é possível entender as partes sem que entendamos sua função e seu papel em sua relação com o todo. Uma classe social só pode ser entendida através de como ela se relaciona com os outros grupos sociais componentes da sociedade⁸¹⁹.

Para Thompson, classe é uma categoria histórica na medida em que resulta do processo social ao longo do tempo⁸²⁰. Esse conceito pode ser usado em dois sentidos, o primeiro se refere a um conteúdo histórico real correspondente, empiricamente observável, o segundo como categoria heurística ou analítica para organizar a evidência histórica, com uma correspondência muito menos direta. No primeiro caso, o conceito moderno de classe se desenvolve a partir do advento da industrialização e expansão capitalista própria do século XIX, fazendo aflorar o conceito de classe não como recurso analítico e organizador de uma evidência, ele está na própria evidência, o conceito se realiza, se concretiza no momento em que a classe operária existe como sujeito histórico resultante de um duplo processo, ela forma a si própria e é formada, processo que se configura no sistema fabril, mas que não é resultado espontâneo dele. A classe surge, então, como evidência histórica que origina e confere a modernidade do seu conceito e, decerto, deu-lhe peculiaridade histórica⁸²¹.

⁸¹⁶ THOMPSON, 1987, p. 18.

⁸¹⁷ Ibidem, p. 12.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 10.

⁸¹⁹ Idem, 1984, p. 13-14.

⁸²⁰ Ibidem, p. 34.

⁸²¹ Ibidem, p. 36.

Nas sociedades anteriores à Revolução Industrial, o anacronismo desta especificidade histórica deve ser guardado. Porém, o uso heurístico da categoria de classe, apesar da dificuldade que traz, pode ser válido, não pela perfeição do conceito, e sim pelo fato de não dispormos de outra categoria alternativa para analisar um processo histórico universal e manifesto. O uso heurístico da categoria de classe deve ser feito respeitando a especificidade histórica a que se refere⁸²². No entanto, é no processo de luta contra a exploração que se identificam pontos de interesses antagônicos e, nesse caminho, descobrem-se como classe. A classe e a consciência de classe são resultantes do processo histórico que é a luta de classes. As classes não existem de maneira independente das relações e lutas históricas, a sua existência se dá na luta, é nesse percurso que a classe se forma⁸²³ – não é porque existem que lutam, todavia, é porque lutam que passaram a existir e a tomar consciência de si. Isso porque

As classes acontecem ao viver os homens e as mulheres suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais com uma cultura e umas expectativas herdadas, e ao modelo dessas experiências em formas culturais.⁸²⁴

As classes, em seu sentido heurístico, não são mais que casos especiais de formações históricas que surgem da luta de classes, e assim “a classe define a si mesma no seu efeito de acontecer”⁸²⁵. Thompson afirma sentir-se mais à vontade usando a terminologia de conflito de classes, contudo, resiste em atribuir identidade a uma classe. De certo, as experiências formativas do ser social geram uma identidade de grupo, mas vale destacarmos: os antagonismos e reconciliações também o fazem⁸²⁶.

Em seu artigo (ou argumento?), Thompson conclui que, por um século, até por volta de 1790, houve uma relação de reciprocidade entre a *gentry* e plebe, até porque a *gentry* carecia de certa classe de apoio. Entretanto, nos anos da década final do século XVIII, essa relação de reciprocidade acabou. A partir desse contexto, ocorreu uma reorganização estrutural das relações de classe e ideologia e, desde então, a noção de classe do século XIX é aplicável⁸²⁷. Sem nos aprofundarmos no teor dos impasses ocorridos entre a *gentry* e a plebe, refletimos sobre esse desfecho. Uma classe não pode ser entendida isoladamente, mas sim a partir de sua

⁸²² THOMPSON, 1984, p. 37.

⁸²³ Ibidem, p. 38.

⁸²⁴ Ibidem, p. 38.

⁸²⁵ Ibidem, p. 39.

⁸²⁶ Ibidem, p. 41-42.

⁸²⁷ Ibidem, p. 61.

relação com outros setores, grupos ou classes que integram a sociedade. No momento em que transformações de ordem socioeconômicas adentram as relações entre a *gentry* e a plebe, a relação outrora marcada por reciprocidade assume outras feições, agora entremeadas por interesses antagônicos, dos quais insurge uma luta de classes. E somente com base nesse conjunto de experiências e lutas que o conceito de classe se aplica enquanto evidência, carregando em si a modernidade e a particularidade histórica que lhes são inerentes.

Em sua trajetória intelectual, Thompson fez duras críticas ao estruturalismo marxista, sobretudo a Perry Anderson e Ton Nairn, difusores das teorias althusserianas, na Inglaterra. O debate entre eles se situava em torno das noções de classe e luta de classes. Anderson e Nairn depreendiam que as classes se formavam desde a base produtiva, Thompson se opunha claramente a essa visão estrutural e estática da classe social⁸²⁸, não entendia as classes como mero desdobramento estrutural das forças produtivas, procurava demonstrar o quanto o termo classe social traz em si dinamismo e variadas possibilidades interpretativas e de significados.

Quando Thompson estuda a formação da classe operária inglesa, procura mostrar que esse processo é marcado por ações coletivas de “gente comum”, inaugurando o que João Alfredo Melo Jr. descreve como “a história das massas comuns como forma de perceber a formação da classe social”⁸²⁹, rompendo com as análises estruturalistas que tendiam a uma perspectiva simplista e grosseira do objeto. Thompson concebia a cultura popular como “elemento formador das ações coletivas e das estratégias de resistência do operariado inglês do século XVIII”⁸³⁰. Tratava-se de uma concepção ousada diante de uma produção acadêmica marxista fundamentalmente estruturalista, e que, de maneira deliberada, operava seus estudos desprezando as manifestações culturais das classes mais baixas.

O livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi publicado na língua inglesa, em 1963, e traduzido, no Brasil, em 1980, tinha, como cerne, a reflexão sobre a associação entre os processos de ação coletiva e os elementos da cultura popular e literária, como formas de resistências aos impactos nocivos da Revolução Industrial sobre as camadas mais baixas da Inglaterra na emergência desse processo de industrialização. O debate desenvolvido no livro, por Thompson, ocorre com base na noção de classe operária, e partir de suas análises, assimila o conceito de classe social como algo fluído, capaz de ser compreendido somente por meio dos seus contextos históricos e sociais. Prontamente posicionava-se dissonante das análises de teor

⁸²⁸ MELO JR, João Alfredo Costa de Campos. Edward Palmer Thompson (1924-1993). In: PRADA, Maurício (org.). *Os Historiadores Clássicos da História*. Volume 2. De Tocqueville a Thompson. Petrópolis; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. p. 304.

⁸²⁹ Ibidem, p. 305.

⁸³⁰ Ibidem.

puramente economicistas que negligenciavam as ações humanas na sociedade⁸³¹. A sua busca foi pela superação do determinismo econômico reducionista.

Enquanto os historiadores estruturalistas privilegiavam os aspectos estritamente econômicos, Thompson ancorou-se nas categorias socioculturais para o desenvolvimento dos seus trabalhos. Isso se deu pelo fato de conceber os conceitos de experiência histórica e cultural como formas de ação social no correr da história do operariado inglês dos setecentos⁸³². Ele privilegiou as superestruturas sociais, e nelas percebeu a ação das experiências históricas e culturais.

Thompson desloca da estrutura para a superestrutura, da economia para a cultura, seus estudos sobre as classes sociais. Nesse movimento, os conflitos e as experiências sobressaem-se às definições restritas de configuração de uma determinada classe social. Sua análise não estruturalista das relações sociais permitiu a Mattos identificar as lutas e as experiências que ofereceram condições para a identificação da classe senhorial, experiências marcadas pelo seu caráter colonial, e lutas diante da crise do sistema escravista. No entanto, para que essa classe senhorial se notasse como tal, um segmento seu, limitado à região de agricultura mercantil-escravista, no entorno do Vale do Paraíba, concentrado na província do Rio de Janeiro, atento ao risco que seus atributos de distinção (liberdade e propriedade) corriam, empenhou-se em forjar a classe senhorial para além dessa região, para além da província fluminense. Esse segmento que forjou a classe senhorial como tal foram os Saquaremas, forjaram ao fazer seus integrantes identificarem-se em seus interesses, experiências e lutas, com o intuito de preservar, antes de tudo, os monopólios que fundaram a classe senhorial. Não bastava, porém, ser classe senhorial, era preciso fazer dela classe dirigente, doravante a atuação da Coroa como partido foi elementar, pois passa a exercer uma direção intelectual sobre a classe senhorial.

Para pensar no uso do conceito de partido de Gramsci por Mattos, mais especificamente da Coroa como partido, vamos proceder por dois caminhos, a definição do que é Coroa para Mattos, como ele articula a Coroa como partido, e depois seguiremos à construção de Antonio Gramsci para a definição de partido, refletindo sobre as possibilidades interpretativas que tal definição abre para pensar o jogo político na ocasião da formação do Estado imperial e da conformação da classe senhorial.

Mattos define a Coroa como “as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, no conjunto dos interesses dominantes sob o Império”⁸³³, esta é a definição mais

⁸³¹ MELO JR, 2013, p. 306.

⁸³² Ibidem, p. 310.

⁸³³ MATTOS, 2011, p. 98.

precisa que encontramos a respeito da Coroa, mesmo o termo em si é facilmente confundível com a figura do Imperador por quase meio século⁸³⁴. O processo de afirmação da Coroa e sua constituição como partido principiou no momento da Maioridade, ocasião em que a moeda colonial começou a completar sua primeira recunhagem e, nesse momento, o lado da “cara”, cedeu lugar às nações civilizadas, com proeminência para a Inglaterra e França, na outra face da moeda, a Coroa se afirmou e se impôs à região – novos sujeitos para os mesmos papéis, as relações coloniais foram restabelecidas sob um novo colonizador, um novo colono e um mesmo colonizado⁸³⁵. O princípio monárquico não foi deslocado pelo impulso revolucionários das Regências, visto que, desde a Maioridade, o Imperador voltou a reunir, na face complementar da moeda colonial, a ideia de um Império marcado por uma unidade e uma continuidade⁸³⁶. Desse modo, a defesa de uma indivisibilidade tornava as províncias simples territórios, principalmente por reservar ao centro, no caso a Coroa, “o papel de gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território”⁸³⁷, e quando assim operava, acabava por aprofundar as diferenças entre as regiões produtoras, ao privilegiar os interesses ligados à expansão cafeeira.

No seu esforço pela instituição de uma ordem legal, pela criação de uma burocracia, pelo exercício de uma jurisdição compulsória sobre um território e pela monopolização do uso legítimo da força, a Coroa não deixava de se aproximar das características que, de acordo com alguns definem um Estado moderno. Todavia esse novo monopólio aparecia então como a condição para a restauração dos monopólios gerados pela colonização, ele próprio sofria uma limitação pela dependência em que se encontrava dos interesses presentes na “cara” da moeda.⁸³⁸

Como já foi falado, os monopólios gerados pela colonização são os monopólios sobre a terra e sobre a mão de obra, os mesmos que fundaram a classe senhorial. A limitação imposta pela “cara” da moeda colonial se referia às pressões inglesas pelo fim do comércio transatlântico de africanos. Diante desse quadro, a Coroa procurou proceder a esta ordenação por meio das políticas de terras e de mão de obra, enquanto empenhava-se em “ordenar as grandes famílias, mesmo que em certos momentos isto signifique pôr-se contra alguns dos privilégios e monopólios que as distinguem”⁸³⁹. Do mesmo modo

⁸³⁴ MATTOS, 2011, p. 93.

⁸³⁵ Ibidem, p. 92.

⁸³⁶ Ibidem, p. 95.

⁸³⁷ Ibidem, p. 98.

⁸³⁸ Ibidem, p. 99.

⁸³⁹ Ibidem, p. 101.

[...] a Coroa une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiram com a lavoura cafeeira os detentores de monopólios que, de modo e em graus diversos, haviam-se constituído nas demais regiões, e mesmo na região de agricultura mercantil-escravista, fazendo-os superar, muitas vezes, as atitudes de desconfiança que nutriam em relação ao aparelho de Estado desde o tempo de luta contra a antiga metrópole. Em sua ação, a Coroa procede a uma expansão horizontal da classe senhorial. De outro lado, ela atrai para a órbita dos interesses da classe senhorial os elementos que, no Império escravocrata, detêm uma única propriedade, a de suas pessoas, procedendo assim a uma segunda expansão, verticalmente. [...] A íntima relação entre a construção e constituição da classe senhorial faz que a Coroa assuma, desse modo, o papel de um *partido*, nos termos do que Antonio Gramsci o propõe. E este papel define a sua modernidade.⁸⁴⁰

Mattos cita Gramsci para definir o partido: “só pode ser um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação”⁸⁴¹. Exercendo esse papel, deveria mostrar sua capacidade de criar e de impedir acontecimentos, cabia-lhe “lidar com as fissuras e divergências no interior da classe”⁸⁴². Atuando como um Partido, a Coroa promoveu “associações e difunde uma civilização”, se apresentou pela figura do Imperador, mas não se limitou a ele, incluiu aqueles que dominaram e dirigiram o Império, e estavam “dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço”⁸⁴³. Na promoção de associações e difusão de uma civilização, a Coroa acabou fazendo com que Liberais e Saquaremas se percebessem como classe dirigente, mostrando a importância de se estar no governo do Estado, o que reafirma, como dito por Mattos, “os ensinamentos do filósofo marxista italiano”: “a unidade histórica das classes dirigentes é produzida no Estado, e a história dessas classes é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados”⁸⁴⁴.

A definição que Antônio Gramsci faz de partido político alicerça-se a partir de sua definição do papel do intelectual, mais especificamente do intelectual orgânico, e é basicamente tal definição que permite a expansão da concepção de partido – expansão esta que abre precedente para o uso que Mattos faz em *O Tempo Saquarema*. Ao definir o papel do intelectual orgânico, Gramsci o contrapõe ao intelectual tradicional. Este último é taxado de vulgarizado, e encontra no literato, no filósofo e no artista seu protótipo – e mormente não se empenha em contribuir para a mudança da sociedade ou, ainda, para a manutenção da hegemonia vigente. Todos são intelectuais, porém, há uma hierarquia: o intelectual orgânico está profundamente

⁸⁴⁰ MATTOS, 2011, p. 104.

⁸⁴¹ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, 1968. p. 6 apud MATTOS, opus citatum, p. 104.

⁸⁴² Ibidem, p. 105.

⁸⁴³ Ibidem, p. 192.

⁸⁴⁴ GRAMSCI, A. *Antología*. México, 1970, p. 491 apud MATTOS, opus citatum, p. 169.

ligado ao trabalho de edificação de uma nova visão de mundo, enquanto o intelectual tradicional permanece desligado de sua classe e mune-se com uma autonomia em relação à sociedade civil⁸⁴⁵. A este intelectual que se encastela, se distancia da realidade social, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age. De modo que não mais a eloquência marque o intelectual, e sim o seu imiscuir-se ativamente na vida prática, construindo, organizando, persuadindo.

Um dos papéis do intelectual é estabelecer a ligação entre os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum com vistas a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, construindo uma unidade na sociedade em torno de um objetivo político, já que para Gramsci o intelectual deve se voltar para as questões políticas⁸⁴⁶. O desempenho do intelectual orgânico deve se voltar para o papel de organizador, ao que deve seguir o de dirigente e o de educador. Tais funções se realizam juntas e dão ao intelectual um papel político qualificado, haja vista a necessidade de preparar a sociedade, através da criação de uma nova visão de mundo, para a efetivação das mudanças necessárias no Estado e na política.

O intelectual, nessa nova ótica proposta por Gramsci, atua como interlocutor do grupo dominante ao se responsabilizar pela criação do consenso propício à união da sociedade, ao mesmo tempo assume também a responsabilidade de construir o aparato de coerção estatal e os meios para justificar tal coerção. Em síntese, e tomando a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho sobre Gramsci, é possível inferir que o intelectual é resultado de relações entre classes, e de relações sociais de produção⁸⁴⁷, podendo ser ligado à sua classe de origem ou aderir a uma outra classe, autônomo em sua ação, mas vinculado às suas funções e às contradições concretas da sociedade.

Segundo José Bendicho Beired, de Gramsci pode se concluir que:

[...]a) a atividade intelectual deve ser analisada no conjunto das classes sociais em que ela é desenvolvida; b) o intelectual é um agente socialmente determinado; c) os intelectuais distinguem-se por desempenharem certas funções quer nos processos de reprodução quer nos meios de transformação da ordem social.⁸⁴⁸

⁸⁴⁵ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 11.

⁸⁴⁶ *Ibidem*, p. 12.

⁸⁴⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 45.

⁸⁴⁸ BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 124.

Prosseguindo, Beired afirma que a análise de Gramsci se volta para o papel conservador ou transformador do intelectual, sendo este o elemento capaz de organizar a cultura e os homens, de articular as estruturas de poder com o restante do corpo social, sendo capaz de produzir ideologias propulsoras de uma consciência e homogeneidade às classes por ele representadas⁸⁴⁹.

O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.⁸⁵⁰

Como vemos na citação acima, Gramsci define o partido político a partir de sua relação com os intelectuais, numa primeira definição, não é mais do que a junção de grupos de intelectuais orgânicos, formados pelo desenvolvimento do grupo social no qual se inserem. Numa segunda definição, expande a proposição, concebendo ao partido uma função similar à do Estado, porém, atuante a uma parcela da sociedade política, diferente do Estado, cuja atuação alcança toda a sociedade civil. E assim o partido estabelece a ligação entre os intelectuais orgânicos de um determinado grupo dominante e os intelectuais tradicionais, e a partir daí o partido elabora os seus próprios componentes, até fazer deles dirigentes qualificados, atuantes no desenvolvimento da sociedade abrangendo as esferas civis e políticas. O partido, nessa segunda definição, é força política capaz de conformar a sociedade.

Para isso, o partido exerce, preliminarmente, uma função educativa, qualificando seus membros para a atuação política⁸⁵¹. Os intelectuais são os responsáveis pela organização dos partidos, deles se cria uma estrutura partidária capaz de lutar pelo desenvolvimento de uma sociedade condizente com as necessidades históricas de sua respectiva classe social⁸⁵².

⁸⁴⁹ BEIRED, 1998, p. 128.

⁸⁵⁰ GRAMSCI, 2004, p. 24.

⁸⁵¹ Ibidem, p. 25.

⁸⁵² Ibidem, p. 24.

De acordo com Gramsci, é fundamental, para que um partido tenha uma ação unificada, haver a existência de um “programa de partido”, para dar uma direção, uma organização que impeça a dissolução do partido “numa infinidade de vontades singulares”⁸⁵³. Nesse sentido, os partidos devem reagir de maneira enérgica sobre as classes para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las, não sendo apenas expressão mecânica e passiva das próprias classes, pois “as classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade”⁸⁵⁴. E como já mencionado, mais do que isso: o partido deve atuar como instrumento para solucionar não unicamente questões internas da classe, ou concernentes ao plano nacional, ele deve atuar visando as questões internacionais (a superestrutura) que permeiam e interferem nas relações de classe⁸⁵⁵. O partido atua reunindo – reunir para formar um todo homogêneo, conformando a classe social.

O pensador italiano vai além. Amplia a definição de partido, mesmo que muitas organizações se autodenominem não governamentais, ou mesmo apartidárias, quando elas atuam organizando, educando e dirigindo, vislumbrando mesmo a formação de dirigentes, acabam funcionando, na realidade, como partidos políticos⁸⁵⁶. Alguns podem se apresentar travestidos de objetivos moralistas, educativos, culturais⁸⁵⁷. Ocultados ainda como periódicos, ou aparelhos de comunicação social em geral. Nessa concepção de partido, uma dada organização qualquer – havendo empenho intelectual de organização, direção e educação, existindo esforço para elaboração de dirigentes das sociedades civil e política – mesmo sob a negação do termo, pode ser considerada partido.

A Coroa são as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, são os que dominam e dirigem o Império. Ela atuou como partido, dado que sua atuação foi como gestora dos interesses dominantes distribuídos pelo território do Império, com privilégio à expansão cafeeira. A Coroa ordenou a política de terras e de mão de obra diante das pressões inglesas. Enquanto partido, ela expandiu e fortaleceu a classe senhorial, lidando com fissuras internas na classe. Atuando como partido, a Coroa promoveu a associação e difusão de uma Civilização, exerceu uma direção intelectual, fazendo com que liberais e conservadores se percebessem como classe dirigente. É dentro do Estado que a classe dirigente adquire unidade. Nos termos de sua atuação, a Coroa, na argumentação de Mattos, exerce o papel de um partido conforme a definição dada por Gramsci, pois o partido transforma seus componentes em intelectuais, em

⁸⁵³ GRAMSCI, 2002, p. 15.

⁸⁵⁴ Ibidem, p. 201-202.

⁸⁵⁵ Idem, 2006, p. 420.

⁸⁵⁶ Idem, 2002, p. 326.

⁸⁵⁷ Idem, 2004, p. 237.

dirigentes, realizadores da sociedade civil e política. O partido qualifica seus membros para a atuação política, e são os intelectuais que organizam os partidos, ocorrendo, desse modo, a articulação política para o desenvolvimento de uma sociedade condizente com as necessidades históricas da classe social a que o partido pertence. Mas, sobretudo, a Coroa atua como partido, porque, em harmonia com Gramsci, quando uma organização atua para organizar, educar e dirigir, com a intenção de formar dirigentes, está funcionando na realidade como partido político, ainda que não se reconheça dessa forma.

Os conceitos de classe social e de partido oferecem, na narrativa de Mattos, recursos teóricos trabalhados com destreza por Thompson e Gramsci para a compreensão das realidades sociais e políticas no mundo capitalista industrial, e, por esse motivo, anacrônicos se considerarmos a realidade de país agrário do Brasil do século XIX. São ferramentas manuseadas por Mattos em seu sentido heurístico, como recursos investigativos – se não há classe burguesa, ou classe operária e, por isso mesmo, não há partidos políticos, a investigação de Mattos traz evidências da existência de um grupo de proprietários de terras e de escravos que se empenharam pela sua coesão à medida que trabalhavam pela formação do Estado, exerceram uma direção moral, e uma direção intelectual – e nesse manusear a classe senhorial adquiriu forma e sentido, a Coroa configurou-se como partido.

Por essa razão, dentro dessa lógica, seria inconcebível o governo imperial atuar como antiescravista, sendo a Coroa partido que representava os interesses da classe senhorial, a política da Abolição, dentro da argumentação e construção feita por Mattos, não poderia ser empreendimento dos que dominaram e dirigiram o Império. Cabe uma reflexão sobre o peso da direção saquarema após a década de 1870, dada a decadência das regiões cafeeiras fluminenses; importa, ainda, refletirmos acerca do real impacto que a direção intelectual da Coroa como partido tiveram sobre a classe senhorial num todo, se considerarmos a dispersão sobre o território. Se, dentro da lógica de Mattos, a lei de 1871 foi, antes de tudo, uma estratégia de prolongamento da escravidão, a grande insatisfação encontrada entre os cafeicultores com a libertação do ventre demonstra: ou a insuficiência do partido da Coroa em sua direção intelectual e moral, ou que o discurso saquarema que vinculava a Monarquia à escravidão sobrepunha-se a qualquer investida da Coroa que pudesse ser considerada uma ameaça à ordem escravocrata.

5.3 De elites e classes sociais

O percurso do marxismo, no Brasil, ao longo do século XX, pode oferecer algumas indicações de reflexão para essa postura de Carvalho e de Mattos de esforço por um afastamento de uma perspectiva estruturalista a respeito do Império brasileiro. Ronaldo P. de Jesus analisa esse caminho, constatando a predominância do pensamento marxista na escrita da história brasileira, pelo menos da década de 1930 até a década de 1990, passadas, então, três décadas de crise, “o predomínio evidente da influência do marxismo na historiografia brasileira ao longo do século XX, parece completa e irreversivelmente superado e aponta simplesmente e aponta simplesmente para o fim de uma tradição historiográfica”⁸⁵⁸. Já Elías José Palti situa essa “crise” em anos anteriores aos colocados por Jesus, e entende que esse processo de crise emerge da constante autocrítica própria do pensamento marxista, fazendo com que a noção de crítica seja uma condição permanente e da qual emergem seguidas “crises”, pois “*la historia del marxismo no es sino la de sus sucesivas crisis*”⁸⁵⁹, crises que vem sendo sempre refutadas, especialmente porque a manifestação de uma crise conceitual do marxismo se revela constantemente atrelada a uma crise política dada diante um determinado contexto histórico e intelectual. Para Palti, a crise do marxismo relaciona-se a uma crise na própria noção de verdade como resultado do horizonte histórico-conceitual pós-estruturalista⁸⁶⁰.

De todo modo, Ronaldo Jesus, “antes de jogar a última pá de cal sobre o cadáver da historiografia marxista brasileira”⁸⁶¹, trata da sua trajetória e a constituição de sua identidade ao longo do século XX, traçando linhas gerais para a orientação temática que tendeu a predominar alguns momentos deste século. Entre os anos 1928 e 1929, o III Congresso do Partido Comunista apresentou uma série de teses que salientavam a subordinação do país ao imperialismo, tornado o Brasil uma espécie de “configuração semicolonial, em que a industrialização via-se completamente bloqueada pelo caráter eminentemente agrário da economia baseada na exploração latifundiária das massas camponesas”, daí surgiram questões conceituais que se impunham ao pensamento da esquerda: “feudalismo, capitalismo, imperialismo, colonialismo, agrarismo, industrialismo, bloco operário-camponês e Revolução Burguesa”⁸⁶². Sob a influência do marxismo, os historiadores brasileiros foram levados a

⁸⁵⁸ JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira?. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 11, n. 21, p. 366-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/rchv11n21.2020.0015>. p. 368.

⁸⁵⁹ PALTÍ, Elías José. *Verdades y saberes del marxismo: Reacciones de una tradición política ante su “crisis”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. p. 15.

⁸⁶⁰ *Ibidem*, p. 205.

⁸⁶¹ JESUS, opus citatum, p. 368.

⁸⁶² *Ibidem*, p. 369.

refletirem sobre as heranças do passado colonial, num primeiro momento. Seguidos por um movimento de questionamento à “primazia das variáveis exógenas no processo de estruturação da economia e sociedade no Brasil colonial”, preocupados com o problema da “Revolução Burguesa” no país, pois esta poderia dar um prognóstico do advento da revolução socialista. Entre os historiadores, prevaleceu “a ideia de uma revolução processual, cujas origens remontavam ao processo de emancipação política em 1822”⁸⁶³, dentre os historiadores que seguiram esta linha, Jesus cita Mattos. Após o golpe de 1964, muitos estudos voltaram-se para o tema do populismo, como uma tentativa de “explicar as condições sociais e políticas que antecederam ao golpe militar”. Por seu turno, a historiografia sobre a ditadura tendeu a colocar os militares “como instrumento da burguesia para efetuar um golpe reacionário e de direita”⁸⁶⁴, enquanto nas décadas de 1970 e 1980 predominaram estudos voltados à formação histórica das classes trabalhadoras. Mas, a partir da década de 1980, houve demandas generalizadas por uma reflexão histórica capaz de promover a crítica e a superação de conjecturas consideradas estruturalistas. Não é somente historiografia marxista que vivenciou esta crise, Jesus reitera que uma concepção de História como Ciência Social, muito influenciada pelos *Annales*, também entrou em crise na década de 1980.

Nesse rumo, os textos de Carvalho e de Mattos inserem-se num momento de crise dos postulados estruturalistas, dentre os quais o marxismo, cuja predominância na historiografia brasileira orientou temas e abordagens em boa parte do século XX. Isso pode explicar o tipo de interpelação feita pelos autores, uma tentativa de romper com determinações econômicas para explicar os fenômenos políticos. Em ambos os autores, a Revolução Burguesa surge como questão, mesmo que secundária, ou como elemento cuja interpretação a respeito permeia suas percepções sobre a formação do Estado imperial. No caso de Carvalho, trata-se de algo abortado, algo que não aconteceu, e isso explica a limitação na capacidade de mobilização das classes sociais para demandar representação política e participar de maneira efetiva na construção da ordem imperial. No caso de Mattos, a Revolução Burguesa, no Brasil, iniciou o seu processo com a Independência, e estava em curso no correr do século XIX, de forma que a capacidade dos Saquaremas de operarem a formação do Estado imperial e conformar a classe senhorial estava atrelada à sua eficiência em recunhar a moeda colonial e reinserir o Brasil no cenário econômico internacional mediante a expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Predomina, no entanto, um aporte teórico não estruturalista, a ponto de ser reducionista a percepção da obra de Mattos como tão somente uma interpretação marxista da história do império brasileiro, já

⁸⁶³ JESUS, 2020, p. 373.

⁸⁶⁴ *Ibidem*, p. 378.

que não se insere em padrões mecanicistas, fechados, como até então se entendia ser uma historiografia marxista. E de Carvalho se empenhar para articular uma leitura da elite política e da política do império em que a coesão de um grupo é dada pela formação e treinamento, e não por origem de classe social. Daí as escolhas de Carvalho e Mattos por nomes como Gramsci e Thompson, e Pareto e Mosca para articular conceitualmente suas narrativas.

Empenhados em estabelecer critérios de aproximação e distanciamento entre o pensamento de Gramsci e o de Pareto, Álvaro Bianchi e Luciana Aliaga, situam os dois pensadores italianos em uma tradição realista maquiaveliana, mesmo que Pareto tenha sido um liberal conservador e Gramsci um comunista revolucionário⁸⁶⁵. Isto posto, “Pareto pretendeu produzir uma teoria científica da estabilidade e do equilíbrio social. Gramsci, por outro lado procurou desenvolver uma análise histórica das transformações políticas”⁸⁶⁶. É no campos das minorias governantes e de sua permanência ao longo da história que se encontra o desacordo teórico mais latente entre Pareto e Gramsci. O primeiro concebia que a “a realidade da divisão entre governantes e governados em toda a história por si só constituía prova cabal da sua hipótese da divisão do gênero humano entre aqueles que possuem capacidades de governo e aqueles que possuem necessidade de serem governados”⁸⁶⁷, enquanto, na concepção de Gramsci, “a existência histórica das elites governantes era prova incontestável da existência do conflito social e da efetividade da ação política dos homens na história”⁸⁶⁸.

O ganho dessa distinção colocada por Bianchi e Aliaga está em como os dois pensadores italianos concebem uma percepção analítica e teórica divergente sobre uma realidade dada – as elites existem, a divisão da sociedade entre governantes e governados é fatídica – mas um a percebe como força de permanência das estruturas e do equilíbrio políticos, outro as considera evidência de disputas na sociedade, disputas que apontam para transformações.

As forças políticas são conformadas pela dinâmica social – é o que vemos em Carvalho, em Mattos, em Pareto, em Mosca, em Thompson, em Gramsci. Seja pela ausência da Revolução Burguesa no Brasil, como colocado por Carvalho; seja como sujeito coletivo constituído por e pelos interesses da classe senhorial, como referido por Mattos. De mais a mais, tratam-se, aqui, de quatro forças políticas teorizadas, e de inegável peso para a pensar *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras e O Tempo Saquarema*, a saber: a *classe política* de

⁸⁶⁵ BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. *Análise Social*, Lisboa, v. 203, n. XLVII (2º), p. 322-342, 2012. p. 339.

⁸⁶⁶ Ibidem, p. 340.

⁸⁶⁷ Ibidem.

⁸⁶⁸ Ibidem.

Mosca, a *elite dirigente* de Pareto, o *partido político* de Gramsci e a *classe social* de Thompson. A distinção é clara e já posta em duas divisões, de um lado os dois primeiros sociólogos italianos, como os fundadores da Teoria das Elites; e de outro, terceiro filósofo italiano, juntamente com o historiador inglês, como um marxismo não estruturalista.

Podemos inserir a escolha de Carvalho pelo uso do termo “elite política” no conjunto de críticas direcionadas ao marxismo a partir da década de 1970, que culminou na produção de análises que tendem a circunscrever o mundo político numa espécie de “vácuo social”, para usar expressão de Renato Perissinoto e Adriano Codato em um artigo cuja proposta é discutir as possibilidades e os impedimentos de uma análise da dinâmica política das sociedades contemporâneas que deem destaque a variável “classe social”⁸⁶⁹. O caminho proposto é “pensar como uma classe poderia estar ‘representada’ na cena política por meio de uma minoria politicamente ativa (uma elite) que agiria em seu nome, ainda que não a seu mando”⁸⁷⁰. A ideia de Perissinoto e Codato é junção dos termos “elite política”, mais comum desde a década de 1970, no campo das Ciências Políticas, com o termo “classe social”, que, desde então, passou a ser afastado, por isso alvitra o termo “elite de classe”. O entendimento é de que o fato de uma classe agir coletivamente não significa que essa ação seja resultado “de uma posição objetiva nas estruturas produtivas”, tal posição pode explicar possibilidades de ação coletiva, contudo, não explica por que tal ação ocorre, e nem como ocorre. A ação coletiva de uma classe não deve ser tomada como um fato inevitável e espontâneo, como fruto emanado automaticamente dos interesses materiais⁸⁷¹.

Perissinoto e Codato conclamam por uma retomada da inserção dos fenômenos políticos na esfera social, mas a pressuposição da autonomia da sugestiva “elite de classe”, nos termos como propostos acima, acaba tornando-se mais uma elite dentre outras, visto que sua base social oferece oportunidades de ação política, todavia, por não condicionar sua ação política aos interesses coletivos de sua base social, deixa de ser representativa dessa classe social, e se torna mais uma minoria que se impõe a uma minoria. A “elite de classe” acaba sendo mais elite do que classe, isto é, ao invés de promover uma conjunção entre os conceitos, permanece considerando os fenômenos políticos em sua autonomia em relação à sociedade. Nisso se configura, talvez, uma das maiores distinções entre Carvalho e Mattos no que concerne à formação do Estado imperial. Ambos associam tal formação a forças políticas

⁸⁶⁹ PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise socialista da política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 243-270, 2009.

⁸⁷⁰ Ibidem, p. 248.

⁸⁷¹ Ibidem, p. 258.

conceitualmente distintas – a elite política e os Saquaremas, respectivamente –, uma cuja atuação política se distingue pela considerável autonomia da primeira em relação às forças socioeconômicas e a total vinculação da segunda à tais forças.

Carvalho, notadamente, em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* prioriza a formação e o treinamento na formação dos dirigentes imperiais, entretanto, não ignora as classes sociais nessa análise. Deveras. A elite política imperial, cujos integrantes emergiam entre os marginalizados do sistema escravista da grande lavoura de exportação, não deixa de ter vinculação com as classes sociais, mas como fruto de sua insuficiência, de suas restrições. Por outro lado, Carvalho é perceptível que, na segunda parte da sua obra, em *Teatro de Sombras*, questões que envolvem as classes sociais aparecem mais. Efetivamente aparecem mais, no entanto, como forças de desestabilização de uma ordem política estabelecida, na narrativa de Carvalho, alheia aos eventuais interesses de segmentos sociais.

Mattos, por outro lado, incorre na absoluta vinculação entre os fenômenos políticos e as condicionantes sociais. Tanto que a construção do Estado imperial ocorre no mesmo processo em que a classe senhorial se constata como tal, ambos se desenvolvem por meio da ação voluntária dos Saquaremas. Nesse sentido, quando Mattos articula a Coroa como partido, delimitando ser a Coroa o conjunto daqueles que dirigiam o Império, incluindo-se aí o Imperador, quando se desenvolve a direção saquarema, dessa maneira, a Coroa opera como partido porque viabiliza o espírito de associação e faz a classe senhorial se perceber como tal, transformando essa classe senhorial em classe dirigente quando aquela passa a se identificar com os valores associados de autoridade, ordem e civilização. Disso, inferimos que a Coroa e os Saquaremas se confundem na narrativa de Mattos – a diferença é que, no coletivo, que engloba a noção de Coroa, está o Imperador. Sustentados no estandarte da autoridade, a ação saquarema de conformação do Estado impunha uma defensividade que, a cabo, atendia aos interesses do Sul cafeeiro, porém, valia-se da figura do Imperador para colocar os interesses na nação – ou a parte que lhes interessava da nação, o Povo, a “boa sociedade” – como ocultação dos seus próprios interesses. Os interesses de classe, ou seja, da classe senhorial, mais especificamente um segmento dessa classe, determinou a conformação do Estado imperial. Nessa rota, interesses políticos e interesses econômicos não podem ser separados entre si, posto que se vinculam, e o Estado imperial é feito à imagem e semelhança dos cafeicultores do Vale do Paraíba. Como “face iluminada da classe senhorial”, os Saquaremas são colocados por Mattos como única força política capaz de operar o duplo movimento que ele analisa, a formação da classe senhorial e a constituição do Estado imperial.

A classe política de Mosca se estabelece, pois controla uma força social de grande importância para a sociedade à qual se impõe, a elite é construção social dada pela estrutura. A elite dirigente de Pareto ergue-se mediante manipulação dos resíduos de instinto de combinações (persuasão) ou persistência de grupos (força), o primeiro com tendências reformistas e o segundo com tendências conservadoras. O primeiro relaciona o movimento de consolidação de uma classe política a fatores sociais e econômicos, e o segundo a atributos mais tangentes às características comportamentais de grupos, como algo alheio aos fatores socioeconômicos. Sob a perspectiva de Mosca, a elite política imperial que construiu a ordem é, de antemão, construção social, resultante da estrutura – uma carapuça que bem serve aos Saquaremas de Mattos, mas que é problemática para a elite política analisada por Carvalho, visto que a elite colocada por este último foi, antes de tudo, resultado da ação do Estado (criatura e criadora do Estado). A elite dirigente de Pareto parece mais condizente com o percurso analítico seguido por Carvalho, por considerar ser a burocracia o elemento intelectual persuasivo, e depois substituída pelos advogados, de todo modo, coloca a elite política imperial como força política que se impõe pelo espírito de associação e por ter tendências reformistas, e esta elite foi substituída por uma mais conservadora, dado o golpe que levou à República, imposta por meio da força. Os conceitos de classe política e elite dirigente são usados por Carvalho como aporte teórico para pensar no grupo que efetivamente tomava as decisões políticas no Império.

Distinto do percurso trilhado por Mattos ao manusear os conceitos de classe social e de partido político, ambos usados como recursos analíticos, de forma heurístico. Tanto Gramsci como Thompson ponderam o fator da estrutura como condicionantes das forças sociais e políticas, todavia, priorizam, em suas análises, o aspecto cultural – o primeiro do peso do intelectual e do partido em por meio de uma ação, visa a qualificação dos seus membros para conformar a sociedade, e o segundo concebe as classes sociais a partir de suas experiências e lutas, apegando-se às manifestações culturais. Dentro de uma tradição marxista, Gramsci e Thompson inserem-se nessa ótica não estruturalista. O que é particularmente interessante, uma vez que, a considerar o objeto de análise de Mattos – o grupo político que se formou a partir dos interesses dos cafeicultores fluminenses estabelecidos no entorno do Vale do Paraíba em meados do século XIX – a questão estrutural, econômica, poderia ter um peso que determinasse a direção de sua análise. A sua escolha por dois marxistas não estruturalistas mostra uma intenção de não se guiar por uma leitura sumariamente econômica, materialista do processo de formação do Estado imperial, no entanto, os recursos analíticos, classe social e partido político,

sejam mais confortavelmente usados para referirem-se aos dominados, e não a quem domina, eles trazem em si um teor de transformação da ordem social estranho aos Saquaremas.

As perspectivas analíticas de Carvalho e de Mattos se distanciam pela concepção teórica que distingue as noções aplicadas por eles à elite política imperial e aos Saquaremas, a primeira sustentada pela Teoria das Elites a partir de Pareto e de Mosca, enquanto a segunda se sustenta pelos conceitos de classe social de Thompson e pelo conceito de partido de Gramsci. As escolhas de Carvalho e de Mattos por referenciais teóricos tão distintos para a circunscrição de seus objetos de análise demonstram a percepção diversa que têm a respeito da capacidade de articulação política das classes sociais no Brasil de meados do século XIX. Para Carvalho essa capacidade é mínima, para Mattos é ampla e efetiva. Para Carvalho, a incapacidade de articulação política das classes sociais se dá em realidades sociais em que a Revolução Burguesa não ocorreu e, nesses casos, o papel de construção do Estado foi desempenhado pela burocracia. Consoante Mattos, desde a Independência, em 1822, a Revolução Burguesa estava em curso, acontecendo, o que explica a capacidade de articulação política da classe senhorial, ou mesmo a existência dessa classe senhorial. Logo, a distinção de interpretação que torna elite política e Saquaremas instâncias teóricas tão distintas tem origem na leitura que Carvalho e Mattos têm sobre a Revolução Burguesa.

CONCLUSÃO

Sobre a lentidão do tempo

[...] o fato de ser contra o monopólio das decisões por grupos minoritários, e creio que todos o somos, não deve obscurecer o outro fato de que existem grupos minoritários que realmente têm influência decisiva em certos acontecimentos. A própria grita contra o elitismo na história brasileira é reconhecimento tácito de que as elites de fato tiveram e têm grande influência. Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel, seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia. O que tem que ser mudado é a história, e para isto é importante inclusive reconhecer o que de real existe no papel das elites. Lembre-se, aliás, que mudar a história frequentemente dependeu também da atuação de determinados grupos de elites.⁸⁷²

[...] o que denominamos Tempo Saquarema não deve ser tomado como o período de tempo que se estende, em linhas gerais, dos últimos anos do período regencial até o denominado “renascer liberal” dos anos sessenta, [...] Pelo contrário, se este período de tempo possui singularidade é porque ele se apresenta, em primeiro lugar, como produto desses processos, isto é, como resultado e condição da ação saquarema, porque a direção que eles procuravam exercer, e efetivamente exerceram, impunha que os Saquaremas se constituíssem também em “produtores” ou “controladores” do tempo.⁸⁷³

Se era ali, nas décadas de 1970 e 1980, com constrangimento que Carvalho pronunciava a palavra “elite”, a ponto de se sentir quase forçado “a pedir desculpas por falar de elites”, isso se dava, no seu entendimento, por conta de tantas críticas contra uma certa perspectiva elitista da explicação histórica. Críticas não sem razão. Mas mesmo tais críticas não eliminam o fato de que as elites existem, e de que elas exerceram e exercem influência sobre certos acontecimentos. A crítica sobre uma historiografia que tende a glorificar o papel da elite brasileira não pode resultar, alerta Carvalho, em uma reforma da historiografia cujo resultado seria uma negligência quanto ao seu real papel, pois grupos de elites exerceram, tantas vezes na história, o papel de mudar o seu curso, de redefinição, atuaram como sujeitos de transformação. No fragmento posto acima, Carvalho contextualiza o quanto a sujeição do seu objeto de pesquisa atravessa limitações interpretativas marcadas por uma crítica historiográfica à atuação dos grupos de elite, uma atuação que teve, entre suas consequências, a elaboração de uma explicação histórica elitista, que não deixava de ser carregada de deturpações. O esforço que é colocado aqui é o de resgate de uma história atenta a sujeitos históricos que sempre existiram, que já foram priorizados na escrita da história a partir de uma ótica elitista, mas, nas últimas décadas do século XX, não deixa de carregar a fortuna crítica marxista de necessidade

⁸⁷² CARVALHO, 2003, p. 20.

⁸⁷³ MATTOS, 2011, p. 14.

de sua superação, é isto, a proposta de Carvalho parece ser de uma história das elites que não seja sumariamente elitista, entretanto, considere o sentido de sua atuação não necessariamente vinculada a interesses materiais/econômicos, a renovação da renovação historiográfica, ou seja, a renovação de uma tradição historiográfica que tendeu a se afirmar no século XX a partir da crítica a esses grupos de elite com o intuito de angariar ferramentas discursivas que apontem para sua superação. A construção de um discurso que aponte para a substituição desses famigerados grupos de elite não é parte do trabalho de Carvalho. Compreender seu papel e sua atuação na política imperial, este sim o é. O percurso analítico dado por ele seguiu três orientações: 1) Carvalho está estudando um grupo, uma elite, tão distinta das massas quanto de outros grupos de elite; 2) a elite é considerada desde certas limitações impostas por fatores sociais, dentre os quais estão os de natureza econômica, são fatores que podem oferecer e até restringir possibilidades de ação, contudo, o empenho de Carvalho é de não cair no determinismo econômico para as decisões políticas; 3) a consideração de que um pequeno grupo governa uma maioria gera desconforto, todavia, esse desconforto não deve fazer com que se ignore o fato de que ele existe, e tem papel fundamental na história de uma dada sociedade.

Sem constrangimento, sem precisar explicar ou fazer a defesa da escolha do seu objeto de pesquisa, Mattos preocupa-se em definir o seu objeto ao estabelecer o *tempo* do qual fala. Não se trata de um tempo como marco cronológico que abrange o Regresso Conservador, mas de um tempo de ação deliberada dos Saquaremas. Pode ser situado a partir do dito Regresso, no entanto, o que está em questão, para Mattos, é a afirmação de um tempo que resultou na produção e do controle feito pela ação saquarema. É a passagem da minoridade para Maioridade, não do segundo Imperador do país (não somente), mas de uma realidade política desestabilizada pelo risco a ordem social, para uma realidade de estabilidade em que esta ordem estaria supostamente assegurada diante do Estado imperial efetivamente constituído. Enquanto “produtores”/“controladores” do tempo, os Saquaremas impuseram uma aceleração no ordenamento social, ao operar na conformação da classe senhorial, e no ordenamento político, ao operar na construção do Estado imperial. O tempo saquarema é o da passagem do atraso das Regências para o progresso do Estado estabelecido, uma passagem que definiu a transmigração da Corte como marco temporal que liga o passado colonial ao futuro do Império, marcada pelo protagonismo deliberado dos Saquaremas, sujeitos históricos que, na narrativa de Mattos, parecem ter ciência de sua condição, e por isso sua atuação é fruto racional de suas intenções, a ponto de darem a cara e o tom ao Império não somente enquanto os conservadores se impunham como dirigentes imperiais, mas enquanto a Monarquia e o Estado imperial centralizado fossem vinculados às noções de civilização e progresso.

Percurso distinto de afirmação de suas premissas investigativas. Carvalho articula uma justificativa sociológica e historiográfica para o uso do termo então constrangedor, “elite”; Mattos, uma explicação que confere o delineamento de um tempo específico, de transformação que deu origem ao Estado imperial. Os fragmentos postos acima assinalam aproximações e afastamentos de perspectivas perceptíveis em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*. Quanto às aproximações: ambos estão efetivamente, em suas obras, analisando um grupo minoritário que governa e se impõe a uma maioria de governados; os dois entendem a construção do Estado imperial como o estabelecimento de um governo estável que aplacou a instabilidade das Regências, logo, o associam à estabilidade e a ordem à construção do Estado; ambos acabam, nessa lógica, conferindo a esse grupo minoritário que governa (a elite política, os Saquaremas) o protagonismo no processo de construção da ordem, para eles, esse grupo que governa, atua como “produtores” do tempo, como aceleradores de transformações da ordem política e social.

Quanto aos distanciamentos, Carvalho evidencia não estar ignorando condicionantes sociais e econômicas em sua análise da elite e da política imperial, porém, delineia que seu empenho é por não se perceber a natureza econômica como determinante para as decisões políticas da elite imperial. Concebe que as realidades social e econômica são condicionantes de possibilidades de ações, do oferecimento de probabilidades e questões que interferem nas decisões políticas. Todavia, não considera que haja um determinismo das condições materiais sobre a atuação da elite política. Grosso modo, a economia não determina a política, oferece ou restringe as opções de atuação da elite política, mas Carvalho não entende ser a elite política mero reflexo da elite econômica. Diferente do ponto de vista de Mattos.

Mattos sequer articula uma distinção entre uma elite política e uma elite econômica, sequer usa o termo “elite”, contudo, com certeza, está muito mais à vontade que Carvalho em estudar um determinado grupo minoritário que governa sobre uma maioria – o que supomos ser resultado também de uma já influência do trabalho de Carvalho sobre o trabalho de Mattos. Reunindo a proeminência econômica produzida pelo café do Vale do Paraíba e seu entorno, com a primazia política agrupada na Corte, os Saquaremas são força política sustentada e desenvolvida pela força econômica do café. A política aparece, em Mattos, entrelaçada às condições materiais, vinculada à economia e à sociedade. Os Saquaremas atuaram não somente para construir o Estado imperial, entretanto, para conferir identidade e autorreconhecimento à classe senhorial, ambos processos se relacionam como forma de manter a distinção dessa classe senhorial concernente ao restante da sociedade.

O problema da representatividade foi usado como eixo explicativo para a particularidade de *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, associado com a dificuldade de entregar aos brasileiros o governo de si mesmos. A elite política imperial, homogênea ideologicamente por conta de sua formação e de seu treinamento, acabava não sendo representativa da sociedade, não era simples representante da grande lavoura de exportação a ponto de não ter suas decisões vinculadas aos interesses das forças econômicas. Foi essa desvinculação que assegurou à elite política e ao governo imperial a estabilidade para governar para além das paixões partidárias que ecoavam dos segmentos sociais. Por isso empreendeu, junto ao governo imperial, a política da Abolição, afastando-se, a cada lei, das suas bases sociais. A dialética da ambiguidade, colocada por Joaquim Nabuco e sustentada analiticamente em Guerreiro Ramos, expressa o quanto essa elite política era dependente da sustentação econômica advinda do trabalho escravo, mas era a única força política capaz de acabar com esse mesmo trabalho escravo. Mais do que poder acabar com a escravidão, essa elite política, junto ao governo imperial, para Carvalho, queria acabar com a escravidão, e assim o fez. E, ao fazê-lo, desfez de vez a base socioeconômica da Monarquia, abrindo espaço para o golpe que levou à implantação da República.

Já a questão dos monopólios foi usada como eixo explicativo para a compreensão de *O Tempo Saquarema*. As instabilidades das Regências colocaram em risco os monopólios que fundaram a classe senhorial e marcaram a sua distinção – monopólios da terra e da mão de obra. Esses monopólios tornaram os atributos da liberdade e da propriedade definidores da “boa sociedade”, e a tornaram apta para ocupar o mundo do governo. Foi por meio da ação deliberada dos Saquaremas que a classe senhorial adquiriu identidade, foi conformada diante de suas lutas e experiências que colocaram em risco os monopólios que a distinguiram, através deles também o Estado imperial foi construído. Essa conformação e construção ocorreram, sobretudo, como meio de manutenção desses monopólios, a relação entre estes processos deu-se por intermédio da formulação de outros dois monopólios, o do discurso e da responsabilidade. O monopólio do discurso foi exercido pelos Saquaremas ao se colocarem como uma força capaz de salvaguardar os monopólios que edificaram a classe senhorial. O monopólio da responsabilidade foi articulado pelos Saquaremas para atribuir ao Imperador e à Coroa a responsabilidade pela disseminação de uma ordem e de uma civilização, como forma de justificar as ações saquaremas, para que fossem percebidas para além dos interesses de uma parcela da classe senhorial, mas pelo interesse de toda a classe senhorial. Assim explica-se o empenho para manter o monopólio da mão de obra, a dedicação para assegurar a escravidão como parte do projeto saquarema. Nesse empenho, a Monarquia foi atrelada à escravidão para

efetivarem o seu projeto de centralização, num momento em que o estatuto vivenciava uma crescente crise, que colocava em questão a capacidade de governo (governo enquanto aquele que é capaz de, antes de tudo, manter os monopólios da terra e da mão de obra), os reais interesses saquaremas, e a escravidão como toda a força e fraqueza dos Saquaremas mostrava sinais de que não poderia ser garantida por eles. A Monarquia atrelada à escravidão se desfez quando a ordem social foi afetada pela política da mão de obra que levou à Abolição.

O Estado imperial e o liberalismo como questões pertinentes aos dirigentes imperiais – sejam eles a elite política, sejam eles os Saquaremas –, constituíram eixo analítico para pensar os traços de mudanças e permanências que a construção política que deu estabilidade ao Império em meados do século XIX. A velha estrutura social assentada na escravidão, nas dificuldades de alcance do Estado imperial sobre a extensão do território, adquiriu uma fachada nova com a ordem política estabelecida, sem que as estruturas antigas fossem afetadas. O Estado que se afirmava, naquele contexto, trazia em si a influência das ideias liberais, perceptíveis no estabelecimento de um sistema representativo e de uma constituição. A defesa da propriedade e da liberdade, mesmo que restrita a uma parcela da sociedade, como valores, também acentuavam a presença do liberalismo. Mesmo diante do debate acerca da impropriedade das ideias liberais, Carvalho e Mattos compreenderam, cada qual a seu modo, que as ideias e os modelos liberais assumiram um sentido pragmático, não foram adotados sem critérios. Surgiam com o seu teor de modernidade, porém, não de modo que pudesse abalar a estrutura antiga dessa sociedade. De todo, permaneceu, em suas análises, a preocupação com o que se entende por Estado e do seu papel na sociedade, e de como o pensamento liberal pesa nesse entendimento e relação.

O percurso analítico a respeito da política da Abolição, a partir da análise de um fato e de uma fonte, isto é, da extinção do tráfico e do discurso de Eusébio de Queirós, assinalaram como, no enredo articulado por Carvalho e no enredo articulado por Mattos, a elite política é distinta dos Saquaremas. De acordo com Carvalho, a elite política assumiu postura reformista, especialmente porque, confundida com a burocracia, e atuante no governo imperial, exerceu postura pela liberação da mão de obra, empreendeu uma política abolicionista, que, no final das contas, custou-lhe o governo e a Monarquia. Para Mattos, os Saquaremas operaram um processo de autoafirmação, vinculando-se à manutenção da ordem escravista, logo, a sua postura na política da mão de obra foi a de estender ao máximo possível a escravidão, desde o fim do tráfico até às leis tidas como abolicionistas, esta política deve ser entendida como estratégia de manutenção da escravidão, e não como empenho antiescravista. Elite política, tal como os Saquaremas, assumem um papel em cada enredo de protagonistas, atuando como catalizadores

na história do país na medida em que constrói o Estado imperial brasileiro – a primeira com a performance heroica de não só construir o Estado e lhe assegurar estabilidade, estabelecer assim a fachada moderna, mas, principalmente, por seu empenho pelo fim do estatuto da escravidão no país, reformando as estruturas antigas; já os Saquaremas tiveram uma performance ambígua de anti-heróis no enredo de Mattos, agiram como modernizadores ao se empenharem na construção do Estado, todavia, o fizeram, maiormente, com a intenção de manter as estruturas antigas, de assegurar a exclusividade da classe senhorial sobre a liberdade e a propriedade.

Nesse sentido, enquanto construção de sujeitos coletivos e históricos, a elite política estudada por Carvalho não são os Saquaremas estudados por Mattos. O filtro que define esse olhar distinto sobre um conjunto de indivíduos que se confundem, como, por exemplo, a trindade saquarema, se dá por algumas escolhas feitas por Carvalho e por Mattos. A primeira escolha guia-se pela condução analítica estabelecida por Carvalho de não entender os processos políticos como estabelecidos pelos processos econômicos, o resultado foi um estudo que percebe considerável autonomia da elite política em relação aos grupos economicamente predominantes. Por sua vez, Mattos, ao se dispor a analisar o duplo e interligado processo de conformação da classe senhorial e de construção do Estado imperial, está voluntariamente designando uma relação causal entre processos econômicos e processos políticos. A segunda escolha perceptível é da definição de ferramentas teóricas para trabalhar as noções e ações de seus objetos de estudo, Carvalho apoia-se nos teóricos considerados pais da Teoria da Elites, no caso Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, enquanto Mattos escora-se em Antonio Gramsci e Edward Thompson.

Tais escolhas carregam a particularidade de percepção sobre um processo para Carvalho e para Mattos, processo abortado/inexistente para Carvalho, e em curso para Mattos. Trata-se da Revolução Burguesa. Em consonância com Carvalho, a ausência dessa revolução, em Portugal, e depois, no Brasil, explica a pouca capacidade de atuação e de demanda por representatividade política da sociedade, fazendo com que a burocracia assuma a frente da construção da ordem política no Brasil, e o Estado, então, representa a si mesmo na política imperial. Mattos afirma que a Revolução Burguesa estava em curso, no Brasil, desde a Independência, e permaneceu em curso durante todo o século XIX, isso se evidencia na articulação política de setores ligados à produção cafeeira fluminense, cujo empenho em recunhar a moeda colonial objetivava marcar o lugar do Brasil frente às nações civilizadas e industrializadas, interligando-se ao processo de expansão do capital.

Na lógica marxista que Carvalho pretende desvencilhar, e na qual Mattos se atrela, a Revolução Burguesa é fundamental, pois assinala a modernização da sociedade e do Estado,

vincula ambos, produz uma sociedade de classes, e, sobremaneira, antecede à Revolução Socialista. O processo abortado, o não acontecimento da Revolução Burguesa sinaliza, em Carvalho, três aspectos: 1) a modernização do Estado não depende de amplas rupturas sociais, pode ocorrer mesmo nas estruturas antigas; 2) um governo reformista não depende de sua capacidade de representação da sociedade, ao contrário, opera mudanças nessa sociedade que ela mesmo se representando não conseguiria fazer; 3) os processos liberalizantes ou reformistas não dependem de uma Revolução Burguesa. Por conseguinte, para Carvalho, transformação, mudança social, rompimento com estruturas antigas não são processos derivados somente de uma “revolução”, de uma mudança abrupta no sistema político. Enquanto para Mattos, conceber uma Revolução Burguesa em curso indica outros três aspectos: 1) a capacidade de organização política dos setores da sociedade é que direciona as rupturas políticas; 2) os Saquaremas, na qualidade de dirigentes imperiais, empenharam-se para manter a escravidão, mesmo atuando pela permanência da estrutura social, operaram como aceleradores na medida em que acirram os processos de dominação de uma minoria sobre uma maioria, favorecendo conflitos e disputas sociais, que, da mesma forma como levou à formação da classe senhorial, tende a formar também outras classes; 3) as forças externas a realidade brasileira, a saber, a expansão do capital advindo dos países cuja Revolução Burguesa se concretizou, as pressões pelo fim da escravidão, inserem o país como parte do mundo capitalista, e mesmo em meio à pressões internas pela continuidade, elas operam pela ruptura. Mattos certifica que a transformação, as mudanças, as rupturas são parte da própria expansão do capital, e são contínuas, são parte de uma Revolução Burguesa em curso, sem embargo, não se vinculam a rupturas abruptas.

Dessa forma, seja o Brasil urbano de Brás Cubas, seja o Brasil rural longínquo de Fabiano e sinhá Vitória, os processos históricos carregam, em Carvalho e em Mattos, marcas de uma lentidão. Mudam, mas mudam lentamente. A relativa intensidade do Brasil urbano retratado no cenário da Corte no Rio de Janeiro por Machado de Assis em finais do século XIX, dissolve-se na lenta e árdua caminhada pela sobrevivência no sertão retratada por Graciliano Ramos no início do século XX. A revolução, no sentido de ruptura radical, é mais palpável à cachorra Baleia, numa miragem provocada na seca angustiante, que poderia fazê-la ver uma nascente de água e faria correr em sua direção. Poderia ser também tão palpável quanto a efetividade do humanismo de Quincas Borba, como uma ideia encantadora sob seus olhos, porém, inviável quando defrontada com a sanidade da existência. De todo modo, não são eles os protagonistas da história que se escreve aqui. Também não é a elite política imperial, tampouco os Saquaremas. São as obras, os livros, *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*

e *O Tempo Saquarema* – analisados não como pares, não como correspondentes, e sim comparados como caminho para assinalar a singularidade de cada um, como procuramos demonstrar. No entanto, acabam por revelar a concepção de um tempo lento, por vezes acelerados por sujeitos coletivos, todavia, cujas estruturas sociais operam com desaceleração.

Os dirigentes, o Estado, o país – sejam imperiais ou republicanos, do tempo estudado por Carvalho e por Mattos, ou do tempo em que escreveram Carvalho e Mattos, ou do tempo de onde falamos aqui – continuam apontando para um futuro, que chega tão lentamente para não comprometer a ordem social, que faz o passado chegar até nós, e coloca o futuro num horizonte sombrio e duvidoso. Resta-nos o presente, esse um entre dois tempos, marcado pelo ontem, e construído pela expectativa de um amanhã. O ontem de uma elite política não representativa da sociedade que governa, de um grupo político enquanto força socioeconômica que age por seus interesses; o ontem marcado por um Estado que mantém as fachadas modernas, e após seguidas reformas se faz democrático mesmo que golpeado tantas vezes, se mantém democrático, mas que não rompe com as estruturas antigas de privilégios. Um ontem que ainda é hoje, que ainda é agora, cuja lentidão das transformações torna o descortinar do futuro tão impreciso e inseguro. Os Saquaremas ainda estão entre nós⁸⁷⁴, e mesmo sendo o teatro republicano outra história⁸⁷⁵, as mudanças lentas permanecem a acentuar a perpetuação de estruturas antigas mesmo com fachadas novas, e a busca por sujeitos políticos capazes de nos dar o futuro prometido (quantas vezes nos disseram que o Brasil era o país do futuro?) ao invés de nos fazer desapegar da procura por heróis e mitos em um enredo que não se desfeca, relega-nos à insegurança do entre tempo chamado presente, e o futuro, que era logo ali, está lá. A presença do passado torna o “lá” mais parecido com o aqui, do que de fato gostaríamos.

⁸⁷⁴ MATTOS, 2011, p. 300.

⁸⁷⁵ CARVALHO, 2003, p. 423.

REFERÊNCIAS

ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discurso de Nabuco de Araújo em 17 de julho de 1868*. Discurso do sorites. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp>. Acesso em: 15 ago. 2021, 18:10:10.

ARAÚJO, Marli Gomes de; MARCICANO, João Paulo Pereira; HELD, Maria Sílvia Barros de. A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 74, p. 270-301, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742019000300270&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 nov. 2020, 15:00:00.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; NICOLAZZI, Fernando. A história da historiografia e a dinâmica do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLA, Flávia et al. (orgs.). *A dinâmica do historicismo: Revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_186179bef2cd31edcba82d732ad2c5e4.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021, 11:20:10.

ARGOLLO VALDETARO, Zina Maria de Teive. *Lições da ciência do belo: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros*. Rio de Janeiro, 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-112/e034lico-es-da-ciencia-do-belo-e034--os-saquaremas-e-a-conformacao-dos-brasileiros>>. Acesso em: 13 fev. 2021, 10:20:05.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

AUBRUN, Louis. *Vista Tomada do morro do Castelo para a Rua Direita*. 1854. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/17025>. Acesso em: 10 mar. 2021, 11:30:15.

BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador a e política imperial*. Campinas, 2001, 414 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590988>>. Acesso em: 28 nov. 2020, 16:30:21.

BARNABÉ, Ian Roberto. Elite, classe social e poder local. *Estudos De Sociologia*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 1-16, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384>>. Acesso em: 20 ago. 2022, 14:30:50.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1986.

BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1063>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. *Análise Social*, Lisboa, v. 203, n. XLVII (2º), p. 322-342, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2017.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAIT, Beth. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 43-66, jul./dez. 2013.

CALDEIRA, Claudia Adriana Alves. *Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política*. Rio de Janeiro, 2016. 247 f. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13030>>. Acesso em: 10 nov. 2021, 11:50:05.

CARDOSO, Eduardo Wright. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do holocausto. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 89-110, 2021. DOI: 10.1590/1806-93472021v42n87-06.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

_____. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996.

_____. *Clamar e agitar sempre. Os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbookks, 2018.

_____. Nota à 2ª edição. In: _____. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

_____. Povos e Estado no século XIX: um exercício quantitativo. In: _____.; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

_____. *Teatro de Sombras: a política Imperial*. Prefácio. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____.; CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectiva da cidadania no Brasil império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DOLHNIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, 2008.

_____. *O Pacto Imperial: as origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Representação na monarquia brasileira. *Almanack brasiliense*, n. 9, p. 41-53, maio 2009.

DOSSÉ, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05-22, 2012. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>>. Acesso em: 05 set. 2022.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2. ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: IGLÉSIAS, Francisco et al. *Cadernos de Debate n. 1: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 61-64.

FREEDEN, Michael; FERNANDEZ-SEBASTIÁN, Javier; LEONHARO, Jörn. *In Search of European Liberalisms: concepts, languages, ideologies*. New York: Berghahn, 2019.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 153-162, 1989. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>>. Acesso em: 07 dez. 2020, 09:40:25.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Poder e civilização no Brasil Imperial. A monarquia na perspectiva da história das ideias. *Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca, n. 20, p. 48-71, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16229035003>>. Acesso em: 04 abr. 2015, 09:02:40.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.

GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: Novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Coleção Ideias. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

IEGELSKI, Francine. História, literatura e anacronismo a partir do realismo mágico latino-americano. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 24, n. 44, p. 102-116, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/66581/34422>>. Acesso em: 25 set. 2022, 09:25:15.

JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira?. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 11, n. 21, p. 366-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/rchv11n21.2020.0015>.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, 1816.

LIBERALISMO e escravidão, entrevista com Jacob Gorender. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 209-222, 2002.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida/São Paulo: Ideias&Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANNI, Franco. Introdução. In: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2017.

MARSON, Izabel Andrade. Imagens da condição feminina em “Travels in Brazil” de Henry Koster. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 4, p. 219-242, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50925>>. Acesso em: 14 set. 2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, p. 8-26, maio 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313778250_Construtores_e_herdeiros_a_trama_dos_interesses_na_construcao_da_unidade_politica>. Acesso em: 10 nov. 2020, 20:10:05.

_____. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; Cruz, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 728-736. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5007.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2020, 09:05:10.

_____. *O tempo saquarema*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur. *Independência ou morte: A emancipação política do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Atual, 2014.

_____; GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

MEDEIROS, Marcelo. *A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília: IPEA, 2001.

MELO JR, João Alfredo Costa de Campos. Edward Palmer Thompson (1924-1993). In: PRADA, Maurício (org.). *Os Historiadores Clássicos da História*. Volume 2. De Tocqueville a Thompson. Petrópolis; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. Rio de Janeiro, 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13027>>. Acesso em: 12 set. 2021, 17:20:15.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 51-69.

_____. *The Ruling Class* [Elementi di Scienza Politica]. Nova York: Mcgraw-Hill Book Company, Inc., 1939.

MÜLLER, Angélica; IEGESLKI, Francine. História do tempo presente: mutações e reflexões. In: MÜLLER, Angélica; IEGESLKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. cap. 1.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *Elites políticas e projetos de integração em Goiás (1822-1855)*. Goiânia, 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/NASCIMENTO___Patr_cia_Emanuelle._2003.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021, 11:15:05.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A biografia de D. João VI: implicações teóricas e metodológicas. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____; FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. Minerva Brasiliense: publicistas e políticos na elaboração das linguagens políticas do Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988. p. 9-35.

PALTI, Elías José. *O Tempo da Política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. *Verdades y saberes del marxismo: Reaciones de uma tradición política ante su "crisis"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

_____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O Império num panfleto? Justiniano e a formação do Estado no Brasil do século XIX. In: ROCHA, J. J. da. *Ação; Reação; Transação: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855)*. Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Tâmis Parron. São Paulo: Edusp, 2016.

PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 243-270, 2009.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

QUEIRÓS, Eusébio de. Discurso na Câmara dos Deputados, Sessão de 16 de julho de 1852. *Annaes da Câmara dos Deputados*, 16 jul. 1852, p. 244-256. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/euzebio-queiroz>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos para uma Sociologia Especial da Administração*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1966.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 129. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RANGEL, Arthur Nadú. *O Poder Moderador no Estado brasileiro*. Belo Horizonte, 2018, 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BAMJTL>>. Acesso em: 28 nov. 2021, 17:10:05.

RIBEIRO, Gladys sabina. “A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro”: o Caramuru e a conservação. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectivas da cidadania no Brasil império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 227-262.

_____. O ocaso de Justiniano José da Rocha? Perspectivas para um debate cruzado com Tavares de Bastos em meados do Oitocentos. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CARULA, Karoline. *Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2020. p. 73-113.

_____. Pena de aluguel? Justiniano José da Rocha e o Poder Judiciário. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 63-91.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 525-556, 2013.

ROCHA, José Justiniano da. *Ação; Reação; Transação*: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1855). Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Tâmis Parron. São Paulo: Edusp, 2016.

RODRIGUES, Pedro Pargo. *As frações da classe senhorial e a lei hipotecária de 1864*. Niterói, 2014. 210 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2014. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1754.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021, 15:20:15.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Joaquim Nabuco (1849-1910). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). *Os historiadores*: clássicos da história do Brasil. Volume 4. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018. cap. 4, p. 83-107.

SALLES, Rubens César Guimarães. *Democracia e Elitismo*. João Pessoa, 2017, 99 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18766?locale=es>>. Acesso em: 15 ago. 2022, 09:15:25.

SALLUM JR, Brasília; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-159, 1991. DOI: 10.1590/S0103-40141991000300009.

SANTOS, Ana Maria Pessoa dos; PEREIRA, Margareth da Silva; PEIXOTO, Priscilla. Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850). Inventário e questões de método. In: CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sônia Gomes (orgs.). *Histórias da Escola de Belas Artes*: revisão crítica de sua trajetória. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2016.

SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venício; LYRA, Maria de Lourdes (org.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional*: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes Cunha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1336257.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021, 14:10:52.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

_____. *Sequências Brasileiras*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHILS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 87-107, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882015000200087&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 dez. 2020, 19:15:20.

SIMÕES, Rafael Cláudio. *O papel da sociedade civil organizada no combate à corrupção: o caso da organização não governamental (ONG) Amigos Associados de Ribeirão Bonito (AMARRIBO) (1999- 2010)*. Vitória, 2014. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3526/1/tese_7553_dissertacao_completa_final%20%283%29.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021, 14:05:35.

SOUSA, Francisco Gouvea. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-181, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

_____. La sociedade inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: _____. *Tradición, revuelta y consciência de classe*. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

WEBER, Max. Os tipos de dominação. In: _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. cap. 3, p. 139-198.